

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

**A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SEGURANÇA ALIMENTAR E REDUÇÃO
DA POBREZA: ESTUDO DE CASO NO CONCELHO DE SANTA CRUZ –
CABO VERDE**

CARMEN HELENA TAVARES SILVA DA COSTA

ORIENTADOR: Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

JÚRI:

PRESIDENTE- Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

VOGAIS: - Doutor Fernando Alcides Sobral Machado, Professor Associado da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa;

- Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

- Doutora Maria Helena Guimarães de Almeida, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

- Doutora Maria Isabel Nunes Januário, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

MESTRADO EM PRODUÇÃO AGRÍCOLA TROPICAL

LISBOA
2008

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

**A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SEGURANÇA ALIMENTAR E REDUÇÃO
DA POBREZA: ESTUDO DE CASO NO CONCELHO DE SANTA CRUZ –
CABO VERDE**

CARMEN HELENA TAVARES SILVA DA COSTA

ORIENTADOR: Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

JÚRI:

PRESIDENTE- Doutor Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

VOGAIS: - Doutor Fernando Alcides Sobral Machado, Professor Associado da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa;

- Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

- Doutora Maria Helena Guimarães de Almeida, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

- Doutora Maria Isabel Nunes Januário, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

MESTRADO EM PRODUÇÃO AGRÍCOLA TROPICAL

LISBOA
2008

Dissertação apresentada neste Instituto para obtenção do grau de Mestre

Resumo

O presente trabalho analisa a relação entre a mulher e a problemática da pobreza e da insegurança alimentar no concelho de Santa Cruz em Cabo-Verde.

Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas dizem que a pobreza tem o rosto da mulher, pois a maioria dos 1,2 bilhões de pobres são mulheres; as mulheres trabalham mais do que 50% de todas as horas trabalhadas no mundo, porém só 30% do trabalho feminino auferem remuneração, enquanto esta percentagem para o trabalho masculino ronda os 75%; as mulheres ganham acentuadamente menos do que os homens e ascendem raramente a cargos de relevo; a maioria dos analfabetos são mulheres; uma em cada três mulheres é chefe de família, tendo que assumir sozinha o sustento e a educação dos filhos.

Por outro lado, dados da FAO indicam que a mulher desempenha um papel fundamental na alimentação da família, produzindo mais de metade de todos os alimentos cultivados. No entanto, o seu papel fundamental como produtoras e fornecedoras de alimento e a sua crucial contribuição para a segurança alimentar familiar, nem sempre foi tido em devida conta.

Partindo desta realidade global, o trabalho centra a sua atenção nas mulheres na Bacia Hidrográfica dos Picos no concelho de Santa Cruz em Cabo Verde, procurando pôr em relevo o seu papel como produtora e como gestora de alimentos e as estratégias que ela utiliza para minimizar situações de pobreza.

Palavras-chave: Cabo Verde, Mulheres, Pobreza, Segurança Alimentar

Dissertation Title: The Woman Importance in Food Security and Poverty Alleviation: Case Study in Santa Cruz Municipality

ABSTRACT

The present work makes an analysis of the relation between the woman and the problematic of the poverty and the insecurity alimentary in Cabo-Verde.

International organizations such as the Organization of United Nations say that the poverty has the face of the woman, therefore the majority of the 1,2 billion of poor people are women; From the 50% of all the hours worked is made by women, however just 30% of the female work only gain remuneration. While this percentage for the male work reaches around 75%; the women earn accidentally less than the men and rarely occupied the relief positions; the majority of the illiterates is the women; one in each three women is family head, who assume alone the sustenance and the education of the children.

On the other hand, by FAO affirm that the woman plays a basic role in the feeding of the family, producing more than half of world-wide production. However, the women play a basic role as producers and suppliers of food and its crucial contribution in food security in family unit, the things that are not always had taken account correctly by those who always making decisions.

From this global reality, this work centres its attention in the women in the Picos Hydrographical Basin in Santa Cruz Municipality in Cabo-Verde, looking for to put its role as producers, food manager and the strategies that they use to minimize shortage situations.

Key Word: Cape-Verd, Women, Poverty, Food Security

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é resultado de um esforço pessoal, mas só foi possível realizá-lo através da cooperação de diversas pessoas, às quais me sinto no dever de neste lugar as agradecer:

Em primeiro lugar, agradeço ao orientador desta dissertação, Professor Doutor Bernardo Pacheco de Carvalho pela confiança em mim depositada.

À Professora Doutora Ana Novais, agradeço de forma muito sincera pela pronta disponibilidade, pelas sugestões valiosas e pelo providencial apoio nesse processo solitário de escrita e organização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Mário Lousã, pelo apoio na revisão do texto e o meu muito obrigado pelo apoio moral e material. Igualmente ao Professor Doutor António Mexias o meu gesto de gratidão, pela sua atenção e parecer, fazendo-me aquietar perante os meus receios.

Ao Professor Manuel Correia, meu eterno “Mestre”, não há palavras que possam traduzir a minha eterna gratidão. Simplesmente, muito obrigada por tudo.

Não poderei de forma alguma esquecer a simpatia e o afecto das Professoras Maria Helena Guimarães, Isabel Januário e Ana Paula Nogueira da Secção de Agronomia Tropical.

Aos meus colegas do curso de mestrado pela amizade e companheirismo, em especial à Sandra Domingos pela amizade sólida nascida em nós. Aos “Meninos e ao pai Gamito” pela amizade e convivência durante esses dois anos, fazendo-me sentir em casa.

Ao meu colega José Henriques, pela entreaajuda, troca de ideias e partilha de inquietudes que, certamente serviram para enriquecer este trabalho.

Ao Projecto de Ordenamento e Valorização de Bacias Hidrográficas, na pessoa do Engº Oumar Barry, por ter financiado o salário dos inquiridores e ao Director dos serviços de

Engenharia Rural, Srº Eugénio Barros por ter disponibilizado viatura e respectivo condutor para o nosso trabalho de campo.

À Presidente da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), pelo apoio financeiro e institucional prestado.

Aos inquiridores Carlos Sanches, Ernestina Veiga e Gregória Semedo pelo profissionalismo demonstrado na realização dos inquéritos aos agregados familiares.

A minha homenagem a todos os inquiridos da Bacia Hidrográfica dos Picos que muito amavelmente me receberam em suas casas e muito pacientemente responderam ao meu inquérito, com aquela “morabeza” característica do povo cabo-verdiano.

E acima de tudo, a Deus Pai, por ter permitido tudo de novo.

NOMES E ABREVIATURAS

AIA- Avaliação de Impacte Ambiental

ADIRV- Associação de Desenvolvimento Integrado de Rui Vaz;

ADF- African Development Foundation;

ANSA- Agência Nacional de Segurança Alimentar (Cabo Verde);

APD- Ajuda Publica ao Desenvolvimento;

ASS- África Sub-Sahariana;

ASDIS- Associação para a Solidariedade Social e Desenvolvimento Comunitário da
Ilha de Santiago;

BM- Banco Mundial;

BCV- Banco de Cabo Verde;

BP- Banco de Portugal;

BTC- Balança das Transacções Correntes;

CA- Chefe de Agregado;

CECV- Caixa Económica de Cabo Verde;

CNESA- Comissão Nacional para A Segurança Alimentar (Cabo Verde);

DECRP- Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza;

DGASP- Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária (Cabo Verde);

DSSA- Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (Cabo Verde);

EBI- Ensino Básico Integrado (Cabo Verde);

EMPA- Empresa Pública de Abastecimento (Cabo Verde);

ECV- Escudos Cabo-Verdianos;

FAIMO- Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra;

FAMI-PICOS- Associação das Mutualidades de Crédito de Picos;

FAM-F- Federação das Associações Cabo-Verdianas que operam na área do Micro-
Finanças;

FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação;

FIPA- Federação das Industrias Portuguesas Agro-Alimentares;

FIT- Frente Inter-Tropical;

GEP- Gabinete de Estudos e Planeamento (Cabo Verde);

GMDL/SC- Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local/Santa Cruz;

GOP- Grandes Opções do Plano (Cabo Verde);

HIV-SIDA- Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida;

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano;

IDRF- Inquérito às Despesas e Receitas da Família (Cabo Verde);

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional (Cabo Verde);

INIDA- Instituto de Investigação e Desenvolvimento Agrário (Cabo Verde);

INE- Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde);

INDP- Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (Cabo Verde);

INGM- Instituto Nacional de Geofísica e Meteorologia (Cabo Verde);

ISA- Instituto Superior de Agronomia (Portugal);

ISE- Instituto Superior de Educação (Cabo Verde);

iPRSP- Interim Poverty Reduction Strategy Paper;

ISVAF- Inquérito de Seguimento à Vulnerabilidade Alimentar Familiar

MA- Ministério da Agricultura (Cabo Verde);

MAAP- Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (Cabo Verde);

MORABI- Associação para a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento;

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

OMS- Organização Mundial de Saúde, Organismo da ONU;

ONG- Organização não Governamental;

OMCV- Organização das Mulheres de Cabo Verde;

ONU- Organização das Nações Unidas;

OIT- Organização Internacional do Trabalho;

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

PAM- Programa Alimentar Mundial;

PANA- Plano de Acção Nacional para o Ambiente;

PIB- Produto Interno Bruto;

PMD- Países Menos Desenvolvidos;

PND- Plano Nacional de Desenvolvimento (Cabo Verde);

PNUD- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento;

PNLP- Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (Cabo Verde);

POVBH- Projecto de Ordenamento e Valorização de Bacias Hidrográficas;

PSI- Policy Support Instrument;

RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação;

SEPA- Secretariado Executivo para o Ambiente;

SISA- Sistema de Informação para a Segurança Alimentar;

UNCDF- United Nations Capital Development Fund;
USAID- United States Agency for International Development;
USD- Dólares norte-americanos;
KCAL- Quilo calorías;
ZEE- Zona Económica Exclusiva.

Índice Geral

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimento	iii
Siglas Utilizadas	v
Índice	viii
Lista de Gráficos	xii
Lista de Quadros	xiii
Lista de Quadros em Anexo	xiii
Lista de Figuras	xvi
Lista de Figuras em Anexo	xvi
 Capítulo 1: Introdução, Objectivos e Hipóteses	 1
1.1- Introdução	1
1.2- Objectivos Gerais	4
1.3- Objectivos Específicos	5
1.4- Hipóteses	5
1.5- Metodologia	6
 Capítulo 2: A Mulher e as Questões da Pobreza	 6
2.1- A Pobreza: Aspectos Gerais	6
2.2- Pluralidade do Conceito da Pobreza e Formas de Mensuração	10
2.2.1- Abordagem do Rendimento	10
2.2.2- Abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas	13
2.2.3- Abordagem das Capacidades	14
2.3- A Mulher e a Pobreza	15
2.3.1- A Mulher nas Conferências e Encontros Internacionais	20
2.4- O Microcrédito na Redução da Pobreza e Inclusão Social	22
2.4.1- O Microcrédito e o Empowerment da Mulher	28
 Capítulo 3: A Mulher e a Segurança Alimentar	 29
3.1- Segurança Alimentar: A construção do Conceito	29
3.1.1- As Dimensões da Segurança Alimentar	31

3.1.1.1- Segurança Alimentar na Dimensão Produção -----	33
3.1.1.2- Segurança Alimentar na Dimensão Disponibilidade e Distribuição -----	33
3.1.1.3- Segurança Alimentar na dimensão Acesso -----	35
3.1.1.4- Segurança Alimentar na Dimensão Consumo -----	36
3.2- Pobreza, Segurança Alimentar e Desnutrição -----	38
3.3- A Mulher e a Segurança Alimentar -----	40
3.3.1- A Mulher na Agricultura -----	44
3.3.2- A Mulher e o Acesso à Terra -----	46
3.3.3- A Mulher e o Acesso ao Crédito -----	49
 Capítulo 4: Cabo Verde – Caracterização Geral -----	 50
4.1- Caracterização Geral -----	51
4.1.1- Geografia -----	51
4.1.2- Clima -----	52
4.1.3- Solos -----	54
4.1.4- População -----	56
4.1.5- Características Socioeconómicas -----	59
4.2- Dinâmica e Caracterização da Pobreza -----	65
4.2.1- O Microcrédito em Cabo Verde como Estratégia de Redução da Pobreza -----	72
4.3- Contexto e Políticas de Segurança Alimentar em Cabo Verde -----	77
4.3.1- Estratégias no Domínio da Segurança Alimentar -----	80
 Capítulo 5: Estudo de Caso na Bacia Hidrográfica dos Picos -----	 89
5.1- O Concelho de Santa Cruz- Caracterização Sumária -----	89
5.1.1- Morfologia -----	89
5.1.2- Clima -----	90
5.1.3- Solos -----	90
5.1.4- Recursos Hídricos -----	91
5.1.5- Recursos Oceânicos -----	91
5.1.6- População -----	92
5.1.7- Caracterização Económica e Social -----	93
5.1.7.1- Actividade Agrícola -----	93

5.1.7.2- Pecuária -----	95
5.1.7.3- Pesca -----	95
5.1.7.4- Comércio -----	96
5.1.7.5- Turismo -----	97
5.1.7.6- Emprego/Desemprego -----	98
5.1.7.7- A Situação das Famílias -----	99
5.1.7.8- Participação da Mulher no Concelho -----	101
5.1.7.9- Situação da Pobreza em Santa Cruz -----	103
5.1.7.10- Promoção e Desenvolvimento Social -----	106
5.2- A Bacia Hidrográfica dos Picos (Santa Cruz) -----	107
5.3- Metodologia -----	110
5.3.1- Estrutura do Inquérito -----	113
5.3.2- Amostragem -----	114
5.3.3- Concretização dos Procedimentos Metodológicos -----	115
 Capitulo 6: Análise dos Resultados -----	 117
6.1- Perfil Sócio Económico dos Agregados Familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos -----	 117
6.1.1- Composição e Dimensão dos Agregados Familiares -----	118
6.1.2- Instrução e Estado Civil dos Chefes dos Agregados Familiares -----	119
6.1.3- Estado de Emprego e Sector de Actividade Económica dos Chefes de Agregados Familiares -----	 121
6.2- Fontes de Rendimento do Agregado Familiar -----	121
6.3- Estrutura das Despesas dos Agregados Familiares -----	123
6.3.1- Limiar da Pobreza e Limiar das Necessidades Alimentares dos Agregados -----	 126
6.4- Decisões de Venda e Destino das Receitas de Produção Agrícola e Animal -----	 129
6.5- Caracterização da Qualidade de Vida dos Agregados Familiares -----	132
6.5.1- Habitação -----	132
6.5.2- Acesso a Energias Domésticas -----	133
6.5.3- Acesso a Água Potável -----	134
6.5.4- Saneamento Básico -----	136
6.5.5- Posse de Bens e Equipamentos -----	138

6.5.6- Acesso à Comunicação e Informação -----	138
6.5.7- Mobilidade -----	139
6.6- A Mulher e as Actividades Domésticas -----	139
6.7- Microcrédito, Rendimento e Qualidade de Vida dos Agregados -----	142
6.8- Consumo Alimentar -----	145
6.8.1- Frequência de Consumo de Alimentos -----	146
6.8.2- Consumo de Alimentos em Quantidade -----	150
6.9- Estado de Nutrição dos Agregados Familiares -----	152
6.10- Análise Econométrica e Modelações -----	157
6.10.1- Discussão -----	162
 Capitulo 7: Conclusões e Recomendações -----	 165

Referencia Bibliográfica

Anexos

Lista de Gráficos

Capítulo 4

Gráfico 01: Previsão da Evolução da População Residente: Cabo Verde 2000-2020

Capítulo 6

Gráfico 02: Índice de Dependência por Sexo

Gráfico 03: Estrutura das despesas dos Agregados Familiares

Gráfico 04: Origens da Água para Consumo Doméstico

Gráfico 05: Ingestão Energética Média dos Agregados Familiares

Gráfico 06: Adequação do Consumo Calórico e Proteico dos Agregados Familiares

Lista de Quadros

Capítulo 4

Quadro 01: Características Físicas das Ilhas de Cabo Verde

Quadro 02: Alguns Indicadores Económicos de Cabo Verde

Quadro 03: Pobreza em Cabo Verde

Quadro 04: Distribuição da Pobreza por Ilhas

Capítulo 5

Quadro 05: Principais Indicadores Sociais da BHP

Capítulo 6

Quadro 06: Composição dos Agregados por Sexo do Chefe

Quadro 07: Taxa de Dependência por Sexo do Chefe do Agregado

Quadro 08: Fontes de Rendimento Por Sexo do Chefe do Agregado

Quadro 09: Despesa Média Mensal per Capita dos Agregados

Quadro 10: Satisfação das Necessidades Alimentares segundo Sexo do Chefe de
Agregado

Quadro 11: Agregados com Microcrédito

Quadro 12: Rendimento Médio Mensal dos Agregados

Quadro 13: Índice de Melhoria depois do Microcrédito

Quadro 14: % dos Produtos Essenciais no Total de Calorias e Proteínas

Quadro 15: Sumário de Regressão para a Variável Dependente: Consumo PC (calorias)

Lista de Quadros em Anexo

Quadro 01: Dimensão dos Agregados

Quadro 02: Dimensão Média dos Agregados

Quadro 03: Instrução dos Chefes de Agregados

Quadro 04: Estado Civil dos Chefes de Agregados

Quadro 05: Actividade e Estado de Emprego

Quadro 06: Sector de Actividade Económica

Quadro 07: Estrutura das Despesas dos Agregados Familiares
 Quadro 08: Rendimento Per Capita dos Agregados
 Quadro 09: Limiar de Pobreza dos Agregados
 Quadro 10: Proporção de Agregados não Pobres
 Quadro 11: Decisões de Vendas e Destino das Receitas de Produção Agrícola
 Quadro 12: Decisões de Vendas e Destino das Receitas de Produção Animal
 Quadro 13: Regime de Ocupação dos Alojamentos
 Quadro 14: Tipologia de Habitação
 Quadro 15: Tipo de Telhado
 Quadro 16: Energias para Iluminação
 Quadro 17: Energias para Preparação dos Alimentos
 Quadro 18: Fonte de Abastecimento de Água Potável
 Quadro 19: Tratamento de Água
 Quadro 20: Posse de Casa de Banho
 Quadro 21: Forma de Evacuação de Águas Residuais
 Quadro 22: Evacuação de Resíduos Sólidos
 Quadro 23: Electrodomésticos
 Quadro 24: Acesso à Comunicação e Informação
 Quadro 25: Mobilidade
 Quadro 26: Género e Apanha da Água
 Quadro 27: Género e Tratamento da Água
 Quadro 28: Género e Preparação dos Alimentos
 Quadro 29: Género e Evacuação de Águas Residuais
 Quadro 30: Género e Evacuação de Resíduos Sólidos
 Quadro 31: Tempo de Acesso a Água
 Quadro 32: Agregado com Microcrédito
 Quadro 33: Rendimento Médio Mensal dos Agregados em ECV
 Quadro 34: Instituição e Actividade Financiada
 Quadro 35: Agregado chefiado por mulher
 Quadro 36: Agregado chefiado por homem
 Quadro 37: Tipo de Alimento e Frequência com que são consumidos pelos
 Agregados chefiados por mulher
 Quadro 38: Tipo de Alimento e Frequência com que são consumidos pelos
 Agregados chefiados por homem

Quadro 39: Quantidade Consumida nos Agregados Chefiados por Mulheres

Quadro 40: Quantidade Consumida nos Agregados Chefiados por Homens

Quadro 41: Repartição da População por Concelho segundo Meio de Residência

Quadro 42: Cálculo de Número Equivalente Homem

Lista de Figuras

Capitulo 4

Figura 01: Mapa do Arquipélago de Cabo Verde

Figura 02: Pirâmide Etária de Cabo Verde – 2000

Capitulo 5

Figura 03: Pirâmide Etária de Santa Cruz

Figura 04: Mulheres Chefes de Agregados segundo Estado Civil - Santa Cruz

Figura 05: Homens Chefes de Agregados segundo Estado Civil - Santa Cruz

Figura 06: Incidência, Profundidade e Intensidade da Pobreza em Santa Cruz

Figura 07: Localização da Bacia Hidrográfica dos Picos

Lista de Figuras em Anexo

Figura 01: Mapa do Concelho de Santa Cruz

Figura 02: Mapa da Incidência da Pobreza no Concelho de Santa Cruz

Figura 03: Mapa Geográfica da Evolução da População por Zonas

Figura 04: Mapa Geográfica da População Activa por Localidades

Figura 05: Mapa Geográfica de Abastecimento de Água

Figura 06: Mapa de Infra-estruturas Sociais existentes no Concelho de SC

CAPITULO 1- INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS E HIPÓTESES

1.1- Introdução

Em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, foi concluída com a organização de uma ampla Plataforma de Acção que buscou compromissos internacionais para melhorar as condições e os direitos das mulheres em todo o mundo. Muitas das declarações contidas no Plano de Acção de Pequim estão de acordo com compromissos assumidos pelos Estados noutras conferências mundiais da ONU incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Em Setembro de 2000, os Estados Membros da ONU aprovaram a Declaração do Milénio, mediante a qual determinaram o fortalecimento dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento, e a melhoria da capacidade da ONU de agir em nome das prioridades da humanidade. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) foram formulados como um mecanismo de implementação da Declaração do Milénio. As suas metas e indicadores com prazo marcado representam o compromisso da comunidade internacional com uma definição ampla de desenvolvimento.

Representando algo mais do que um conjunto de pontos referenciais quantitativos a atingir até 2015, os ODM condensam uma visão mais ampla das prioridades do desenvolvimento partilhado. As metas multifacetadas estabelecidas no quadro dos ODM contemplam um vasto leque de dimensões interligadas do desenvolvimento, desde a redução da pobreza extrema até à igualdade dos géneros, passando pela saúde, educação e ambiente.

Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher constituem um reflexo paradigmático destas interligações. O PNUD (2006) realça que, “sem o progresso destas áreas, muitos países não atingirão os ODM”.

Apesar do desenvolvimento humano não se resumir aos ODM, as metas estabelecidas oferecem uma estrutura de referências úteis para a compreensão das interligações entre o

progresso em diferentes áreas, nomeadamente da importância crucial da promoção e autonomização da mulher. A FAO considera que a agricultura sustentável, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar não podem ser realizados através de esforços que excluam mais da metade da população rural. A contribuição da mulher para a agricultura e a segurança alimentar é amplamente reconhecida em todas as regiões. Apesar dos compromissos internacionais mencionados acima, as mulheres, principalmente em áreas rurais, não melhoraram significativamente a sua posição económica e a sua situação social, e as prerrogativas básicas relativas à reprodução humana e social continuam sendo subordinadas a objectivos produtivos e comerciais.

O Governo de Cabo Verde, consciente de que as desigualdades baseadas na discriminação em razão do sexo constituem um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade em geral, tem adoptado e ratificado algumas das Convenções e Resoluções saídas dos fóruns mundiais. O conceito de género foi introduzido no Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000), como instrumento que se pretende eficaz para acelerar a paridade entre os sexos.

A pobreza é um fenómeno complexo que vem evoluindo e com consequências graves para o bem-estar das populações, pelos níveis alarmantes atingidos. Das diversas manifestações da pobreza, uma em particular, tem despertado a atenção internacional: a discriminação social baseada no sexo. Acompanhando o fenómeno de globalização e os processos de transição política, económica e social nas sociedades em desenvolvimento, desenham-se algumas consequências no papel desempenhado pela mulher, nomeadamente a denominada “feminização” da pobreza. Na verdade, a última década apresenta um aumento desproporcional do número de mulheres, em relação ao número de homens, que vivem em situação de pobreza.

O Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF 2001/02), aponta que a população residente em Cabo Verde é maioritariamente feminina (52%). Além de constituírem a maioria da população cabo-verdiana, 40 % das mulheres são chefes de família, 42,2% são

mães solteiras, sendo uma grande parte delas analfabetas, mães de filhos de pais diferentes, sem companheiro fixo e que não podem contar com a ajuda dos pais dos seus filhos.

As mulheres não gozam de oportunidades iguais aos dos homens nos vários domínios da vida social, cultural, afectiva, económica e política. São particularmente tocadas pela pobreza, sobretudo nas zonas rurais e nas periferias urbanas, pois a maior parte da população pobre é do sexo feminino.

A mulher desempenha um papel de relevo nas famílias rurais, chegando a chefiar 41,9% dessas famílias. Estão à frente de 36% das explorações agrícolas, ocupam 41% das terras de sequeiro (as menos rentáveis), 23 % das de regadio e 20 % das terras mistas.

Dados do Instituto Nacional de Estatísticas indicam ainda que, a pobreza em Cabo Verde é um fenómeno iminentemente rural, tanto na sua incidência, pois quase metade da população rural é pobre, quer na sua contribuição nacional para a pobreza que aponta para cerca de 70% dos pobres a viverem no campo.

A pobreza e a insegurança alimentar em Cabo Verde estão intimamente ligadas, na medida em que, segundo dados do ISVAF, o nível de rendimentos é um factor determinante para a segurança alimentar das famílias, visto que o auto-consumo é muito baixo. Segundo dados do INE, a maior parte dos pobres do país vive no meio rural, onde mais de 80% dos alimentos consumidos são comprados e não produzidos¹. Os pobres do meio rural gastam mais de metade do seu orçamento na compra de produtos alimentares, comprometendo assim outras necessidades básicas.² A proporção de famílias em situação de pobreza e de insegurança alimentar no seio das que são chefiadas por mulheres é maior do que as chefiadas por homens.

O estudo compõe-se de sete capítulos, dos quais esta introdução é o primeiro.

¹ Dados do ISVAF 2005.

² Dados do INE sobre a Pobreza em Cabo Verde (2002).

O segundo aborda a Mulher nas Questões da Pobreza, começando o capítulo por contextualizar o conceito e formas (algumas) para a sua mensuração, passando pelo estabelecimento da (co) relação entre a mulher e pobreza. Aborda-se também a importância crescente do microcrédito na luta contra a pobreza e o consequente contributo no “empowerment” da mulher.

O terceiro capítulo é dedicado à importância da Mulher na Segurança Alimentar, procurando realçar a relação existente entre a pobreza, a segurança alimentar e o contributo da mulher para a sua redução.

No quarto capítulo, faz-se, em termos genéricos, a caracterização física e socioeconómico de Cabo Verde, com especial destaque para a problemática da pobreza.

No quinto capítulo é apresentado um estudo caso. Para tanto, faz-se uma descrição sumária do concelho e da área geográfica escolhida para o estudo (Bacia Hidrográfica de Picos no Concelho de Santa Cruz) assim como a metodologia de investigação adoptada.

O sexto capítulo consagra os resultados obtidos através do inquérito aplicado, articulados com as observações registadas e com os pressupostos da teoria.

As conclusões e recomendações finais do estudo são apresentadas no sétimo e último capítulo.

1.2- Objectivos Gerais

O presente trabalho pretende dar um contributo, ainda que modesto, para o reconhecimento do papel da mulher, não só como produtora mas também como gestora dos alimentos no seio da família rural e a consequente contribuição para a melhor segurança alimentar do agregado familiar. Pretende ainda pôr em relevo, as estratégias familiares, normalmente levadas a cabo pelas mulheres, para minimizar situações de penúria. A Bacia Hidrográfica dos Picos, no concelho de Santa Cruz em Cabo Verde foi a zona escolhida como unidade de análise.

1.3- Objectivos Específicos

O Estudo pretende alcançar os seguintes objectivos específicos:

- a) Compreender a realidade actual de vida no meio rural e a importância da mulher neste contexto, nomeadamente como factor de melhor segurança alimentar
- b) Comparar situações diversas de qualidade de vida, entre grupos de famílias com e sem acesso ao microcrédito.
- c) Recolher subsídios para a compreensão dos dados quantitativos disponíveis sobre a relação entre a insegurança alimentar e a pobreza

1.4- Hipóteses

As principais hipóteses a testar são as seguintes:

- a) Que variáveis, dentro do contexto económico e social de Cabo Verde reflectem a maior ou a menor vulnerabilidade alimentar dos agregados familiares;
- b) Nos agregados familiares, o estatuto da mulher e a sua educação são factores determinantes do estado nutricional da família;
- c) As estratégias e as políticas implementadas pelo sector público na luta contra a pobreza, são determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população, designadamente melhor alimentação;
- d) O rendimento dos agregados familiares podem ser muito potenciadas, com apoio de mecanismos e recursos financeiros, como seja o microcrédito;
- e) O papel da mulher na produção local de alimentos pode potenciar melhorias significativas na segurança alimentar e nutricional das famílias.

1.5- Metodologia

Visando atingir os objectivos preconizados, a metodologia definida para o presente estudo consistiu, numa primeira fase, na recolha de dados e informação, pesquisa e análise documental relacionados com o tema em estudo. Numa segunda fase, recorreremos à recolha e análise de dados qualitativos, traduzidos num inquérito feito aos agregados familiares da área em estudo (Bacia Hidrográfica dos Picos) e entrevistas individuais, dirigidas a autoridades locais e responsáveis de ONG's que trabalham no concelho. Devemos realçar que estas entrevistas, que muitas vezes tomaram a forma de conversas informais, revelaram-se de extrema importância no aprofundamento e levantamento de hipóteses sobre a relação entre a segurança alimentar, a pobreza e as estratégias das famílias para os contornar.

A Bacia Hidrográfica dos Picos estende-se entre os municípios de São Salvador do Mundo e de Santa Cruz. Optamos por trabalhar nas zonas administrativas da bacia pertencentes ao município de Santa Cruz, por razões logística e de tempo.

CAPITULO 2: A MULHER E AS QUESTÕES DA POBREZA

2.1- A Pobreza: Aspectos Gerais

A Pobreza é um tema que preocupa a comunidade internacional e tem estado na agenda de muitos países, pelos níveis que vem atingindo e pelos problemas daí resultantes. Kofi Annan, ex Presidente das Nações Unidas, no Relatório do Milénio de 2000, chama a atenção sobre esse flagelo que atinge grande parte da população mundial. Pelos dados do relatório, “mais de 2800 milhões de pessoas, perto de metade da população mundial, vivem com menos do equivalente a 2 dólares por dia. Mais de 1299 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 20% da população mundial, vivem com menos do equivalente a 1 dólar por dia. Os 20% mais ricos da população mundial que vive nos países com rendimentos elevados têm acesso a 86% do Produto Interno Bruto. Os 20% mais desfavorecidos vivem nos países mais pobres e têm acesso apenas a cerca de 1% do PIB” (Annan, 2004).

Atkinson (1989) refere que, “a preocupação com a pobreza tem sido expressa ao longo dos séculos, mesmo que a sua prioridade na agenda por acções políticas não tenha sido alta. Seus diferentes significados e manifestações têm sido objecto de estudo de historiadores, sociólogos e economistas. As suas causas têm sido identificadas numa vasta gama de razões, variando das deficiências na administração do rendimento à injustiça do sistema económico e social. A redução ou abolição da pobreza tem sido procurada na reforma da assistência social, na intervenção no mercado de trabalho, e nas mudanças significativas na forma de organização económica”. A pobreza é uma questão muito complexa e manifesta-se de várias formas. Por isso, mesmo havendo um sistema teórico preciso subjacente ao conceito de pobreza, continuaria a persistir a questão da separação entre pobres e não-pobres, ou seja, qual seria o limiar de rendimento adequado a ser considerado. Questiona-se, por exemplo, se é mais adequado o uso de uma abordagem da pobreza absoluta ou relativa e, neste caso, que medida sumária seria escolhida. Vários problemas de mensuração surgem num caso e noutro, não existindo consenso entre os estudiosos quanto à linha óptima de pobreza num sentido preciso, ou quanto à medida que melhor reflecte a posição relativa dos pobres, devido à pluralidade do conceito. Nesta base é fundamental a precisão dos objectivos preconizados e em função disso conceptualizar o fenómeno.

Para Romão (1993), isso deve-se fundamentalmente a 3 razões:

1. “Toda e qualquer investigação sobre o fenómeno da pobreza enquanto síndrome social requer que se precise de maneira transparente seu conteúdo conceitual, tendo em vista que é exactamente através do conceito empregado que se vai determinar quais as situações e peculiaridades que são passíveis de ser caracterizadas como de pobreza e quais aquelas que não o são;
2. A transparência do conceito é um pré-requisito para a mensuração do fenómeno, posto que não se deve, enquanto na esfera do rigor científico, pretender mensurar algo que não se sabe exactamente o que é;
3. Cada conceito de pobreza envolve diferentes critérios de acção para medidas de intervenção pública, o que subentende que seja o conceito antecedente bem delineado.”

Sen (1979), afirma que sempre haverá alguma ambiguidade, e realça que “existem muito poucas alternativas. Temos de aceitar o elemento de arbitrariedade na descrição da pobreza e torná-lo tão explícito quanto possível”. Antes de entrar na discussão teórica acerca da pobreza é fundamental que entendamos o seu significado, uma vez que existem várias abordagens. A privação é uma das manifestações de pobreza e que normalmente se encontra presente em vários debates relacionados com o tema. Para Sen (1980), podemos definir a pobreza como a não satisfação das necessidades básicas de uma vida decente. Nota-se que o conceito de decência varia de sociedade para sociedade. Altimir (1982) fala em síndrome de pobreza, ou seja, ele define a pobreza com base na privação de bens materiais, tais como desnutrição e habitação precária, e elementos de privação não - materiais, destacando-se a participação nos mecanismos de integração social.

Nota-se pelo que foi exposto, que é difícil estabelecer uma separação precisa entre o que é pobreza e o que não é. No entanto existe quase uma unanimidade em classificar como pobres as pessoas que se encontram em situação de extrema privação material como, por exemplo, os que estão morrendo de fome e não têm onde morar. Para além destas, para sabermos quem mais pode ser enquadrada neste leque, é preciso estabelecer um limite para o grau de privação, visando separar os pobres dos não-pobres.

Assim, surgem várias propostas de delimitação da pobreza, que normalmente seguem duas concepções de pobreza: a absoluta e a relativa.

1. Pobreza absoluta – é aquela em que os indivíduos não dispõem dos meios necessários para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, além de outros elementos não materiais considerados necessários à sobrevivência digna das pessoas.

2. A abordagem relativa define pobreza de acordo com os padrões de vida da sociedade, estabelecendo uma relação entre o patamar da linha de pobreza e a distribuição do rendimento total da população. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de

indivíduos relativamente pobres mesmo em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos.

Portanto, a pobreza tem uma dimensão absoluta, quando está estreitamente ligada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital, possuindo também uma dimensão relativa, referente aos padrões de vida vigentes numa sociedade. Para compreender a pobreza como um conceito absoluto é necessário estabelecer os padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais podemos identificar as pessoas como sendo pobres. Romão (1993) diz que, “o padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário etc.) em geral é avaliado a preço de mercado e o rendimento necessário para custeá-lo também é calculada. Implícita nesta definição está a ideia de que a noção de pobreza absoluta expressa uma opinião colectiva da sociedade, derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana”.

Pode-se argumentar, que o conceito de pobreza, embora guarde óbvia relação com a noção de desigualdade, não deveria ser tratado como sinónima dessa última. Sen (1981) argumenta que “desigualdade é fundamentalmente uma questão diferente da pobreza (...). Desigualdade e pobreza não deixam de estar relacionada, mas nenhum dos conceitos se subordinará ao outro”. Destacar apenas a pobreza relativa e sua ligação com a desigualdade afasta-nos da percepção da pobreza enquanto núcleo próprio e, portanto, algo objectivo, socialmente concreto que se deve tentar eliminar.

Apesar dos esforços de numerosos países pobres em activar a sua economia através de reformas políticas e programas de ajustamento, as condições económicas e sociais da maioria desses países continuam muito aquém do desejado, ou seja, precárias e incapazes de satisfazer as necessidades básicas de alimentação. De uma forma global, as ajudas alimentares duplicaram e tudo indica, que apesar do aumento da produção, a incidência da pobreza em regiões como a África Subsahariana e América Latina, continuará a aumentar.

Pobreza, malnutrição e insegurança alimentar são alguns dos vários problemas que levam os governos dos diferentes países africanos a preocuparem-se com a agricultura, particularmente com a pequena agricultura familiar, vendo nestes um modelo alternativo de desenvolvimento rural para reduzir a pobreza, promovendo a equidade do rendimento e utilização racional dos recursos naturais.

2.2- Pluralidade do Conceito da Pobreza e Formas de Mensuração

A pobreza é um conceito multidimensional, que se apresenta de diferentes formas, e por isso tem significados diferentes. Varia em função do tempo, espaço (de país para país) e até de indivíduo para indivíduo. Ela pode manifestar-se de diferentes formas: taxas de mortalidade infantil elevadas; falta de acesso à educação e à saúde; precárias condições de saneamento básico; baixo nível nutricional necessário para uma boa saúde e baixa expectativa de vida. Além dos aspectos mencionados, de que a pobreza se refere não apenas às necessidades, mas também à privação de direitos, e que estes ultrapassam a dimensão do rendimento, a literatura tem apontado que as múltiplas dimensões de pobreza estão inter-relacionadas, dando origem a um ciclo vicioso. Por exemplo: (a) problemas de saúde e a deficiência física, podem impedir os indivíduos de trabalhar a tempo inteiro, o que por sua vez faz diminuir níveis de rendimentos e a capacidade de trabalhar para sair da pobreza; (b) os menos instruídos têm a maior probabilidade de estarem representados no grupo dos pobres, uma vez que normalmente têm empregos mal remunerados ou estão desempregados. As famílias pobres têm enormes dificuldades em manter os filhos na escola, devido aos custos que isso acarreta bem como à pressão para que o maior número de membros do agregado familiar trabalhe. Sendo pouco instruída, a próxima geração pode vir também a ter empregos mal remunerados.

De acordo com a visão da multi-dimensionalidade da pobreza, existem algumas formas de mensuração da pobreza:

2.2.1- Abordagem do Rendimento

O rendimento é uma variável muito usada para a medir a pobreza, no entanto, tem sido alvo de discórdias entre os teóricos, sobretudo, na definição de quanto é necessário para se ter

uma vida digna, uma vez que as preferências e as necessidades das pessoas variam, ou seja, cada pessoa ou família gerirá de forma própria o seu dinheiro. Além disso, o conjunto de bens e serviços considerados necessários evolui com o desenvolvimento da tecnologia e com o crescimento do rendimento *per capita* da população. Por exemplo, antigamente a maioria das pessoas não dispunha de energia eléctrica em suas casas e, no entanto, não eram consideradas pobres. Já não se pode dizer o mesmo nos dias de hoje, onde já é consenso que energia eléctrica é um requisito importante para o bem-estar e para uma vida digna. De realçar também que, “quando o Estado proporciona bons níveis de oferta de bens e serviços básicos como alimentação, saúde e vestuário, a importância do rendimento na medição da pobreza diminui, pois as pessoas poderão consumir mais com menos dinheiro” (Borges, s/d).

Segundo Duarte (2005), a economia cabo-verdiana é essencialmente monetária, onde as necessidades dos indivíduos são atendidas através de trocas mercantis e operacionalizada indirectamente via rendimento, o que justifica o uso desta variável como uma boa “proxy”³ do bem-estar das famílias. Dentro do rendimento assumem papel importante as linhas da indigência e da pobreza como indicadores mais utilizados na medição da pobreza. Assim, a linha de indigência é definida como sendo, o valor monetário que é necessário para adquirir uma cesta básica de alimentos, que contém a quantidade calórica mínima à sobrevivência. Por sua vez, a linha da pobreza é o valor da linha da indigência adicionada de um montante monetário necessário à satisfação das despesas básicas de transporte, vestuário, educação e habitação, ou seja, é considerado como sendo o rendimento mínimo necessário para a sobrevivência e para uma vida digna dos indivíduos ou das famílias. Dito de outra forma, é o nível de rendimento estabelecido á priori e que nos permite distinguir os pobres dos não pobres.

Duarte (2005) citando Torres *et al* (2003) refere que, “as linhas de pobreza permitem-nos quantificar a pobreza de um determinado país e são de grande importância para efeito de comparações internacionais, porém são controversas”. Para justificar essa situação apresenta os seguintes argumentos: (1) elas podem, por exemplo, descaracterizar a situação

³ Representante

dos pobres urbanos em virtude dos alugueres e dos custos de transportes serem mais altos nos centros urbanos maiores; (2) elas também não consideram os rendimentos não monetários, que são comuns nas áreas rurais e nas comunidades pobres. Finalmente as linhas de pobreza não captam as chamadas múltiplas dimensões de pobreza. Essa é a grande limitação dessa abordagem.

Mesmo os critérios que estabelecem níveis de rendimentos equivalentes a uma cesta básica alimentar são imprecisos, pois a necessidade nutricional de cada indivíduo é distinta e varia de acordo com o nível de actividade física de cada um e com as condições climáticas de cada região. Por isso, na definição das linhas de pobreza está embutido um juízo de valor por parte do investigador (Torres *et al*, 2003).

De acordo com Sen (1978), a fome é uma das maiores manifestações de pobreza, uma vez que põe em causa a questão de sobrevivência do ser humano. Por isso, frequentemente são usadas as considerações biológicas para definir as linhas de pobreza. Para o efeito, normalmente, fixa-se uma linha de pobreza com base nos requisitos nutricionais mínimos da dieta para os produtos alimentares. Relativamente aos itens não alimentares estabelece-se alguma “proxy” para a renda que é gasta nos requisitos mínimos.

Na literatura internacional, “o procedimento mais comum consiste em adoptar a hipótese de que despesa alimentar é uma percentagem constante da despesa total das famílias ao longo do tempo. Assim, apesar das dificuldades para definir quantidades mínimas para as necessidades não alimentares, é inevitável estabelecer como ponto de partida um valor para a data de referência, mesmo que de forma mais ou menos arbitrária. A relação despesa alimentar/despesa total – o chamado coeficiente de Engel – passa a desempenhar papel central na actualização dos valores da linha de pobreza em cada período subsequente. Como, por hipótese, o coeficiente de Engel é constante no médio prazo, a actualização dos valores da linha de pobreza depende, apenas, da actualização do valor da cesta alimentar” (Rocha, 2000).

Portanto, a linha de pobreza é inversamente proporcional aos gastos com alimentação no orçamento das famílias pobres, ou seja, quanto maior for a proporção dos gastos com alimentação no orçamento das famílias pobres, menor é a linha de pobreza o que implica enfatizar sobremaneira a satisfação dos requisitos alimentares na medição da pobreza.

2.2.2- Abordagem das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)

Segundo Salama e Destremau (1999), outra abordagem para a definição da pobreza é o conceito da satisfação das necessidades básicas. Esta abordagem considera essencial o acesso a alguns bens, de modo que sem estes os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna. Geralmente são consideradas como necessidades básicas a alimentação, educação, vestuário, domicílio, saúde, água potável, rede de esgotos, recolha de lixo, acesso ao transporte colectivo. São na verdade, bens imprescindíveis sem os quais os indivíduos seriam incapazes de terem vidas saudáveis e possibilidades de inserção na sociedade. Essas medidas de NBI têm a vantagem de permitir analisar os impactos da pobreza a longo prazo. “Mesmo com alguma dificuldade, as Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), são mensuráveis e a sua satisfação é economicamente benéfica na medida em que aumenta a produtividade dos indivíduos. Porém, existe uma grande arbitrariedade no cálculo dos indicadores, posto que é necessário estipular quais são as necessidades além de um patamar para as mesmas. Além disso, têm sido criticadas devido ao facto de que a maioria delas basearem-se nos dados dos censos de população e habitação, os quais implicam uma serie de necessidades que dependem de infra-estruturas como habitação e serviços básicos” (Duarte, 2005).

Com base nas necessidades básicas insatisfeitas ou indicadores sociais define-se como pobre uma família, que padece de carências graves relativamente ao acesso a educação, saúde, nutrição, habitação, serviços urbanos e oportunidades de emprego. Para a definição das NBI, é necessário calcular determinados indicadores relacionados com o domicílio, tais como: défice de serviços de electricidade, défice de água potável, analfabetismo, insuficiente nível de escolaridade, deficiente atenção à saúde, baixa participação laboral. Qualquer domicílio que tenha uma ou mais dessas deficiências é considerado com necessidades básicas insatisfeitas e, portanto pobre.

Para Atkinson (1989), a abordagem das NBI “permite que a pobreza seja medida multidimensionalmente, onde a família pode ser privada de um, ou de mais aspectos, sendo particularmente sérias as situações nas quais as famílias sofram privações em várias dimensões, tipicamente referido como Privações Múltiplas”.

Sen (1999) propõe uma distinção entre duas abordagens ao problema de pobreza: (1) que diz respeito aos padrões de vida (*grosso modo*, referente as necessidades básicas insatisfeitas), e (2) aquela que se preocupa com os direitos individuais e serviços específicos.

2.2.3- Abordagem das Capacidades

O carácter multidimensional da pobreza leva à necessidade de um indicador que tenha uma correspondente abordagem multidimensional e que leve em consideração a situação autoavaliada, ou seja, a maneira como o indivíduo percebe sua própria situação social. “Esta vertente, conhecida como abordagem das capacidades, define a pobreza como a capacidade dos indivíduos exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos e busca analisar as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e colectivos” (Lopes, 2003).

É importante enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 1988). Essa abordagem é mais abrangente que a abordagem das necessidades básicas, pois inclui não apenas o acesso dos indivíduos à educação, saúde, infra-estrutura (acesso aos bens públicos em geral), como também à possibilidade dos indivíduos exercerem sua cidadania ao nível político.

Fazendo uso da abordagem das capacidades, o PNUD apresentou em 1990, um novo indicador multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). “Esse índice tem o objectivo de caracterizar aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, realçando as oportunidades que os indivíduos devem ter na vida de forma a permitir a sua opção de inserção social. Para, além disso, mede a qualidade de vida e o progresso humano no mundo” (Duarte, 2005).

Esse indicador permitiu a alteração da metodologia, ou seja, o progresso humano deixou de ser medido apenas pelo critério económico do rendimento “per capita”, passando a ser medido também pela ponderação de factores que ampliam as oportunidades de escolha das pessoas no seu dia-a-dia.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente um relatório sobre o Desenvolvimento Humano, onde classifica os diferentes países com base no IDH. Este indicador é uma unidade de medida que repousa sobre as três capacidades: longevidade, nível de educação e rendimento. Essas variáveis estão patentes no índice com peso igual ao do rendimento *per capita*. É uma média aritmética simples dessas três variáveis e varia numa escala de zero a um. O pressuposto é que, a riqueza em si, não expande necessariamente as escolhas das pessoas, o que é decisivo é o uso que se faz do rendimento. O “ranking” de países, organizado a partir do IDH, tornou-se uma referência internacional no debate sobre o desenvolvimento. O Estudo evidenciou, sobretudo, que nem sempre o aumento da riqueza significa melhoria do bem-estar humano. Países com elevada renda *per capita* podem apresentar baixos indicadores de desenvolvimento humano e vice-versa. O IDH tem sido utilizado amplamente pelos governos, instituições académicas e de investigação e, também, pela sociedade civil.

Com base na escala referida, o relatório classifica os países em três grupos: países com desenvolvimento humano elevado, com valores superiores a 0,800; países com desenvolvimento humano médio, com valores entre 0,500 a 0,799; e países com desenvolvimento humano baixo, com valores inferiores a 0,500.

2.3- A Mulher e a Pobreza

Um dos efeitos do processo da globalização da economia evidenciou que os graves e principais problemas enfrentados pelos diferentes povos – sejam eles de cariz económico, social ou ambiental – têm também uma dimensão global. As desvantagens das mulheres no mundo do trabalho e na sociedade em geral, são um desses problemas globalizados. E é

justamente por isso que, a “igualdade entre os sexos e a valorização da mulher” se tornou numa das metas do milénio⁴.

Para as lideranças mundiais, trata-se de tentar corrigir a distribuição profundamente desigual tanto dos benefícios quanto dos custos da globalização e construir as bases para um mundo mais justo, mais equilibrado e mais pacífico. “A estabilidade do desenvolvimento económico requer a sustentabilidade social e ambiental. O desequilíbrio ambiental, a extrema pobreza, as doenças endémicas, a violação dos direitos humanos e as profundas desigualdades sociais e de género, além de intoleráveis, configuram-se como limites reais para o desenvolvimento a médio e a longo prazo. São problemas que se articulam e se agravam mutuamente e cujas soluções estão profundamente interligadas” (Instituto Ethos, 2004).

A eliminação da pobreza extrema e o direccionar das actividades económicas para um modelo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável são os grandes desafios para a humanidade neste início de século XXI

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) a pobreza tem o rosto da mulher. Esta organização avalia que existem cerca de mil e duzentas milhões de pessoas em todo o planeta vivendo abaixo da linha de extrema pobreza, com o equivalente a menos de 1 dólar por dia (ajustado em cada país pela paridade do poder de compra). Desse total, 70% são mulheres, fenómeno identificado como a “feminização da pobreza”. Esse conceito representa a ideia de que as mulheres se vêm tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens. Essa situação de extrema pobreza não só impede as mulheres de viver plenamente seus direitos de cidadania, como também dificulta a sua capacidade de reagir. Com isso, forma-se um círculo vicioso que piora cada vez mais a qualidade de vida de milhões de mulheres em todo o mundo e, consequentemente, de seus filhos.

⁴ A Declaração do Milénio foi traduzida em oito Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, expressos num conjunto de alvos a serem atingidos até 2015. A esses oito objectivos foram chamados as Metas do Milénio

Uma das expressões da feminização da pobreza é o número crescente de famílias chefiadas por mulheres, cujos ganhos são menores que os dos homens. As causas mais frequentes para essa situação são a perda do cônjuge por viuvez ou abandono e migração para outra região. A maioria das mulheres que arcam com as despesas do lar têm baixa escolaridade e muitas vezes já não são jovens, o que se traduz em menores rendimentos e maiores dificuldades em conseguir trabalho.

Estudos feitos revelam que, as famílias pobres chefiadas por mulheres (cuja proporção vem aumentando) apresentavam um risco maior do que a família nuclear pobre, de transmissão intergeracional de pobreza (Novellino, 2004).

O Instituto Ethos realça que no mundo inteiro, as mulheres ocupam menos de 3% dos altos cargos executivos das grandes empresas, apenas 11% dos cargos no parlamento e 1% das lideranças sindicais, embora constituam 40% da população sindicalizada. No mercado do trabalho as mulheres ganham o equivalente a 77% do salário masculino, índice que cai para 73% nos países em desenvolvimento.

O Relatório da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu referente ao ano 2006 diz que, em 17 dos 25 Estados-Membros o risco de pobreza extrema entre as mulheres excede consideravelmente o mesmo risco entre os homens. Realça também que, na Europa ainda se verificam diferenças salariais entre homens e mulheres entre 16% e 33%. E, em comparação com 6,6% de homens, 30% das trabalhadoras na UE têm um trabalho a tempo parcial, opção frequentemente forçada pela falta de serviços de acolhimento de crianças a preços acessíveis. Os agregados familiares chefiados por mulheres têm um rendimento de 9% a 26% inferior aos dos chefiados por homens, surgindo o Reino Unido (26%) em primeiro lugar, seguido da Suécia (14%), França (12%), Países Baixos (11%), Alemanha (10%) e Itália (9%). Dos agregados familiares monoparentais, 85% são chefiados por uma mulher, o que realça ainda mais a posição desfavorável das mulheres em relação à pobreza.

O relatório refere ainda ao problema da violência doméstica: uma grande percentagem das mulheres sem-abrigo abandonou a residência familiar devido às violências sofridas e

atingiu o limiar da grande privação social e da pobreza extrema. Salienta também que as situações de grande pobreza incitam ao tráfico de mulheres, à prostituição, à violência e a fenómenos de exploração de todos os tipos.

Embora o número de mulheres que participam do mercado de trabalho venha aumentando a cada ano, a sua participação é marcada por salários muito inferiores aos dos homens. Além disso, seja pelo tipo de formação, seja pela falta de oportunidades, as mulheres concentram-se num número relativamente baixo de remuneração, tipicamente femininas, como a administração pública, saúde, ensino e serviços comunitários.

No meio rural, as mulheres são a maioria entre os que trabalham sem remuneração, em actividades para o próprio consumo ou na produção familiar. Nos países em desenvolvimento, as mulheres rurais, estão entre os grupos mais pobres e mais vulneráveis, onde a incidência da pobreza vem aumentando a um ritmo assustador.” Os três elementos comuns que afectam mais significativamente o bem-estar deste grupo parecem ser o crescimento demográfico, o desmantelamento do núcleo familiar (tendo como consequência o aumento de pequenos agricultores e famílias chefiadas por mulheres) e o aumento da pobreza” (Martins, 1996).

Martins (1996), considera ainda que, devido ao papel dos factores sócio - económicos onde elas estão inseridas, e também devido a políticas macroeconómicas de estratégia de desenvolvimento, este grupo está em tripla desvantagem porque:

- Como pobres, vivem em condições precárias como os homens;
- Como mulheres, sofrem com as condições culturais e políticas que subavaliam a sua contribuição ao desenvolvimento e as impedem de aumentar a sua produtividade no trabalho;

- Como chefes de propriedades, ao levar a cabo o processo de produção, enfrentam as mesmas dificuldades da falta de acesso e de controle de recursos produtivos (terra, capital, tecnologia e serviços de extensão).

Carvalho (2006), refere que, o número de mulheres pequenas agricultoras em África é o mais elevado do mundo, chegando aos 31%. Normalmente, as mulheres rurais e particularmente as chefes de explorações, são as mais desfavorecidas devido a diversos aspectos:

- Situação legal (vários maridos, divorciadas, juntas sem direitos legais);
- Número elevado de filhos (repetidos estados de gravidez que levam à debilidade física);
- Padrões de distribuição alimentar que favorecem os homens;
- Crescente migração dos homens para a cidade;
- Longas horas dispendidas a percorrer a pé grandes distâncias para a recolha de água, lenha e comercialização de produtos;
- Dificuldade de acesso à terra, ao crédito e à tecnologia;
- Fraca participação nas associações originando dificuldades na obtenção de informações, serviços de extensão, etc;
- Falta de participação nas tomadas de decisão das comunidades e instituições locais.

Quebrar o círculo vicioso da pobreza feminina, referido anteriormente, é uma das condições para diminuir a pobreza no mundo. E um dos meios de atingir esses objectivos é o fortalecimento⁵ (empowerment) da mulher, ampliando seus espaços de trabalho e garantindo a igualdade de oportunidades para ambos os sexos no conjunto dos espaços sociais.

⁵ É uma tradução literal do termo original do inglês, “empowerment”. Todavia, há autores que são de opinião que o termo empowerment é um conceito muito mais amplo que o simples fortalecimento, pois inclui uma ampliação da “capacidade de influência de um segmento; o aumento da importância da sua autoridade indica que um determinado grupo adquiriu mais poder, mais autoridade e até mesmo legitimidade perante a sociedade” (Neto, 2006).

2.3.1- A Mulher nas Conferências e Encontros Internacionais

O primeiro grande marco do processo do fortalecimento da mulher foi a Conferência Mundial da Mulher, realizada no México, em 1975, com o tema Mulher e Desenvolvimento. O reconhecimento das mulheres como um grupo vulnerável desencadeou a construção dos primeiros espaços institucionais dedicados à promoção da condição feminina.

A Conferência Mundial de Nairóbi, no Quênia, realizada em 1985 com o tema “Género e Desenvolvimento”, avançou em relação à primeira ao dar relevo às condições desiguais da mulher na sociedade e seus efeitos na reprodução da pobreza. “Reconheceu-se que devem ser formulados e implementados programas dando a este grupo acesso ao crédito, outras formas de assistência financeira e a serviços de extensão e formação” (Martins, 1996). Essa conferência trouxe um grande estímulo para a multiplicação de organizações de mulheres em vários países, nomeadamente na América Latina.

Entre a Conferência de Nairóbi, em 1985, e a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, em 1995, a questão da mulher esteve presente em pelo menos mais quatro encontros internacionais promovidos pela ONU, cada um deles com uma contribuição específica para o entendimento da importância das questões de género para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio em 1992, foi enfatizada a importância da participação da mulher nas instâncias de decisão política para a promoção do desenvolvimento sustentável. Essa conferência permitiu visualizar com clareza o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade e estabelecer o vínculo entre a produção e a reprodução, o mundo do trabalho e o mundo da família.

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, ocorrida em 1993, em Viena, na Áustria, declarou que os direitos das mulheres são direitos humanos e que as mulheres devem ter pleno acesso à vida civil, económica, social e cultural. Enfatizou, também, a importância de combater todas as formas de discriminação e de violência contra as mulheres e as meninas.

A IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, no Egipto, em 1994, além de ressaltar o prejuízo de uma educação diferenciada entre meninos e meninas, enfatizou a participação feminina nos processos políticos, a importância da educação e capacitação das mulheres para o trabalho e a garantia de seu acesso ao emprego e à segurança social. A conferência também chamou a atenção para a responsabilidade dos homens no planeamento familiar, no cuidado com as crianças e na realização das tarefas domésticas necessárias para a manutenção da família.

No ano seguinte, a Cúpula do Desenvolvimento Social, reunida em Copenhague, na Dinamarca, ressaltou que as mulheres são mais vulneráveis aos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental e da guerra. Enfatizou a importância da equidade dos sexos para o desenvolvimento sustentável, elegendo-a como um dos elementos indispensáveis nas estratégias de desenvolvimento.

Esses avanços foram consolidados em 1995, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Pequim, o maior encontro já realizado entre representantes oficiais de governos e organizações da sociedade civil. Com o tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz, a Conferência aprovou uma plataforma de acção para o fortalecimento da mulher, propondo que as questões relativas à promoção da equidade de género fossem incorporadas como tema transversal em todas as políticas públicas dos governos ali presentes. Os países participantes, inclusive Cabo Verde, comprometeram-se a desenvolver acções para o fortalecimento das mulheres, como capacitação para o trabalho, estímulo à participação política, protecção social e medidas contra todas as formas de discriminação.

A plataforma aprovada em Pequim foi reafirmada nos encontros de cúpula e conferências da ONU realizados posteriormente: o Habitat II, em Istambul, na Turquia, em 1996; a Conferência sobre a Alimentação, realizada em Roma, em 1997; a Conferência Mundial de Educação de Adultos, em Hamburgo, na Alemanha, em 1997; e a Conferência Mundial contra o Racismo e Todas as Formas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001. Esta última trouxe uma contribuição específica para a construção da equidade de género ao enfatizar a profunda desvantagem vivenciada por mulheres e meninas negras em

todo o mundo, ressaltando a importância de políticas efectivas, para sua inclusão em situação de igualdade.

O fortalecimento do papel económico e social da mulher requer políticas que contribuam para a redução do desemprego feminino tanto no meio rural como urbano, salários dignos e oportunidades de capacitação de modo a promover a melhoria da sua qualidade de vida.

2.4- O Microcrédito na Redução da Pobreza e Inclusão Social

Em consequência dos resultados saídos da IV Conferencia Mundial sobre a Mulher realizada em 1995, os governos comprometeram-se em promover e apoiar o emprego informal das mulheres, em igualdade com o dos homens, rever e implementar políticas que assegurem a não discriminação contra micro, pequenas e médias empresas geridas por mulheres nas áreas urbanas e rurais (Costa, 2004).

Por outro lado, nos anos 90, as novas estratégias de desenvolvimento começaram a desenvolver-se em torno de conceitos como: micro-empresário, microempresa e microfinanças. Assim, “os decisores políticos, sobretudo nos países em desenvolvimento, em consonância com organismos internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, têm por isso inserido na sua política pública de desenvolvimento a criação de assistência financeira, sob a forma de microcrédito às populações mais carenciadas, a qual é constituída maioritariamente por mulheres (Banco Mundial, 1996).

Desde a experiência do Grameen Bank em Bangladesh, o microcrédito passou a disseminar-se por vários países, como importante política de criação de emprego e rendimento, com importantes efeitos positivos sobre a pobreza. Tem sido um meio efectivo e cada vez mais utilizado no combate á pobreza na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para a melhoria da qualidade de vida da fracção populacional pertencente á base da pirâmide económica e social.

Para Hardy *et al* (2002), o microcrédito pode ser entendido como crédito para pobres ou microempreendedores de baixo rendimento sem acesso ao crédito formal, concedido sem

garantias reais, propiciando um mecanismo auto-sustentável de combate à pobreza e à exclusão social. Ela diferencia-se de um banco comercial tradicional ou de programas governamentais, precisamente pelos seus clientes alvo na disponibilização de serviços financeiros: pequenas empresas, microempresas e famílias pobres. O volume de crédito emprestado é normalmente pequeno, mas não necessariamente, e sempre de acordo com as necessidades do cliente. Costanzi (2002), considera que microcrédito é sobretudo a democratização do crédito pelo facto de ser concedido às pessoas que não têm acesso ao crédito formal. É tratar o acesso ao crédito e aos demais serviços financeiros como um dos direitos fundamentais do homem.

Adopta uma metodologia específica baseada primeiramente na concessão assistida de crédito, ou seja, ao contrário do que acontece no sistema financeiro tradicional, onde existe uma postura reactiva (o cliente é que vai ao banco), nas instituições de microcrédito, o agente do crédito vai até ao local onde o candidato ao crédito pretende exercer a sua actividade produtiva, para avaliar “in loco” as necessidades e as condições do empreendimento. O agente do crédito desempenha um papel bastante importante nessas instituições de microcrédito por estarem próximos da comunidade, colaborando na identificação de oportunidade de negócios, na organização dos empreendimentos na elaboração dos projectos e treinamento dos beneficiários dos recursos, de modo a garantir a viabilidade e sobrevivência futura do empreendimento e maior entrosamento entre o cliente e a instituição.

Outro ponto que diferencia o microcrédito do sistema financeiro tradicional são as formas de garantias, necessárias para reduzir o risco de inadimplência⁶. A prática de concessão de crédito tradicional é a exigência de garantias reais (património, tradição financeira do candidato, etc), enquanto que o microcrédito adopta sistemas de garantias baseado nas condições socioeconómicas dos pequenos empreendedores. “A troca de garantias reais pelos chamados colaterais sociais como por exemplo o aval solidário, ou incentivos à adimplência, como crédito progressivo, são certamente soluções mais eficientes e inteligentes de se prover contra a inadimplência num mundo de informação imperfeita. As

⁶ Falta de cumprimento do contrato ou de qualquer de suas condições

garantias reais criam um círculo vicioso de exclusão social e certamente impossibilitaria o acesso ao crédito por parte do público-alvo das microfinanças” (Costanzi, 2002).

Outro aspecto importante na concessão do microcrédito é que, diferentemente do crédito tradicional, o microcrédito precisa ser ágil (o prazo entre a solicitação e a entrega do crédito deve ser mais curto possível) e desburocratizado (tais como, documentos, assinaturas, etc.). Essas características incentivam o bom uso do crédito e o pagamento atempado.

Os dados divulgados na Conferência Mundial de Microcrédito, realizada em Novembro de 2005 no Canadá revelam que até 2005, das 113 milhões de pessoas atendidas a nível mundial no sistema de microfinanças, 84,2% eram mulheres (www.bancodocidadao.br), porque são elas que suportam a maior parte da carga da pobreza. A prática demonstra, que de uma maneira geral, as mulheres são melhores pagadoras do que os homens e são mais interessadas no desenvolvimento da família, o que as levam a investir o excedente monetário do empreendimento na melhoria da qualidade de vida de seus filhos, principalmente na alimentação, educação e saúde.

Baptista (2003) citando Brahm (2000), refere que, os programas de micro-finanças não são igualmente distribuídos geograficamente. Estudos do Banco Mundial revelam que 76% do total dos empréstimos ocorrem na Ásia, 21% na América Latina e apenas 3% em África. “A falta de infra-estruturas básicas de comunicação, a dispersão da população, isto é, a baixa densidade populacional e os altos níveis de iliteracia, que se verificam na África Subsaariana, serão factores adversos ao bom desempenho das instituições microfinanceiras” (UNCDF⁷, 1999).

Sobre a questão do público-alvo do microcrédito, Otero (2001) refere que, deverá alcançar toda a população pobre, excluída de qualquer serviço financeiro, ajudando-a a criar activos e riqueza, reduzindo assim a sua vulnerabilidade. As pessoas que detêm uma fonte de

⁷ UNCDF (United Nations Capital Development Fund) é uma organização independente que trabalha em estreita colaboração com o PNUD e tem como objectivo, contribuir para a realização dos Objectivos do Milénio nos Países Menos Desenvolvidos. O desenvolvimento das micro-finanças é uma das várias acções dessa organização.

rendimento poderão zelar pelo sustento das suas famílias, satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência e planejar o seu próprio futuro. Estando satisfeitas essas condições, a pessoa que antes pertencia ao sector marginalizado da sociedade, transforma-se num cidadão consciente e activo. Mas é preciso ter em atenção que muitas vezes o microcrédito não chega aos mais pobres entre os pobres, pois estes últimos são excluídos automaticamente pelos outros pobres. Existem estudos que evidenciam, que os mais pobres (aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, chamada de núcleo duro da pobreza), têm necessidades mais urgentes, que é o de consumir, pelo que a maior parte do empréstimo seria empregue no consumo, e o resultado do programa estaria comprometido. “Para esse público, normalmente é necessário a integração do microcrédito com outras acções de combate à pobreza e, inclusive, de assistência social” (Costanzi, 2002).

Um dos maiores obstáculos, do acesso ao crédito bancário da população de baixos rendimentos é o alto custo de transacção das operações de crédito, devido à falta de garantias reais por parte dessa população. Para Braga e Jr (1998), ao estipularem exigências cadastrais e garantias incompatíveis com este segmento do mercado, fazem com que os sistemas financeiros bancários excluam amplas parcelas da população do acesso ao crédito, como por exemplo, população de baixo rendimento, sector informal,⁸ micro e pequenas empresas. Assim, se o sistema financeiro não alcança esses segmentos, limita a afectação eficiente dos recursos, o investimento, a criação do emprego e o rendimento, ou seja, há uma distorção na afectação dos recursos.

Este problema de exclusão de uma parcela da população é particularmente delicada nos países em desenvolvimento que, geralmente, se caracterizam por uma grande participação do sector informal das micro e pequenas empresas e uma grande parcela da população vive próxima e até mesmo abaixo da linha de pobreza. Nesses países o sector informal e as micro e pequenas empresas desempenham um importante papel na criação do emprego e

⁸ A Organização das Nações Unidas (Allen et al, 2000), define sector informal como sectores da economia onde prevalecem o auto-emprego, o trabalho remunerado casual ou irregular, as empresas de serviços pessoais, de manufacturas e serviços. Normalmente não há registo oficial da actividade informal, encontrando-se muitas vezes fora do sistema fiscal e actuando num quadro de ilegalidade.

aumento do rendimento, o que faz deduzir, que o mercado de crédito tradicional pode não estar a cumprir efectivamente, seu papel de indutor do desenvolvimento nesses países.

Só para se ter uma ideia, da importância do sector informal nos países em desenvolvimento, Dominik e Sheineider (2001), realizaram um estudo em 67 países em vias de desenvolvimento, de economias de transição e da OCDE, para o período que medeia entre 1989 e 1993, procurando determinar a dimensão do sector informal. Concluíram que o sector, representava em termos do PIB, 39,2% para os países em vias de desenvolvimento, 23,2% para os países de economia de transição e 14,2% para os países da OCDE. Estima-se que cerca de 75% da força de trabalho na África Subsaariana pertença a esse sector económico. Maioritariamente as actividades estão relacionadas com a agricultura e o mundo rural.

O microcrédito, poderá ter um papel de extrema importância na promoção da inclusão social, na medida em que permite à população desfavorecida e deficitária de poupanças, o acesso aos capitais necessários à promoção do investimento e consequentemente criação de emprego e de riqueza. Assim, ela é um instrumento que permite às famílias, não apenas melhorar a sua economia mas também alterar as condições de habitabilidade, educação, saúde, qualidade alimentar etc., e consequentemente promover a igualdade de oportunidades numa sociedade. Este sector pode constituir um meio de prevenir ou corrigir algumas das disfunções socioeconómicas (distorções na afectação de recursos), associada à mega-economia desregulada.

Ao tornar possível o acesso ao crédito para o desenvolvimento de uma actividade económica, a segmentos da população até aí excluídos desse acesso, o microcrédito fomenta o “empowerment” desses grupos (nomeadamente grupo de mulheres pobres), fortalece o espírito empreendedor e aumenta o rendimento e o bem-estar das famílias. Mesmo para os não participantes, o microcrédito poderá ser um instrumento de redução de pobreza e da exclusão social destes, dada a provável ocorrência de externalidades positivas, ou seja, por mais pequeno que seja o apoio a um grupo de pessoas com capacidade de

trabalho e iniciativa, ele representa um poderoso “efeito multiplicador” da sua produtividade e rendimentos, contribuindo para o aumento do bem-estar social das famílias.

Segundo Neto (2006), um trabalho feito por Mahabub Hossain em 1998, sobre o impacto de programas de microfinanças evidenciou que, o rendimento médio de uma família participante do microcrédito no Grameen Bank⁹ em Bangladesh, era 28% maior, em comparação com o rendimento médio de famílias não participantes nas vilas onde o Grameen actua e 43% maior do que o rendimento médio de não participantes de outras vilas. O mesmo fenómeno acontece para gastos *per capita* em alimentação e vestuário: os participantes do Grameen gastam 8% a mais em alimentação e 13% a mais em vestuário do que os não participantes que vivem nas vilas onde o Grameen opera, e 35% mais em comida e 32% mais em vestuário do que a média familiar em outras vilas onde o Grameen não opera. Uma das conclusões aparentes é a de que as actividades do *Grameen* afectam o grau de pobreza nas vilas em que actuam como um todo, e não somente entre as famílias participantes do programa.

No entanto, é preciso ter a noção clara de que o microcrédito não é nenhuma “solução milagrosa” para eliminar a pobreza. Esta é resultado de uma série de problemas e para a ultrapassar é necessário actuar em várias vertentes e utilizar diversos instrumentos. Sendo assim, o microcrédito deve ser visto como apenas mais um que pode ser utilizado para combater a exclusão económica e social e que quando complementar de outros instrumentos produz resultados excelentes. Dito de outra forma, o microcrédito é um complemento e não um instrumento de redução da pobreza, pois o crédito por si só não reduz a pobreza, tem que estar ligada a algum programa de redução da pobreza. A dificuldade de atingir o núcleo duro da pobreza demonstra claramente, que o microcrédito não pode ser considerado um instrumento isolado no combate à pobreza, mas ao contrário, deve estar integrado a outros elementos ou acções, como a educação, capacitação, qualificação profissional, assistência social, saúde, etc.

⁹ Grameen Bank constitui uma referência para a comunidade internacional de microcrédito. O seu modelo foi difundido em mais de 30 países, especialmente da América Latina e Central.” Em 2006 contava com 92 121 filiais e atendia 6,23 milhões de clientes, dos quais 97% são mulheres, em 67 670 vilarejos de Bangladesh” (Neto, 2006).

2.4.1- O Microcrédito e o “empowerment” da Mulher

Alguns impactos positivos dos programas de microcréditos são de difícil mensuração em razão da existência de múltiplos outros factores que também podem influenciar as mudanças analisadas. Como exemplo, pode parecer precipitado associar a elevação dos níveis de educação e nutrição dos filhos de famílias que participam de programas de microcrédito unicamente ao “*empowerment*” das mulheres (mães) tomadoras de financiamentos (Neto, 2006). Todavia, estudos feitos por alguns autores mostraram, que apesar disso, é possível correlacionar esses factos.

Mknelly e Dunford (1999) mostraram que, na Bolívia, mulheres envolvidas em programas de microfinanças tinham maior participação em grupos ou associações comunitárias e maior participação em acções de aconselhamento sobre saúde, nutrição e negócios.

Steele, Amin e Naved (1998), em estudo acerca dos impactos em *empowerment* e fertilidade sobre as mulheres, indicaram, em Bangladesh, uma maior utilização de contraceptivos dentre as envolvidas em programas de microfinanças do que nos demais grupos de analisados. No entanto, a análise das estatísticas sobre o número de nascimentos não revelou uma relação entre adesão aos programas e os índices de natalidade, no que os autores concluíram que há uma diferença entre o uso de contraceptivos e o desejo de concepção de facto. A primeira etapa desse estudo foi realizada em 1993, com 6 mil mulheres entrevistadas, e depois refeito em 1995, com 4 mil mulheres. Neto (2006), refere que, com o *empowerment* das participantes de programas de microfinanças, a mulher passa a ter um novo papel em casa, seus filhos e marido passam a dar-lhe maior autonomia e, segundo Pitt *et al* (2001), as condições de vida da família melhoraram quando as mulheres participantes de programas como BRAC¹⁰ passaram a controlar as finanças do lar.

No que diz respeito aos aspectos nutricionais, Pitt *et al* (2001) detectaram, no Bangladesh, um significativo impacto positivo sobre o nível de nutrição das crianças, no seio das

¹⁰ BRAC – Bangladesh Rural Advancement Committee, é uma das maiores instituições de microfinanças de Bangladesh que opera também no Afeganistão e no Sri Lanka. Possui uma equipa interna de pesquisa e avaliação de impactos das suas actividades

mulheres beneficiárias de microcrédito. O caso torna-se relevante porque, analisados os empréstimos tomados por homens, não se encontrou impacto positivo estatisticamente relevante.

Ainda segundo Pitt *et al* (2001), o estudo não só mostra o impacto no rendimento disponível dos tomadores de crédito, mas também a relevância em se analisar o *empowerment* da mulher na gestão desses recursos. Constata-se que as crianças, nos lares onde a mãe passa a tomar crédito, passam a sentirem-se melhor, muito em razão da priorização em dispêndios com escola e saúde para os filhos. “Outros trabalhos já vêm demonstrando que o efeito de programas de crédito focados em mulheres abrange, educação das crianças, gastos, controle de fertilidade e gestão do património. (Neto, 2006).

CAPITULO 3: A MULHER E A SEGURANÇA ALIMENTAR

3.1- Segurança Alimentar – A Construção do Conceito

Apesar de ser um tema de preocupação actual de muitos países, sobretudo dos mais pobres, o conceito “Segurança Alimentar” começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial. Com a traumática experiência da guerra, vivida sobretudo na Europa, tornou-se claro que um país poderia dominar o outro através do controle do fornecimento de alimentos. A alimentação transformaria assim, numa arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência num país que não tivesse a capacidade de produzir o suficiente para alimentar a sua população. “Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de reservas "estratégicas" de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia da sua capacidade de auto-suprimento de alimentos” (Menezes, Maluf e Marques, 2002).

O entendimento de que a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção manteve-se até a década de setenta. Na 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974, num momento em que os reservas mundiais de alimentos estavam bastante escassos, com quebras significativas de safra nos produtores mais importantes, a ideia de que a Segurança Alimentar estava quase que exclusivamente

ligada à produção agrícola era dominante. Carvalho (2000) refere que, essa 1ª conferência “se realizou num período de grande carência alimentar, com as reservas alimentares mundiais no seu nível mais baixo dos últimos vinte e cinco anos, e teve como principal resultado a formulação de planos e acções para aumentar a produção alimentar e a cooperação internacional, de forma a minorar os efeitos duma crise existente e esperada para o próximo futuro”. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola. Entretanto, ainda na década de setenta a produção mundial de alimentos melhorou, os preços de alimentos que haviam alcançado um nível extremamente elevado, baixaram, mas nem por isso desapareceram os males da fome e da malnutrição, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial.

É neste contexto que se começa a perceber que, mais do que a oferta, a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o planeta mostra-se como a questão crucial para a Segurança Alimentar. Assim “em 1983 a FAO definiu um novo conceito de segurança alimentar fundamentado em três objectivos: oferta de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos” (Silva & Azarrola, 2003).

Posteriormente, em 1986, o Banco Mundial redefine segurança alimentar como “acesso por parte de todos, a todo o tempo, a quantidade suficiente de alimentos para levar uma vida activa e saudável”. A Segurança Alimentar passou a ser abordada sob a vertente: a insegurança alimentar decorrente da falta de poder aquisitivo, considerando que ela também requer políticas de criação de emprego e redistribuição de rendimento e da riqueza socialmente produzida contribuindo assim, para a redução dos índices de pobreza.

Nos finais da década de 80 e início de 90, o conceito de segurança alimentar passa novamente a ser redefinido, incorporando a noção de alimento seguro (não contaminado, de qualidade, informação e opções culturais dos seres humanos). Assim, segundo a FAO (1997), “a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e económico a uma alimentação que seja suficiente, segura nutritiva e que

atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar uma vida activa e saudável”.

Como se pode ver o conceito “tem evoluído ao longo do tempo, tendo sempre por base preocupações relativas ao acesso ao alimento em quantidade e qualidade adequada a uma vida saudável do homem” (Carvalho, 2005).

Em função dessa evolução conceptual surgiram dois conceitos de segurança alimentar, definidas conforme o tipo de preocupação existente no acesso e no consumo de alimentos. Assim, nos países menos desenvolvidos, o conceito envolve preocupações no acesso físico e económico das populações ao alimento, e uma alimentação capaz de satisfazer as necessidades básicas das pessoas em quantidade e qualidade suficiente para uma vida saudável. Na literatura inglesa essa perspectiva aparece com a denominação de “**Food Security**”. Nos países industrializados e, sobretudo na Europa, muito por conta das sucessivas crises alimentares que se tem verificado (BSE na carne de bovino por exemplo), o conceito envolve preocupações com a qualidade, isto é, o “poder consumir os alimentos de forma segura, isentos de agentes provocadores de doenças. Essa perspectiva aparece na literatura inglesa com a denominação de “**Food Safety**” (Carvalho, 2002). Contudo quer num caso quer noutro, há um denominador comum, que é a diminuição de riscos no consumo de alimentos. Para os países menos desenvolvidos existem riscos físicos e económicos e para os países industrializados, riscos químicos e biológicos no consumo.

3.1.1- As Dimensões da Segurança Alimentar

Existem várias dimensões da segurança alimentar, que se interligam entre si e acabam por ser determinantes da qualidade de vida dos indivíduos e das famílias.

Para o Instituto Ethos (2003), a Segurança Alimentar ao nível da comunidade, do agregado familiar e do indivíduo depende de quatro dimensões, ou seja, uma política de segurança alimentar compreende pelo menos quatro dimensões básicas, estreitamente integradas, por mais diversificado que seja o leque de acções e iniciativas que possa articular. A primeira dimensão diz respeito às intervenções na esfera da **produção** de alimentos, desde a

produção para auto-consumo pelas famílias rurais, passando pela produção mercantil de matéria-prima ou produtos “in natura”, englobando os alimentos preparados e refeições. A segunda dimensão é relativa ao **acesso** aos alimentos e inclui as acções no campo do abastecimento e comercialização. A terceira refere-se ao **consumo** e compreende a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização dos consumidores. A quarta dimensão é constituída pelos programas de **disponibilidade e distribuição** de alimentos em carácter suplementar ou de emergência dirigidos a grupos populacionais específicos.

Realça ainda, que as políticas e acções de segurança alimentar devem dar especial atenção à água, elemento indispensável à vida e à produção. As formas de fazê-lo têm de ser definidas de acordo com as condições sócio-espaciais específicas, tendo em vista a biodiversidade do país e também a diversidade e complexidade dos territórios urbanos: construção de cisternas para a garantia da água para o consumo nas épocas de estiagem; açudes e canais de irrigação para a produção; redes urbanas de distribuição e de saneamento ambiental, etc.

Hoddinott e Yohannes (2002), referem que “em termos operacionais, a USAID¹¹ divide a segurança alimentar em três dimensões: **a disponibilidade, o acesso e a utilização**. A disponibilidade mede a quantidade de alimento que uma determinada população tem fisicamente disponível num determinado espaço de tempo; o acesso é uma medida da capacidade da população de adquirir alimentos num determinado período, e a utilização mede a possibilidade ou não da população estar nutrida durante um dado tempo.

Já a FAO, segundo Stamoulis e Zezza (2003), tem uma definição mais alargada, incluindo quatro dimensões: **disponibilidade alimentar** – disponibilidade de quantidades suficientes de alimentos com apropriada qualidade, via produção doméstica ou via importação (incluindo ajuda alimentar); **acesso aos alimentos** – acesso pelos indivíduos a recursos adequados (*entitlements*) para adquirir alimentos apropriados para a sua dieta nutricional; **utilização** – utilização de alimentos através de dieta adequada, água potável, saneamento e

¹¹ Agencia Americana para o Desenvolvimento Internacional

cuidados de saúde, de modo a atingir um estado de bem-estar nutricional consentâneo com as suas necessidades fisiológicas; *estabilidade* – para ter segurança alimentar, uma população, família, ou indivíduo precisa ter acesso a alimentos adequados o tempo todo. A inclusão desta quarta dimensão é justificada pela sua importância para a explicação da noção de vulnerabilidade.

3.1.1.1- Segurança Alimentar na Dimensão Produção

O apoio à agricultura familiar, especializada ou não na produção de alimentos, e a outras formas de produção e serviços ligados às famílias rurais deve ocupar papel de destaque numa estratégia de desenvolvimento centrada na segurança alimentar. Por serem geradoras de emprego e de rendimento no meio rural, essas actividades são elos importantes na cadeia produtiva e de circulação de riquezas local e regionalmente (Instituto Ethos, 2003).

O aumento de áreas cultivadas e o aumento da produtividade agrícola em projectos ambientalmente sustentáveis são condições básicas para uma maior oferta de alimentos de qualidade. Várias iniciativas podem ser levadas a cabo, a nível local, no sentido de aumentar a produção. Essas iniciativas vão desde a cedência de terrenos rurais para agricultores instalarem hortas, sejam elas comunitárias ou familiares, até à capacitação para a criação de hortas familiares e o apoio à criação de cooperativas de produção. O acesso ao crédito é indispensável tanto para garantir a produção de alimentos nas áreas rurais ou urbanas, como para criar pequenos empreendimentos agro-industriais capazes de agregar valor ao produto agrícola e criar emprego e rendimento, estimulando assim o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Outro aspecto fundamental para a valorização dos pequenos empreendimentos rurais na área da produção é a capacitação dos produtores para melhorar a qualidade e agregar valor aos seus produtos agrícolas.

3.1.1.2- Segurança Alimentar na Dimensão Disponibilidade e Distribuição

Esta dimensão da segurança alimentar deverá integrar pelo menos três planos: a oferta de produtos de qualidade, a promoção da agricultura e da agro-indústria familiares e a garantia

de acesso da maioria da população aos alimentos. Para a maioria dos pequenos produtores familiares, conseguir escoar a sua produção é um desafio. Falta-lhes meios de transporte, espaços para a comercialização, mão-de-obra e, muitas vezes, requisitos legais, que lhes permitam vender sua produção. Para os consumidores, especialmente os de baixo rendimento, é preciso garantir o acesso aos alimentos de qualidade, baratos e em locais próximos de suas residências.

As políticas de segurança alimentar devem dar especial atenção à construção de canais de comercialização por meio dos quais os pequenos produtores possam oferecer seus produtos directamente aos consumidores ou, ainda, aos agentes ligados aos pequenos empreendimentos urbanos de processamento de alimentos e fornecimento de refeições. Isso pode ser feito pela cedência de espaços e equipamentos públicos de abastecimento, como mercados, entrepostos e feiras, ou ainda, pela promoção de feiras de produtores e festas de produtos típicos. Isso permite a viabilização económica dos pequenos produtores.

As compras públicas institucionais, como as realizadas pelas escolas e pelos hospitais e outras instituições públicas, têm um papel importante na promoção dos pequenos empreendedores alimentares.

O transporte da produção para os locais de comercialização é um dos factores que pesa no preço final do produto, afectando produtores e consumidores. Pequenos agricultores têm dificuldade de manter meios e pessoal preparado para essa tarefa, o que resulta em perdas na produção e na dependência de intermediários. As políticas de segurança alimentar devem dar especial atenção a esse aspecto, apoiando a criação de serviços de transporte que possam ser geridos colectivamente pelos produtores organizados, capacitando pessoal para esse efeito.

A prática da agricultura urbana e hortas escolares é uma forma de garantir o acesso a alimentos de qualidade e de enriquecer ou diversificar a dieta.

3.1.1.3- Segurança Alimentar na Dimensão Acesso

Maxwell e Wiebe (1998), num importante estudo sobre a relação entre a Segurança Alimentar e Regime Fundiário, consideram o agregado como a principal unidade de análise, pelo facto de ser a instituição através da qual a maior parte das pessoas têm acesso à terra e aos alimentos.

Para estes autores, o acesso constitui, a nível do agregado, uma componente central da definição de Segurança Alimentar e envolve três aspectos essenciais: **a suficiência, a sustentabilidade e a vulnerabilidade.**

Se, se reparar bem, a definição do Banco Mundial (acesso por todas as pessoas e todo o tempo a quantidade suficiente de alimentos para uma vida saudável e activa) incorpora todos estes aspectos.

Continuando a citar os mesmos autores, em primeiro lugar, o acesso tem que ser em quantidade *suficiente*. A **suficiência** é usualmente medida em termos de calorias ingeridas e as necessidades fisiológicas para um determinado período de tempo. Em segundo lugar, o acesso aos alimentos tem que ser em quantidade suficiente *o tempo todo*. O quer dizer que o acesso tem de ser *a longo prazo*, reportando ao conceito de **sustentabilidade**, ou seja, à capacidade das famílias em ter acesso a alimentos em quantidade suficiente mantendo ao mesmo tempo sua panóplia de recursos por um período extenso.

Por outro lado, o acesso tem que ser em quantidade suficiente o tempo todo, querendo dizer, em todas as circunstâncias, incorporando a questão da **vulnerabilidade alimentar**, isto é, “o risco de exposição a choques em termos de acesso aos alimentos e o nível de capacidade de fazer face a eles” (Maxwell e Wiebe, 1998).

Falando de riscos na alimentação, Carvalho (2005), realça que “nos países menos desenvolvidos preocupam-se essencialmente com o acesso físico e económico das populações ao alimento e uma alimentação capaz de satisfazer as necessidades básicas do ser humano em quantidade e qualidade para uma vida saudável”. Essa preocupação,

conhecida na terminologia inglesa como “Food Security” centra-se claramente, segundo o mesmo autor, “nas questões de disponibilidade de alimentos” e encerra nele riscos de carácter físico, químico, biológico e principalmente de carácter económico e social.

3.1.1.4- Segurança Alimentar na Dimensão Consumo

A garantia da oferta de alimentos de qualidade é um factor indissociável de uma política sustentável de segurança alimentar e nutricional. É preciso investir na qualificação de todos os elos da cadeia - produção, distribuição e consumo. Na esfera do consumo, essa qualificação implica investimentos na educação do consumidor, na vertente da educação alimentar e nutricional, de educação para o consumo sustentável¹² e de estímulo à organização dos consumidores para a defesa de seu direito a um alimento saudável e de qualidade.

Neste sentido está-se a falar de segurança alimentar na perspectiva de “Food Safety”. As questões de segurança na qualidade do alimento é típica de países industrializados em que por circunstâncias da vida contemporânea e dos impactos de poderosos instrumentos de propaganda, têm alterado a forma de aquisição e de consumo dos alimentos (consumo de produtos processados em vez de produtos “in natura”, por exemplo). Em função dessa procura crescente dos produtos processados os atributos de qualidade tornaram-se também um requisito comercial.

Carvalho (2005), afirma que “os países industrializados, e muito especialmente a Europa, estão a prestar uma atenção nunca antes verificada à problemática da segurança alimentar em função das sucessivas crises alimentares/saúde (e não só, como é o caso da gripe das aves) que tem vindo a ocorrer, de que podemos destacar os problemas com a carne bovina (BSE, mais comumente conhecida por crise das “vacas loucas”), nitrofuranos no caso das aves e a presença de dioxinas, para citar os casos mais conhecidos do público, para além de

¹² O consumo ambientalmente sustentável é feito com base na escolha consciente de bens e serviços que provoquem impactos mínimos no ambiente, tanto porque na sua produção teve-se o cuidado de preservar o equilíbrio ambiental, como porque os resíduos associados à sua produção podem ser absorvidos sem causar danos ambientais irreversíveis (Instituto Ethos, 2003).

casos de infecções graves por agentes patogénicos já amplamente conhecidos” Aprofundando um pouco mais a questão, o mesmo autor refere que “neste contexto fica evidente que a qualidade alimentar envolve a dimensão segurança no consumo, no sentido de ausências de riscos no consumo”. Assim a segurança alimentar nos países industrializados significa essencialmente, poder consumir os alimentos isentos de agentes provocadores de doença.

A qualidade, no entanto, segundo a FIPA¹³ (2002), é muito mais do que a inocuidade dos alimentos, a que vulgarmente se chama de segurança alimentar, não podendo, por outro lado existir sem ela. A FIPA define a qualidade como “o conjunto de atributos de um alimento que o tornam preferido na sua escolha, por parte do consumidor, integrando naturalmente a exigência da inocuidade, condição à partida de rejeição, caso não se confirme”.

No entanto, esta inocuidade, por si só não garante a opção do consumidor. Um alimento seguro ou inócuo, se não tiver bom sabor e não responder às qualidades nutricionais, de embalagem, conservação, ou outras que dele espera o consumidor, dificilmente terá preferência deste último. E é precisamente por isso que Costa (2002) afirma que, “a qualidade é um conceito mais abrangente do que a segurança alimentar, mas pode-se afirmar que a segurança alimentar é uma condição necessária, embora não suficiente, para a obtenção da qualidade alimentar”.

A educação alimentar deve ser incorporada como uma vertente estratégica de uma política de segurança alimentar. “É preciso desenvolver habilidades e construir os conhecimentos que capacitem as pessoas a escolher seus alimentos e a processá-los correctamente, aproveitando-os integralmente” (Sampaio, 2005). Isso deve ocorrer não só nas instituições públicas e colectivas, como escolas, como também na própria produção doméstica de alimentos, de abrangência familiar.

¹³ Federação das Industrias Portuguesas Agro-Alimentares

As escolas de educação básica são espaços privilegiados para a promoção de cursos de educação alimentar e de educação para o consumo, pelo seu carácter multiplicador na sociedade. Há que aprender a comer na escola e a transformar o lanche num momento de aprendizagem sobre alimentação.

Na esfera pública, os serviços de inspecção animal e vigilância sanitária são fortes aliados para a melhoria da qualidade dos alimentos

3.2- Pobreza, Segurança Alimentar e Desnutrição

A pobreza ocupa o lugar de principal determinante da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenómenos da fome e da desnutrição. Assim, muitos especialistas defendem que, “as políticas e programas de segurança alimentar têm que ser capazes de apoiar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo que incluam acções ou instrumentos de transferência de rendimento e de alimentos com natureza suplementar ou emergencial para fazer frente às carências imediatas geradas pela pobreza”(Maluf, Menezes e Marques, 2002).

Porém, é preciso evitar que a questão alimentar e nutricional fique inteiramente subordinada ao tema da pobreza e seu tratamento reduzido à disponibilidade de rendimento monetário. É importante reconhecer que a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição estão estreitamente relacionadas, mas não são idênticas. A pobreza é apenas uma causa da insegurança alimentar, possivelmente a mais importante. Porém, ser pobre não significa automaticamente que os agregados familiares tenham insegurança alimentar. Do mesmo modo, *não* ser pobre não significa que o agregado familiar tenha garantias de bens alimentícios ou de que os filhos não sejam desnutridos. As escolhas feitas pelos agregados familiares sobre a maneira de despendar o dinheiro, ou distribuir a alimentação, ou cuidar dos filhos também contam. O objectivo de uma vida saudável sob modelos sociais equitativos e sustentáveis requer muito mais do que dispor de rendimento para adquirir alimentos.

A verdade também, é que como escreve Jacinto (2004), “nos países de menor desenvolvimento económico, os problemas de alimentação estão ligados à fome (...). No estado de malnutrição, provocado pela fome, vive-se uma situação de insegurança nutricional, porque não há acesso a uma quantidade suficiente de nutrientes que permita uma vida sã e activa”.

Os países menos desenvolvidos apresentam um quadro mais ou menos generalizado de i) concentração de rendimento, ii) níveis crescentes de pobreza urbana. A fome, consequência da pobreza, afecta, desde logo, a população rural onde se localizam cerca de 3/4 do total de subnutridos do mundo, porém, o fenómeno da urbanização estende-a às cidades. Mesmo nos países (como os da América Latina) que apresentaram uma gradual melhora em indicadores como os de mortalidade infantil e de desnutrição, a insegurança alimentar ainda afecta a maioria dos países e uma parcela significativa de suas populações (Maluf, Menezes e Marques, 2002).

A diferença entre uns e outros países no que toca à disponibilidade e distribuição de alimentos, reflecte-se sobremaneira na saúde da população desses países. Enquanto nos países menos desenvolvidos, as principais causas de morte estão directa ou indirectamente relacionadas com o precário estado nutritivo dos seus habitantes, ou seja a fome, nos países mais avançados as principais causas são atribuídas às enfermidades degenerativas, cujo desenvolvimento se encontra fortemente favorecido pelo consumo de dietas de excessivo valor calórico e composição desproporcionadas. O consumo alimentar é considerado como um indicador fundamental para a caracterização da pobreza. Na maioria dos países, os gastos necessários para uma família adquirir o que se considera uma “cesta básica alimentar” são a principal (em alguns lugares, a única) referência para determinar o valor do salário mínimo e, a linha oficial de pobreza e de indigência, quando existem. A actualização da noção de “cesta básica” é uma necessidade colocada em muitos países. Além do que, é indispensável acrescentar ao rendimento monetário, o acesso a bens e serviços não monetários (saneamento básico, alimentação escolar, etc.) que também determinam a condição alimentar e o bem-estar da população.

Estudos feitos indicam que são necessários em média 2 200 quilocalorias para que um indivíduo possa realizar o seu metabolismo de base. Este metabolismo, exprime a energia necessária diariamente (kcal/dia) para que um indivíduo possa manter o seu organismo em bom estado de funcionamento. A FAO e a OMS consideram que cada indivíduo deve ter acesso a uma quantidade de alimento igual a 1,55 vezes ao que é necessário ao seu metabolismo de base.

Dados da FAO citados por Tavares (2003), referem que, “a proporção da população mundial que vive em países com consumo de alimentos *per capita* inferior a 2 200 kcal/dia diminuirá até se aproximar de 2,4% em 2030”. Contudo, na África Subsaariana, no Médio Oriente e África do Norte, o mais provável é que o número de pessoas desnutridas não diminua ou venha a diminuir muito pouco, ainda que medidas venham a ser tomadas no sentido de limitar a evolução demográfica.

É evidente que o aumento ou a diminuição de segurança alimentar dos agregados familiares poderão constituir um elemento-chave para o melhoramento da nutrição, mas isso não é suficiente. As condições ambientais (tais como, o saneamento básico, a qualidade da água, os serviços de saúde, da educação, etc.) e a educação da mãe deverão provavelmente ter influência neste fenómeno.

Assim, as estratégias para aliviar a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição deverão ser implementadas no sentido de englobar políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo, paralelamente com acções que promovam a criação de rendimentos.

3.3- A Mulher e a Segurança Alimentar

Até aos dias actuais as mulheres urbanas ou rurais, sejam elas trabalhadoras rurais, funcionárias públicas, peixeiras, executivas ou donas de casa, são consideradas socialmente fundamentais na cadeia alimentar, tanto no âmbito familiar, uma vez que, são responsabilizadas pelos cuidados da reprodução dos membros da família e da saúde dos mesmos, como nos espaços públicos do trabalho, onde também produzem refeições ou alimentos.

Nesse processo de produção, elas transformam quotidianamente o cru em cozido, sobretudo as mulheres pobres, seja nos seus lares ou como empregadas doméstica e dos serviços de alimentação. Cru, vindo da agricultura familiar, das grandes explorações e das pequenas criações; da pesca artesanal e empresarial e da indústria de alimentos. Transformam-nos como assalariadas, donas do negócio ou como donas de casa.

Todavia, as mulheres também participam da cadeia alimentar porque produzem os produtos *in natura* e industrializados que serão transformados em alimentos, seja como trabalhadoras assalariadas ou não, na agricultura, na pesca e na indústria alimentar.

Embora reconhecidas pela ideologia de género como produtoras de alimentos - posto que socialmente são as responsáveis pela sua elaboração, dada a “determinação” biológica de seu corpo sexuado com a maternidade, naturalizando assim, a responsabilidade das mulheres com os cuidados da reprodução e alimentação dos diferentes membros do grupo doméstico ou familiar - elas não são reconhecidas como produtoras agrícolas familiares e da pesca artesanal, nem da produção industrial, onde aparecem como ajudantes do marido/pai/irmão/filho provedor ou complementando a renda familiar. Igualmente o trabalho doméstico das mulheres e o trabalho com os cuidados da reprodução, entre eles, a transformação do cru em alimentos, não são reconhecidos nem valorizados como trabalho (Silva e Arrazola, 2003).

Desse modo a mulher torna pouco visível na sua condição de produtora/trabalhadora ao ponto desse trabalho feminino não entrar nos cálculos macroeconómicos. Desconhece-se assim, a sua participação na produção dessa expressão da riqueza socialmente produzida. O que se reflecte, também no não reconhecimento das mulheres como sujeito das políticas de segurança alimentar. Nesse sentido, a associação que se faz da mulher aos alimentos leva a percebê-las como um instrumento na formulação de políticas destinadas a garantir a segurança alimentar e não como sujeitos activos dessas políticas.

A representação e a associação que a sociedade faz das mulheres com o alimento reflecte a maneira como a sociedade capitalista é organizada. Nela atribui-se ao trabalho, ou seja, à

capacidade de transformar as coisas num valor que o transformou em mercadoria, o que significa dizer que a força de trabalho é vendida. As regras utilizadas para definir a valorização do trabalho nem sempre obedece a regras justas, e infelizmente elas foram incorporadas ao longo do tempo (Falcão *et al*, 2003). Entre os critérios criados, para justificar a valorização ou desvalorização do trabalho, o sexo foi um dos mais utilizados pela sociedade capitalista, dando origem à divisão sexual do trabalho. Neste sentido a valorização do trabalho que predomina na nossa sociedade, diferencia trabalhos produtivos de trabalho improdutivo.

Nesta divisão, as mulheres foram as mais prejudicadas, pois “o papel feminino tradicional estabeleceu a maternidade como a principal atribuição da mulher. As suas actividades restringem-se ao âmbito doméstico, e o homem é tido como o provedor e que traz o sustento da família” (Miranda e Siliprandi, 2006).

Atribuem às mulheres o trabalho dito reprodutivo (cuidar da casa e dos filhos, pequenos animais, horta), ou dito por outras palavras, o trabalho improdutivo, segundo a óptica capitalista, que é tudo aquilo que é feito para uso e consumo da família, sendo pouco valorizado devido à escassa ou nenhuma participação na criação de rendimento.

As actividades das mulheres, como fica restrito ao âmbito doméstico não é reconhecido como trabalho. As mulheres prestam um trabalho inestimável a toda a sociedade pelo que devem ser reconhecidas e valorizadas. “Elas detêm um património imaterial histórico e cultural, são as guardiãs da memória alimentar de um povo. E ainda hoje, mesmo estando cada vez mais presentes no mercado do trabalho, boa parte da tradição alimentar e nutricional passa pelas mulheres – desde os cuidados alimentares em casa, passando pela sua habilidade biológica de amamentar as futuras gerações, à sua competência historicamente adquirida para a administração dos orçamentos domésticos escassos” (Miranda e Siliprandi, 2006). No entanto, essas características como ficam restrito ao âmbito doméstico não são valorizadas, porque fazem parte do que a sociedade atribui “naturalmente” às mulheres, pelo simples facto de terem nascido mulheres. O facto de que o trabalho doméstico seja improdutivo, do ponto de vista que não é expresso em valores

monetários faz com que o tempo e a energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção dessas actividades sejam invisíveis, e desvalorizadas pela sociedade.

Historicamente a mulher desempenha um papel fundamental na alimentação da família, produzindo mais de metade de todos os alimentos cultivados, segundo a Rede Mulher (2006). Dados da FAO (2005) indicam que “as mulheres produzem entre 60 a 80% dos alimentos na maioria dos países em desenvolvimento e são responsáveis por metade da produção mundial alimentar. Na África as mulheres cultivam 80% dos produtos alimentares de subsistência, na Índia são responsáveis por cerca de 70% das colheitas de subsistência, enquanto que na América Latina 50% da alimentação consumida são originados do trabalho feminino (Jacobson, 1994 in FAO, 2007). No entanto, o seu papel fundamental como produtoras e fornecedoras de alimento e a sua crucial contribuição para a segurança alimentar familiar só agora se torna reconhecido”.

No meio rural, a horta e a produção de alimentos para o auto consumo são assumidos principalmente pelas mulheres, assim como o tratamento de pequenos animais e produção doméstica de leite e o processamento caseiro de alimento para conservação e comercialização.

Estudos da FAO confirmam que as mulheres são a maioria dos pequenos agricultores em África, trabalhando no dia-a-dia para a subsistência da família. Enquanto que os homens são, frequentemente, responsáveis pela preparação da terra para o cultivo, as mulheres especializam-se na remoção de infestantes, transplantação, colheita e, nalgumas zonas, preparação da terra quando ambos tomam as funções de semear e colher.

Além disso, na África Subsaariana as mulheres adquirem um papel de principal relevo nas empresas de produção animal, onde tendem a ter responsabilidade primária para o tratamento de animais e ruminantes pequenos, tomando conta muitas vezes também de sistemas de animais de grande porte, agrupando-os, fornecendo-lhes água e alimentos, limpando-os e ordenhando-os. Em todos os tipos de sistemas de produção animal, as mulheres têm um papel predominante no processamento, particularmente em produtos

derivados do leite, sendo geralmente, responsáveis pela sua venda no mercado (FAO, 2006).

As mulheres, mais do que os homens, gastam a seu rendimento com a alimentação melhorando, assim, a segurança alimentar e nutricional e especialmente o desenvolvimento das crianças.

3.3.1- A Mulher na Agricultura

As mulheres desempenham um papel fundamental no sector da agricultura na maioria dos países do mundo, embora não reconhecido em muitos quadrantes. O não reconhecimento do papel das mulheres é extremamente oneroso para os países – resulta em políticas e programas mal direccionados, produção agrícola sem os resultados esperados, elevados níveis de pobreza e a insegurança alimentar e nutricional. Em muitas sociedades, o acesso por parte das mulheres aos recursos e a sua participação na agricultura é mediada pelos seus pais ou maridos. Como filhas ou esposas, elas fazem parte de uma teia complexa de interacções que implicam muitas vezes relações de poder, visto que os agregados familiares elaboram estratégias de subsistência para mapear o caminho rumo à erradicação da pobreza (Banco Mundial, 2007).

Na tentativa de sair da pobreza, os agregados familiares seguem três formas: agricultura, trabalho assalariado ou emigração. Raramente se segue como estratégia exclusiva uma única forma. No seio dos agregados familiares, os homens e as mulheres possuem oportunidades diferentes no que toca à prossecução das estratégias. As normas sociais normalmente ditam o facto de grande parte dos cuidados domésticos e com as crianças, estarem sob responsabilidade das mulheres, limitando por conseguinte a sua mobilidade. A agricultura é assim, fundamental para muitas mulheres porque a sua mobilidade é limitada e por isso a emigração ou os mercados de trabalho estrangeiros não constituem opção para elas.

Mas o seu papel na agricultura pode estar restringido apenas às culturas alimentares de subsistência com baixo potencial de gerar rendimentos elevado. Em comparação com os

homens, as mulheres enfrentam uma série de desvantagens que variam desde os baixos salários no trabalho agrícola até à falta de acesso à terra, capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização (Banco Mundial, 2007).

Os grandes problemas que as mulheres rurais africanas enfrentam, segundo Martins (1998), são o excesso de trabalho e a fraca remuneração. Elas estão principalmente encarregadas da procura de água, da lenha, da alimentação doméstica, para além das actividades profissionais. Participam ainda activamente em trabalhos agrícolas no campo ao longo dos diferentes estágios do ciclo de produção, no transporte, armazenamento, transformação e comercialização dos produtos.

A sua participação em todos os estágios do ciclo de produção, na agricultura de subsistência, é muito importante. São também responsáveis pela economia doméstica, comercialização dos produtos agrícolas e trabalhos artesanais. “E em consequência da crise geral que atravessa a agricultura de subsistência por todo o mundo, a participação das mulheres no trabalho assalariado aumentou, apesar de delas depender a sobrevivência da família” (Martins, 1996).

As mulheres trabalham mais horas, pois elas dedicam o seu tempo à agricultura, ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos, o que caracteriza a sua tripla jornada de trabalho, apesar dessas actividades não serem contabilizados como trabalho produtivo.

Com efeito, a mulher participa de forma activa no processo produtivo, que se dá desde a preparação do terreno e das mudas, sementeira/plantação, colheita, armazenamento e comercialização do produto final, para além de cuidar dos animais. Para Sousa *et al* (2007), “a sustentabilidade do processo produtivo depende muito da participação da mulher porque ela também usa e trabalha a terra com amplo conhecimento, demonstra ter grande conhecimento sobre a biodiversidade e compreensão nos domínios dos fenómenos naturais e da importância da conservação da natureza. E, para além disso, mantém a unidade familiar a qual é o próprio alicerce dessa produção agrícola”. Assim, as mulheres participam directamente no rendimento da agricultura, com grande impacto na segurança

alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias, pois têm um papel importante na produção de culturas alimentares e são elas que permitem equilibrar o orçamento familiar.

O Banco Mundial (2007), num trabalho intitulado “Agricultura para o Desenvolvimento: As dimensões de Género”, considera que, a agricultura desenvolvida pelas mulheres pode tornar-se comercial tendo em atenção os papéis subjacentes das mulheres. Algumas formas de ajudar neste processo incluem a melhoria do acesso das mulheres a serviços tais como a extensão rural, os financiamentos e as tecnologias tais como sementes melhoradas ou utensílios agrícolas específicos para as mulheres. Outras formas incluem a melhoria dos salários das mulheres agricultoras e a ligação das mulheres a cadeias de valores modernas das quais elas são normalmente excluídas.

A mesma fonte realça ainda, que na África Oriental, Central e Austral, aproximadamente 10 milhões de agricultores, a maioria dos quais mulheres, estão a cultivar e a consumir novas variedades de feijões (*Phaseolus vulgaris*), muitas delas com grande resistência a contrariedades climáticas. A mandioca, amplamente cultivada pelas mulheres e tradicionalmente assumida como uma cultura alimentar de subsistência, está a conhecer um período de renascimento com a sua utilização a estender-se para além do campo alimentar. No Gana, a utilização sustentável da mandioca como um projecto de mercadorias industriais implantou sistemas de ligação entre os agricultores, especialmente mulheres, a novos mercados para os produtos resultantes da mandioca, tais como as suas folhas, bolos e cola de madeira.

3.3.2- A Mulher e o Acesso à Terra

A falta de acesso à terra constitui o maior obstáculo à total participação da mulher no desenvolvimento agrícola (Martins, 1996). Constituem uma grande parte da população economicamente activa envolvida na agricultura, tanto como agricultoras como trabalhadoras rurais e desempenham um papel crucial na segurança alimentar da família

apesar de na prática, gozarem de direitos agrários¹⁴ muito limitados. Estudos feitos pela FAO indicam que as mulheres têm menos probabilidades de serem proprietárias de terra do que os homens e normalmente estão na posse de menores parcelas do que os homens. “Estas desigualdades são resultantes da legislação sobre o casamento e a herança que é desfavorável às mulheres, a lei de família e as normas comunitárias e o acesso desigual aos mercados. Em muitos países em desenvolvimento (de África, Ásia e América Latina) limita-se o direito de acesso directo da mulher à terra mediante compra ou herança; no entanto elas têm mais direitos à sua gestão e utilização que os homens, embora nem sempre isso aconteça” (FAO, 2003). No Uganda, as mulheres são responsáveis por uma grande porção da produção mas detêm apenas 5 por cento da terra, e muitas vezes possuem direitos de uso e aproveitamento inseguros sobre a terra que elas cultivam.

Os programas de atribuição de títulos de propriedade ou de uso e aproveitamento da terra apenas serviram, em muitos países, para reforçar os direitos de propriedade da terra pelos homens, mas durante a última década, muitos países Africanos aprovaram novas leis de terra com vista a fortalecer os direitos de propriedade da terra pelas mulheres, para o reconhecimento da posse costumeira¹⁵ e a exigência de formas mais leves para provar a posse da terra (como por exemplo, a aceitação da prova oral).

De 2003 a 2005, a Etiópia emitiu títulos de propriedade da terra para cerca de 6 milhões de agregados familiares (18 milhões de talhões), os quais abrangem o registo da transmissão, por morte, do direito sobre a terra tanto da mulher como do homem, embora ainda restrinja a transmissibilidade comercial da terra (FAO, 2005).

Zoraida Garcia Frias, investigadora da Divisão de Género e Desenvolvimento Agrário e Rural da FAO, numa entrevista a uma revista da Universidade Estadual de Campinas no Brasil em 2002, afirmou que a Lei da Terra e o Código Civil Brasileiro já modificaram um pouco a restrição à mulher, mas a legislação trabalha com a família tendo o homem no

¹⁴ Direito Agrário - Conjunto de normas jurídicas, doutrinas, jurisprudência e instituições relativas à regulação das relações de posse, propriedade e uso da terra, e das relações contratuais cujo objecto é a actividade agrícola

¹⁵ Posse costumeira – Norma não escrita que, não obstante, prevalece sobre práticas e valores sociais.

papel de chefe da família o que impõe, já em princípio, uma situação de submissão da mulher. O homem é o chefe de família e o agricultor; a mulher é o cônjuge. Nesses termos, ela não é identificada como agente económico. Só aparece na esfera doméstica, não produtiva e sem valor económico mensurável.

Actualmente, é cada vez maior o número de famílias encabeçadas por mulheres, seja pela crescente migração masculina para as áreas urbanas, seja por divórcio, separação ou viuvez, o que faz com que elas se tornem nas principais produtoras de alimentos para a família e decisoras dos processos que afectam a produção alimentar, a economia e a própria sobrevivência da família. Todavia, os direitos de uso nem sempre oferecem a segurança necessária às mulheres e seus familiares dependentes delas, quando se dissolvam as estruturas familiares tradicionais.

Mesmo em situações onde a agricultura não ocupa um valor económico central na manutenção das famílias, ela continua exercendo um peso importantíssimo na garantia da alimentação familiar. Muitas vezes essa produção, que não tem um valor mercantil, fica sob a responsabilidade da mulher o que justificaria o direito à propriedade como um reforço dessa função da terra associada à mulher na segurança alimentar da família.

Estudos da FAO (2006) referem que, em muitos países não existem leis que garantam às mulheres direitos sobre a terra com independência dos seus maridos ou parentes masculinos. Em muitos casos os direitos escritos não prevêm direitos independentes para as mulheres, e quando o faz, não existem mecanismos para impor o seu cumprimento.

As mulheres que se tornam chefes de família são particularmente vulneráveis: se conseguiram acesso à terra através de seu marido ou pai, perdem os direitos de propriedade com a viuvez, divórcio ou separação. Essa situação torna-se cada vez mais problemática à medida que cresce o número de famílias chefiadas por mulheres (FAO, 2007).

Nas áreas rurais da África, Ásia e América Latina, o direito consuetudinário¹⁶ é amplamente aplicado, sendo os direitos agrários das mulheres afectados por atitudes e percepções culturais, enraizados em cada sociedade. Assim, os direitos agrários das mulheres nos sistemas consuetudinários variam de lugar para lugar, existindo diferenças consideráveis nas sociedades patriarcais e matriarcais, sendo esta última mais vantajosa para as mulheres.

Existem estudos que mostram, que os recursos controlados pelas mulheres têm mais probabilidade de serem usados para melhorar o consumo de alimentos, reduzir a desnutrição infantil e aumentar o bem-estar da família (Hirschmann, 1984; Blumberg, 1991; Von Braun e Kennedy, 1994). Assim, a segurança alimentar e o bem-estar da família são importantes motivos para proteger ou melhorar os direitos da mulher à terra (FAO, 2007).

3.3.3- A Mulher e o Acesso ao Crédito

A questão do crédito adquire um expressivo significado social quando se considera a condição da mulher rural. Observa-se uma desvalorização e marginalização das actividades realizadas pelas mulheres no quotidiano da unidade familiar. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher de agricultor, cuja actividade está voltada para o auto-consumo e não para a criação de rendimentos. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho na família representa um entrave fundamental para a participação das mulheres em actividades produtivas remuneradas e consequentemente no acesso ao crédito.

Elas encontram obstáculos específicos na obtenção de crédito, que tem vindo a aumentar à medida que as suas responsabilidades crescem devido à migração masculina. Além de ter que abrir caminho através de processos burocráticos intrincados nos quais elas não têm experiência, as mulheres têm que lidar muitas vezes com agentes financeiros que continuam a considerar o homem como único chefe da família e proprietário da terra. Além do mais, devido à alta taxa de analfabetismo poucas têm oportunidade de formação em

¹⁶ Direito Consuetudinário – Lei não escrita, que, não obstante, regulam as práticas e influenciam os valores sociais.

planeamento financeiro, contabilidade, gestão de recursos, comercialização e administração. Outro requisito mais provável de ser cumprido pelos homens do que pelas mulheres é a prova de experiência na agricultura por meio de registos em cooperativas agrícolas, associações ou sindicatos de trabalhadores rurais. Vários governos e instituições de créditos procuram facilitar o acesso ao crédito, criando facilidades através de associações e cooperativas agrícolas. O pouco acesso aos serviços de extensão agrícola devido a preconceitos e desconhecimento do importante papel da mulher na agricultura, entre outras coisas, constituem outros obstáculos a serem superados no contexto de uma política que vise efectivamente o “empoderamento” das mulheres rurais.

Um factor cultural que impede o acesso da mulher ao crédito rural e que não deve ser esquecido é a relutância da mulher em considerar o crédito como uma opção. No entanto, estudos feitos pela FAO em vários países, indicam que os empréstimos concedidos a mulheres têm um alto índice de recuperação (FAO, 2007).

Embora as conferências internacionais sobre população e desenvolvimento e a Quarta Conferência da Mulher tenham feito recomendações acerca da necessidade de se apoiar as mulheres rurais no acesso ao crédito, a ausência de uma perspectiva de género nas políticas públicas impediu a criação de mecanismos para alcançar esse objectivo.

CAPITULO 4: CABO VERDE – CARACTERIZAÇÃO GERAL

O foco de atenção desta dissertação é a mulher e sua importância na segurança alimentar e redução da pobreza, no concelho de Santa Cruz em Cabo Verde, em que se elegeram as famílias da Bacia Hidrográfica dos Picos como unidade de análise. Deste modo, afigura-se-nos de todo pertinente esboçar o contexto físico e socioeconómico do país onde elas se encontram inseridas. Em traços genéricos será feita uma breve caracterização do país em termos geográficos e traçado do seu perfil socioeconómico. Especial destaque será dado à problemática da pobreza e da (in)segurança alimentar e às estratégias da sua redução, com enfoque sobre o microcrédito.

4.1- Caracterização Geral

O povo cabo-verdiano tem a marca das coordenadas inter-atlânticas definidas pelos percursos do comércio negreiro, do abastecimento de longo curso, da convivialidade libertadora com outros povos, dos nostálgicos laços do ir e voltar, da recriação de novos códigos, quer na língua quer na arte (música, pintura, literatura). Essa marca é um elemento de identificação nacional. Mas é, também, uma forma de posicionamento no Mundo. Essa identidade é fertilizadora apesar da adversidade e da falta de meios. As pessoas, a sua sensibilidade, o seu viver são a maior riqueza (Reis, 2000).

Após cinco séculos de colonização portuguesa o país ascendeu à independência em 1975. Esta revelou-se como um instrumento de política indispensável ao desenvolvimento, na medida em que ocorreu num clima de grande estabilidade política e social, tendo o país assim conquistado a confiança da comunidade internacional, traduzidos no apoio substancial ao processo de desenvolvimento e de reconstrução da sua economia.

4.1.1- Geografia

A República de Cabo Verde é constituída por 10 ilhas e 8 ilhéus que totalizam uma superfície de 4.033 km². País montanhoso e de origem vulcânica, Cabo Verde fica situado entre o Equador e o Trópico de Câncer, entre as latitudes 17° 12' e 14° 48' norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' oeste, aproximadamente a 455 km da Costa Ocidental Africana. Esta localização confere ao país uma importância estratégica, permitindo o aproveitamento do seu território nas rotas aéreas e marítimas.

As ilhas fazem parte da crista de montanhas que também integram os Açores, Madeira, Porto Santo e as Ilhas Canárias.

Sendo de origem vulcânica, as ilhas do arquipélago têm identidade geofísica diversa, e em termos da sua topografia poderão dividir-se em dois grupos: as montanhosas, caracterizadas por vales que correm entre elevações rochosas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau,

Santiago, Fogo, Brava e Santa Luzia) e as planas (ilhas do Sal, da Boavista e do Maio) rodeada por extensas praias de areia fina.



Figura 01 - Arquipélago de Cabo Verde

Fonte: www.Kapverdischeinseln.com

Os pontos de maior altitude situam-se na ilha do Fogo (o Pico do vulcão com 2829 m cuja última erupção foi em 1995), em Santo Antão (o Topo da Coroa, com 1979 m) e em Santiago (Pico da Antónia e Serra da Malagueta com altitudes que variam entre 1280 m e 1373m).

4.1.2- Clima

Falar de segurança alimentar em Cabo Verde obriga-nos forçosamente a falar das condições climáticas no qual a agricultura é desenvolvida. “O clima desempenha um papel fundamental no rendimento das culturas e portanto, o conhecimento tão completo quanto possível do clima é fundamental para a melhoria das condições de produção agrícola” (Correia, 1998).

O clima do arquipélago é do tipo tropical árido na continuidade da região saheliana com temperaturas amenas e relativamente uniformes ao longo de todo o ano com amplitudes médias mensais que variam entre 20° e 26°. Existem duas estações: uma quente e húmida entre Julho a Outubro onde se registam as chuvas por vezes torrenciais, muito irregularmente repartidas no espaço e no tempo, e outra de brisas, entre Novembro a Junho, mais seca e mais fresca. Nos primeiros meses do ano, proveniente de um sistema anticiclónico centrado, poder-se-á sentir um ar tropical continental, o Harmatão, conhecido no arquipélago pelo nome de “Lestada”, proveniente do norte do continente africano. Pouco frequente e de curta duração, sopra na direcção E/W, provocando prejuízo nas culturas, nas formações vegetais, sobretudo nas arbóreas, deixando-as com um tom avermelhado devido a uma estiagem extrema. Por se tratar de um ar seco, a nebulosidade é muito fraca, permitindo um forte aquecimento e uma forte irradiação diurna. Carregada de poeiras a Lestada, provoca má visibilidade que só se extingue à medida que avança sobre o oceano. De Dezembro a Fevereiro, devido às massas de ar marítimas polares que atingem o arquipélago pode ocorrer alguma precipitação, embora rara. É a situação de inverno.

A irregularidade das precipitações torna difícil utilizar o conceito médio das mesmas, uma vez que os totais, mensais e anuais, são muito variáveis. O valor médio anual é, contudo, apontado como oscilando entre 230 e 500 mm, havendo variações de ilha para ilha (Silva, 2006).

Cardoso (2007) refere que “a falta de cursos de água de carácter permanente, com uma ou outra excepção apenas na ilha de Santo Antão, e as exíguas infra-estruturas hidráulicas não permitem o aproveitamento das chuvas que, dada a irregularidade pluviométrica com períodos prolongados de seca, quando caem originam fortes torrentes. A consequente erosão dos solos e o escoamento das chuvas para o mar não tem possibilitado também, a reconstituição dos lençóis freáticos: apenas 15% da água superficial resultante da precipitação se infiltra nos solos permitindo a sua alimentação”.

As terras aráveis representam apenas 10% do território sendo a ilha de Santiago com mais de metade, e as 3 ilhas melhores servidas (Santiago, Santo Antão e Fogo) possuem no seu conjunto 88%.

As características físicas das ilhas podem resumir-se conforme o quadro a seguir:

Quadro 01- Características Físicas das Ilhas de Cabo Verde

Ilha	Superfície		Altitude max (m)	Pluviometria (mm/ano)	Terra arável	
	Km ²	%			ha	%
Santo Antão	785	19,3	1979	237	8800	21,4
S. Vicente	230	5,6	750	93	450	1,1
S. Nicolau	347	8,5	1312	142	2000	4,9
Sal	221	5,4	406	60	220	0,5
Boavista	628	15,5	387	68	500	1,2
Maio	275	6,8	437	150	660	1,6
Santiago	1007	24,7	1394	321	21500	52,3
Fogo	470	11,5	2829	495	5900	14,4
Brava	64	1,5	976	268	1060	2,6
Santa Luzia	46	1,1	-	-	-	-
Cabo Verde	4033	100	-	230	41090	100

Fonte: GEP/MA

4.1.3- Solos

De origem vulcânica, os solos são na sua maioria incipientes, bastante pedregosos, pouco evoluídos e pouco profundos. Grande parte das ilhas é ocupada por litossolos, solos litólicos, aluviosolos e coluviosolos. Também se encontram solos pardo-avermelhados, halomórficos e desérticos (Faria, 1992).

Em termos geológicos e litológicos, tanto as ilhas de declive acentuado como as rasas apresentam considerável variabilidade de formações. Enquanto que em Santiago predominam rochas basálticas com os inerentes produtos piroclásticos, no Fogo com o vulcanismo recente, há uma predominância de lavas de varias idades. Na ilha de Boa Vista (ilha rasa) predominam formações sedimentares diversas em planícies mais ou menos extensas que resultam do enchimento com materiais finos, nas depressões à medida que a

ilha foi sendo erodida, para além das formas residuais da série de base onde predominam os sienitos e fenolitos que em alguns pontos foram cobertos por camadas calcárias.

Correia (1992), refere que os solos de Cabo Verde podem ser divididos em três categorias diferentes:

- ♦ Solos de encosta com declives variados;
- ♦ Solos planálticos a diferentes altitudes conhecidas por “achadas”
- ♦ Solos do leito das ribeiras (principalmente aluviões recentes).

Nas duas primeiras categorias estão englobadas solos em diferentes níveis de degradação tendo em conta as condições registadas no seu desenvolvimento. São os terrenos onde se fazem as culturas de sequeiro e/ou algumas de regadio mediante técnicas de terraceamento quando as suas características morfológicas o permitem.

O leito das ribeiras é formado por aluviões, como regra argilo-limosos, profundos e com o nível de fertilidade geralmente elevado. Alguns, situados junto à foz das ribeiras podem apresentar altos teores salinos, que é preciso ter em conta aquando da escolha das técnicas culturais a executar.

Em termos agrícolas, uma característica que é comum para os três tipos de solos, é o facto de apresentarem uma fraca ou nula estrutura a qual deve ser melhorada a fim de se conseguir, não só uma maior capacidade de retenção da água, como também uma mais eficaz infiltração da mesma (Correia, 1992).

O clima e os solos das ilhas condicionam fortemente a prática agrícola, limitando a variedade de culturas a produzir com consequências também na segurança alimentar do país. “A temperatura média das ilhas superior a 20° e o número elevado de horas de insolação (superior a 3000 horas/ano), em resultado da sua localização e da influência dos ventos secos do continente, criam uma forte evaporação contribuindo também para a salinização dos solos. As suas potencialidades agrícolas são por isso limitadas e alta a sua

vulnerabilidade ambiental. Entre 1990 e 1996 a produção agrícola não cobriu mais do que 9,2% das necessidades alimentares” (Cardoso, 2007).

4.1.4- População

Em 2000 o País contava com uma população residente de 434.625 habitantes e uma densidade populacional de 109,1 habitantes/km² distribuídos desigualmente pelas 9 ilhas habitadas. Mais de metade da população está concentrada na ilha de Santiago (236.627 habitantes). A densidade populacional nesta ilha (a maior também em termos de superfície) é de 238,8 habitantes/km².

A Cidade da Praia (capital do país) é o maior centro populacional do país com cerca de 106.348 habitantes, seguida da cidade do Mindelo (S. Vicente) com 67.163 habitantes. Os dois principais centros urbanos, Praia e Mindelo, concentram cerca de 40% da população. A ilha de Santo Antão, a segunda maior em superfície, é a terceira em termos populacionais com cerca de 11% do total do país. Logo a seguir surge a ilha do Fogo em termos populacionais, abrigando 8,6% da população total, sendo também a quarta em termos de superfície. Boavista é a ilha mais humanamente desertificada com 1% do total da população, sendo no entanto a terceira em termos de superfície. Segundo o censo 2000, “as condições agrícolas adversas e a falta de actividade económica justificam a sua baixa densidade populacional”. Dados do INE (2000) indicam que, as mulheres representavam 51,57 % da população total, estimando-se que são o “chefe” de mais de 40 % das famílias.

Para uma visão mais clara da representatividade e do peso do crescimento da população apresenta-se no quadro 39 em anexo a sua distribuição por concelhos, o que facilita uma melhor compreensão da realidade nacional em termos da repartição da população.

A análise dos dados aponta para uma distribuição muito assimétrica da população, albergando os concelhos da Praia, de S. Vicente e Santa Catarina cerca de 51% da população do país no ano 2000. “O desequilíbrio espacial resulta fundamentalmente da forte migração interna que caracteriza o país, em que os centros urbanos se convertem em principais pólos de atracção” (PND, 2002-2005).

Desta forte migração interna, sob forma de êxodo rural, resulta ainda um processo de urbanização cada vez mais acentuado. Com efeito, 53,5% da população vivia na zona urbana em 2000 contra 45,9% em 1990. A referida migração teve naturalmente reflexos negativos que se fizeram sentir, concretamente, a nível da habitação, saneamento básico, acesso à água potável e outros serviços sociais básicos (PND, 2002-2005).

A pirâmide das idades é característica de um país com crescimento demográfico acelerado: 47% da população têm menos de 15 anos, 64,3% menos de 25 anos, e uma fraca percentagem de pessoas com mais de 65 anos, apenas 8,6%.

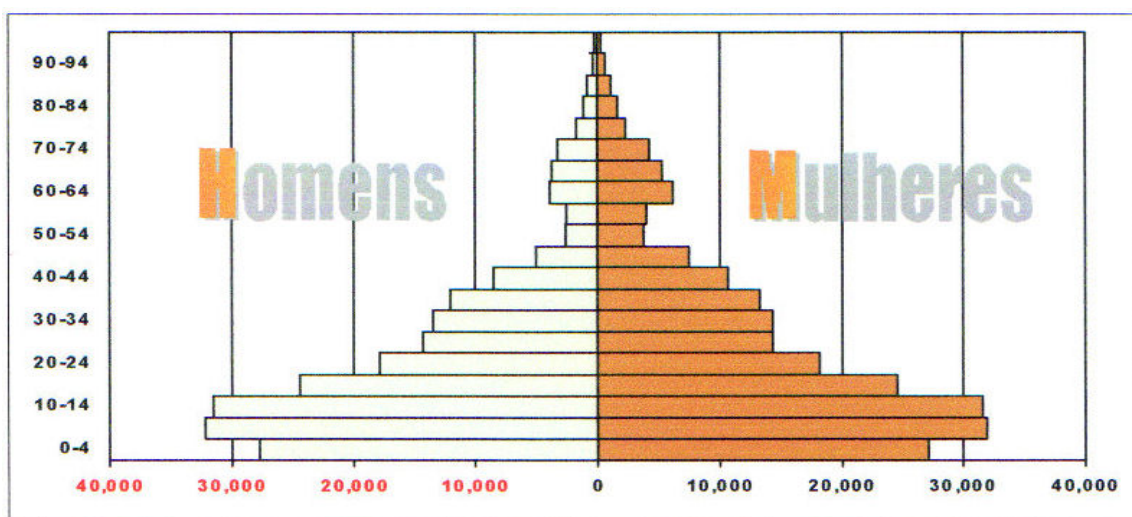


Figura 02- Pirâmide Etária de Cabo Verde - 2000

Fonte: RGPH/INE (2000)

A emigração sempre foi um fenómeno importante na história do povo cabo-verdiano, remontando à época colonial, devido à escassez dos recursos naturais, aos prolongados períodos de seca, ao fraco desenvolvimento e a sua consequente incapacidade de gerar emprego. Estima-se que no exterior do país se encontra entre 400.000 a 700.000 cabo-verdianos. A amplitude deste intervalo tem a ver principalmente com a dificuldade de contabilizar os efectivos no exterior e à metodologia utilizada na contabilização da segunda geração, grande parte com dupla nacionalidade.

Durante muitos anos, o crescimento demográfico foi sempre contrabalançado pela emigração e pela elevada mortalidade nos períodos de seca e de fome. A partir dos anos 50 medidas foram tomadas no sentido da criação de mecanismos de auxílio que diminuíram fortemente a carência alimentar estrutural, e daí a aceleração do crescimento demográfico, apesar da emigração ter continuado forte.

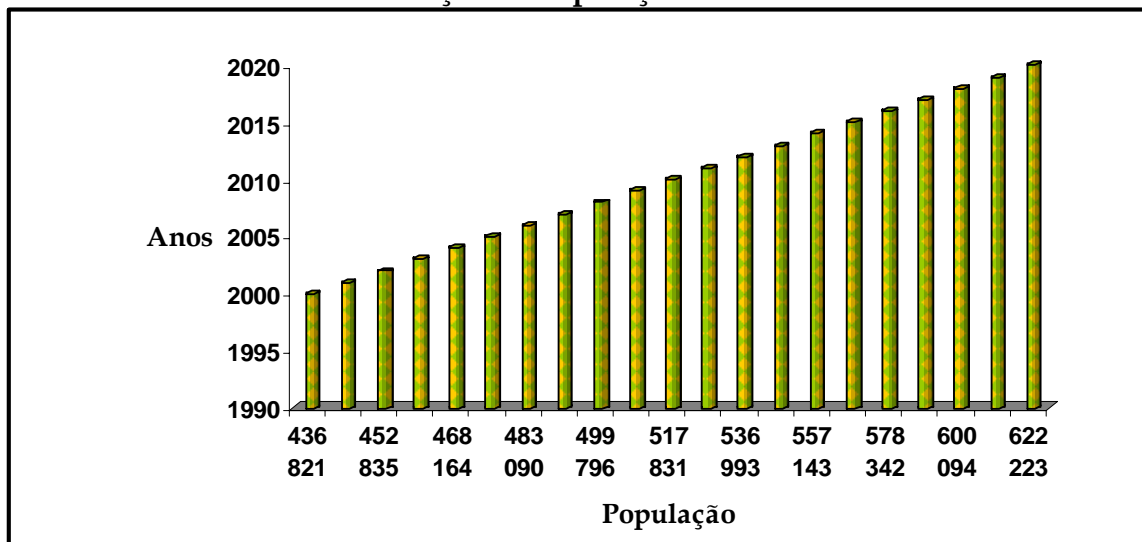
Actualmente o crescimento demográfico é fortemente influenciado por dois indicadores:

♦ Taxa de fecundidade, que teve a seguinte evolução: 6,9 filhos por mulher em 1969, 7,49 em 1970, diminuindo para 6,32 em 1980 e em 1990 passa para 5,64 o que indica uma redução de 30% em 30 anos. Em 1998 dados apontam para 4 filhos por mulher. O PND (2002-2005), realça que “esta redução de fecundidade deve-se em grande parte à importante campanha de planeamento familiar que vem sendo realizada desde há muitos anos, que fez passar a taxa de prevalência contraceptiva para métodos modernos de 12,3% para 32,9% entre 1988 e 1998 a nível nacional”.

♦ Taxa de mortalidade bruta da população que teve a seguinte evolução: de 15/1000 em 1970 passa para 7/1000 em 1990. Por seu turno a taxa de mortalidade infantil que era em 1970 de 130/1000, diminui para 63/1000 em 1980 e, para 51/1000 em 1990.

Estima-se que até 2020 a população residente ultrapasse os 600000 efectivos. Para tal prevê-se manter os actuais níveis de mortalidade e um aumento significativo do número de mulheres em idade fértil (15-49 anos) que vai duplicar em 20 anos, passando de cerca de 75000 em 1990 para 135000 em 2010 (www.ine.cv).

Gráfico 01- Previsão da Evolução da População Residente: Cabo Verde 2000-2020



Fonte: Feito a partir dos dados do INE, 2002

A esperança de vida à nascença, em 2000 era de 67 anos para os homens e 75 para as mulheres. A taxa de crescimento anual é de 2,4%.

4.1.5- Caracterização Socioeconómico

Apesar de poucos recursos naturais o crescimento económico em Cabo Verde atingiu em média os 6,4%, graças a reformas económicas através da liberalização de mercados, o desenvolvimento do sector privado e a privatização de empresas públicas (Baptista, 2003). Cardoso por sua vez refere que, Cabo Verde é um dos países africanos de menores recursos, mas que tem gerido e aproveitado de forma sábia, as suas escassas potencialidades e os fundos provenientes das elevadas remessas de emigrantes e da ajuda internacional. O Banco de Portugal no seu relatório anual sobre a Evolução da Economia dos PALOP's e de Timor Leste 2006/2007 sublinha que “face aos bons resultados de programas anteriores, Cabo Verde deixou de requerer o apoio financeiro do FMI, não

dispensando, no entanto, o envolvimento deste, pelo que acordou em Agosto de 2006 um programa com aquela instituição ao abrigo do Policy Support Instrument (PSI)¹⁷”.

A mesma entidade no mesmo relatório adianta que “o ano de 2006 apresentou sinais positivos, sendo um dos indicadores mais relevantes a aceleração do crescimento económico para 6,5%, acima dos 5,8% de 2005 (provendo-se nova subida em 2007 para 6,9%) alicerçado na dinâmica da procura interna e nas exportações de serviços”.

Para Cardoso (2007), o bom desempenho económico de Cabo Verde teve sempre por base elevados investimentos públicos, com elevado efeito multiplicador sobre o PIB. O mesmo autor realça que “66% do crescimento do PIB terá resultado directa ou indirectamente daqueles investimentos no período de 1985-90. A estratégia de desenvolvimento adoptada na II República não colocou em causa estes investimentos públicos, que continuaram a ter um peso significativo em muitos sectores infra-estruturais. Estes atingiram 13,5% do PIB em 1991 e 16,4% do mesmo em 1994”.

As remessas dos emigrantes é um outro factor de sustentação do crescimento económico. O seu contributo para o crescimento do produto, para a subsistência de muitas famílias e para a sustentabilidade externa do país tem sido, ao longo dos tempos, muito relevantes para a economia cabo-verdiana. Na opinião de Cardoso “foram elas que aliadas às ajudas, aos empréstimos externos e internos possibilitaram tão elevados investimentos públicos e o bom desempenho económico”. Elas representaram cerca de 15% do PIB em 2000, contributo esse superior ao prestado pelo sector primário (10,9%) e a poucos pontos percentuais do sector secundário (17,5).

¹⁷ Instrumento de Apoio à Política Económica e Financeira. O PSI é um instrumento aplicado de forma voluntária pelo país, ou seja, não é imposta pelo FMI e, a sua adopção pressupõe a existência dum ambiente de estabilidade macroeconómica em fase de consolidação. Destina-se aos países de baixo rendimento com uma situação financeira relativamente controlada, que por conseguinte, não necessitam ou não desejam a assistência financeira do FMI, não dispensam contudo, o aconselhamento técnico, a avaliação e a aprovação das suas políticas pelo Fundo. O PSI de Cabo Verde foi concebido de forma a reforçar a sustentabilidade do crescimento económico e do desenvolvimento pela via da preservação de uma envolvente macroeconómica estável e da persistência no roteiro das reformas estruturais em curso no país (www.governo.cv/index.php, 2008).

A Ajuda Publica ao Desenvolvimento (APD) aliado à boa gestão das mesmas, são também factores que contribuíram para a melhoria dos indicadores económicos de Cabo Verde. Estas ajudas, que atingiram valores significativos na década de 90 (84 milhões de dólares entre 1992 e 1995 segundo dados do BCV) têm estado a diminuir, embora com tendência para a sua recuperação nos últimos anos. Cifrou-se em 31,4 milhões de dólares em 2000 e em 46,2 milhões de dólares em 2005. O bom desempenho do país, traduzido nas suas elevadas taxas de crescimento, não lhe conferiu ainda solidez suficiente para dispensar subsídios que têm sido concedidos ao grupo de PMD.

O PIB “per capita” em 2005 era de 1930 dólares, um dos mais altos do continente africano. Dados do BCV indicam que Cabo Verde conseguiu uma taxa de crescimento média, no período de 1991 a 2005 de 5,5% ao passar de 919 dólares “per capita” em 1991 para 1930 dólares em 2005.

A taxa de inflação é uma das variáveis que demonstra a estabilidade da política macroeconómica do país. Tem sofrido algumas oscilações mas, com tendência para a sua diminuição ao longo do tempo. Este índice induz a movimentos no índice geral dos preços. Os preços em Cabo Verde são medidos com base no Índice de Preços ao Consumidor, o qual é de âmbito nacional e é calculado ao nível da Cidade da Praia, S. Vicente e Zonas Rurais. A inflação correlacionada com o aumento ou não dos salários, traduz o nível de vida da população. Como ela tem mantido controlada a níveis aceitáveis (e até ao nível da União Europeia, segundo o Anuário de Segurança Alimentar de Cabo Verde, 2005), tem havido ganhos significativos ao nível de preços para o consumidor.

É de se notar a diminuição da inflação em 2000 para valores negativos, resultantes, segundo Cardoso (2007), “fundamentalmente de dois factores: subvenção dos preços dos combustíveis, produto que integrava o índice de preços ao consumidor e um bom ano agrícola no contexto de um arquipélago com escassas potencialidades agrícolas”. O Anuário de Segurança Alimentar de Cabo Verde 2005, realça que esta diminuição resultou “certamente, pelo menos em parte, do impacte que o sector agrícola ainda tem no nível de vida das pessoas, medido pelo índice de preços do cabaz de referência utilizado pelo INE”.

Quadro 02- Alguns Indicadores Económicos de Cabo Verde

INDICADORES	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (milhões de dólares)	525,5	601,8	556,6	571,5	633,6	826,2	955,5	1.036,4	1.155,0
PIB PC (dólares)	1.242,3	1.422,7	1.484,0	1570,8	1.649,3	1.761,3	1.814,9	1.930,2	
Inflação (IPC)	4,4	4,4	-2,4	3,7	1,8	1,2	-1,9	0,4	5,4
Taxa de desemprego	26,0	25,4	21,0	19,1	16,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d

Fonte: BCV; BP (2007). n.d – não disponível

Atendendo as características do país, com ilhas periféricas e de difícil acesso, foram definidos os vários regimes de preços dos bens e serviços com base no Decreto-Lei nº1/99. Esse decreto estabelece “um compromisso prudente entre a liberalização total dos preços e a manutenção de preços administrados para ter em conta a descontinuidade do território, as imperfeições do mercado e o peso de certos bens (incluindo os produtos alimentares) no cabaz de compra das populações mais vulneráveis” (Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2002).

Assim, embora a maioria dos preços dos produtos em Cabo Verde seja definida pelo livre jogo da oferta e da procura, existem alguns produtos, principalmente produtos alimentares, que permanecem com preços tabelados. Esta política de preços justifica-se não só em função da descontinuidade territorial e imperfeição da concorrência, mas também como medida de garantir o acesso e segurança alimentar às camadas mais carenciadas do país, pois com a liberalização da economia a EMPA¹⁸ deixou de ter o monopólio da importação, sobretudo dos bens de primeira necessidade, passando esta a ser desempenhada pelos privados.

O país ocupa actualmente o centésimo terceiro lugar na lista do compósito Índice de Desenvolvimento Humano (IDH=103), com melhor performance que países com grandes recursos.

¹⁸ Empresa Publica de Abastecimento. Tinha por missão adquirir e distribuir alimentos básicos e outros produtos essenciais no país.

Embora o PIB tenha crescido de forma muito satisfatória nestas últimas décadas, ainda é insuficiente para responder às reais necessidades do país, tendo em conta as suas vulnerabilidades. Aliás as GOP (2001-2005) afirma que “apesar dos avanços significativos registados nas últimas décadas, Cabo Verde continua confrontado com o problema macroeconómico fundamental, que consiste no desequilíbrio estrutural entre, por um lado a produção nacional e, por outro lado, a despesa interna, ou adsorção (consumo privado, formação de capital e despesas governamentais), ou seja, o nível de produção muito aquém da procura interna é a causa primária do défice permanente da balança das transacções correntes (BTC) e de outros desequilíbrios que têm caracterizado a macroeconomia cabo-verdiana”.

A fraca base produtiva do país pode ser avaliada pela sua incapacidade em cobrir sequer o consumo e os investimentos, e constitui um dos factores que está na origem da dependência externa que caracteriza a economia do país, o qual se caracteriza ainda, pela fragilidade do sector agrícola, pela insipiência da indústria e pela preponderância do sector dos serviços, particularmente do comércio.

A economia cabo-verdiana baseia-se numa forte dependência da importação de bens de consumo e de produção. A taxa da cobertura de importação pelas exportações é muito fraca, atingindo as importações em 2005 os 44.363 milhões de ECV, enquanto que as exportações atingiram os 14.719 milhões de ECV¹⁹, o que significa que a taxa de cobertura foi de 31,2%.

Fazendo a análise em termos sectoriais, nota-se que o sector primário continua relativamente frágil tendo representado em média cerca de 8% do PIB nos últimos anos, embora empregando uma parcela significativa da população (23,9% segundo o censo de 2000). Se, se levar em conta que uma parte considerável da população trabalha na agricultura, sobretudo os de menos recursos, facilmente se conclui que uma franja

¹⁹ Escudos Cabo-verdiano. 1 euro = 110.265 escudos cabo-verdianos, segundo o cambio do Banco de Cabo Verde (BCV).

significativa da população vive em condições débeis, incorporando neles a própria fragilidade do sector.

Malgrado o contexto de escassez de recursos naturais, de elevada e crescente pressão demográfica sobre os mesmos, resultantes de um rápido crescimento populacional que acaba por agravar a frágil estrutura fundiária em que se desenvolve a agricultura, é reconhecida a importância deste sector na criação de emprego e subsistência de um grande número de famílias. Para além disso a produção agrícola tem desempenhado um papel fundamental na garantia da alimentação e na estabilização de preços, particularmente dos bens alimentares.

No que concerne ao sector das pescas, apesar do país possuir uma grande extensão da plataforma continental, e pela importância que deveria ter no processo de desenvolvimento socioeconómico do país, este sector não tem tido um peso significativo na actividade comercial, tendo representado em média, cerca de 1% do PIB nestes últimos anos. É de salientar, no entanto, que os produtos do mar são mais acessíveis à população de baixos rendimentos e, “poderiam ser ainda mais, se houvesse mais investimentos neste sector, visando o aumento da captura, com a consequente redução dos preços, geração de empregos, melhorando assim a segurança alimentar de uma grande franja da população” (Duarte, 2005).

O sector secundário emprega 19% da população segundo o censo de 2000 e representava 16,9% do PIB em 2000, passando para 17,6% em 2003. Fazem parte deste sector a indústria e energia e as construções. É um sector de vital importância para a subsistência de muitas famílias, sobretudo os mais pobres. Vem ganhando de ano para ano uma grande expressão na sociedade e na economia.

Os dados do INE (2000), indicam que o sector terciário contribui com cerca de 74,1% do PIB, o que demonstra claramente o domínio desse sector, do qual fazem parte o comércio e a restauração, os transportes e serviços afins, as telecomunicações, bancos e seguros, remessas dos emigrantes. Absorve mais de metade (57,1%) da mão-de-obra cabo-

verdiana o que demonstra que este sector tem-se mantido como vector fundamental da economia.

O turismo e os serviços turísticos ocupam uma posição importante na economia de Cabo Verde. Em 2003 representavam 10% do PIB, tendo as receitas aumentados de 6,8% em 2002 para 16.7% em 2003, fruto de grandes investimentos no sector (Duarte, 2005).

É de realçar que o turismo vem crescendo de ano para ano. Dado a potencialidade turística do país e pela importância desse sector na economia nacional, várias medidas vêm sendo tomadas com o objectivo de atrair o capital estrangeiro para o desenvolvimento da indústria e do turismo, de que destacaremos aqui, as leis do Investimento Externo (Lei nº 89/IV/93 de 13/12/93) e do Estatuto Industrial adoptado em 1989 (Lei nº 108/89 de 30/12/89). Estas leis são encaradas como medidas para atrair investimentos vitais ao processo de desenvolvimento, uma vez que permitem a criação e expansão de empresas produtoras de bens e serviços, alargar a base produtiva da economia, criação de empregos e actividades geradoras de rendimento, entre outros aspectos. A intenção é promover e encorajar um ambiente de negócios transparente e justo tanto para os investidores domésticos como para estrangeiros e, aumentar o papel do sector privado no processo de desenvolvimento do país.

4.2- Dinâmica e Caracterização da Pobreza

A pobreza em Cabo Verde é uma questão que remonta ao período colonial e não está dissociada das condições ambientais adversas: clima árido e secas sucessivas. É uma pobreza de ordem estrutural, ligada aos factores intrínsecos ao país: escassez de recursos, pressão sobre o ambiente, elevada taxa de fecundidade, incapacidade da estrutura produtiva gerar recursos para absorver a mão-de-obra e satisfazer uma parcela maior da procura interna, reduzida formação dos recursos humanos (Cardoso, 2007). Continuando, o mesmo autor faz notar ainda que, “Cabo Verde, dada a exiguidade dos recursos financeiros, a fragilidade do seu ecossistema, a debilidade da estrutura produtiva, a atonicidade territorial, a escassez dos recursos naturais incluindo água, tem dificuldades acrescidas em disponibilizar ao conjunto da população meios que permitam a saída da pobreza. Estes

constrangimentos levam a que a sua eliminação tenha que ser encarada como objectivo de longo prazo”.

Efectivamente, o IV Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000) elegeu a luta contra a pobreza como um dos seus principais objectivos, já que a década de 90, por ter sido um período marcado por profundas alterações de política económica e social no sentido da liberalização da economia e do aumento da competitividade, poderia ter sido um período de redução da pobreza, mas não o foi. A pobreza continuou a atingir uma parte significativa da população (30% em 1998 e destes 14% viviam na situação de extrema pobreza segundo um estudo realizado pelo PNUD com base nos dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares). O Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (2004), refere que a segunda metade da década de 90 foi um período marcado por um elevado ritmo de crescimento económico, cerca de 8,4% de média anual. Não obstante este elevado ritmo de crescimento económico, a pobreza continuou a afectar mais de um terço da população do país.

Ciente de que a luta contra a pobreza tem que assumir um carácter multidimensional, integrando aspectos económicos, sociais, culturais e políticos, em 1999 deu-se início à fase de implementação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) que assume um papel instrumental na implementação de um conjunto de medidas visando as populações mais pobres.

O programa define como metas a atingir, a redução da taxa da pobreza, a erradicação da pobreza absoluta, a elevação do rendimento médio das camadas que vivem abaixo do limiar da pobreza, a melhoria da capacidade produtiva dos pobres, a melhoria das infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres e a reconversão das FAIMO, viradas para os seguintes grupos prioritários: mulheres, sobretudo mulheres chefes de família, trabalhadores das FAIMO, desempregados e, particularmente, jovens desempregados, grupos vulneráveis (idosos, portadores de deficiências, crianças abandonadas e inválidos).

Para a implementação do PNLP o Governo de Cabo Verde contou com o apoio financeiro de vários doadores e credores. Os municípios com apoio financeiro do PNUD, realizaram um levantamento das situações de pobreza, tendo elaborado os seus próprios Planos Municipais de Luta contra a Pobreza. “Foram estes documentos que constituíram a base da Programa Nacional de Luta contra a Pobreza que pretendeu ser um instrumento integrador dos contributos dos vários agentes nacionais e internacionais para a sua diminuição: governo, municípios, ONG’s, organização da sociedade civil, agentes económicos privados e parceiros externos” (Cardoso, 2007).

Assumiu-se de forma clara o problema de combate a pobreza, como questão prioritária para o país.

Entretanto, um segundo estudo²⁰ sobre a pobreza realizado pelo INE em 2001/2002 com base no Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, deu conta dum reforço da pobreza no território, tendo aumentado simultaneamente a população pobre e muito pobre. Houve uma melhoria significativa do nível de vida médio da população. O PIB *per capita* era bem superior, a taxa média de crescimento foi duas vezes superior à dos países africanos, muito acima da média dos países da África subsahariana e acima de qualquer outro PALOP. No entanto, a percentagem de população em situação de pobreza e pobreza extrema tinha aumentado.

Quadro 03- Pobreza em Cabo Verde

	1993	2001/2002
População Pobre	30,2	36,4
População muito Pobre	14,1	19,9

Fonte: INE/CV in Cardoso

²⁰ Existem dois estudos sobre a pobreza desde o início da década de 90: um realizado em 1993 com base nos valores do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 1988/89, apoiado pelo Banco Mundial, e um outro realizado pelo INE em 2001/2002.

Como se pode notar no quadro 3, a comparação entre os dois momentos em que foram realizados os referidos estudos revela-nos que a taxa de incidência da pobreza passou de 30,2% em 1993 para 36,4% em 2002 e a proporção dos muito pobres de 14,1% para 19,9%, perfil esse que exprime sobretudo um aumento das desigualdades.

O estudo indica que apesar do crescimento económico ter sido superior 2,5 vezes ao crescimento populacional entre 1989 e 2002, a pobreza aumentou 6% em Cabo Verde. A evolução verificada na economia não se traduziu na redução substancial da pobreza.

Segundo o iPRSP²¹ (2001), o crescimento económico não se fez acompanhar de uma redução significativa do desemprego. As razões da aparente fraca elasticidade da pobreza em relação ao crescimento económico devem-se mais à natureza e qualidade do crescimento económico do que a questões de equidade. O crescimento tem sido impulsionado do exterior e não motivado por poupanças internas, graças ao papel da emigração e da ajuda externa.

Assim, a situação entre estes dois momentos de estudos alterou-se criando novos desequilíbrios. Os dados do IDRF (2001/2002) indicam que, em Cabo Verde residem cerca de 470 687 indivíduos, sendo 55% no meio urbano e 45% no meio rural. Com base no limiar da pobreza²², 172 727 indivíduos são considerados como pobres, ou seja, têm uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43 250 ECV (representando 36,2% da população total. De entre os pobres, pode-se isolar ainda 92 828 indivíduos, considerados muito pobres, com um nível de despesas igual ou inferior a 28 833 ECV, representando 86% dos pobres e equivalente a 20% da população total.

²¹ Em Dezembro de 2001, o Governo de Cabo Verde aprovou a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, na sua versão preliminar, conhecida segundo a sigla anglo-saxónica por iPRSP (Íterim Poverty Reduction Strategy Paper).

²² Limiar da pobreza é a igual despesa anual de consumo per capita de 43.250 ECV (estes são considerados pobres) e são considerados muito pobres as pessoas com nível de despesa anual de consumo inferior a 28.833 ECV.

Considerando as ilhas, nota-se que a pobreza tem uma distribuição espacial muito marcada. Santo Antão para além de apresentar maior incidência da pobreza²³, apresenta o índice de profundidade²⁴ de pobreza mais elevado (os pobres precisam em média de 16% do valor da linha da pobreza para deixarem de ser pobres). Com 54% da população a viver abaixo da linha da pobreza, 64% destes são considerados muito pobres. Segue-se o resto de Santiago com 49% e Fogo com 42% da população a ser considerada pobre.

É importante frisar que a distribuição demográfica das ilhas, explica também em parte, a distribuição regional do número de pobres. Assim se explica a concentração na ilha de Santiago de mais de metade dos pobres (55%), sendo “43% no interior (Resto de Santiago), 12% na Praia Urbana, seguida de Santo Antão com 16%, S. Vicente e Fogo com cerca de 10% cada” (INE, 2002). A população pobre residente nas outras ilhas (S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) representa somente 9% do total dos pobres de Cabo Verde.

O estudo de 2002 ressalva ainda que, a pobreza incide de forma mais vincada no meio rural do que no meio urbano. Com efeito, cerca de metade da população rural é pobre, o que contrasta com $\frac{1}{4}$ da população urbana. O valor que os chefes de família residentes nas zonas rurais necessitam para deixarem de ser pobres é três vezes superior ao valor que os chefes de agregados residentes nas zonas urbanas precisam (DECRP, 2004).

²³ Incidência da pobreza é a proporção da população cujos consumos não atingem o limiar da pobreza.

²⁴ Profundidade da pobreza mede a insuficiência do rendimento em relação à linha da pobreza, ou seja, mede o quão abaixo da linha de pobreza se encontram os níveis de despesas ou de rendimento. Segundo o IDRF, em Cabo Verde a profundidade da pobreza é de 10%. Significa que os pobres deviam ter um rendimento adicional de 10% do montante equivalente à linha da pobreza monetária para deixarem de ser pobres.

Quadro 04- Distribuição da Pobreza por Ilhas

Ilhas	1993*			2002		
	Pop pobre, incluindo os muito pobres (% da pop da ilha)	Pop muito pobre (% da pop total)	Peso da pop muito pobre	Pop pobre, incluindo os muito pobres (% da pop da ilha)	Pop muito pobre (% da pop total)	Peso da pop muito pobre
	1	2	(2):(1)	1	2	(2):(1)
Santo Antão	50,1	28,0	55,9	53,9	34,1	63,3
São Vicente	28,6	12,9	45,1	26,2	10,7	40,8
São Nicolau	43,5	23,4	53,8	40,1	23,8	59,4
Sal	35,3	17,1	48,4	13	5,9	45,3
Boavista	29,2	15,5	53,1	12,9	2,2	17,1
Maio	25,5	19,9	78,0	38,1	25,1	65,9
Santiago	26,1	11,5	44,1	36,5	20,0	54,8
Fogo	22,8	6,1	26,8	42,9	25,0	58,3
Brava	53,8	36,2	67,3	40,5	15,6	38,6
TOTAL DOS POBRES	30,2			36,4		
PIB per capita	1.007			1.281		

Fonte: INE/CV in Cardoso

* Estudo realizado com base nos valores do IDRF de 1988/89

O IDRF (2001/02) constata também que a maior parte da população pobre é do sexo feminino (51%). A incidência da pobreza quando o chefe de família é homem é inferior aos casos em que o chefe do agregado é mulher. Contudo, não existem grandes diferenças de género quanto à profundidade e gravidade da pobreza, mas as mulheres constituem um grupo de risco mais vulnerável uma vez que a sua taxa de desemprego é duas vezes superior à dos homens.

A população pobre para além de ser maioritariamente feminina é também muito jovem, pois cerca de 49% dos pobres têm menos de 15 anos, acontecendo o mesmo com a grande pobreza, em que 51% dos muito pobres têm idade inferior a 15 anos.

O Estudo evidencia ainda, que em Cabo Verde a pobreza cresce com a dimensão da família. “Quase metade dos agregados com mais de 6 filhos são pobres e precisam de 17% do valor equivalente à linha da pobreza para deixarem de ser pobres” (DECRP, 2004).

A educação influencia sobremaneira na determinação da pobreza. O grau de instrução que o chefe do agregado possui não só influi na probabilidade de ser pobre, como também explica a desigualdade entre os agregados. Com efeito, segundo o INE (2002), na população dos agregados familiares pobres 98% são chefiados por pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, portanto sem instrução (42%) ou tem somente o EB (56%). Este perfil é mais acentuado quando o chefe é mulher, pois 52 em cada 100 chefes de agregado familiar do sexo feminino não tem instrução e 46 em cada 100 têm o nível de EB. A percentagem de mulheres, chefes de agregado, com nível pós secundário é praticamente nula, no entanto 2% tem o nível secundário.

Embora seja difícil apontar todas as causas do aumento da pobreza em Cabo Verde, a incapacidade da economia gerar postos de trabalho parece ser uma das principais determinantes da pobreza. Como já foi dito antes, o crescimento económico conseguido não se traduziu na diminuição significativa da taxa de desemprego, sobretudo, da taxa de desemprego da população jovem.

As características da agricultura (escassa porção de solo arável, aleatoriedade das chuvas), associada à inexistência de outro tipo de actividade económica nas zonas rurais, para além do pequeno comércio, parecem ser outra causa da pobreza. “Apesar da melhoria significativa da produtividade verificada na produção hortícola, os ganhos de produtividade estão aí concentrados, pelo que o elevado crescimento natural da população rural conduz a uma diminuição do rendimento global por habitante nas zonas rurais” (DECRP, 2004).

O fraco acesso das camadas mais pobres ao capital reprodutivo; A inacessibilidade aos meios de produção não permite às camadas mais pobres a sua segurança alimentar. Os sistemas de crédito encontram-se fechados a essa classe populacional. O crédito agrícola é praticamente inexistente. Estima-se que somente 2,5% do crédito à economia seja destinado

ao sector agrícola (incluindo o sector pesqueiro). Alguns programas de microcrédito têm sido implementados e integrados em estratégias de luta contra a pobreza. Mas a experiência nacional nesta área é bem recente.

Para combater a falta de recursos os cabo-verdianos recorrem à emigração, que normalmente funciona como um dos principais amortecedores sociais, e ao mercado informal. Nos últimos anos, em virtude das políticas restritivas nos países de acolhimento a emigração reduziu-se drasticamente, orientando-se também para as zonas urbanas, como atesta o rápido crescimento da população da Praia, Mindelo e Sal. Esse processo de imigração para os centros urbanos provocou a tendência para a urbanização da pobreza, isto é, uma transferência da pobreza do meio rural para o meio urbano, agravando as condições de vida nas principais cidades.

O valor das remessas dos emigrantes contribui com uma quota substancial no rendimento total das famílias, fazendo com que muitas famílias, sobretudo das zonas rurais, escapem da linha de pobreza.

O desenvolvimento da actividade informal constitui a principal saída para muitas famílias, sobretudo no meio urbano, como comprova o rápido crescimento da economia informal. Nesta área, às mulheres reconhece-se um papel de destaque, o que “explica que a incidência da pobreza feminina tenha melhorado ao longo da década de 90” (INE, 2002).

4.2.1- O Microcrédito em Cabo Verde como Estratégia de Redução da Pobreza

A redução da pobreza constitui um dos objectivos prioritários da política de desenvolvimento adoptada pelo governo de Cabo Verde. As Grandes Opções do Plano (2002-2005) afirmam que “são objectivos prioritários melhorar o acesso social, com destaque para as inúmeras carências nas áreas da saúde, educação, habitação e abastecimento em água potável, melhorar o acesso dos pobres aos recursos financeiros, a promoção de actividades geradoras de rendimentos sustentáveis, capacitar os pobres e

promover a sua participação na segurança alimentar e luta contra a pobreza (...). A segurança alimentar constitui um eixo óbvio de qualquer programa de luta contra a pobreza no país”.

Assume-se claramente uma mudança de atitude em relação aos pobres. É assim que o Programa das FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra), em que se criava emprego público apenas com o objectivo de dotar os pobres com um rendimento mínimo, sem preocupações com aspectos de sustentabilidade do emprego, foi sendo substituído paulatinamente por programas em que se procura garantir a sustentabilidade dos empregos. O objectivo é implicar os próprios pobres no combate ao fatalismo, à mentalidade assistencialista, à dependência dos outros, fazendo com que também participem no desenvolvimento do país.

Um dos instrumentos utilizados nesta luta de mudança de mentalidade, tem sido o Programa de Luta contra a Pobreza (PNLP). Nele propõe-se a integração dos pobres na economia, a melhoria dos indicadores sociais relativamente aos pobres, a mobilização social, o reforço da capacidade institucional na implementação de actividades de planificação, coordenação e seguimento das acções de luta contra a pobreza. Esta é a nova visão que se procura imprimir à sociedade cabo-verdiana.

Uma das importantes componentes do programa, e que merece atenção especial, dada a sua relevância neste estudo, é a concessão de microcrédito e apoio às actividades geradoras de rendimentos, considerando que o crédito é uma das alternativas à inserção dos pobres no mercado de trabalho e conseqüentemente a sua saída do ciclo vicioso da pobreza.

Reconhece-se, tal como se verifica nos outros países africanos, que o acesso dos pobres ao capital financeiro é difícil. As instituições formais de crédito não se encontram preparadas nem interessadas em assistir financeiramente essa faixa da população. O recurso ao microcrédito, como se verifica nas experiências realizadas na Ásia e América Latina, parece ser a única via promissora de descentralização do crédito aos pobres.

Algumas experiências, embora pontuais, mas bem sucedidas de microcrédito tiveram já lugar em Cabo Verde, implementadas sobretudo pelas Organizações Não Governamentais (ONG's).

As primeiras experiências de microcrédito em Cabo Verde datam da década de 90, embora algumas modalidades de financiamento aos pobres já fossem conhecidas, como por exemplo as associações funerárias²⁵. Essas primeiras experiências, segundo Soares (2003), “enquadravam normalmente dentro de diversos programas de promoção da mulher no desenvolvimento rural, entre outros, de algumas instituições, encarando o instrumento crédito como parte integrante da promoção do seu público-alvo. Essas instituições eram maioritariamente ONG's e algumas do sector publico. Os fundos dessas iniciativas provinham, essencialmente, da cooperação internacional (a fundo perdido) e muitas vezes os procedimentos eram impostos pelos doadores”.

Nesta altura, os operadores de crédito ainda não tinham uma visão clara de um programa de crédito, pelo que muitos créditos eram atribuídos a fundo perdido ou a taxas muito baixas, o que comprometeu o desenvolvimento do programa ou a abrangência dos beneficiários.

Soares (2003) afirma que em 1998 foi realizado um diagnóstico sobre o microcrédito em Cabo Verde, por Ives Fourier, onde se constatava a existência de um grupo razoável de operadores com predominância das ONG's e uma desconcertação reinante, fruto da incipiente prática.

Assim, surge o Comité de Pilotagem de Microcrédito em 1999, hoje denominada FAM-F (Federação das Associações Cabo-verdianas que operam na área de Micro-Finanças) para a reflexão, inventariação e proposição de políticas e estratégias visando o desenvolvimento do microcrédito em Cabo Verde. São membros²⁶ da FAM-F neste momento as ONG's MORABI, OMCVe as associações ASDIS, FAMI-PICOS, ADIRF E SOLDIFOGO.

²⁵ Criadas na base de quotização dos membros com o objectivo de apoiar financeiramente os familiares dos associados, em caso de falecimento de um membro do agregado familiar (Correia, 2005).

²⁶ MORABI – Associação para a Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento

De facto verifica-se hoje em Cabo Verde uma maior consolidação do sector de microfinanças, existindo uma autonomia do sector de microfinanças das outras actividades. A maior parte dos operadores iniciaram a actividade de crédito como uma sub-componente de programas de alívio à pobreza, pelo que, não diferenciavam as actividades de microfinanças das outras actividades.

O microcrédito é ofertado tanto pelo sector formal (Bancos Comerciais) quanto por associações e ONG's. São cerca de 17 ONG's que oferecem microcrédito em Cabo Verde e entre os bancos comerciais, o único que tem um programa de microfinanças é a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV). O Banco de Cabo Verde (BCA) após algumas experiências pouco animadoras, e apesar de financiar empréstimos de montantes pequenos²⁷, não mantém um programa estruturado de microcrédito (Correia, 2005).

As ONG's, tanto as nacionais como as internacionais, são as maiores provedoras de serviços de microcrédito em Cabo Verde. Têm vindo a mobilizar recursos para a promoção de actividades geradoras de rendimentos, através de concessão de créditos.

É de se realçar o trabalho feito pela ACDI/VOCA, destacando-se como a maior impulsionadora do funcionamento do sector de microcrédito nos moldes actuais. A ACDI/VOCA (Agricultural Cooperative for Development International/volunteers in Overseas Cooperative Assistance) é uma ONG americana que actua no sector de microcrédito com fundos provenientes do programa de Ajuda Alimentar Americana através da USAID. Graças a intervenção desta ONG constata-se hoje “uma melhor orientação do sector com programas bem definidos e o mais importante, a similitude entre os programas, sobretudo nas instituições que fazem parte da FAM-F” (Soares, 2003). Esta instituição destaca-se também pelo facto de ser a ONG “com maior número de créditos concedidos, o maior montante de fundos em circulação e a mais significativa estrutura de

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

ASDIS – Associação para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago

FAMI-PICOS – Associação das Mutualidades de Crédito de Picos e Santa Catarina

ADIRV – Associação de Desenvolvimento Integrado de Rui Vaz

²⁷ Financiar montantes pequenos não garante a existência de um programa de microcrédito.

recursos humanos afectos ao sector. Por outro lado, é a principal empreendedora das acções de formação” (Passos, 2004).

A ADF (Fundação para o Desenvolvimento em África) também tem tido um papel de relevo no desenvolvimento do programa de microcrédito em Cabo Verde, pois segundo Soares (2003) tem sido o principal financiador dos fundos das organizações membros da FAM-F e tem financiado também alguns estudos e desenvolvimento de programas de gestão desses organismos.

A nível nacional, aparece a MORABI como a principal ONG no sector de microfinanças, com uma carteira de 8 666 créditos concedidos de 2000 a 2006, equivalendo a um montante emprestado de 462.217,79 contos cabo-verdianos. Esta ONG destaca-se ainda pela sua estrutura de crédito. Apesar de não ser a mais antiga é a primeira a ter uma estrutura de crédito bem definida. Logo a seguir aparece a OMCV com 6 305 créditos concedidos no mesmo periodo perfazendo um valor total de empréstimos de 318.431,00 contos cabo-verdianos. É a mais antiga ONG nacional (foi criada em 1980) mas “o seu programa de crédito só começou a ter uma estrutura mais ou menos aceitável, em termos de funcionamento, a partir de 1999” (Correia, 2005). E só depois aparecem os outros membros da FAM-F com uma diferença grande em relação à MORABI e à OMCV. Têm uma carteira de crédito muito menor, mas certamente de grande significado para os seus grupos alvo. Dados da FAM-F indicam que o numero total de créditos concedidos pelos seus membros de 2000 a 2006 é de 19 445 num montante total de 1.125.817,71 contos cabo-verdianos.

As associações, na opinião de Passos (2004), de um modo geral, não estão preparadas para a prática de microcrédito. Existe contudo uma associação que realiza a prática de microcrédito de forma estruturada e com normas claras de funcionamento, a ASDIS- Associação para a Solidariedade Social e o Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Santiago. É especializada em microfinanças e tem o apoio técnico da ACDI/VOCA.

Santiago tem sido o mercado mais privilegiado dos operadores de microcrédito, dado que todos os operadores operam nesta ilha. A seguir estão as ilhas de São Vicente e Santo Antão, que são servidas por dois operadores cada uma. Essa distribuição coincide com o potencial do mercado em termos de tamanho da população e da concentração das camadas mais pobres.

Como nas outras partes do mundo, também em Cabo Verde as mulheres, principalmente as chefes de família, constituem o principal alvo das microfinanças, apesar de não se excluírem os homens. Para o caso de Cabo Verde este facto pode ter diversas razões, entre os quais as seguintes: os pobres são constituídos principalmente por mulheres chefes de famílias, jovens desempregados dos 15 aos 24 anos e com pouca formação académica. Esses são alvos apetecidos do microcrédito; as duas maiores ONG's nacionais (MORABI e OMCV) são organizações de promoção da mulher no processo de desenvolvimento económico, social e cultural; nota-se uma maior preocupação da mulher com a melhoria da qualidade de vida da família.

O comércio informal é a actividade mais financiada, sobretudo o pequeno comércio de compra e venda de produtos alimentares, vestuário e calçados. Correia (2005) realça que o financiamento ao sector informal representa mais de 80% do total emprestado, (...) é uma actividade que não requer muita formação técnica, não requer montantes altos para funcionar e representa menor risco para as instituições de crédito.

4.3- Contexto e Políticas de Segurança Alimentar em Cabo Verde

Para as autoridades nacionais, a Segurança Alimentar “é uma questão transversal, que abrange vários sectores, desde agricultura, pecuária e pescas, ao comércio, transportes, educação, saúde, emprego, etc. e constitui um desafio de gerações, cujo equacionamento exige a responsabilização de todos e requer uma ampla base de concertação e de sinergias, que envolve o Governo e as autarquias locais, as organizações da sociedade civil e o sector privado” (PNSA, 2006).

O país é estruturalmente dependente do exterior para se abastecer em produtos alimentares, especialmente cereais, o que o torna vulnerável às conjunturas internacionais, agravado pela sua condição de país insular. As variações não apenas agro-climáticas, mas também flutuações do mercado externo, condicionam sobremaneira a garantia da Segurança Alimentar. Assim, a problemática da Segurança Alimentar desde sempre constituiu uma prioridade e um desafio para os governos do País, na medida em que, cabe ao Estado criar as condições necessárias para assegurar de forma sustentável a disponibilidade e estabilidade de alimentos nos mercados e facilitar o acesso físico e económico das populações aos mesmos.

Uma das respostas encontradas na altura da independência, para fazer face a este desafio são as FAIMO, que não é nada mais, nada menos, que um instrumento para garantir o acesso económico das famílias aos bens de primeira necessidade. Outras medidas foram implementadas, entre as quais a criação da Comissão Nacional para a Segurança Alimentar (CNASA) e o Sistema de Informação para a Segurança Alimentar (SISA).

Mais tarde com a adesão de Cabo Verde aos desafios lançados na Cimeira Mundial da Alimentação realizada em Roma, em 1996, em que os Chefes de Estado e de Governos presentes reconheceram o direito à alimentação como um direito fundamental do homem e, comprometeram-se a consagrar a vontade política e o compromisso comum de enviares esforços para garantir a segurança alimentar para todos, erradicar a fome, com o objectivo imediato de reduzir para metade o número de indivíduos subalimentados no mundo, o mais tardar, até ao ano 2015, o país estabeleceu uma nova política de segurança alimentar, definida à luz dos princípios e dos conceitos básicos saídos dessa Cimeira e, criou no seio do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente uma Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (DSSA) como instrumento de implementação das políticas públicas de Segurança Alimentar.

De imediato incluiu no PND (1997-2000), o Programa de Alimentação e Segurança Alimentar, o qual era constituído por cinco subprogramas, a saber: (i) Informação/Gestão para a Segurança Alimentar; (ii) Garantia e melhoria da Segurança Alimentar na população

em geral; (iii) Garantia da qualidade e inocuidade dos alimentos; (iv) Educação alimentar e nutricional; e (v) Assistência Alimentar aos grupos vulneráveis.

Segundo as orientações do PND (2002-2005), os programas de segurança alimentar deveriam articular-se com outros programas sectoriais relativos à oferta de alimentos (programas de desenvolvimento agrícola, pescas, ambiente, comércio, etc.) e ao sector social (luta contra a pobreza, saúde, educação, formação profissional, etc.) (PNSA, 2006).

No plano da oferta alimentar, o défice na produção nacional de alimentos (em particular de cereais, devido aos factores estruturais já mencionados aliados à falta de competitividade dos produtos nacionais), resultam na forte dependência nacional do mercado internacional para suprir as necessidades alimentares, o que determina um dos principais pontos da vulnerabilidade alimentar do país.

Segundo o PNSA (2006), a oferta de bens alimentares de base é assegurada pela importação em cerca de 85% das necessidades, sendo complementada pela produção nacional. A ajuda alimentar representa cerca de 38% das importações de cereais e tem constituído, ao longo dos anos, um elemento fundamental do dispositivo de luta contra a insegurança alimentar, ao mesmo tempo que permite desenvolver programas de assistência e promoção social direccionados a grupos mais vulneráveis, designadamente crianças e idosos não cobertos por sistemas de protecção social. Na situação de elevado défice crónico da balança comercial, a ajuda alimentar desempenha ainda um papel preponderante no equilíbrio da balança de pagamentos.

O lado da procura tende a ser também deficitário, fruto da situação socioeconómica precária em que vive grande parte da população, devido, principalmente, às elevadas taxas de desemprego e subemprego (que têm consequências prejudiciais sobre a elasticidade e estabilidade dos rendimentos das famílias). Assim, o maior problema de segurança alimentar em Cabo Verde é o de acesso económico dos indivíduos e das famílias aos bens alimentares disponíveis através da importação comercial ou da ajuda alimentar, ou pela produção nacional.

Os dados do Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias (ISVAF) indicam que o rendimento é um factor determinante para a segurança alimentar das famílias rurais, visto que o auto-consumo é muito baixo, pois mais de 80% dos alimentos consumidos pelas famílias provêm da sua compra. Os dados demonstram que 81% das famílias rurais do país estão implicados em actividades do sector primário e que apesar disso, a contribuição deste no rendimento das famílias representa apenas 20% no rendimento total das famílias. Relembremos que o meio rural alberga 42% das famílias residentes no país e concentra a maior proporção da população pobre.

Os resultados do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias, 2001/02, indicam que no tocante à utilização dos alimentos os cabo-verdianos consomem anualmente em média 117 kg de cereais (57 kg de arroz, 23kg de milho e 27 kg de trigo), 23 kg de feijão, 9 kg de leite, 12 kg de óleo alimentar, 32kg de carne (14 aves), 27 kg de peixe e 9 kg de açúcar. A mesma fonte realça que, a maior parte das calorias ingeridas (79%) provêm dos sete produtos alimentares considerados essenciais: cereais (arroz, milho e trigo), feijões, óleo alimentar, leite e açúcar. Essa proporção aumenta segundo o nível de precariedade socioeconómico das famílias (87% para as famílias pobres e 66% para as famílias não pobres).

(...) a desnutrição aguda atinge cerca de 5% das crianças, cerca de 14% sofre de desnutrição crónica. Em relação à população adulta, os resultados da IDRF demonstram que 2% sofre de desnutrição crónica, e por outro lado, revelam que cerca de 27% da população adulta tem excesso de peso e de entre estes 5% são obesos. Esta constatação, indica que estamos perante uma situação de transição nutricional, própria dos países em desenvolvimento, isto é, enfrentamos problemas provocados tanto pela deficiência de alimentos como pelo excesso e, hábitos alimentares e estilos de vida inadequados (PNSA, 2006).

4.3.1- Estratégias no Domínio de Segurança Alimentar

A garantia da segurança alimentar às populações tem constituído desde sempre um dos objectivos estratégicos e prioritários do país, consubstanciados nos sucessivos planos e

programas de desenvolvimento. Assim, segundo o PNSA (2006), os programas de segurança alimentar incorporados nos dois últimos PND (1997-2000 e 2002-2005), pelo seu carácter intersectorial, dever-se-iam articular com outros programas sectoriais, visando o ajustamento dos diferentes objectivos sectoriais em torno de um objectivo mais amplo de longo prazo. A coordenação e a articulação intersectorial contribuiriam também para uma alocação mais eficiente de recursos e a maximização do impacto dos mesmos junto das populações-alvo.

Com efeito, foram realizadas acções ao nível dos diferentes sectores, que contribuíram directa ou indirectamente para a melhoria das condições de segurança alimentar das famílias, tanto a nível da disponibilidade como do acesso.

♦ Disponibilidade e estabilidade de alimentos

→ **Produção alimentar nacional** – Em regiões áridas e semi-áridas, como Cabo Verde, o equilíbrio entre a vegetação, os solos e o clima é de natureza instável. Esta instabilidade é verificada principalmente na escassez e na irregularidade das chuvas, que conjugada com a exiguidade dos terrenos aráveis e à alta propensão dos solos à erosão, limitam fortemente o sector agrícola cabo-verdiano.

Apesar desses constrangimentos, o sector agrícola é um sector de extrema importância no desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde, pois assume um papel de relevo na produção de alimentos, criação de empregos e na estabilização dos preços, particularmente dos bens alimentares.

Existem dois sistemas de exploração agrícola, a agricultura de sequeiro com cerca de 70% das explorações agrícolas, o que equivale a 38 855 ha, ou seja, 90% da área cultivável total e a agricultura irrigada. A área de regadio é variável de ano para ano, estimando-se que actualmente varia de 1500 a 2000 ha, para um potencial dos 2500 a 3000 ha. Nas áreas de sequeiro cultivam-se essencialmente o milho, o feijão, o amendoim, a batata-doce frequentemente praticadas em terras marginais e em zonas agro – climáticas sem aptidão

para o seu cultivo e no regadio cultivam-se culturas como a cana-de-açúcar, tubérculos, fruteiras e hortícolas.

É de se salientar que a produção nacional de cereais não cobre 10% das necessidades da população e o feijão tem uma cobertura de cerca de 30% das necessidades. O milho, único cereal produzido localmente “cobre em média apenas 5% das necessidades em cereais, salvo raras excepções, como em 1999/2000 onde a taxa de cobertura atingiu um pouco mais de 20% mas, é preciso recuar 3 décadas atrás para se encontrar uma situação igualmente favorável” (PNSA, 2006).

Nos últimos anos verifica-se contudo, uma tendência para alterar a prática agrícola, sendo de realçar, a adopção da prática da horticultura no sequeiro, o aumento do cultivo de tubérculos e de raízes e a fixação de fruteiras nas zonas húmidas e sub-húmidas de altitude, graças a projectos²⁸ implementados no domínio da horticultura e da fruticultura, estando os sectores da agricultura em franco crescimento e com um papel importante no abastecimento do mercado interno.

O Diagnóstico de Segurança Alimentar citando o documento sobre “Elementos para um Plano Director de Horticultura de Cabo Verde” (2001/08), refere que se verificou na última década progressos notórios na produção média anual de raízes e tubérculos e legumes e constatou-se ainda uma forte diversificação dos produtos com ganhos significativos em produtos considerados de menor importância (legumes e condimentos).

Enquanto a produção de sequeiro é quase exclusivamente para o auto-consumo, a do regadio permite gerar excedentes comercializáveis com reflexos significativos no orçamento das famílias rurais e no abastecimento do mercado local.

Relativamente à pecuária, segundo o Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde, não obstante a sua fraca produção e produtividade devido a factores estruturais e a

²⁸ Destacamos aqui, os Projectos “Desenvolvimento do Sector Hortícola” e “Promoção de Técnicas de Micro-irrigação” e o Programa Especial para a Segurança Alimentar (PESA).

utilização de técnicas rudimentares de criação, ela desempenha um papel particularmente importante na satisfação das necessidades das populações em proteínas e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado nacional em carne e ovos e em menor escala o leite.

Para muitas famílias do meio rural cabo-verdiano o efectivo pecuário constitui uma fonte de riqueza, estatuto social, poupança utilizada nos períodos mais difíceis.

São poucas as unidades de exploração pecuária do tipo empresarial ou cooperativo. Mais de 99% das unidades de exploração pecuária são do tipo familiar tradicional segundo as estatísticas agrícolas de 2004 e praticam-no como actividade complementar à agricultura.

No âmbito dos programas de segurança alimentar foram desenvolvidos alguns projectos e acções, no domínio da multiplicação e vulgarização de animais de raças melhoradas e de sistemas e técnicas mais adequadas de criação, visando a criação de condições de base para o desenvolvimento do sector. “Estas intervenções tiveram algum impacto ao nível da oferta interna de carne, do leite e do queijo, e contribuíram para a melhoria dos rendimentos das famílias rurais e da sua dieta alimentar” (PNSA, 2006).

No tocante à pesca, apesar de significativos investimentos feitos nos últimos anos (modernização da frota artesanal e industrial, aumento da taxa de motorização, construção de infra-estruturas portuárias, introdução de novas artes de pescas, etc) a produção tem-se mantido à volta de 10 000 toneladas anuais, correspondendo a cerca de 30 a 40% das disponibilidades totais da ZEE.

Os vários projectos implementados no domínio das pescas, em particular da artesanal, contribuíram para a organização do sector, e consequentemente para a melhoria da oferta de pescado no mercado interno e da dieta da população. Por outro lado, tiveram impacto positivo nos rendimentos dos pescadores e das vendedeiras, que representam 10% da população activa e 12% da empregada (PNSA, 2006). Estima-se o consumo médio anual de pescado *per capita* em 23,4 kg/habitante.

→ **Importação de alimentos** – A importação de produtos alimentares diversos são variáveis de ano para ano, estando dependente, entre outros factores, da produção local e da própria procura no mercado. Ela constitui uma forma de satisfazer as necessidades de procura no mercado consumidor.

O país é totalmente dependente da importação de bens de primeira necessidade como o arroz, trigo, açúcar e óleo alimentar. As importações de cereais, segundo o Diagnóstico de Segurança Alimentar, não são inferiores a 75% do consumo nacional e a factura alimentar representa quase 1/3 das importações do país.

A liberalização do mercado²⁹ permitiu de uma forma global melhorar a oferta alimentar, em termos de quantidade, diversidade e preço. O abastecimento do país em bens alimentares, via importação, é assegurado essencialmente pelos privados, incluindo, os géneros alimentícios básicos (cereais, feijões, leite em pó, açúcar e óleo alimentar).

→ **Ajudas Alimentares** – Constituiu o primeiro instrumento de luta contra a insegurança alimentar do país e, ao longo desses anos todos, tem permitido o desenvolvimento de programas de assistência e promoção social destinados aos grupos mais vulneráveis. Desempenha ainda um papel relevante no abastecimento do país em cereais, representando em média nos últimos anos cerca de 38% das importações de cereais, segundo dados da ANSA.

A decisão do Governo pela comercialização das ajudas alimentares, permite que os fundos de contrapartida nacional derivados da venda dessas ajudas, garantam um rendimento mínimo às famílias, através de programas de investimentos públicos.

Assim, este modelo de ajuda alimentar em Cabo Verde permitiu não só a criação de milhares de postos de trabalho, com um importante impacto na segurança alimentar das famílias, como também a criação de infra-estruturas rurais tais como infra-estruturas para o aumento do abastecimento de água, conservação de solos e da água, reflorestação, luta

²⁹ A liberalização do mercado iniciada nos anos 90, conduzindo à privatização da MOAVE e à liquidação da EMPA, empresas estatais que tinham como objectivo o abastecimento do país em géneros alimentícios essenciais. O aprovisionamento do mercado passou a ser assumida pelos privados.

contra a erosão e desertificação, construção e reparação de estradas etc. Por seu turno, “essas realizações apoiam directa ou indirectamente, a produção alimentar e facilitam a unificação do mercado nacional, melhorando as condições ambientais, combatendo a erosão dos solos, mobilizando recursos hídricos para o aumento da superfície irrigada e da produção agrícola” (Diagnóstico de Segurança Alimentar, 2002).

As ajudas alimentares no âmbito da PAM (Programa Alimentar Mundial), permitiu assistir até ao momento, a mais de 40 000 vulneráveis, 75 000 alunos e deu emprego a mais de 900 cozinheiras.

Actualmente a ajuda alimentar não representa mais do que 1 a 2% do PIB, mas na década de oitenta ela chegou a atingir 6 a 12% do PIB. Ela tem tido uma tendência decrescente, mas sempre com uma importância considerável nas necessidades alimentares dos mais carenciados.

→ **Estabilidade dos alimentos** – Um dos factores com efeitos importantes sobre a estabilidade é a capacidade do país constituir stocks estratégicos de segurança. Antes da abertura do mercado a EMPA tinha por obrigação abastecer todos os mercados do país (ilhas e municípios) ao mesmo preço e manter um “stock” de segurança alimentar no equivalente a três meses de consumo para os produtos de base. A partir do momento em que houve a liberalização da importação dos produtos de base, essa função foi transferida para os privados. O mercado continua a ser correctamente abastecido em termos de regularidade e preços.

Relativamente aos preços, a política de estabilidade dos preços consagra para os produtos alimentares de base (cereais, feijões, açúcar e leite em pó) o regime de preços máximos, para garantir o acesso das populações tanto nos mercados centrais como nos mercados periféricos aos produtos alimentares de base.

◆ Acesso aos alimentos

→ **Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)** – É um dos instrumentos de implementação e materialização da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. O PNL tem como objectivo maior promover a redução sustentada e durável da pobreza, contribuindo consequentemente para a melhoria da qualidade de vida das populações, melhorando substancialmente o acesso aos serviços e bens básicos, nomeadamente, o acesso a uma alimentação adequada.

→ **Fundo de Contrapartida da Ajuda Alimentar** – A criação de emprego e de rendimentos através do sistema de trabalhos públicos das frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO) visa sobretudo dotar as famílias de condições para fazer face a situações de insegurança alimentar. Assim as ajudas alimentares ao longo dos anos têm constituído um elemento relevante na luta contra a insegurança alimentar e vulnerabilidade. “Dependendo dos anos agrícolas, os fundos de contrapartida da ajuda alimentar geram anualmente 15 000 a 20 000 postos de trabalho no meio rural, exercendo assim, um importante papel na condição de segurança alimentar das famílias rurais” (PNSA, 2006).

→ **Assistência Alimentar** – No domínio da assistência alimentar há um número considerável de organizações públicas e privadas que prestam serviço aos chamados grupos vulneráveis (crianças em idade pré-escolar, crianças malnutridas, pessoas idosas e deficientes, doentes crónicos e famílias pobres), através dos programas que visam directa ou indirectamente a segurança alimentar das famílias.

→ **Protecção Social** – No domínio social, segundo o diagnóstico de segurança alimentar, as acções de promoção social desenvolvidas têm-se traduzido em respostas diversas fundamentalmente de carácter assistencial, prestações pecuniárias e em espécie, ajudas alimentares e outras para fazer face a situações de carência temporária ou permanente, prestação de serviço de atendimento a diferentes grupos da população, nomeadamente doentes, idosos, crianças em risco.

◆ Utilização dos Alimentos

Nas últimas décadas verificou-se uma melhoria substancial nas disponibilidades alimentares para o consumo humano, indicando um consumo alimentar médio aparente bastante satisfatório, sobretudo se comparado com os países do continente africano. Dados da FAO indicam que já no ano 2000 se consumiam em média 3.278 kcalorias/dia/*per capita* e 75 gramas de proteínas, valores esses acima dos recomendados pela OMS³⁰.

Contudo, essas cifras escondem as dificuldades de determinados segmentos da população, cujo rendimento está muito aquém da resolução das suas necessidades alimentares. Estudos feitos indicam que o consumo dos grupos vulneráveis de Cabo Verde é aproximadamente 2 400 cal/dia/habitante, ou seja, o equivalente a mais ou menos 630g de cereais por dia por habitante.

Assim, no âmbito do Programa de Alimentação e Segurança Alimentar, na sua vertente (sub-programa) “Educação Alimentar e Nutricional” foram realizadas várias acções para atenuar e resolver o problema da malnutrição em Cabo Verde, nomeadamente, a distribuição sistemática do sulfato ferroso a todas as gestantes atendidas no PMI/PF³¹, acções de educação nutricional da população (agentes de saúde, extensionistas, animadores/educadores sociais, professores), a iodização do sal para o consumo humano e animal, acções de promoção do aleitamento materno exclusivo até 4-6 meses e prolongado até 2 anos, fornecimento de suplementos em micronutrientes (ferro e vitamina A) aos grupos de maior risco, reforço na qualidade de seguimento e avaliação de crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 5 anos e grávidas nos serviços de saúde. Essas acções podem ter algum efeito no combate a alguma carência específica, mas não solucionam o problema, pelo que estas devem ser complementadas com outras acções e programas que visam atingir uma segurança alimentar de forma sustentada.

³⁰ Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), uma dieta alimentar saudável deve permitir a ingestão mínima de 2 800 kcalorias/dia e cerca de 70 gramas de proteínas de várias origens.

³¹ Protecção Materno Infantil/Planeamento Familiar

▪ Dispositivos Institucionais

A segurança alimentar sendo uma condição básica de desenvolvimento humano é uma condição fundamental do desenvolvimento de um país. Enquanto bem publico essencial e um direito fundamental do homem, é antes de mais uma responsabilidade do Estado. Assim, o quadro institucional de segurança alimentar em Cabo Verde é constituído por um conjunto de instituições habilitadas para a melhoria da gestão da segurança alimentar no país, dos quais destacaremos aqui, pela sua relevância, os seguintes:

Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) - é, segundo a Orgânica do Ministério do Ambiente e Agricultura, um órgão de natureza consultiva, que tem por finalidade assegurar a articulação de políticas e a cooperação entre entidades ou organizações públicas ou privadas nacionais que intervêm directa ou indirectamente no domínio da segurança alimentar. Convém salientar que o Ministério do Ambiente e Agricultura é a entidade governamental responsável pela concepção e implementação das políticas do Governo em matéria de segurança alimentar.

Agencia Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) – é uma entidade com um certo relevo no domínio de segurança alimentar, porque apareceu num momento de viragem da economia cabo-verdiana, ou seja, na altura da liberalização da economia, tendo o importante papel de regular e fiscalizar o mercado e preços dos bens alimentares essenciais. Numa primeira fase a ANSA serviu de ponte de passagem entre um momento de exclusividade das empresas públicas (EMPA, MOAVE) e um momento de liberalização das importações tendo a seu cargo a regulação do mercado dos bens de primeira necessidade, gestão dos “stocks” de segurança, recepção da ajuda alimentar dos doadores assim como a publicação de informações relevantes referentes ao sector.

A função principal da ANSA é pois, garantir a segurança alimentar do país em bens de primeira necessidade, em quantidade e qualidade bem como no que se refere à política de preços dos mesmos. Ela actua portanto, no âmago, ou seja, naquilo que é essencial numa política de segurança alimentar.

Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) – Os Estatutos da ARFA no seu artigo 2º diz que “a ARFA é a autoridade nacional de qualidade de medicamentos e alimentos, para uso humano e veterinário, bem como de certificação e acreditação, agindo, em concertação com as entidades competentes, nos domínios da gestão dos mecanismos de fixação e controle de preços dos medicamentos e alimentos, da supervisão do “stock” nacional de medicamentos, com base na Lista Nacional de Medicamentos, e do controle da qualidade da produção local e dos produtos importados”. A ARFA tem como finalidade a regulação técnica e económica, bem como a supervisão e fiscalização dos sectores químico-farmacêutico e alimentar exceptuando a regulação técnica e económica dos bens de primeira necessidade, a cargo da ANSA.

Direcção dos Serviços de Segurança Alimentar (DSSA) – Integrada no Ministério do Ambiente e Agricultura, é caracterizada como serviço central de concepção, execução e coordenação no domínio da alimentação. Tem diversas competências conferidas pela orgânica do Ministério no que se refere à segurança alimentar, entre os quais, secretariar o CNSA e implementar as orientações que dele emanam; planificar, coordenar e supervisionar a implementação da Estratégia e do Programa Nacional de Segurança Alimentar; gerir o dispositivo nacional de seguimento e análise da vulnerabilidade e insegurança alimentares e coordenar o Sistema de Informação para a Segurança Alimentar; colaborar com a ANSA e a ARFA no exercício das suas atribuições.

CAPITULO 5- ESTUDO DE CASO NA BACIA HIDROGRÁFICA DE SANTA CRUZ

5.1- O Concelho de Santa Cruz – Caracterização Sumária

5.1.1- Morfologia

Santa Cruz é um dos Concelhos da ilha de Santiago, que ocupa 149,3 km² dos 991 km² que constituem a superfície total da ilha. Faz fronteira a Norte com o Concelho de S. Miguel, a Oeste com o de Santa Catarina, a Sul com o de S. Domingos e a Este com o de S. Lourenço

dos Órgãos. O Concelho caracteriza-se por um emaranhado de montes, achadas e ribeiras que vão convergindo, formando vales cavados junto às montanhas, que se alargam e originam planícies à medida que se vão aproximando do litoral. As pequenas serras, por seu turno, vão-se aplanando, dando lugar aos planaltos, normalmente denominados de “Achadas”.

5.1.2- Clima

O Concelho de Santa Cruz, estando enquadrado na ilha de Santiago e no Arquipélago de Cabo Verde, não foge à regra geral no que se refere aos aspectos climatéricos. Segundo o estudo já existente³², o seu clima varia conforme as zonas bioclimáticas. Dada a conjugação da acção de altitude, associada à da orientação das massas do relevo, em relação aos ventos dominantes, surgem uma série de microclimas.

Contudo, predominam dois tipos de clima: árido e semi-árido, com uma temperatura variável que se caracteriza pelo contraste das duas estações bem definidas no país. Tem uma temperatura média anual de 25°C e com três meses de chuva tal como acontece anualmente em todo o país.

Com um clima árido nas zonas litorais, estas encontram-se praticamente desprovidas de coberturas vegetais, exceptuando as zonas arborizadas. A título de exemplo citamos os perímetros das ribeiras de Serrado, de Santa Cruz, de Achada Laje e Achada Ponta. Porém, nas zonas semi-áridas, encontramos uma das maiores plantações de banana e agricultura de regadio. Entretanto, à medida que se avança para o interior, o clima vai-se tornando mais ameno, possuindo um microclima de altitude, suave, tanto na época fria como na época quente e a produção agrícola, tanto de regadio como do sequeiro, é boa.

5.1.3- Solos

Em termos geológicos, Santa Cruz, devido ao seu relevo bastante acentuado, possui solos esqueléticos (pouco profundos), de natureza basáltica, sobretudo nas zonas mais a montante

³² AMARAL, I., Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens, Ed. Ultramar, 1989.

do Concelho onde se pratica a agricultura de sequeiro. A prática de agricultura de sequeiro tem contribuído ainda mais para a degradação de solos devido aos efeitos do fenómeno erosivo. Os solos profundos são limitados e encontram-se nas zonas mais a jusante, nos vales profundos junto das ribeiras e no litoral, onde se praticam culturas de regadio temporário e permanente. Parte significativa do Concelho é ocupada por afloramentos rochosos e zonas áridas onde não se pratica a agricultura, sendo este último ocupado pelo pastoreio livre e actividades de reflorestação.

5.1.4- Recursos Hídricos

O Concelho, á semelhança do que acontece com o resto do país, não dispõe de recursos naturais que não sejam os limitados solos aráveis nas planícies onde se pratica agricultura de regadio, mercê da água que se extrai do subsolo através dos poços e furos. Porém, “com os sucessivos anos de seca e a extracção descontrolada de inertes e face as consequências nefastas que daí advém, a Câmara Municipal, com o apoio do Governo Central e das Organizações Internacionais, viu-se na obrigação de priorizar o problema da água no seu plano de acção, com vista à sua melhor distribuição, em quantidade e qualidade, tanto para a irrigação como para o consumo doméstico, levando-a às mais dispersas localidades do Concelho, tais como: Monte Negro, Librão, Boca Larga, Cancelo/Covão Sanches, Achada Bél-Bél, Terra Branca, Serrelho, Achada Laje, Achada Ponta, Saltos, Renque Purga, quer por ligação domiciliária quer auto-transportada” (GMDL/SC, 2005).

Actualmente, a Câmara dispõe de um serviço autónomo de água com um laboratório de controlo de qualidade. Contudo, o Concelho está longe de ser auto-suficiente nesta matéria, quer em termos de abastecimento para rega e consumo doméstico, quer em termos de equipamentos e infra-estruturas para o seu armazenamento, controle e distribuição, sobretudo nas zonas mais isoladas.

5.1.5- Recursos Oceânicos

Segundo um estudo feito pelo GMDL (2005), os recursos oceânicos do Concelho são limitados, comparativamente às outras regiões do país. Devido à constituição da plataforma marinha, as actividades de apanha de inertes nas zonas costeiras e a prática inadequada de

pesca, o mar é pobre em quantidade e qualidade de peixe, obrigando os pescadores a deslocarem-se ao alto mar, às vezes sem qualquer medida de segurança. Contudo, o mar é considerado um recurso importante, na medida em que é utilizado como uma das vias de ligação ao resto do país e do mundo, para além de servir como um atractivo turístico.

5.1.6- População

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000 (RGPH/2000) o Concelho de Santa Cruz contava com 32 965 habitantes, sendo 47,1% do sexo masculino e 52,9% do sexo feminino, agregados em 6 332 famílias. Segundo dados do ISVAF³³ 73% do total de agregados familiares, residem no meio rural e 47% são chefiadas por mulheres.

Dados do INE (2002) referem que, nos últimos 60 anos a população de Santa Cruz se multiplicou por 2,4. Na década de quarenta perdeu cerca de 3 918 pessoas, devido certamente, em boa parte, as secas e fomes ocorridas nessa década. A partir de 1950, a população cresceu regularmente. Na década de noventa a população deste concelho cresceu cerca de 2,5% ao ano, ou seja, 0,1% acima da média nacional e 0,5% abaixo da média da ilha de Santiago. Santa Cruz é o 4º concelho mais populoso de Cabo Verde, albergando cerca de 8% da população do país e o 6º em ritmo de crescimento populacional. O gráfico abaixo dá-nos uma ideia do movimento demográfico por grandes grupos etários.

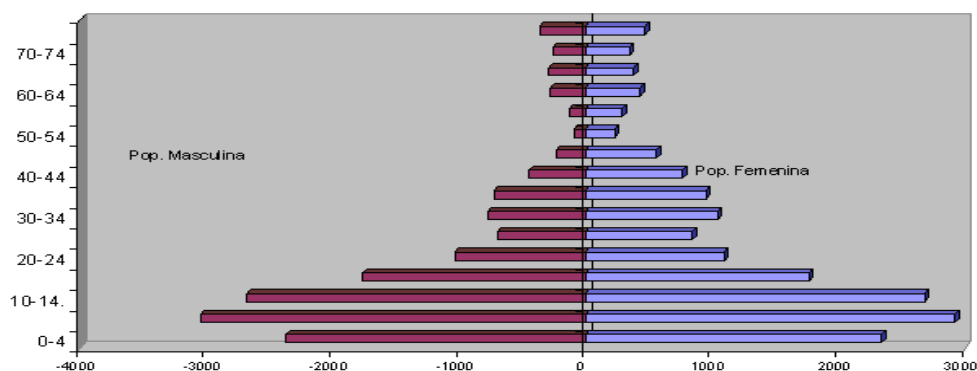


Figura 03- Pirâmide Etária de Santa Cruz

Fonte: Censo 2000 in Diagnóstico Sócio Económico de Santa Cruz

³³ Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias, realizado em 2005 pela Direcção de Serviços de Segurança Alimentar do Ministério do Ambiente e Agricultura.

Pode-se observar, que o concelho possui uma população bastante jovem, com grande concentração da população nas faixas etárias compreendidas entre 0-24 anos aproximadamente. Isto significa que a população activa é vasta. Numericamente, a população activa é de 68,1% (com 15 e mais anos de idade) e está abaixo da média nacional com 68,9%. É de registar ainda, segundo a mesma fonte, que o concelho ocupava a última posição no *ranking* das ilhas, com menor taxa líquida de ocupação (35,8%), distanciando-se do nível nacional que registava 46,1%.

5.1.7- Caracterização Económica e Social

O tipo de actividade económica exercida pelas pessoas ocupadas permite caracterizar o nível do desenvolvimento das actividades económicas por sectores. Dados do INE (2000), indicam que, a actividade exercida pelas pessoas que declararam ter ocupação não parece distanciar-se da tendência nacional. A Agricultura, Produção de Animais, Caça e Silvicultura era a principal actividade económica (29%) o Comércio era o segundo ramo de actividade (17%), a Administração Pública o terceiro (14%) e a Construção o quarto principal ramo de actividade económica (8%).

A precariedade da ocupação é tanto maior se tivermos em devida conta que 47% dos que tinham ocupação trabalhavam por conta própria (39%) ou eram trabalhadores familiares sem remuneração (8%). Nesse concelho, 21% da população ocupada, tinha ocupação garantida pelo Estado e apenas 16% trabalhava no sector empresarial privado.

5.1.7.1- Actividade Agrícola

Na agricultura realçam-se dois tipos tradicionais: a agricultura de sequeiro e a de regadio. A primeira só é possível nos três meses de chuvas (a chamada “azágua”³⁴) que normalmente vai de Agosto a Outubro. Na agricultura de sequeiro predominam as culturas do milho e diversos feijões e está muito condicionada à queda das chuvas.

³⁴ Designação em crioulo que significa “as águas”, traduzido literalmente.

Na última década registou-se algum desenvolvimento na cultura de regadio, graças à introdução do sistema da rega gota-a-gota. Todavia, uma vasta área de terreno arável não foi até então abrangida por esta técnica devido ao fraco poder económico dos agricultores. Estes, enfrentam dois graves problemas: a escassez da água, um fenómeno nacional, e o alto teor de sal na água usada para irrigação.

Apesar desses constrangimentos, denota-se que uma grande percentagem de terreno do sequeiro, vem sendo utilizada para a cultura de regadio, através do sistema de rega gota-a-gota. “Em muitas situações, é utilizada a água da rede pública para a irrigação, facto esse que acarreta novos problemas no âmbito de saneamento e abastecimento de água aos domicílios” (GMDL/SC, 2005).

Ao contrário do país com 55% da população urbana, Santa Cruz tem 75,1% da sua população a viver no meio rural, o que faz com que a sua principal actividade económica incida no sector primário: agricultura, pecuária, pesca e silvicultura. A nível nacional este facto já não acontece. Predomina o sector dos serviços seguido do sector secundário e primário em última instância.

A grande questão que se levanta tem a ver com a capacidade produtiva, ou seja, a quantidade produzida por sector económico, tendo em conta a população envolvente. 30% da população vive da agricultura e está fortemente dependente das chuvas e frequente são as secas cíclicas.

Estatisticamente, Santa Cruz possui a maior área agrícola do país, ocupando um lugar importante as culturas hortícolas e de bananeiras. Contudo, a falta de água e a salinização dos solos ainda não estão resolvidos. Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura de 2004, a superfície agrícola cultivável é de 3 782 litros³⁵ para regadio e 57 349 litros para o sequeiro, o que corresponde a 8 e 10% respectivamente da área total do país. 24% de terras

³⁵ 1 litro corresponde a 1000 m² (0.1 ha), tanto em regime de regadio como de sequeiro. É a unidade de medida de superfície utilizada convencionalmente no domínio agrícola em Cabo Verde.

do sequeiro são cultivadas por conta própria, 21% em parceria e 54% por arrendamento. No regadio, 40% das explorações são por conta própria, 19% em parceria e 41% por arrendamento. Cerca de 52% das explorações são dirigidas pelas mulheres. A área irrigada é 244 ha de terreno total do concelho³⁶. O centro principal da prática agrícola, tanto de regadio como de sequeiro, é nas Bacias Hidrográficas do concelho (Ribeira Seca e dos Picos). É de realçar que a agricultura é sem dúvida uma forte potencialidade do concelho, mas que se encontra ameaçada pelo próprio clima. Tem vindo a degradar-se devido as últimas secas e consequentemente, os poços e as ribeiras estão a diminuir o seu caudal de água e devido à sua sobre-exploração vai provocando gradualmente a salinização dos solos e das águas.

5.1.7.2- Pecuária

Em Santa Cruz, como nos outros concelhos não é possível falar de agricultura sem falar da pecuária. A pecuária é uma actividade complementar da agricultura, constituindo uma actividade económica muito importante para o desenvolvimento do município, apesar do sistema de produção ser maioritariamente do tipo familiar. Assim como acontece a nível do país, os maiores constrangimentos para o sector no concelho de Santa Cruz, são a falta de pastos (devido à falta de chuva), o fraco recurso financeiro das famílias e muito poucas raças melhoradas. “De acordo com o Plano Director da Pecuária, as espécies actualmente exploradas são pouco produtivas e a assistência técnica e veterinária são deficientes. As espécies e as raças exploradas, geralmente têm um nível de produção relativamente baixa que depende muito das variações das condições alimentares e do sistema “ (GMDL/SC, 2005).

5.1.7.3- Pesca

A pesca artesanal representa a base de subsistência de muitas famílias dos arredores da Vila de Pedra Badejo, nomeadamente de Achada Ponta, Monte Negro, Baía Curta, Areia Branca e Achada Laje. Nessas comunidades, as actividades económicas da pesca e da agricultura

³⁶ Relatório 2004, Delegação MAAP - Santa Cruz

têm sido praticadas em paralelo. Devido às baixas capturas nessas localidades, muitos dos pescadores principalmente os de Achada Ponta e Pedra Badejo migram para as ilhas de Boavista e Maio onde existe um potencial piscatório maior. As espécies mais capturadas são os tunídeos, peixe de fundo, moreia e pequenos pelágicos. Entretanto, existem algumas iniciativas privadas na pesca industrial, mas pouco desenvolvidas devido a limitações existentes, nomeadamente, no que respeita a escassez e inexistência de equipamentos no mercado nacional e local, impossibilitando assim, a pesca, com rentabilidade e segurança, no alto mar.

Já existem iniciativas para o desenvolvimento haliêutico, a nível das associações de pescadores. Porém, não é assaz falar da pesca em termos industriais. Pelos vistos, a tendência é mesmo de industrialização gradual, mas Santa Cruz pela qualidade e quantidade existencial carece de um investimento sério que ultrapasse a categoria de vendedor ambulante. Segundo alguns pescadores a produção não cobre as despesas do funcionamento e manutenção das próprias máquinas (GMDL/SC, 2005). A mesma fonte refere que, são muitas as variedades colocadas no mercado, embora em pequenas quantidades. Isto é indubitavelmente um indício da riqueza do nosso mar em termos de quantidade e qualidade, ainda que mal conhecidos e explorados.

O mercado do pescado é meramente tradicional e informal. A venda é feita através das peixeiras ambulantes, de porta em porta ou no Mercado Municipal.

5.1.7.4- Comércio

Historicamente o comércio no concelho não passava de feiras nos dias certos onde se reuniam feirantes e populações para compra e venda de produtos. Os produtos manuais tinham grande ênfase no mercado, como por exemplo, os balaies de carriço ou cordas, os estrados de ripas de folhas de bananeiras, as esteiras, etc. No mesmo espaço aproveitavam as famílias para expor e vender os produtos pecuários domésticos em pequena quantidade.

Da mesma forma os produtos agrícolas se escoavam através deste tipo de comércio (GMDL/SC, 2005).

Ainda hoje, grande parte do comércio é tradicional e informal, embora a tendência é para o desaparecimento das feiras. Segundo os residentes e dados de estudos feitos pela Câmara Municipal, o comércio informal vem ganhando uma nova expressão no mercado, onde muitas famílias usam as próprias residências para vender e revender os seus produtos. É habitual as pessoas usarem as suas casas, barracas, ou pequenos quiosques para matança de porcos, vacas, galinhas e cabras, e ainda para venda a retalho. Tais práticas não garantem nenhuma segurança alimentar, em termos de qualidade (talvez possamos falar aqui de segurança alimentar na sua vertente “food safety”) e carecem de qualquer tipo de inspecção. Por outro lado tem o seu aspecto positivo, dado que as famílias são pobres e obtêm rendimentos consideráveis através desta prática comercial.

Outro aspecto observado no referido estudo, refere-se ao aparecimento dos minimercados no concelho competindo concorrencialmente com outras práticas comerciais pouco formais. É um tipo de mercado formal que está a ganhar terreno, com garantia de qualidade e quantidade. Segundo o levantamento feito nas zonas administrativas, alguns estão implantados nos principais centros urbanos, havendo zonas com dois ou três em média. Segundo a Câmara Municipal, este segundo aspecto “traz grandes vantagens para o concelho na medida em que, são garantidas a quantidade e a qualidade. Constituem uma porta de escoamento de produtos agro-pecuários e da pesca”.

5.1.7.5- Turismo

Apesar do turismo ser uma vertente ainda por explorar poderá vir a constituir uma oportunidade para o desenvolvimento sócio-económico do Município, devido as condições geográficas e naturais atraentes para a sua prática tanto de montanha, como de praia. O turismo parte de uma consciência colectiva, do gosto pelo que é nacional, para que os outros possam apreciar. Santa Cruz apresenta condições naturais que poderão ser potencializadas para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente, as paisagens

exóticas, contendo o terceiro monte mais alto do país, a sua riqueza cultural, a música (funaná e batuque), o mar, para além de vastos hectares de terrenos florestados.

O facto de não existir um plano turístico, de certa forma entrava o desenvolvimento deste sector. Ainda assim, segundo o GMDL/SC (2005), “o turismo está a dar os seus primeiros passos na estimulação dos visitantes com a construção de pensões e hotéis, tudo graças a iniciativa privada. Não existem centros de exposição cultural nem escolas de arte que favorecem o desenvolvimento tanto da cultura local como da atracção turística”. Contudo, encontram-se em curso projectos que possivelmente colmatarão esta ‘*lacuna*’, como a criação da escola de música e artes plásticas e a criação de um centro de iniciativa juvenil. Ambos os projectos estão virados para o mundo das artes, formação e capacitação dos jovens nessa vertente. No domínio da restauração há poucos restaurantes qualificados com pratos típicos, servindo com base numa ementa. São de pequena dimensão e com um público muito reduzido.

5.1.7.5- Emprego/Desemprego

Dados do INE (2002), indicam que a nível do desemprego, o concelho mais uma vez se destaca quer a nível nacional quer a nível dos outros concelhos, com uma taxa de desemprego de 31,6%. Conforme a análise do INE «Santa Cruz apresenta valores muito superiores à média nacional, especialmente para o sexo feminino. No escalão de 15-24 anos, a taxa de desemprego das mulheres é de 60,2%, quase o triplo em relação ao total feminino nacional».

A situação de Santa Cruz em relação ao desemprego e ao emprego tem muito a ver com o que já foi dito supra na análise da situação económica. Para o GMDL/SC (2005), “a taxa de desemprego só poderá diminuir com o desenvolvimento económico. Tornar-se-á vã qualquer luta travada contra o desemprego na ausência de um plano de desenvolvimento multi-sectorial”. Observando o peso de cada sector na economia do concelho, a agricultura é o sector mais forte, como já foi dito antes, abrangendo a maior parte da população. Contudo, é o sector com trabalho mais precário de todos os outros sectores.

A qualidade de emprego é medida aqui por tipo de ocupação. 47% dos que tinham ocupação trabalhavam por conta própria (39%) ou eram trabalhadores familiares sem remuneração (8%). Neste concelho, 21% da população ocupada, tinha ocupação garantida pelo Estado e apenas 16% trabalhava no sector empresarial privado.

5.1.7.6- A Situação das Famílias

O INE (2002), considera que este concelho é um caso “sui-generis” em Cabo Verde e na ilha de Santiago em muitos aspectos. Para começar, se considerarmos que a população de menos de 15 anos e a de 65 anos e mais, constituem o grupo que convencionalmente é dependente, temos uma taxa de dependência de 125%, ou seja, nesse concelho, de cada 100 pessoas em idade convencional de criar riquezas, de produzir bens e serviços temos 125 que deles dependem. A nível do país, de cada 100 pessoas em idade convencional de criar riquezas, de produzir bens e serviços temos apenas 94 que deles dependem. A taxa de dependência total é de cerca de 102% na ilha de Santiago.

Mas este não é o único aspecto surpreendente deste concelho, segundo a mesma fonte. Se a nível de Cabo Verde, as crianças (menores de 18 anos) representam cerca de 49% da população, no concelho de Santa Cruz de cada 100 pessoas, 56 são crianças, sendo apenas 52% da população a nível da ilha de Santiago. Nesse concelho, 60% da população tem menos de 20 anos, sendo apenas 56% na ilha de Santiago e 54% a nível nacional.

O Diagnóstico Sócio Económico de Santa Cruz refere que, “Santa Cruz detém a segunda maior taxa de escolarização de Cabo Verde. Neste concelho, de cada 100 pessoas de 4 anos ou mais, 41 encontram-se a frequentar um estabelecimento de ensino, ou seja, 3% acima da média nacional”.

Os dados revela-nos outra situação da dependência através da solidariedade familiar. Neste concelho, de cada 100 desempregados, 79 vivem a cargo de familiar residente em Cabo Verde (74) ou no estrangeiro (5) e apenas 16 vivem do trabalho (que tiveram nos últimos

12 meses) certamente devido a precariedade da ocupação ou a duração do desemprego, e os restantes vivem de outra providência.

Como já foi dito antes, Santa Cruz tinha em 2000, cerca de 6.332 agregados familiares, fixados na sua grande maioria (73%) no meio rural. No concelho, a maioria das famílias (57%) é chefiada por homens, porém em proporção inferior à média nacional (60%).

No concelho de Santa Cruz, apenas 8% dos agregados são do tipo unipessoal. Cerca de 19% destes são do tipo monoparental nuclear, ou seja constituídos pelo chefe (homem ou mulher) mais os filhos ou enteados. De cada 100 agregados familiares desse tipo, 93 são chefiados por mulheres.

A maioria dos agregados familiares (51%) tem à frente um casal, ou seja, são casais isolados (3%) ou casais mais os filhos, outros parentes ou pessoas que não tem qualquer grau de parentesco com o chefe de família.

Santa Cruz é o único concelho de Cabo Verde onde o tamanho médio da família não se reduziu na década de noventa. Cada família tinha, em média 5,2 membros em 1990, e permanece em 2000 sendo 4,6 a nível nacional.

As condições de habitabilidade em Santa Cruz e o acesso a bens e serviços de conforto marcam o nível de carência desse concelho e o seu relativo atraso. Neste concelho a grande maioria (94%) das famílias vivem em casas do tipo individual, e própria (83%).

Contudo, para obter água devem, na maioria dos casos (62%) recorrer aos chafarizes, em proporção muito superior a media nacional (45%). Cerca de 17% das famílias retira principalmente de poços a água para uso doméstico e apenas 8% tem água canalizada da rede pública.

Mas este não é o único caso de carência. Com efeito, pode-se afirmar que a nível nacional, a introdução do gás nas cozinhas é uma grande conquista, mas tal não é o caso em Santa Cruz.

64% das famílias utilizam ainda principalmente a lenha para a confecção dos alimentos e apenas 35 de cada 100 utilizam principalmente o gás, devido ao preço do mesmo ser muito elevado.

Outro indicador de agravamento da pobreza surge desta comparação: se a nível nacional, 39% das famílias têm casa de banho e retrete, neste concelho, que é o terceiro mais densamente povoado (221,1 hab/km² em 2000), apenas 16% das famílias tem casa de banho e retrete. Assim se entende que 91% das famílias do concelho ainda lançam a água suja em redor da casa (71%) ou na natureza (20%). Os dados indicam que 86% da população do concelho vive dentro da fronteira do nível de conforto “Baixo” ou “Muito Baixo”.

5.1.7.7- Participação da Mulher no Concelho

Em Santa Cruz, particularmente, os trabalhos relacionados com as actividades económicas são distintos em termos de género dos executantes. As tarefas estão bem definidas para os homens e para as mulheres, não obstante o machismo exagerado ou a sobrevalorização do trabalhador sobre a trabalhadora (Diagnóstico Sócio Económico, 2005).

No dia-a-dia, as mulheres ocupam-se das tarefas domésticas e dos trabalhos mais leves, ou seja de menos força física. Os homens, por sua vez, são quem trabalha nas obras de construção civil, no campo agrícola como as lavouras, abertura de covas de sementeiras, etc. Mesmo nas relações laborais entre os privados, há discriminação positiva do homem em relação ao rendimento. Recebem mais pelo mesmo trabalho realizado.

Nos serviços sociais a mulher ocupa-se das funções de base e raramente as de chefia. São elas que fazem o atendimento público, os serviços de limpeza, as monitoras de infância, agentes sanitários, escriturárias dactilógrafas. Nas escolas, as mulheres e os homens têm os mesmos direitos, oportunidades e representativamente, as raparigas e os rapazes gozam da mesma acessibilidade à educação.

Contudo, a situação social da mulher está ainda muito aquém do ideal e muitas vezes associa-se à questão da pobreza no concelho. Pesa muito a condição feminina como suporte

familiar estrutural, a chefia familiar e executante dos trabalhos de rua, as quais têm maior acesso. Há muitas mães solteiras à mercê dos trabalhos por conta própria como a venda de peixe, venda a retalho numa barraca/quiosque ou de porta em porta. Muitas vivem na dependência económica do marido e registam-se os maus-tratos de que são vítimas.

Recorrendo aos dados estatísticos, em matéria de estado civil dos chefes de família, Santa Cruz não foge à tendência nacional. Neste concelho, quando um casal coabita, é o homem quem, na maioria dos casos, chefia a família. A mulher é chefe de família nas situações em que o marido está ausente ou é solteira.

Assim, neste concelho de cada 100 homens chefes de família, 63 vivem em união, sendo 33 casados e 30 vivendo em união de facto. Apenas 10% dos homens chefes de família são solteiros. Por oposição, de cada 100 mulheres chefes de família, 46 são solteiras e 31 são casadas (16) ou vivem em união de facto (15). A proporção de mulheres em situação de união chefiando famílias é superior à média nacional, devido à emigração do marido ou ao facto destes não coabitarem na mesma casa com a mulher em causa.

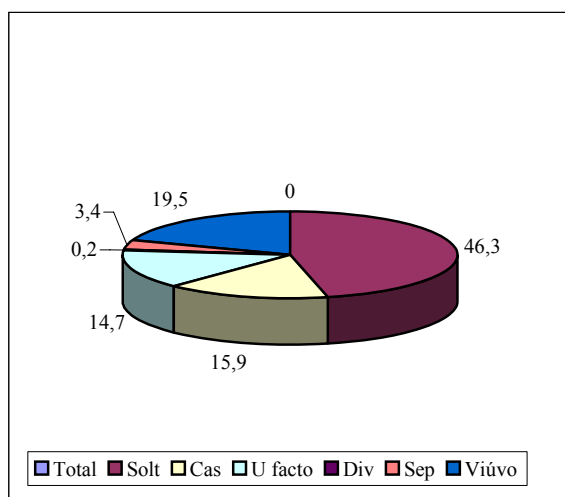


Figura 04- Mulheres CA segundo Estado Civil- Sta Cruz

Fonte: INE, 2002

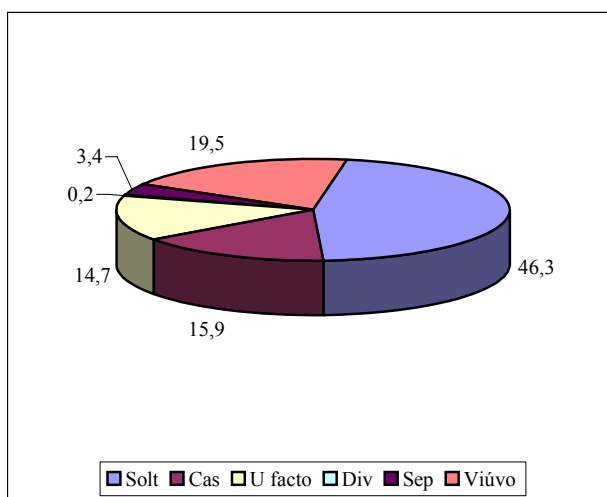


Figura 05- Homens CA segundo Estado Civil- Sta Cruz

Fonte: INE, 2002

Assim, nesse concelho, de cada 100 chefes de família solteiros, 22 são homens e 78 são mulheres. Entre os casados, 80 são homens e 20 são mulheres e entre os vivendo em união de facto, 79 são homens e 21 são mulheres. E porque nesse concelho como noutros as mulheres vivem mais tempo que os homens, de cada 100 chefes de família viúvos, 89 são mulheres e apenas 11 são homens. O facto acima descrito testemunha aliás, o fenómeno das mulheres solteiras chefes de família, muito característico de Cabo Verde.

5.1.7.8- Situação da Pobreza em Santa Cruz

O Concelho de Santa Cruz tal como qualquer outro concelho do país, não está isento da condição da pobreza dado que o próprio país é pobre. Diferencia-se entretanto dos outros concelhos pelo perfil de pobreza dos seus munícipes.

O perfil de pobreza em Santa Cruz é visto, como a ausência de riqueza, com as consequentes privações, designadamente, privações de bens de primeira necessidade como a falta da água potável e canalizada, baixo rendimento ao ponto de privar-se da quantidade e qualidade de alimentação adequada e segura, da educação, do vestuário, do tratamento médico e medicamentos, das más condições de habitabilidade e de saneamento básico, da elevada taxa de analfabetismo, etc.

O Diagnóstico Sócioeconómico do concelho sublinha que, o problema da pobreza tem agravado por duas razões evidentes:

- ♦ A persistência e o agravamento das formas tradicionais de trabalho e de exploração económica;
- ♦ Inadequados planos e programas de intervenção social e do desenvolvimento socioeconómico, bem como o fraco empreendimento de capitais, isto é, o fraco investimento no fomento das actividades económicas.

A incidência do problema da pobreza neste concelho deve-se a factores como:

A dimensão e o estatuto das famílias, a transmissibilidade inter-geracional da pobreza, uma via indubitavelmente privilegiada de perpetuação do fenómeno.

As condições de vida da família condicionam desde muito cedo o futuro das crianças nascidas em agregados pobres, condicionando assim o seu desenvolvimento em aspectos essenciais como o processo da cognição, a socialização e a adequação cultural similar ao modo de vida da sua família.

A saúde como um factor mutual – a falta de saúde condiciona directamente o agravamento da situação de precariedade e, mutuamente, o estado da pobreza contribui para a degradação do estado de saúde. "É de certa forma lógica o empobrecimento do indivíduo e das famílias devido ao aparecimento das doenças crónicas como a SIDA, os tumores, entre outros. Por outro lado, a escassez de recursos leva à alimentação deficiente e aos poucos cuidados de saúde primária que os pobres geralmente têm" (Diagnóstico Sócio Económico, 2005).

A idade – os idosos muitas vezes estão particularmente expostos à prova da pobreza por perda de capacidades físicas para 'lutar com a vida'. Encontramos idosos em situação de pobreza, à mercê dos apoios alheios, a viver em habitações já degradadas pelo tempo, na dependência familiar ou da pensão social.

A Educação - a existência de apenas um liceu no concelho reflecte o grau de intensidade que este factor pesa na incidência e agravamento do fenómeno. A população possui fracos níveis de educação e de formação profissional. Este facto constitui por si só uma desvantagem de monta para a sua integração no mercado de trabalho competitivo. O acesso à educação e à formação profissional é realidade dos últimos cinco anos, com as instalações do Liceu da Vila e do Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo. Contudo, insuficiente para provocar mudança social a curto prazo.

Dados do INE e da Câmara Municipal virados para área social, apontam que, as categorias sociais mais vulneráveis à pobreza, genericamente, são as seguintes:

♦ Os pequenos agricultores e camponeses;

- ♦ Os trabalhadores agrícolas por conta de outrem;
- ♦ Os trabalhadores desqualificados e com empregos precários;
- ♦ Trabalhadores de média idade, despedidos ou com trabalho avulso insuficiente para tirá-lo da pobreza;
- ♦ Desempregados de longa duração e com baixos níveis de escolaridade, incapazes de encontrar um segundo emprego;
- ♦ Idosos pensionistas;
- ♦ Mulheres em situação de monoparentalidade;
- ♦ Famílias numerosas cujo chefe é a mulher e em situação de desemprego;
- ♦ Jovens de vícios e com comportamentos desviantes;
- ♦ Crianças, sobretudo, órfãs ou pertencentes a famílias monoparentais e disfuncionais;
- ♦ Indivíduos portadores de deficiência e incapacidades;
- ♦ Os portadores de certas doenças como HIV-SIDA e outras doenças crónicas;
- ♦ Os doentes mentais.

Esta análise foi feita com base nos estudos locais da Câmara Municipal e do INE, determinando a incidência, a profundidade e a intensidade da pobreza em cada zona, conforme o gráfico abaixo.

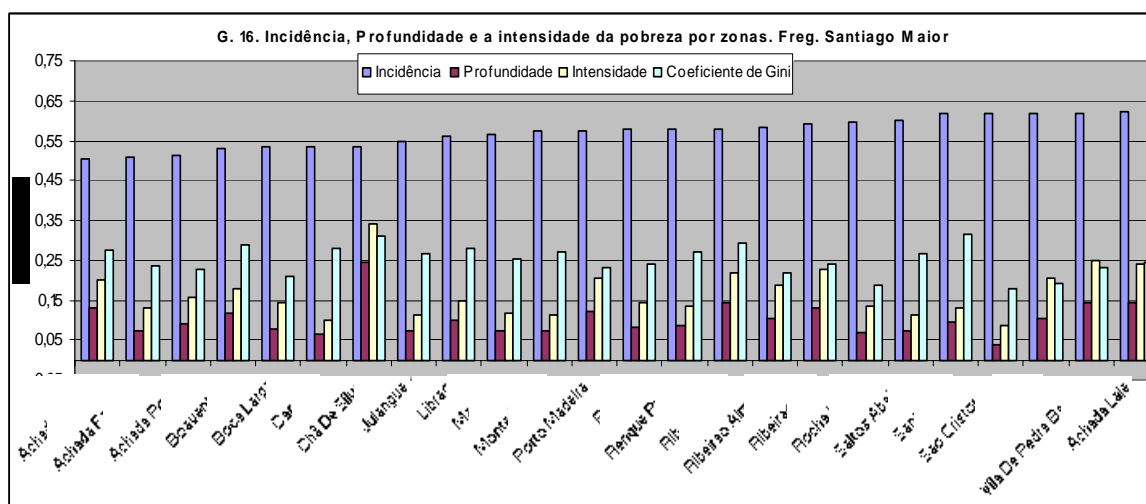


Figura 06- Incidência, Profundidade e Intensidade da Pobreza em Santa Cruz

Fonte: Diagnóstico Sócio Económico do Concelho de Santa Cruz

No Concelho de Santa Cruz, a incidência da pobreza era superior a 50% em todas as zonas da freguesia de S. Tiago Maior. Assim sendo, Achada Belbel é a zona com menor incidência da pobreza e Achada Laje com maior incidência atingindo 62% de pobres. A Chã da Silva destaca-se com mais pobres tanto pela profundidade como pelo agravamento do problema.

5.1.7.9- Promoção e Desenvolvimento Social

O desenvolvimento do sector social neste concelho, desde logo, não parece uma tarefa fácil tendo em conta os parâmetros da pobreza supra analisados. Qualquer intervenção deve ser integrada e multidisciplinar a fim de ter impacto nas diversas vertentes.

Segundo informações colhidas através de responsáveis de serviços, existe um trabalho integrado por parte das instituições locais que desenvolvem acções neste sector, como:

- Acção Social da Câmara Municipal prestada directamente à população carenciada;
- A Construção das Habitações Sociais;
- A prestação de microcrédito.

Destaca-se o importante papel das associações comunitárias no processo do desenvolvimento social, que em parceria com a Câmara Municipal e, diversas ONG's (MORABI SOLMI, OMCV, ACDI-VOCA, CARITAS), vêm desenvolvendo inúmeras actividades nos sectores da agricultura, pesca e pecuária.

Constituem ainda inúmeros parceiros sociais no processo do desenvolvimento local, as instituições privadas, públicas e religiosas sediadas no Concelho. Para a Câmara Municipal “essas instituições constituem um ponto forte no processo do desenvolvimento uma vez articuladas e integradas nesse mesmo processo”.

Caracterizada por uma pluviometria fraca, irregular e variável de ano para ano e por um relevo bastante acidentado, a referida Bacia Hidrográfica sofre também de uma erosão intensa que ameaça cada vez mais os terrenos agrícolas, e de um grande défice em água de irrigação.

A zona à montante da bacia apresenta características diferentes da zona a jusante. Distinguem-se esquematicamente uma zona a montante onde a prática da agricultura de sequeiro é predominante, cujo principal aglomerado populacional é a zona de Achada Igreja. Em contrapartida, a zona a jusante situada no vale, é bastante mais larga e onde se pratica a agricultura irrigada intensiva.

A população residente dedica sobretudo a trabalhos agrícolas, pois como dissemos antes o concelho possui uma das maiores áreas de agricultura de regadio do país, localizado precisamente nesta Bacia Hidrográfica, desempenhando também as obras públicas um papel muito importante para muitas famílias, principalmente aquelas com dificuldade de acesso a propriedades agrícolas ou outras fontes de rendimento. Outra actividade importante é a criação de gado, tida como complementar à actividade agrícola, que tem contribuído sobremaneira para a economia da região.

Mesmo aqueles que têm outras actividades profissionais, praticam a agricultura. Os dados do censo 2000 não são detalhados ao nível das localidades mas, demonstram que apesar do crescimento da taxa de urbanização a taxa da população rural de Santa Cruz continua a ser muito alta em comparação com o total da população, o que demonstra a importância da agricultura e da pecuária para esta comunidade.

Um estudo feito pelo Projecto de Ordenamento e Valorização de Bacias Hidrográficas (POVBH) em 2005, sublinha que a agricultura e a criação e gado, empregam a maior parte dos chefes de família e da população activa da bacia. Cerca de 38% dos chefes de família têm como profissão estas duas actividades e se lhe adicionarmos as mulheres domésticas, esse valor sobe para 70,6%.

Ainda segundo o mesmo projecto, o desemprego entre os chefes de família é de 4,4%, valor pouco significativo, enquanto que nos outros membros activos é de 17,5%, valor esse que não se pode negligenciar. As outras profissões ocupam cerca de 32% dos membros activos das famílias.

A taxa de analfabetismo entre os chefes de família da BHP é muito elevada, e segundo o estudo da POVBH (2005), é superior à média nacional. Constatase que 37,7% da população da bacia é analfabeta, 55,8% tem instrução primária e 6,7% a secundária. Esta situação altera totalmente quando se analisa os dados para outros membros da família (sobretudo para as novas gerações). Com efeito, a maior parte dos membros da família tem Ensino Básico Integrado (6 anos). Para o ensino secundário a situação continua a ser difícil, sobretudo devido ao facto dos alunos serem obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos de Assomada e Pedra Badejo. “7,6% dos membros frequentam ensino secundário e apenas 0,4% frequentam formação universitária” POVBH (2005).

No que concerne às condições de habitação o referido estudo refere que, 52,1% das casas da bacia têm 4 a 7 quartos, 38,3% entre 1 a 3 e 8,9% mais de 8 quartos, incluindo a cozinha. No que diz respeito à energia para a iluminação 70,1% das famílias utilizam petróleo, 11,7% gás butano e 12,4% a electricidade. No referente à energia para a preparação dos alimentos 89,1% das famílias recorrem à lenha e apenas 9,6% utilizam o gás butano. Em se tratando de evacuação de águas residuais e resíduos sólidos, o estudo realça que apenas 3% das famílias possuem casa de banho com retrete e 85% das famílias não possuem qualquer sistema de evacuação de desperdícios.

Quadro 05- Principais Indicadores Sociais da BHP

População da Bacia	%
% da população que vive de uma actividade agrícola	77%
% da população que dispõe de uma infraestrutura de água potável	37%
% da população que utiliza lenha na cozinha	92%
Taxa de analfabetismo dos chefes de família	38%
Ensino Básico Integrado dos chefes de família	63%

Fonte: POVBH, 2005

A família rural constitui a unidade da exploração agrícola. Graças às suas capacidades humanas a família explora os recursos naturais disponíveis, integrando diferentes actividades agrícolas, ou mesmo rurais, na área geográfica de que dispõe. Estando localizada em municípios rurais, a população da Bacia Hidrográfica dos Picos é constituída essencialmente por agricultores com uma forte cultura de solidariedade entre os membros. As comunidades tendem a organizar-se em associações e grupos informais para resolverem os seus problemas económicos (Associações funerárias, de agricultores, de jovens, etc.).

Nos últimos anos o MAA adoptou uma nova estratégia de intervenção no mundo rural baseada na abordagem participativa, como forma de envolver e responsabilizar as populações rurais, garantindo assim a perenidade e a sustentabilidade das acções. Assim, a nível nacional foram promovidas várias Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC). Estas associações são tacitamente implicadas no planeamento e na execução das acções propostas pelo Estado e/ou pelos projectos. O objectivo fundamental é assegurar condições de vida sustentáveis à população do meio rural e otimizar a integração das actividades agrícolas e não agrícolas, com base na exploração sustentável dos recursos naturais e humanos e que torna a bacia hidrográfica uma unidade de base de gestão.

A mulher tem tido um papel muito importante na formação dessas associações, apesar de continuar a enfrentar dificuldades de vária ordem, que a impede de assumir em pleno a igualdade de direitos que as sociedades modernas impõem.

5.3- Metodologia

Enunciada a questão central da pesquisa e caracterizado o espaço geográfico onde se efectuou o estudo, torna-se imperiosa a abordagem de determinados pressupostos metodológicos assim como de diferentes fases a percorrer durante a investigação.

Silva (1998) citado por Madureira (2002), realça que as comunidades rurais não constituem realidades estáticas e fechadas mas configurações históricas relativamente abertas e, como tal, torna imprescindível uma mínima dimensão diacrónica que registe a

dinâmica estrutural e adicional dessas micro-sociedades e as suas (inter) dependências perante as demais entidades e instituições extra-paroquiais, designadamente municipais e estatais. Também Ribeiro (1998), referido pelo mesmo autor deixa claro que a pesquisa de terreno³⁷ não é (...) uma fase estanque e particular do processo de investigação, não se esgotando, ou sequer se restringindo, à mera recolha de informação empírica

Os dados e informações recolhidos pelo investigador sobre a comunidade em estudo são-lhe transmitidos por opiniões e acções dos agentes locais com quem contacta e com os quais inevitavelmente se vai estabelecendo ligações harmoniosas e até afectivas. Pressupõe uma estadia deste, na colectividade em estudo, e um envolvimento com as famílias e com as vivências do seu quotidiano. A presença do investigador na comunidade desencadeia uma série de novas relações sociais nessa mesma comunidade e à medida que se vai prolongando, o trabalho de campo, vai não só reorganizando as relações entre o observador e observados, como reorganizando também, em certa medida, o próprio tecido social em análise (Madureira, 2002).

Costa (1989), refere ainda que, o próprio investigador deverá assumir o duplo papel de investigador/inquiridor e estar consciente dos riscos que corre durante o seu trabalho no campo, para que se obedeça a uma unificação de critérios.

Outro aspecto fundamental na investigação, concretamente, que os conteúdos teóricos enformam a nossa pesquisa empírica (...), a teoria é um ponto de partida insubstituível e o elemento que comanda os seus momentos e opções fundamentais (Madureira, 2002).

A recolha de informação por nós efectuada baseou-se essencialmente nos seguintes procedimentos:

♦ Pesquisa e análise documental de fontes diversas;

³⁷ Segundo Costa (1989), para além de pesquisa de terreno, outras expressões são usadas para designar este estilo de pesquisa: trabalho de campo, estudo de caso, estudo de comunidade, análise intensiva, método qualitativo, etnografia, observação participante. Esclarece que, "alguns destes termos não são exactamente sinónimos uns dos outros. Pertencem a sistemas alternativos de classificação dos métodos de pesquisa, estruturados segundo eixos diversos.

♦ Técnicas vivas, que correspondem essencialmente à inquirição e à observação, utilizadas na pesquisa de campo ou no método qualitativo.

Para Madureira (2002), estas técnicas vivas englobam dois grandes tipos de pesquisa de campo, a inquirição e a observação, uma vez que é benéfica e indispensável a utilização de mais de uma técnica dado que o emprego combinado de ambas permite superar as limitações inerentes. Diversos autores defendem a combinação de várias técnicas para o sucesso do estudo. António Costa, por exemplo, refere sobre esta questão que “ um processo de estudo de caso intensivo não se pode socorrer duma única técnica, mas duma pluralidade delas, accionadas, alternadas ou simultaneamente pelo investigador”.

A principal técnica utilizada por nós, na pesquisa de campo, foi o inquérito, tomando este diversas formas, designadamente:

♦ Inquérito simplificado, tendo por objectivo recolher subsídios para a compreensão da realidade actual de vida no meio rural e a importância da mulher neste contexto, nomeadamente como factor de melhor segurança alimentar e redução da pobreza;

♦ Entrevistas individuais, dirigidas a autoridades locais e responsáveis de ONG's.

O inquérito por questionário é um procedimento técnico que várias ciências sociais tendem a privilegiar na prática da investigação empírica. Desde estudos de mercado às pesquisas puramente teóricas, passando pelas sondagens de opinião, poucas investigações existem que não se apoiem, total ou parcialmente, em informações colhidas por inquéritos. Esta técnica apoia-se numa série de perguntas dirigidas a um conjunto de indivíduos (inquiridos) pelo que se considera o inquérito por questionário como caso particular da entrevista.

Para Madureira (2002), inquirir não é mais do que interrogar um determinado número de pessoas com o objectivo de poder generalizar, isto é, consiste em suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los.

Quanto à entrevista (segunda forma por nós considerada), constitui uma técnica de investigação de recolha de informação, que utiliza a comunicação verbal face-a-face, com um objectivo concreto associado a um assunto determinado, podendo apresentar numerosas modalidades consoante a estrutura que adopta e a finalidade fixada.

Para o presente estudo, baseamo-nos no inquérito estruturado por entrevista, em profundidade, que é centrada no entrevistado com o objectivo de, como diz Madureira (2002) “analisar as suas atitudes e respectivas causas, a sua personalidade, etc. Nas entrevistas individuais e grupais, dirigidas quer a informantes-chaves (autoridades locais e responsáveis de diversas instituições) quer ao colectivo doméstico (unidade de análise), utilizamos desde a forma de entrevista devidamente delineada até à conversa meramente informal (com idosos, jovens e até mesmo crianças), de forma a permitir-nos ter um conhecimento eficaz sobre a comunidade e a vivência dos membros do agregado.

5.3.1- Estrutura do Inquérito

Para a recolha de informações junto das famílias recorreremos ao método do inquérito, que se baseou numa entrevista ao chefe do agregado ou seu complementar, na qual se procurou reconstituir por memória os factos passados durante os últimos 12 meses. Para o efeito, o inquérito apresentou uma determinada estrutura que nos permitiu obter uma quantidade significativa de informações relativas ao agregado familiar, relacionados com as características sócio - demográficas, origem das fontes de rendimento, consumo alimentar e estratégias de sobrevivência. Assim, a estrutura do inquérito conforme se pode verificar no anexo 1, para além dos dados do entrevistador e objectivos do inquérito é constituída pelas seguintes partes:

1. Características sócio-demográficas do agregado (foram feitas questões relacionadas com a dimensão do agregado, idade, nível de instrução, estado civil e ocupações do chefe do agregado).

2. Caracterização da dependência das famílias em relação às diversas fontes de rendimento, nomeadamente salários, reformas, remessa dos emigrantes, pequeno negócio, produção agrícola, produção pecuária, etc.
3. Caracterização das despesas do agregado com a alimentação, habitação, saúde Educação, Transporte, Energia, Água, etc.
4. Caracterização das despesas e consumo alimentar (despesas, frequência e quantidade consumida).
5. Caracterização da habitação (regime da ocupação, tipologia, pavimento, divisões, acesso a energia e água, etc.) bens e equipamentos.
6. Acesso ou não a sistemas de crédito (instituição financiadora, actividade a que se destinou, mudanças verificadas, etc.).

Como complemento ao inquérito, recorreu-se ainda a entrevistas semi-estruturadas (que muitas vezes não passaram de conversas informais) com responsáveis de diversas ONG's e Associações que trabalham no concelho, com o objectivo de recolher elementos para uma melhor compreensão dos dados quantitativos disponíveis sobre a relação entre a insegurança alimentar e a pobreza, e estratégias de sobrevivência.

5.3.2- Amostragem

Para o inquérito foram seleccionadas 120 famílias escolhidas aleatoriamente, de um universo total de 502 agregados familiares identificados no Censo realizado em 2000 pelo Instituto Nacional de Estatística, como sendo residentes da Bacia Hidrográfica nas localidades de Santa Cruz. A amostra a inquirir foi considerada representativa, não sendo o erro da amostra superior a 5% e um nível de confiança igual a 95%.

5.3.3- Concretização dos Procedimentos Metodológicos

Optou-se pela Bacia Hidrográfica dos Picos, pelas seguintes razões:

1. Santa Cruz possui uma das maiores áreas agrícolas do país (senão a maior estatisticamente), constituindo as Bacias Hidrográficas, nomeadamente a de Picos, o principal foco de desenvolvimento da agricultura, tanto de regadio como de sequeiro, onde as culturas de banana e hortícolas ocupam um lugar muito importante, mas que se encontra seriamente ameaçado pelo facto dos poços e ribeiras estarem a diminuir o seu caudal, devido às últimas secas.
2. Não obstante, o concelho é considerado um dos mais pobres do país, com uma grande percentagem da população a viver dentro dos limites de conforto considerados Baixo e Muito Baixo. “O perfil da pobreza em Santa Cruz é vista como ausência de riqueza, com consequentes privações de bens de primeira necessidade como a falta de água potável, baixo rendimento ao ponto de privar-se da quantidade e qualidade de alimentação adequada e segura. A pobreza atinge 54% da população, estando 17% acima da média nacional (37%).
3. O MAA vem desenvolvendo uma série de acções voltadas para a gestão integrada das Bacias Hidrográficas, como unidades de gestão, com o objectivo de combater a pobreza e garantir a segurança alimentar. Neste sentido vários programas e projectos foram já realizados e outros encontram-se em execução, como é o caso do Projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos.
4. Para além disso, tivemos apoio material do referido projecto, nomeadamente transporte e pagamento de salário aos inquiridores, que trabalharam connosco na recolha de dados junto das famílias.

Por todas estas razões optámos por delimitar o nosso trabalho de campo, à Bacia Hidrográfica dos Picos, nas localidades correspondentes ao Concelho de Santa Cruz. Elegemos como unidade de análise o agregado familiar (a família rural constitui a unidade de exploração agrícola – sistema família/exploração) englobando não só a esfera da produção como também a da reprodução social de que falamos anteriormente. “Esta expressão inclui não só o conjunto de pessoas que habitam a mesma casa e contemplam em simultâneo a economia doméstica, que corresponde aos interesses e actividades do próprio grupo e à sua multiplicação, ao longo de gerações” (Madureira, 2002).

Definido a área geográfica de estudo, estabelecemos contactos com as autoridades locais, nomeadamente a Câmara Municipal, Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente, Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo, Director do Projecto de Ordenamento e Valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos, no sentido de os pôr a par do nosso trabalho e recolher subsídios para análises posteriores no âmbito do estudo.

Reconhecendo o papel importante que joga o microcrédito no objectivo da política de redução da pobreza, a preparação do trabalho de campo iniciou-se na 2ª quinzena do mês de Julho, com um pequeno estágio na Organização das Mulheres Cabo-verdianas (OMCV) na área do microcrédito, em que se procurou estudar o seu impacto social na vida dos clientes, ou seja, quisemos saber em que medida o microcrédito contribui para a melhoria das condições de vida das famílias contempladas.

Antes da aplicação do inquérito, o questionário foi testado a seis chefes de agregados familiares, na zona de Salina (uma das zonas pertencente à Bacia Hidrográfica em estudo), no sentido de verificar possíveis incongruências relacionadas com a adequação das questões. O teste feito permitiu melhorar e adequar algumas questões da versão inicial do inquérito.

Feito o teste, procedeu-se a recolha de dados (inquirição) no seio das famílias que decorreu no período de 19/09 a 01/10/07. Para o efeito foram recrutados mais 3 inquiridores, todos técnicos da Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente, um

dos quais responsável da OMCV e agente de crédito no concelho de Santa Cruz. O inquérito demorou um bocado mais do que o tempo previsto, uma vez que os agricultores estavam em resemanteira e monda o que fez com que demorássemos dez dias úteis, mas decorreu de forma satisfatória, tendo a colaboração activa e simpática dos agregados familiares.

CAPÍTULO 6: ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1- PERFIL SÓCIO ECONÓMICO DOS AGREGADOS FAMILIARES DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS PICOS

O agregado familiar constitui o núcleo base da sociedade, por isso tem sido a unidade principal de muitas análises sociais, económicas e demográficas. O estudo das características dos agregados familiares é importante para conhecer a sua composição, a estrutura e relações familiares que são estabelecidas dentro deles. Estas análises proporcionam indicadores importantes que permitem monitorizar e avaliar o impacto de planos e programas dirigidos a uma determinada população.

Este estudo, realizado na Bacia Hidrográfica dos Picos, pretende analisar o papel desempenhado pela mulher no seio do agregado familiar com vista a uma melhor segurança alimentar e redução da pobreza do agregado. Assim, a análise gira sempre em torno da dicotomia agregado familiar chefiado por mulher/agregado familiar chefiado por homem, a fim de se compreender as suas diferenças sócio económicas.

Neste ponto do trabalho, iremos centrar a análise na composição e dimensão do agregado familiar, sexo e instrução do chefe do agregado, o seu sector de actividade económica, emprego, entre outros aspectos. Todos os quadros com informação estatística referente a análise dos resultados encontram-se no anexo 05 deste trabalho.

6.1.1- Composição e Dimensão dos Agregados Familiares

De acordo com os dados do quadro 01 em anexo, verifica-se que a população residente na Bacia Hidrográfica dos Picos, assim como no resto do país, é maioritariamente feminina (51,4%). Contudo a supremacia das mulheres não se verifica em todas as faixas etárias, sendo de realçar que os homens são a maioria na faixa etária dos zeros aos 14 anos. Esse facto reforça a tese que defende que, nascem mais homens do que mulheres. Para muitos autores, o que acontece é que os indivíduos de sexo masculino “prestam um maior tributo” à morte na infância, iniciando-se assim um desequilíbrio entre a população masculina e feminina reforçada, ao longo os anos, pelos movimentos migratórios.

Quadro 06- Composição Etária dos Agregados Familiares por Sexo do Chefe							
Faixa Etária	Agreg chefe Mulher			Agreg Chefe Homem			TOTAL
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	
Total	143,0	170,0	313,0	227,0	221,0	448,0	761,0
0-14	82,0	60,0	142,0	88,0	82,0	170,0	312,0
15-19	21,0	38,0	59,0	44,0	49,0	93,0	152,0
20-59	29,0	63,0	92,0	84,0	79,0	163,0	255,0
> 60	11,0	9,0	20,0	11,0	11,0	22,0	42,0
(%)							
Total	45,7	54,3	100,0	50,7	49,3	100,0	100,0
0-14	57,7	42,3	100,0	51,8	48,2	100,0	41,0
15-19	35,6	64,4	100,0	47,3	52,7	100,0	20,0
20-59	31,5	68,5	100,0	51,5	48,5	100,0	33,5
> 60	55,0	45,0	100,0	50,0	50,0	100,0	5,5

Fonte: Tabulação própria

Do total das famílias inquiridas, 44,5% são chefiadas por mulheres, não fugindo nesta matéria à tendência observada a nível do concelho. É uma percentagem relativamente elevada que deriva, do facto da emigração ser maioritariamente masculina nesta zona e, da fraca efectividade da presença masculina no lar, ou seja, não há uma permanência activa do elemento masculino no lar, com assumpção de responsabilidades. A dimensão média das famílias é de 6,39 pessoas/agregado, como nos indica o quadro 02 em anexo, sendo os agregados chefiados por homens ligeiramente maiores (6,79) do que os chefiados por mulheres (5,91). O tamanho das famílias é um dos indicadores importantes de vulnerabilidade à pobreza, porque nos permite aferir sobre a propensão dos agregados

familiares a serem desfavorecidos e mais pobres, pelo que é uma variável relevante para a análise da relação rendimento-consumo.

6.1.2- Instrução, Estado Civil e Índice de Dependência dos Chefes dos Agregados Familiares

Com o intuito de saber o nível educacional dos chefes de agregados dirigimos a seguinte pergunta ao inquirido: qual foi o nível de ensino mais elevado que o chefe de agregado frequentou ou frequenta. A resposta a esta questão revela que cerca de metade (49,6%) dos chefes de agregados familiares inquiridos residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos têm instrução primária, levando a chefia feminina ligeira vantagem (52,8%) em relação à chefia masculina (47,0%).

Constata-se ainda que cerca de 32% dos chefes de agregados inquiridos possuem instrução secundária, mas neste caso os chefes de agregados homens estão em significativa vantagem (36,4%), em relação aos chefes de agregados mulheres (26,4%). Esse facto parece ser consequência da não existência de escolas secundárias na zona. Para se frequentar o ensino secundário é preciso a deslocação à Vila do Concelho e a tendência é beneficiar os filhos e não as filhas, porque os homens são educados para serem o “sustento” da família.

Dos chefes de agregados mulheres 3,8% são analfabetos, contra 7,6% dos chefes homens e 17,0% dos chefes de agregados mulheres que sabem ler (significando que têm instrução primária incompleta), contra 9,1% dos chefes homens.

No concernente ao estado civil dos chefes do agregado, constata-se que a maioria das mulheres são solteiras (50,9%), enquanto que os homens preferem viver em união de facto (51,5%). Somente 7,6% dos homens têm o estatuto de solteiro, assumindo as mulheres o valor de 17% do total dos chefes do agregado que vivem em união de facto, 9,4% dos viúvos e 3,8% dos divorciados. Só 10% das mulheres chefes do agregado optaram por um carácter formal de união, ou seja, são casadas. Este facto revela que, normalmente quando o homem estiver presente no agregado é ele quem assume a chefia do agregado.

Os dados realçam que 54% do total das mulheres residentes na Bacia se encontram em idade activa (dos 15 aos 65 anos) e que os homens tendo agregados em média ligeiramente maiores, têm menor número de pessoas deles dependentes, ou seja, de elementos com menos de 15 anos e com mais de 65 anos. A taxa de dependência nos agregados chefiados por mulheres de 111% e no dos homens de 73,7%. (De cada 100 pessoas nos agregados chefiados por mulheres, em idade convencional de produzir bens e serviços temos 111 que delas dependem, enquanto que relativamente aos agregados chefiados por homens, de cada 100 pessoas em idade de criar bens e serviços temos cerca de 74 que deles dependem). A taxa de dependência total é de cerca de 87%.

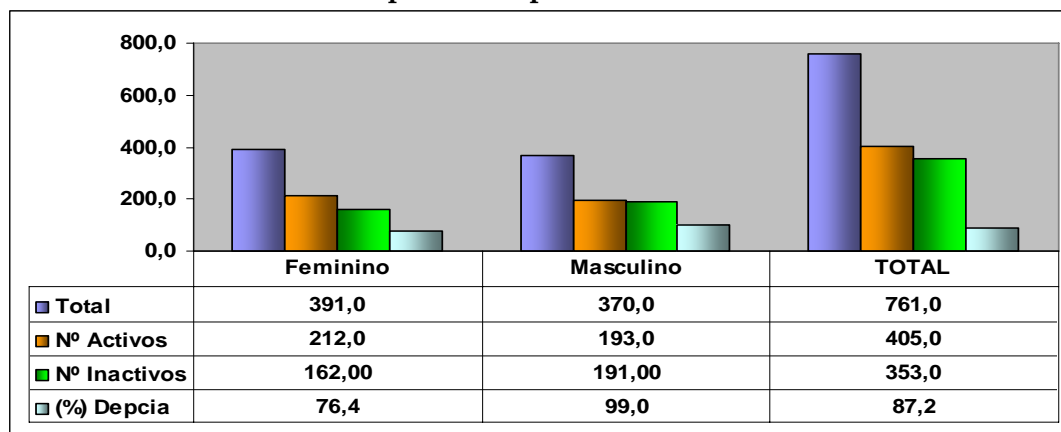
Quadro 07- Índice de Dependência por Sexo do Chefe do Agregado

Chefe	Nº de Activos (15 - 65 anos)	Nº de Inactivos (<15 e >65 anos)	Índice de Dependência
Agregado Mulher	146,0	162,0	111,0
Agregado Homem	259,0	191,0	73,7
TOTAL	405,0	353,0	87,2

Fonte: Tabulação Própria

Realça-se que, fazendo esta análise do ponto de vista de género, temos uma taxa de dependência na classe feminina de 76,4% e na classe masculina de 99,0%, ou seja, de cada 100 mulheres em idade convencional de criar riquezas temos outras 76 que delas dependem e em cada 100 homens temos outros 99 que deles dependem. Note-se que os homens estão em maioria nas faixas etárias consideradas inactivas, daí uma maior taxa de dependência.

Gráfico 02- Índice de Dependência por Género



6.1.3- Emprego e Sector de Actividade Económica dos Chefes de Agregado Familiar

Na altura do estudo a taxa de desemprego entre os chefes do agregado era de 14,3%, sendo as mulheres as mais afectadas. Das mulheres chefes de agregados só 34,0% tinham um trabalho permanente, enquanto que essa proporção se eleva para cerca de 44% entre os homens chefes de agregados (ver quadro 04 em anexo). 26,4% da chefia feminina tinha um trabalho temporário contra 28,8% dos homens. Esses dados indicam a precariedade do emprego feminino, pelo que é preciso investir no emprego com uma discriminação positiva em relação às mulheres, de modo a diminuir a desigualdade de oportunidades e proporcionar melhor qualidade de vida nesses agregados. O emprego (ou a sua precariedade) é um dos indicadores importantes da pobreza.

No que se refere ao sector de actividade económica, como era expectável para uma zona agrícola como esta, a maioria dos chefes de agregados (63,0%) trabalham no sector primário, sem grandes diferenças de proporções entre agregados chefiados por mulheres e por homens. Isto deve-se ao facto de não existir grandes exigências, em termos de qualificação (mão de obra menos especializada), neste sector de actividade e demonstra claramente a importância deste sector para a população referenciada. Note-se que o sector dos transportes emprega 3,8% dos chefes de agregados mulheres e 9,1% dos chefes homens. Nos outros sectores as proporções são similares, como nos indica o quadro 05 em anexo.

6.2- FONTES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR

Embora o nível de rendimento dos agregados familiares não caracterize automaticamente o seu bem-estar, ele é na melhor das hipóteses, a sua base potencial para o seu bem-estar.

Experiências de outros inquéritos mostram que dados sobre rendimentos familiares são muitas vezes subvalorizados, por razões várias, nomeadamente porque a população não declara os reais valores dos seus proventos. Na realização dos inquéritos procurou-se criar

um clima de confiança entre o inquiridor e o inquirido, de modo a superar tanto quanto possível esta dificuldade.

As fontes de rendimento aqui referidas abrangem os rendimentos resultantes do salário, da produção agrícola e da produção pecuária dos últimos 12 meses. Esclarece-se ainda que no salário estão incluídos todos os outros rendimentos provenientes da reforma, pensões, remessas dos emigrantes e pequenos negócios.

Não se pode deixar de mencionar ainda, que a composição desses rendimentos pode envolver uma parcela significativa de rendimentos não monetários (produção para auto-consumo, por exemplo), o que contribui para minimizar alguma diferença em termos de peso no rendimento total dos diferentes sectores. Por outro lado, se se considerar que uma parte da Bacia Hidrográfica está inserida em zona urbana, esse facto pode não se configurar para parte de agregados familiares, tendo em conta o processo de urbanização e a diversificação do mercado de trabalho nessas áreas em direcção às actividades não agrícolas.

Neste trabalho o rendimento do auto-consumo foi calculado através da conversão dos produtos produzidos pelo agregado familiar em valor monetário, a preços de mercado. Esse valor vem incluído nas despesas da alimentação.

O quadro 08 mostra que os rendimentos gerados pelo total dos agregados inquiridos totalizam um valor de cerca de 3.715.339,00 mensal. Pode-se notar que o rendimento salário constitui a maior fonte de rendimento dos agregados familiares, representando 66% do total dos rendimentos dos agregados familiares, superando tanto o rendimento agrícola como o rendimento animal dos agregados familiares.

Quadro 08- Fontes de Rendimento por Sexo do Chefe do Agregado (Mensal)					
Fontes de Rendimento	Agreg. Chefe Mulher		Agreg. Chefe Homem		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor (%)
Rendimento Salário	897.310,00	68,4	1.557.556,00	64,8	2.454.866,00 66,1
Rendimento Agrícola	278.425,00	21,2	554.513,28	23,1	832.938,28 22,4
Rendimento Animal	135.701,58	10,3	291.833,33	12,1	427.534,92 11,5
Total de Rendimento	1.311.436,58	100,0	2.403.902,62	100,0	3.715.339,20 100,0

Fonte: Tabulação própria

Os dados mostram que os agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos, apesar de estarem inseridos numa zona rural com grande potencial agrícola, as famílias dependem sobretudo do seu salário para viver. As famílias chefiadas por mulheres são aquelas que mais dependem do salário. 68,4% do rendimento das famílias chefiadas por mulheres provem do salário, enquanto que esta proporção é de 64,8% para as famílias chefiadas por homens. Vale esclarecer aqui que uma parte considerável desses salários provêm do sector primário, já que a maioria dos chefes de agregados estão empregados neste sector, sobretudo mulheres chefe de agregados (66%), em regime de trabalho assalariado nas explorações agrícolas ou nas FAIMO. Este tipo de emprego, extra à actividade principal da família, constitui um complemento para o rendimento do agregado.

Como se pode ver no quadro 08 em anexo, os rendimentos médios por sexo do chefe dos agregados mostram que os agregados chefiados por homens têm maiores rendimentos do que os chefiados por mulheres, em qualquer um dos sectores considerados, sendo mais acentuada quando se trata dos rendimentos provenientes do salário. Isto pode ser resultado de haver menos mulheres empregadas no sector terciário onde os salários são mais altos.

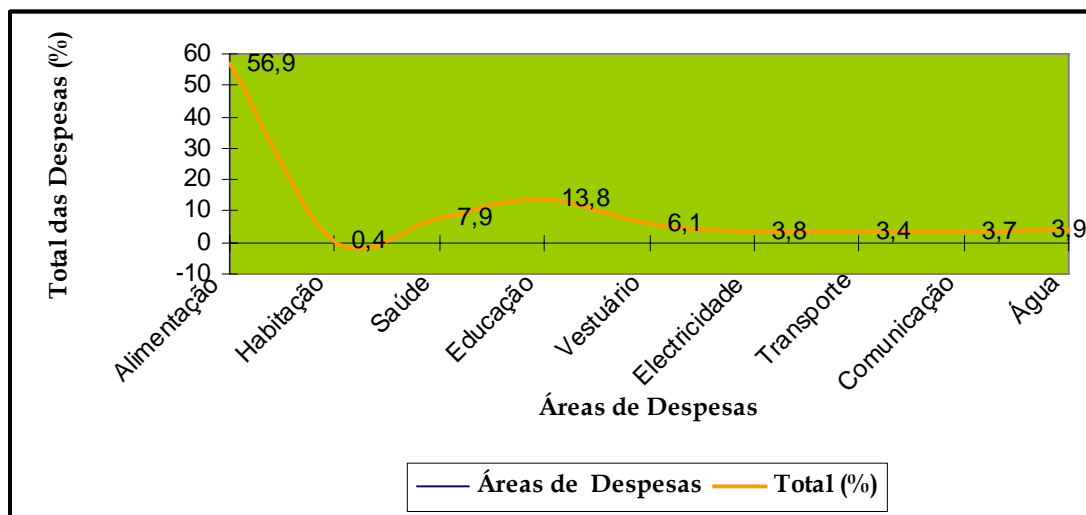
6.3- ESTRUTURA DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES

O nível e as estruturas das despesas dos agregados familiares é o indicador que reflecte de forma mais abrangente a qualidade de vida dos agregados, pois reproduz mais fielmente o nível de bem-estar das famílias.

Os dados obtidos revelam que as despesas do total das famílias inquiridas totalizam um valor mensal de 2.873.091,00, sendo as despesas com a alimentação a principal consumidora dos recursos da família. Estas despesas totalizaram 1.643.481,33 como nos indica o quadro 07 em anexo, significando que 56,9% das despesas realizadas pelos agregados foram direccionadas para a aquisição de produtos alimentares. Dados semelhantes foram encontrados pelo IDRF (2001/2002) para as famílias mais pobres, quando refere que “nas famílias mais pobres esta componente representa 56% do conjunto das despesas enquanto que para os indivíduos de extremo oposto, ou seja, os de rendimento mais elevados, esta componente representa apenas 25%”.

Na hierarquia das despesas os gastos em Educação ocupam o 2º lugar com 13,8% das despesas totais, seguindo-lhe a saúde com 7,9% e o vestuário com 6,1%. A água, a electricidade, a comunicação e os transportes aparecem com valores de pouco mais de 3%. As despesas com a habitação representam apenas 0,4% do total das despesas dos agregados.

Gráfico 03 – Estrutura das Despesas dos Agregados Familiares



Os gastos na Educação reflectem de certa forma, uma certa dinâmica na área do ensino com a implementação de políticas que visam a expansão e melhoria das escolas de diversos níveis e modalidade de ensino. O país está a viver um novo ciclo no ensino, com a

emergência de Universidades e Institutos de Ensino Superior. O ensino básico e secundário são praticamente gratuitos, o que nos leva a crer que as famílias da Bacia Hidrográfica dos Picos estão a fazer um investimento razoável no Ensino Superior. Note-se que cerca de 69% dos residentes da Bacia encontram-se na faixa etária dos 0 aos 19 anos.

A maioria dos agregados familiares inquiridos reside em casa própria, daí o valor residual das despesas com a habitação.

Desagregando as despesas por sexo do chefe do agregado, os dados mostram que os agregados cujos chefes são mulheres tendem a gastar uma proporção maior do seu orçamento com a alimentação (uma diferença de 2 pontos percentuais).

Outra área em que os agregados chefiados por mulheres gastam proporcionalmente mais do que os agregados chefiados por homens é a do vestuário (7,3% contra 5,3%) e da saúde (9,8% contra 6,6%). Exceptuando esses três casos, em todas as outras áreas os agregados cujos chefes são homens gastam mais do que os chefiados pelas mulheres. É de se destacar o caso da Educação em que os agregados chefiados por homens gastam substancialmente mais (15,9%) do que os chefiados por mulheres (10,8%). Como já vimos, os agregados chefiados por mulheres têm um maior índice de dependência, daí que a maior parte das suas despesas totais seja canalizada para a alimentação sobrando pouco para a satisfação das outras necessidades como a educação, o transporte, ou a comunicação.

A despesa *per capita* define a possibilidade de utilização de bens e serviços básicos necessários para o bem-estar da unidade familiar, pelo que ela se configura também como um indicador importante de qualidade de vida.

Quadro 09- Despesa Média Mensal per Cápite dos Agregados (ECV)

Agregado	Total de Agreg.	Valor	Valor Méd.	Desp. Média per Capita
Agreg. Mulher	53	1.177.382,33	22.214,76	6.027,41
Agreg. Homem	66	1.695.709,00	25.692,56	5.375,24
Total	119	2.873.091,33	24.143,62	5.665,70

Fonte: Tabulação própria

O quadro 09 mostra que os agregados familiares chefiados por mulheres gastam mensalmente em média cerca de 22.214 escudos, o equivalente a cerca de 6.027 escudos *per capita*/mês. Os agregados chefiados por homens gastam em média 25.692 escudos mensais, o equivalente a 5.375 escudos *per capita*/mês, relação que se explica pelo facto dos homens chefes de agregados terem mais pessoas a seu cargo.

6.3.1- Limiar da Pobreza e Limiar das Necessidades Alimentares dos Agregados

A) Limiar da Pobreza

O Instituto Nacional de Estatística considera que o limiar de pobreza em Cabo Verde é de 43.250 escudos, ou seja, todo aquele que tem uma despesa anual de consumo final igual ou inferior ao valor referido é considerado pobre, sendo o limiar do muito pobre equivalente a 28.833 escudos.

Tomando por base esses valores e fazendo a análise em termos de agregados, os dados do nosso estudo permitem inferir que do total dos agregados familiares inquiridos na Bacia Hidrográfica dos Picos, cerca de 26% podem ser considerados pobres, pois têm uma despesa mensal de consumo *per capita* igual ou inferior a 3.604 escudos, como nos mostra o quadro 09 em anexo. Esses dados permitem ainda deduzir que a pobreza atinge em maior proporção os agregados familiares chefiados por homens (30,3%) do que os chefiados por mulheres (20,8%).

Do total dos agregados familiares pobres, pode-se ainda destacar os muito pobres (agregados com despesa mensal de consumo *per capita* igual ou inferior a 2.403 escudos), que representam 12,9% dos pobres, o equivalente a 2% do total dos agregados inquiridos. Nota-se ainda que em termos de proporções dos muito pobres não existe diferenças significativas entre agregados chefiados por mulheres (3,8%) e aqueles chefiados por homens (3,0%).

Do que foi exposto, pode-se inferir que na Bacia Hidrográfica dos Picos os agregados chefiados por homens estão mais expostos ao risco da pobreza (30,3% dos agregados chefiados por homens e 20,8% dos chefiados por mulheres encontram-se abaixo do limiar da pobreza). Esses dados parecem ser paradoxais se tivermos em conta que as mulheres chefes de agregados familiares, têm uma inserção no mercado do trabalho caracterizada por uma certa instabilidade e por salários baixos (26,4% têm trabalho temporário e só 34% têm trabalho permanente, na sua maioria no sector primário). A existência de um menor risco de pobreza junto da chefia feminina parece estar relacionada com o facto da remuneração das mulheres ser muitas vezes um complemento das outras fontes de rendimento existentes no agregado, sobretudo os provenientes da produção animal, como mais adiante se irá demonstrar.

Outro aspecto importante que poderá explicar o maior risco de pobreza da chefia masculina, é o facto de estes terem o tamanho do agregado maior do que o da chefia feminina.

De acordo com o estudo feito pelo INE (2002), sobre o Perfil da Pobreza em Cabo Verde, a nível nacional existem cerca de 28% de agregados familiares a viverem abaixo do limiar da pobreza e desse total podem-se isolar 14% dos considerados muito pobres. Note-se que os dados obtidos do nosso estudo têm uma tendência nacional, pois há uma certa similitude entre os valores dos dois casos.

B) Limiar das Necessidades Alimentares

A segurança alimentar depende da disponibilidade e acesso aos alimentos e seu uso apropriado. O problema de insegurança alimentar em Cabo Verde não se deve à disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de uma parte significativa da população, pelo que o maior desafio do país neste momento, é o acesso económico das famílias a uma alimentação adequada. A acessibilidade económica e utilização dos alimentos, são dois indicadores que avaliados a nível dos agregados familiares permite-nos inferir sobre o grau de vulnerabilidade e de insegurança alimentar dos mesmos. Assim, vamos procurar centrar a análise sobre a segurança alimentar da comunidade em estudo, nestes dois indicadores. Neste

ponto abordaremos o acesso económico dos agregados aos alimentos e mais adiante no capítulo do consumo alimentar, falaremos da sua utilização, ou seja, do estado de nutrição dos agregados.

A capacidade financeira de aquisição de alimentos, constitui dificuldade de peso para a segurança alimentar. Por causa desta limitação uma parcela significativa da população carece de alimentos necessários para as suas necessidades energéticas.

O INE embora consciente de que a medida monetária da pobreza não deixa de ter alguma subjectividade (apesar de servir para o estabelecimento de prioridades na afectação de recursos, em especial nos domínios tendentes a promover a qualidade de vida dos mais desfavorecidos), considera que o melhor indicador a ter em consideração é o da satisfação das necessidades essenciais, isto é, o valor monetário do cabaz de bens e serviços que o indivíduo deve consumir para satisfazer as chamadas necessidades essenciais.

Estabeleceu um indicador de satisfação das necessidades essenciais composto pelos valores do cabaz de bens alimentares necessários para garantir a absorção da quantidade diária de calorias recomendadas, e o valor dos outros bens e serviços necessários à satisfação das outras necessidades essenciais.

Assim, determinou que o limiar da satisfação das necessidades alimentares é de 24.750 ECV (2.063 ECV mensais) que é o valor necessário para o consumo de calorias recomendadas, provindo sobretudo dos sete produtos alimentares mais consumidos na dieta dos cabo-verdianos (milho, arroz, trigo, feijões, açúcar, leite em pó e óleo alimentar)³⁸ acrescido do valor do consumo de peixe, frango e carnes considerados também essenciais para uma dieta equilibrada. Aquele cuja despesa anual de consumo for inferior a 24.750 CVE não consegue satisfazer as suas necessidades alimentares, ou seja encontra-se na situação de insegurança alimentar.

³⁸ Segundo o IDRF, os alimentos considerados como essenciais (Farinha de Trigo, Milho, Arroz, Leite em Pó, Óleo Alimentar, Feijão e Açúcar) representam em média 93,5% das calorias consumidas pelos agregados familiares. A percentagem da ingestão calórica aumenta para 100% se for incluído o consumo de peixe, frango e carne. Foram considerados os preços médios no consumidor de 2002.

Tomando por base esse valor, considerando que quase não houve variação no preço dos produtos essenciais no consumidor, e a avaliar pelo nível de despesa per capita dos indivíduos residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos, pode-se inferir que cerca de 98% do total dos agregados inquiridos conseguem garantir aos seus membros a satisfação das necessidades alimentares, pois têm uma despesa per capita mensal igual ou superior a 2.063 ECV, ou seja, essa despesa consegue cobrir um consumo alimentar que garanta 100% das necessidades calóricas recomendadas. Apesar das diferenças percentuais não serem muito expressivas, a análise da incidência segundo o sexo do chefe do agregado revela que em termos de acesso económico aos alimentos, os chefes homens conseguem satisfazer maior proporção dos agregados.

Quadro 10- Satisfação das Necessidades Alimentares segundo Sexo do CA

	Chefe do Agregado		SNA	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	51,0	96,2
Homem	66,0	55,5	65,0	98,5
Total	119,0	100,0	116,0	97,5

Fonte: Tabulação própria

SNA - Satisfação das Necessidades Alimentares

A segurança alimentar do agregado familiar depende não só do acesso físico ao alimento (disponibilidade alimentar), mas também do acesso económico, ou seja, das famílias terem recursos financeiros suficientes para adquirir alimentos, de modo a suprir os défices calóricos do agregado. A julgar pelos dados do quadro 10, somente pouco mais de 2% dos agregados inquiridos da comunidade em estudo, não possui recursos financeiro suficiente para garantir aos seus elementos a satisfação das necessidades alimentares, isto é, estão na situação de insegurança alimentar.

6.4- DECISÕES DE VENDA E DESTINO DAS RECEITAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL

Nas comunidades rurais as mulheres destinam grande parte do seu tempo aos afazeres domésticos e às actividades agrícolas, ou seja, para além do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos como desígnios “naturalmente” seus, as mulheres participam no processo de produção a par e passo com os homens, sobretudo em explorações familiares de subsistência que garantam a sobrevivência da família.

As mulheres da Bacia Hidrográfica dos Picos para além das actividades rotineiras da casa são normalmente responsáveis pela criação dos animais de pequeno porte (suínos, caprinos, ovinos e aves) e participam activamente nos trabalhos da agricultura, desde a preparação do terreno até à comercialização do produto final. Os homens são responsáveis pelos animais de grande porte, normalmente bovinos e sobretudo pelos trabalhos da agricultura.

Mas, em muitos casos, apesar da produção agrícola e animal estarem sob a responsabilidade das mulheres, a decisão sobre o seu destino (auto-consumo ou venda) e utilização das receitas obtidas varia entre o homem e a mulher.

Com o objectivo de saber o peso do poder decisivo do homem e da mulher dentro do agregado familiar da Bacia Hidrográfica dos Picos, foi feita a seguinte pergunta ao inquirido: A produção agrícola e o cuidado dos animais está a cargo de quem? E qual o destino das receitas quando a produção é para a venda?

Constata-se que relativamente à produção agrícola (ver o quadro 11 em anexo), a maioria das decisões sobre o destino a dar às receitas de venda são tomadas pelo homem (53,7%) e que 5,3% foram decisões conjuntas do homem e da mulher. Nota-se que o grosso das receitas resultantes das decisões de venda, tomadas tanto pelo homem como pela mulher, foram canalizados para o consumo de alimentos. Constata-se ainda que 15,7% da utilização das receitas resultantes das decisões tomadas pelo homem é utilizado para financiar o estudo dos filhos e consumo de alimentos e 11,8% é aplicado na construção de moradia. A mulher por sua vez, aplica a receita proveniente da venda dos produtos agrícolas fundamentalmente no consumo alimentar, como já vimos e no estudo dos filhos (15,4%).

Já no que toca à produção animal, constata-se uma inversão de posições, ou seja, a mulher tem maior poder de decisão quando se trata da venda da produção pecuária pois, 59,6% do total das decisões de venda tomadas relativamente a este aspecto, são tomadas pelas mulheres e só cerca de 28% pelos homens (quadro 12 em anexo). A maior fatia do total das receitas resultantes das decisões tomadas pelas mulheres é canalizada para o consumo alimentar (54,8%). Uma parte considerável de mulheres aplica essas receitas na poupança e

consumo alimentar (22,6%) e outras privilegiam o estudo dos filhos e consumo alimentar (16,1%). Constatou-se que os homens dão mais importância à construção de moradias do que as mulheres, pois cerca de 10% das receitas resultantes das decisões tomadas pelos homens provenientes da venda dos produtos pecuários são canalizados para este efeito, enquanto que as mulheres só canalizam cerca de 2%. Mas a maior parte das receitas resultante das decisões dos homens são utilizadas no consumo alimentar (48,3%) e outra parte considerável de homens utiliza-a no financiamento de estudos dos filhos e consumo alimentar (17,2%).

O modo como esta divisão do trabalho se realizou em casa exprime a função de reprodução atribuída à mulher. Ela tem sob a sua responsabilidade a criação de animais de pequeno porte (que representam normalmente o grosso do total dos animais existentes na exploração), o que faz também, com que a maioria das mulheres tenham maior poder de decisão de venda relativamente à produção pecuária pois, cabe a mulher garantir, organizar e realizar as actividades de sobrevivência da família.

A criação de animais, é uma estratégia para prover o sustento da família e garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias. Os dados mostram claramente a grande preocupação da mulher com a segurança alimentar do seu agregado, pois a maior parte das decisões de venda dos produtos animais estão sob a sua alçada e o dinheiro resultante dessa venda é canalizado para o consumo alimentar. De realçar também a importância do auto-consumo desses produtos no agregado familiar.

Do ponto de vista económico, a criação de animais, contribui significativamente para a melhoria do rendimento familiar. Assim, a produção de animais desempenha um papel importante na redução da pobreza e contribui para a segurança alimentar (melhora a nutrição e a saúde da população).

A análise desta questão veio confirmar uma das hipóteses levantadas (a hipótese da alínea e) do nosso trabalho). Fica aqui evidente, o importante papel da mulher na produção local

dos alimentos, sobretudo na produção animal, potenciando sobremaneira, melhorias na segurança alimentar e nutricional das famílias.

A carência alimentar é muitas vezes resultado de um fraco poder aquisitivo das famílias. Neste sentido os sistemas de produção animal para além de ser um excelente meio de assegurar a segurança alimentar e nutricional, permite substituir os processos de poupança, constituindo um meio importante de ultrapassar a ausência de instituições mobilizadoras de recursos e as mulheres da Bacia Hidrográfica dos Picos jogam um papel muito importante nesse processo de produção.

6.5- CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES

Neste ponto pretende-se evidenciar as condições de vida em termos de bem-estar dos agregados familiares, fazendo a análise sempre em torno da dicotomia chefe do agregado mulher/chefe do agregado homem. Para tanto serão analisadas as condições da habitação no concernente ao regime de ocupação, tipologia, pavimento, seu acesso a energias domésticas, água potável e saneamento básico. Serão analisados ainda os bens e equipamentos do agregado bem como o acesso à comunicação e informação e posse de meios de transporte.

6.5.1- Habitação

Uma habitação adequada para todos constitui um direito humano universal, reconhecido pelas Nações Unidas e declarado aquando da realização da Conferência Habitat II (PNUD, 1998).

A habitação adequada não se limita apenas às qualidades físicas da sua construção como tal, inclui o acesso aos sistemas essenciais de abastecimento de água potável, saneamento (casa de banho, latrina, etc.), fornecimento de electricidade e transporte.

Analisando as características da habitação dos residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos, constata-se que quase a totalidade das famílias habitam em casa própria (94,1%), não existindo diferenças significativas na forma de posse de casa, entre os sexos do chefe de agregado.

Quanto à tipologia e cobertura da habitação, nota-se igualmente que não há grandes diferenças entre os agregados chefiados por mulheres e por homens. Todas elas vivem em casas individuais, à excepção de um (1) agregado chefiado por mulher que vive em parte de casa. Este tipo de habitação normalmente não reúne as condições adequadas de habitabilidade. Não existem diferenças significativas segundo o sexo do chefe do agregado, quanto às proporções no tipo de telhado.

Cerca de 91% dos agregados chefiados por mulheres têm pavimento de cimento, apresentando os agregados chefiados por homens com uma proporção de cerca de 79%. Mas em contrapartida, 13,6% dos agregados chefiados por homens têm pavimento de mosaico enquanto que só 5,7% dos agregados chefiados por mulher têm este tipo de pavimento. Ver os quadros 13,14 e 15 em anexo.

6.5.2- Acesso a Energias Domésticas

O tipo de energia usada nos agregados familiares é um importante indicador de qualidade de vida das famílias e o indicador da existência das condições básicas para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades

A) Fonte de Energia para a Iluminação

Analisando a principal fonte de energia que os agregados utilizam para a iluminação das suas habitações constata-se que a maioria delas utiliza a electricidade (60,5%), verificando-se proporções similares em ambos os sexos de chefia dos agregados, como se pode ver no quadro 16 em anexo. Entretanto uma boa proporção do total dos agregados (32,8%), responderam que a vela acaba por ser a principal fonte de iluminação da habitação, não por não estarem ligados à rede eléctrica mas, por falhas de distribuição de energia da central eléctrica do Município. É de se realçar ainda que 9,4% dos agregados chefiados por

mulheres e 3% dos chefiados por homens utilizam petróleo na iluminação. Sendo o sector de energia um sector estratégico para o desenvolvimento e como tal para a qualidade de vida das famílias, os dados revelam a necessidade de mais investimentos nesse sector visando a melhoria da qualidade de distribuição, assim como o alargamento da cobertura eléctrica, sobretudo em zonas com mais-valias económicas como esta.

B) Fonte de Energia para Preparação dos Alimentos

Com o objectivo de promover o equilíbrio ambiental, desde muito cedo após a independência, as autoridades nacionais tomaram a iniciativa de promover a utilização do gás na cozinha, com a introdução de pequenos fogões a gás, denominados “Camping Gás”. Essa medida visou diminuir a apanha da lenha e vencer a ameaça que pairava sobre a cobertura vegetal, promovendo ao mesmo tempo o bem-estar das famílias com a introdução de um combustível mais saudável. Mas como se pode aferir do quadro 17, essa medida parece que ainda não surtiu efeito nos residentes da Bacia Hidrográfica dos Picos, pois cerca de 72% dos agregados utilizam a lenha como a principal fonte de energia na preparação dos alimentos. 84,9% dos chefiados por mulheres e 62,1% dos chefiados por homens. De realçar que apenas 15,1% dos agregados chefiados por mulheres utilizam gás para a preparação dos alimentos, atingindo os agregados chefiados por homem uma proporção maior (37,9%).

6.5.3- Acesso à Água Potável

Segundo o INE (2002), a fonte de água de uso doméstico, a quantidade consumida, a posse de casa de banho e a forma de evacuação das águas residuais, definem o essencial do perfil sanitário das condições de vida das famílias em especial num país escasso em água e montanhoso. O acesso a água potável³⁹ é um bom indicador de saúde preventiva da população.

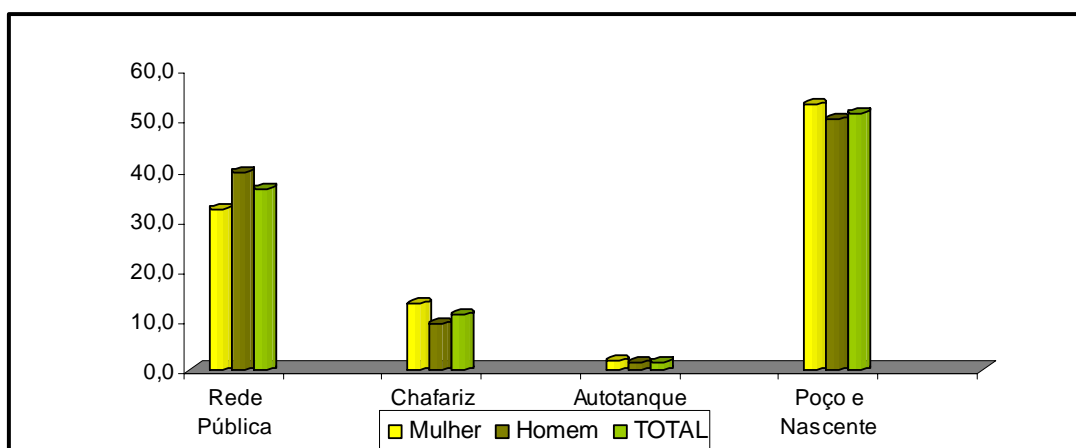
A) Fonte de Água de Uso Doméstico

O abastecimento da água para o consumo doméstico é feito com água de diferentes origens.

³⁹ Consideramos água potável, aquela da rede pública, uma vez que é tratada.

Pela análise dos dados, constata-se que a água canalizada da rede pública ainda não é um privilégio para a maioria dos agregados familiares residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos. Em termos gerais, 47,0% dos agregados inquiridos obtêm água para uso doméstico de uma fonte potável (rede pública e chafarizes) e 51,3% dos agregados abastecem-se em poços e nascentes. Destes últimos, os agregados chefiados por mulheres são uma proporção ligeiramente maior (52,8%) do que os chefiados por homens (50,0%). A proporção de agregados chefiados por mulher que vão buscar água ao chafariz é maior (13,2%) do que os chefiados por homens (9,1%). Já a proporção dos agregados chefiados por homens com água canalizada da rede pública é significativamente maior (39,4%) do que os chefiados por mulheres (32,1%).

Gráfico 04- Origens da Água para Consumo Doméstico em %



Mas, assim como a transparência da água, esses dados deixam inferir que a qualidade da água utilizada por uma boa parcela dos agregados da Bacia inquiridos não é a mais adequada, com todas as consequências daí resultantes. A má qualidade da água potencia o aparecimento de determinadas doenças.

Refere-se no entanto, que segundo o QUIBB-CV (2006), no cômputo geral, Cabo Verde já realizou o 7º Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, pois cerca de 85% dos agregados familiares obtêm água para uso doméstico de fonte convencionalmente potável. No meio rural, cerca de 77,0% das famílias tem água potável e a situação é ainda melhor no meio urbano (93,0%).

B) Tratamento da Água para Beber

Como já se viu uma grande percentagem de agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos utilizam água pouco apropriada para o consumo. Uma das formas de dotar a água de características próprias para o consumo é trata-la com lixívia, fervê-la ou filtra-la. Pela análise dos dados, percebe-se que já existe uma parcela considerável de agregados familiares que tratam regularmente a água para beber. Cerca de 68% dos agregados familiares inquiridos responderam que tratam a água antes de beber, não havendo diferenças significativas entre agregados chefiados por mulher e por homem. Mas, ainda assim a questão não deixa de ser preocupante, uma vez que persiste ainda um número razoável de famílias (cerca de 31%) que não fazem tratamento de água.

6.5.4- Saneamento Básico

Embora o conceito de saneamento seja bastante vasto aqui é usado para indicar se o agregado tem casa de banho ou não e restringe-se a análise à existência de habitação com casa de banho e ao modo de evacuação dos resíduos sólidos e líquidos.

A) Posse de Casa de Banho

Ao analisar a posse ou não de casa de banho, quer-se evidenciar as infra-estruturas básicas de qualidade de vida das famílias. A posse de casa de banho, para além de ser um indicador de conforto das famílias, permite preservar a qualidade do ambiente, sobretudo do ar que se respira, revelando assim, ser fundamental para a saúde das populações.

Do total dos agregados familiares inquiridos, apenas cerca de 30% possui casa de banho e retrete, estando os agregados chefiados por homens em posição de vantagem relativamente aos agregados chefiados por mulheres: 37,9% contra 20,8%, como o indicado no quadro 20 em anexo. A maior parte dos agregados utilizam a natureza para a eliminação dos dejectos, ficando a população exposta a certos tipos de doenças causados por microrganismo transportados por insectos voadores, caso não haja bons hábitos para minorar esse tipo de riscos.

B) Forma de Evacuação de Águas Residuais

Assim como o destino dado aos dejectos, a forma como os agregados fazem a evacuação das águas residuais também é de extrema importância para a preservação do ambiente e promoção da saúde pública, constituindo também um importante indicador de qualidade de vida.

A situação é bastante preocupante nesta matéria. Apenas 1,7% do total dos agregados inquiridos evacuam as águas residuais através da fossa séptica e outros 1,7% através da rede de esgoto, todos eles pertencentes aos agregados chefiados por homens. Quase todos os agregados dão destino impróprio às águas residuais, ou seja, deitam-nas ao redor da casa ou à natureza.

Esses dados revelam a quase inexistência de redes de esgotos e uma quase total ausência de saneamento básico. Ver o quadro 21 em anexo.

C) Forma de Evacuação de Resíduos Sólidos

Os resíduos sólidos, vulgarmente chamado lixo, é qualquer material considerado inútil e/ou sem valor, gerado pela actividade humana que é preciso eliminar, podendo ou não ser tratado. Quando não é tratado e é simplesmente depositado tem um enorme potencial de contaminação dos solos, da água e do ar.

Relativamente à nossa área de estudo, constata-se que apenas 17,6% do total dos agregados inquiridos depositam lixos nos contentores (isso deve-se ao facto de parte da bacia ficar situado no meio urbano), não se verificando diferença significativa em termos de proporção, entre agregado chefiado por mulher (17,0%) e por homem (18,2%). Nota-se que outros 17,6% do total dos agregados inquiridos depositam o lixo ao redor da casa, mas desta feita os agregados chefiados por homens comandam uma fatia nitidamente maior, 24,2% contra 9,4 do total dos agregados chefiados por mulheres. Dos agregados inquiridos 30,3% deitam lixo à natureza, verificando-se que dos agregados chefiados por mulheres 30,0% utilizam essa forma de evacuação e dos chefiados por homens 27,3%. Constata-se ainda que uma percentagem considerável de agregados têm o hábito de fazer a queima de resíduos sólidos por considerarem ser mais higiénico, sendo os agregados chefiados por mulheres aqueles que mais utilizam esta prática: 39,6% contra 30,3% do total dos agregados chefiados por homens, como se pode notar no quadro 22 em anexo.

Constata-se que algumas pessoas ainda não têm uma noção clara dos reais problemas que o lixo pode provocar, tendo muitas vezes atitudes paradoxais, pois muitos dos que depositam o lixo ao redor da casa e na natureza consideram ser esta a melhor forma de o fazerem mas, por outro lado, manifestam uma certa preocupação com a saúde e o meio ambiente.

6.5.5- Posse de Bens e Equipamentos

A posse de alguns bens e equipamentos domésticos evidencia a qualidade de vida das famílias, na medida em que, uns são importantes na conservação dos alimentos e outros facilitam a condição de higiene do ambiente familiar. Assim, a sua ausência limita de certa forma, o acesso a um adequado nível de bem-estar, pelo que são necessários para a manutenção de uma vida familiar digna.

No que respeita à posse de bens e equipamentos pelos agregados da Bacia Hidrográfica dos Picos o quadro 23 em anexo diz-nos, que a maioria dos agregados inquiridos já possuem um fogão a gás ou eléctrico (68,1%), sendo mais expressiva nos agregados chefiados por homens (77,3%) do que nos chefiados por mulheres (56,6%). Apenas 28,3% dos agregados chefiados por mulheres e 37,9% dos agregados chefiados por homens possuem frigorífico. A presença da arca congeladora nos agregados também é pouco expressivo, 15,1% nos agregados chefiados por mulheres e 9,1% nos chefiados por homens. Verifica-se uma quase inexistência dos outros equipamentos de apoio ao trabalho doméstico, pois 9,2% e 1,7% dos agregados possuem respectivamente micro-ondas ou máquina de lavar roupa, sem diferenças significativas entre agregados chefiados por homens e por mulheres.

6.5.6- Acesso à Comunicação e Informação

A função primordial dos meios de comunicação é informar, comunicar e educar. Assim, os sistemas de comunicação e informação podem ter um grande impacto nas estratégias de redução da pobreza e no incremento de uma melhor qualidade de vida das populações. É cada vez maior o uso desses meios com objectivos de integração do cidadão na sociedade. O fenómeno da comunicação de massa, principalmente a partir de 1980, com a informatização e posterior "era da internet", provocaram de forma irreversível a internacionalização instantânea da informação.

Pela análise do quadro 24 em anexo nota-se que na Bacia Hidrográfica dos Picos, a rádio constitui o mais importante veículo de informação pois, 63,9% dos agregados inquiridos possuem esse meio de comunicação, com diferenças marcantes entre agregados chefiados por mulheres (47,2%) e agregados chefiados por homens (77,3%). A percentagem de agregados com rádio é relativamente alta, porque a rádio pode funcionar à pilhas. Nota-se também que a maioria das famílias possui televisão (58,8%) e telefone (53,8%), tendo sempre os agregados chefiados por homens maiores proporções quer num caso quer noutro.

A posse do computador é restrita a uma pequena faixa da população com mais poder aquisitivo, pois apenas 5% dos agregados o têm. Mesmo a nível do país a sua aquisição ainda é pouco expressiva, apenas 8% das famílias possuem esse meio de informação.

6.5.7- Mobilidade (Posse de Meios de Transporte)

Refere-se aqui sobretudo os transportes privados - automóvel/camião, moto, bicicleta, burro/cavalo. De uma forma geral, em Cabo Verde os transportes colectivos são poucos eficientes e de reduzido conforto, pelo que a posse de um transporte privado simboliza claramente um indicador de bem-estar.

A posse de qualquer meio de transporte ainda não é um privilégio dos residentes da Bacia Hidrográfica dos Picos. Dos agregados inquiridos apenas 3,4% declararam possuir um automóvel/camião, 1,7% possuem moto, 4,2% possuem bicicleta e mais 4,2% possuem burro/cavalo.

6.6- A MULHER E AS ACTIVIDADES DOMÉSTICAS

Desde a infância o trabalho doméstico é assumido como uma actividade feminina e a construção deste comportamento pode ser observada na baixa participação dos meninos nesta actividade. Diversos estudos demonstram que as mulheres tendem a envolver-se mais do que os homens nas tarefas domésticas do dia-a-dia. Até meados da década de 1980, as tarefas domésticas eram, geralmente, desempenhadas com base na tradicional divisão de papéis segundo o sexo. A partir desta data, ocorreram fenómenos que provocaram transformações nas sociedades (tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior

participação no sistema financeiro familiar) tendendo a imprimir um novo perfil à família. A estrutura familiar tradicional, em que o homem é como único “ganha-pão” e a mulher a única responsável pelas tarefas domésticas está a transformar-se. Actualmente, em muitas famílias já se percebe uma relativa divisão de tarefas domésticas, na qual homens e mulheres compartilham aspectos referentes à organização do dia-a-dia da família. Porém, essas mudanças parecem não estar a ocorrer com a mesma frequência e intensidade em todas as sociedades e em todas as famílias.

Há sociedades, sobretudo nos países africanos, em que mesmo nos agregados, onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos ou, mesmo naqueles onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de actividades domésticas do que eles. Além disso, nessas sociedades homens e mulheres ainda desempenham tarefas distintas como se tais actividades fossem próprias de cada um dos sexos. Assim, as mulheres continuam a realizar tarefas como cozinhar, lavar, passar, buscar água e cuidar dos animais de pequeno porte enquanto os homens desempenham tarefas na área de pequenos arranjos domésticos (carpintaria, electricidade, cuidar dos animais de grande porte, etc).

Na Bacia Hidrográfica dos Picos, como já se viu, devido ao sistema de abastecimento a maior parte dos agregados, têm que ir buscar água aos chafarizes, poços ou nascentes, pois só uma pequena proporção desses agregados (cerca de 36%) têm água canalizada nos agregados. O transporte da água é assegurado quase na sua totalidade por mulheres e raparigas, ou seja, 96% dos agregados inquiridos declararam serem as mães ou as filhas a fazerem o transporte da água. 13,2% dessas mulheres e raparigas andam mais de 30 minutos para terem acesso a uma fonte de água e, felizmente a maioria delas (52,6% dos inquiridos) só andam menos de 15 minutos para se abastecerem (ver quadros 26 e 31 em anexo).

O uso doméstico da água pode ter diversas finalidades: bebidas (humano e animal), cozinha, banho, lavagem de roupas e de utensílios diversos, limpezas, etc.

Para que essa água possa ser consumida sem apresentar riscos à saúde, depois de transportada para os domicílios, procede-se na grande maioria dos casos, ao seu tratamento com lixívia, cloro ou fervura. Esse trabalho normalmente está a cargo das mulheres, pois dos agregados que fazem tratamento da água de consumo, 97,6% responderam ser as mulheres a fazer esta tarefa, como se refere no quadro 27 em anexo, o que significa que as mulheres dão um grande contributo para que a água consumida atenda aos padrões mínimos exigidos e não seja transmissora de doenças aos elementos do agregado familiar.

Para a protecção da sua saúde, todos necessitam de água de qualidade adequada e em quantidade suficiente. Assim, essas mulheres são fundamentais na defesa da saúde preventiva dos membros do seu agregado familiar e consequentemente na promoção de uma melhor qualidade de vida.

É a mulher que administra, a nível doméstico, todos os aspectos ligados ao consumo, à higiene do lar e dos filhos e dos restantes membros do agregado familiar, bem como os ligados à confecção dos alimentos. O facto de a mulher gerar filhos e amamentá-los fez com que a aprendizagem da actividade de cuidar fosse desenvolvida como uma tarefa da mulher, embora também participa (nas sociedades agrícolas) do trabalho do cultivo e da criação dos animais. Mesmo estando, hoje em dia, cada vez mais presentes no mercado do trabalho, os cuidados com a confecção dos alimentos nos domicílios continua a ser fundamentalmente uma função da mulher.

Os dados do quadro 28 em anexo indicam que na Bacia Hidrográfica dos Picos esta tarefa é exclusivamente das mulheres, pois do total dos agregados inquiridos 97,5% responderam ser a confecção dos alimentos da responsabilidade da mãe ou da filha. E não se limitam só a confeccionar as refeições. Durante o período de maior trabalho agrícola, que coincide com a época da “azágua” em que os homens estão quase sempre no campo, a tarefa de levar almoço aos homens é da responsabilidade das mulheres auxiliadas sobretudo pelas filhas.

Desde muito cedo se constrói a ideia de que o trabalho doméstico é tarefa das mulheres, facto que ficou bem evidente no nosso estudo até no simples acto de evacuação de lixos

domésticos. Os dados do quadro 31 em anexo indicam que, do total dos agregados inquiridos só em 7,6% são os filhos (rapazes) a fazer a evacuação dos lixos, enquanto que em 46,2% são as filhas. O facto de grande parte dos cuidados com as crianças e com o lar estarem sob a responsabilidade das mulheres, limita a sua mobilidade e o aproveitamento de novas oportunidades económicas que surgem, o que acentua as desigualdades entre os géneros.

6.7- MICROCRÉDITO, RENDIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DOS AGREGADOS FAMILIARES

Como foi exposto antes, o microcrédito é vocacionado para pessoas que, pela sua situação de precariedade social e económica, têm dificuldades em aceder ao sistema de crédito formal. Apoia várias actividades económicas, como as actividades do sector primário, o pequeno comércio ou o artesanato. Vários estudos indicam que o microcrédito contribui para o aumento do rendimento, para a criação de emprego e, indirectamente permite às famílias obter melhor educação e melhor saúde.

Em Cabo Verde (como também em outros países) as mulheres são as mais entusiastas do microcrédito. Empregar pessoas pobres, especialmente mulheres, através do acesso aos serviços financeiros, contribui para o aumento do rendimento e criação de emprego por meio de produção própria, reduzindo assim a vulnerabilidade socioeconómica feminina.

Ciente do impacto positivo do microcrédito no rendimento familiar e na qualidade de vida dos pobres, quisemos saber se os chefes ou algum dos outros elementos dos agregados familiares na Bacia Hidrográfica dos Picos tiveram acesso ao microcrédito. Da resposta, constata-se que, do total dos agregados chefiados por mulheres inquiridos só 28,3% tiveram acesso ao microcrédito e, do total dos agregados chefiados por homens, 42,4%, mas também nestes casos dirigidos às mulheres. A dificuldade de algumas mulheres chefes do agregado aceder ao microcrédito parece estar ligada ao facto dela não conseguir encontrar uma pessoa que lhe sirva de fiador, o homem é quase sempre fiador de um outro homem ou, da sua esposa ou companheira. Em conversa informal tida com as mulheres chefes de

agregados, notou-se que grande parte delas não sabia da existência dos programas de microcrédito.

Quadro 11- Agregados com Microcrédito

Agregado	Mulher Chefe Agreg		Homem Chefe Agreg	
	nº	(%)	nº	(%)
Total	53	100	66	100
Com Microcrédito	15	28,3	28	42,4
Sem Microcrédito	38	71,7	38	57,6

Fonte: Tabulação própria

Verifica-se que em termos médios o rendimento dos agregados chefiados por mulheres com acesso ao microcrédito é de cerca de 28.928 escudos mensais e o dos agregados chefiados por homens na mesma condição (microcrédito tomado pela mulher) é de cerca de 51.217 escudos. Nota-se aqui um efeito aditivo de fontes de rendimento: a presença de mais uma fonte de rendimento (a do elemento masculino no agregado).

Comparando o rendimento mensal dos agregados chefiados por mulheres com acesso ao microcrédito com aqueles também chefiados por mulheres e sem acesso ao microcrédito, observa-se que estes têm um rendimento médio mensal inferior àqueles (cerca de 23.092 escudos mensais). Da mesma forma, os agregados chefiados por homens sem acesso ao microcrédito têm um rendimento mensal inferior (cerca de 25.521 escudos) aos agregados chefiados por homens com acesso ao microcrédito, ou seja, metade do rendimento médio mensal dos agregados chefiados por homens com acesso ao microcrédito. Esses dados sugerem, que uma das formas de diversificar e incrementar o rendimento do agregado familiar pode ocorrer por meio do acesso ao microcrédito, confirmando a nossa hipótese levantada (a hipótese da alínea d) do nosso trabalho).

Quadro 12- Rendimento Médio Mensal dos Agregados (ECV)

Agregado	Mulher Chefe do Agreg	Homem Chefe do Agreg
Com Microcrédito	28.927,8	51.217,6
Sem Microcrédito	23.092,6	25.521,3

Fonte: Tabulação própria

O incremento do rendimento, por sua vez, pode permitir às famílias acumular diversos bens e equipamentos básicos, necessários à manutenção de uma vida familiar digna. Fazendo uma análise sobre a posse de bens e equipamentos domésticos pelos agregados com acesso ao microcrédito (ver quadros 35 e 36 em anexo), verifica-se que os agregados chefiados por homens com acesso ao microcrédito tomados pela mulher, tem uma maior performance do que os agregados chefiados pelas mulheres com acesso ao microcrédito, pois têm maiores proporções de posse em todos os itens considerados (frigorífico, fogão a gás, micro-ondas, arca), excepto máquina de lavar roupa.

Analisando o acesso à informação e comunicação entre os dois tipos de agregados (com acesso ao microcrédito), verifica-se a mesma supremacia dos agregados chefiados por homens com acesso ao microcrédito em todos os itens considerados (telefone, televisão, rádio, vídeo e computador). Já no que diz respeito à posse dos meios de transporte, a supremacia é dos agregados chefiados pelas mulheres com acesso ao microcrédito.

Mas, fazendo a comparação entre agregados chefiados por mulheres com e sem acesso a microcrédito, verifica-se uma maior performance dos primeiros, relativamente à posse de equipamentos domésticos, meios de transporte em todos os itens considerados, e ao acesso à comunicação e informação, com excepção da posse de televisão e rádio. No que diz respeito aos agregados chefiados por homens com e sem acesso ao microcrédito, a comparação entre os dois tipos de agregados mostra que, os agregados com acesso a microcrédito tem supremacia tanto na posse de equipamentos domésticos como na posse de meios de transportes e acesso à informação e comunicação.

Da leitura do quadro 34 em anexo pode-se observar que quase a totalidade (97,7%) dos agregados com acesso a microcrédito inquiridos, responderam que conseguiram obter maior rendimento com o crédito. Interrogados sobre as mudanças ocorridas no lar depois do crédito e classificando numa escala de 0 a 10 os itens considerados, antes e depois do crédito, vê-se no quadro 13 a seguir, que a maior fatia desse rendimento foi canalizada para a alimentação (42,3%). Logo a seguir aparece a educação com 33,9%, habitação com 15,5% e bens e equipamentos com 8,3%.

Quadro 13- Índice de Melhoria depois do Microcrédito

Itens	Antes	Depois	Índice de melhoria	(%)
Alimentação	129	200	71	42,3
Habitação	129	156	26	15,5
Bens e Equipamentos	123	137	14	8,3
Educação	128	190	57	33,9
Total	509	683	168	100,0

Fonte: Tabulação própria

Os dados mostram que os chefes de agregados familiares pobres da Bacia Hidrográfica dos Picos que têm acesso ao microcrédito investem mais em alimentação, oferecem melhores condições de educação aos filhos e possuem moradias mais confortáveis do que as que não acederam.

Nota-se assim, embora não considerando outros factores que possivelmente poderiam ter impacto no rendimento dos agregados, que o microcrédito tende a reduzir a vulnerabilidade dos agregados familiares pobres, através da diversificação e incrementação do rendimento, tende a atenuar a pobreza e a contribuir assim, para o aumento do bem-estar e qualidade de vida. Responsáveis da ONU consideram que o microcrédito é um mecanismo essencial para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos em 2000, nomeadamente a erradicação da pobreza.

6.8- CONSUMO ALIMENTAR

Neste capítulo iremos analisar o regime alimentar das famílias com base na frequência semanal de consumo e nas quantidades consumidas de alimentos nos últimos sete dias, anteriores à data de inquéritos, de modo a nos permitir caracterizar quantitativa e qualitativamente o regime alimentar adoptado pelas famílias da comunidade em estudo.

Foram considerados 5 classes de frequências semanais de consumo (todos os dias; 3-4 vezes; 2 vezes; 1 vez; nunca) e uma lista de alimentos que espelham os vários grupos de alimentos (Cereais e seus derivados, Leguminosas, Lacticínios, Gordura e óleos, Carne,

pescado e ovos, Legumes, Fruta), procurando sempre evidenciar diferenças e semelhanças entre agregados chefiados por mulher e os chefiados por homem.

6.8.1- Frequências de Consumo de Alimentos

Uma alimentação racional deverá ser suficiente, completa e harmonizada. Para ser suficiente deve fornecer toda a energia necessária aos gastos fisiológicos do indivíduo; para ser completa deve conter determinadas quantidades de hidratos de carbono, gorduras, sais e vitaminas indispensáveis ao metabolismo orgânico do indivíduo. Um regime é considerado harmonizado quando os seus vários princípios alimentares se mantêm em certas proporções mútuas, estabelecendo o “equilíbrio alimentar”.

No meio rural, as principais refeições, para a maioria dos agregados familiares são o pequeno-almoço, o almoço e o jantar. O lanche não é uma refeição corriqueira para essa comunidade.

Fazendo a análise dos principais alimentos consumidos pelos agregados familiares da comunidade em estudo, uma vez que estamos diante de um público com rendimentos considerados baixos, as maiores proporções de consumos, tanto em termos de frequência como de quantidade, são de alimentos básicos como o feijão, arroz, óleos, açúcar e peixe (ver quadros 37 e 38 em anexo).

Constata-se que os agregados familiares inquiridos têm uma dieta alimentar baseada sobretudo no consumo de cereais, sendo o arroz o cereal consumido com maior frequência pelos agregados familiares, pois quase todos os agregados familiares chefiados por mulheres (94,3%) e a esmagadora maioria dos chefiados por homens (86,4%) declararam consumir este cereal todos os dias. A maioria dos agregados referiram consumir o milho um vez por semana (62,3% dos agregados chefiados por mulher e 45,5% dos chefiados por homens), significando que mesmo no meio rural o milho deixou de ser a base da alimentação dos cabo-verdianos, passando a ser tão-somente a base da alimentação tradicional, com especial referencia para a cachupa, prato nacional confeccionado com milho e “imagem de marca” do país.

O consumo de pão é feito diariamente por cerca de 67,9% dos agregados chefiados por mulheres, enquanto que esta proporção é de somente 39,4% para os agregados chefiados por homens. Igualmente uma maior proporção de agregados chefiados por mulheres (64,2%) em comparação com os agregados chefiados por homens (47%), referiram consumir massa 3 a 4 vezes por semana.

O consumo de açúcar (de adição) é feito diariamente por quase todos os agregados familiares inquiridos, sendo de 100% nos agregados chefiados por mulheres e 97% nos chefiados por homens.

Relativamente às leguminosas, verifica-se que a maior parte dos agregados inquiridos consomem-na regularmente, pois 79,2% dos agregados chefiados por mulheres e 63,6% dos chefiados por homens referem que 3 a 4 vezes por semana consomem um tipo de feijão.

O leite, alimento rico em proteína animal, é consumido todos os dias da semana por cerca de 69% dos agregados inquiridos, sem grandes diferenças de proporções relativamente ao sexo de chefia dos agregados. Dado ao valor nutritivo do leite, chama-se a atenção pelo facto de 3,8% e 13,6% de agregados chefiados por mulher e por homem, respectivamente, referirem nunca consumir leite. Importa salientar que as famílias consomem sobretudo leite em pó, ou seja, desidratado e de longa duração.

Em relação ao consumo de carnes, outra fonte de proteína animal, verifica-se um fraco acesso a carnes de porco, de vaca e de cabra. A proporção de agregados com acesso a esses produtos numa frequência de consumo de 3 a 4 vezes semanais é de 31,9%, 25,2% e 0,1% respectivamente, para o total dos agregados inquiridos. Comparando agregados chefiados por mulher e por homem quanto ao consumo de carnes, verifica-se mais uma vez que a chefia feminina está em posição de vantagem, pois 47,2%, 43,4% e 15,1% dos agregados chefiados por mulheres consomem respectivamente carne de porco, vaca e cabra, numa frequência de 3 a 4 vezes por semana, contra 19,7%, 10,6% e 6,1% dos agregados chefiados por homens. Em contrapartida verifica-se um acesso bastante significativo dos agregados a carne de aves, sobretudo frango, por serem mais baratos. Dos agregados

chefiados por mulheres e por homens, respectivamente, 77% e 66% declaram consumir carne de frango 3 a 4 vezes por semana.

Esses dados reforçam a ideia de que a pecuária constitui uma estratégia de vida muito forte das famílias rurais. A criação de animais destina-se à venda e o dinheiro é aplicado na compra de outros bens e serviços essenciais.

Uma grande parte dos agregados inquiridos consome ovos uma vez por semana (50,9% dos agregados chefiado por mulheres e 40,9% dos chefiados por homens). Constata-se que o peixe faz parte da refeição diária da maioria dos agregados inquiridos pois cerca de 71,7% e 66,7% dos agregados de chefia feminina e masculina respectivamente referiram consumir peixe todos os dias. Aproximadamente 25% dos agregados chefiados por mulheres e 29% dos chefiados por homens referiu ainda uma frequência de 3 a 4 vezes semanais de consumo de peixe. Muitas vezes o peixe acaba por ser a fonte mais importante de proteínas e minerais para os agregados familiares de poucos recursos, dado que é mais acessível em termos de custo.

É importante observar o fraco consumo de legumes, raízes e tubérculos. Pela sua composição em termos de vitaminas, ferro, sais minerais e fibras, os especialistas em nutrição recomendam o consumo diário de 3 a 5 porções de legumes e verduras. Somente 1,9% e 4,5% dos agregados chefiados por mulheres e por homens, respectivamente, consomem legumes diariamente. Verifica-se aproximadamente a mesma proporção das famílias que consomem raízes e tubérculos diariamente (1,9% e 1,5% para a chefia feminina e masculina, respectivamente). Esses produtos apresentam proporções de consumo maiores numa frequência de 2 vezes por semana (37,7% para agregados chefiados por mulher, tanto para legumes como para raízes e tubérculos e, 34,8%, 39,4% para agregados chefiados por homens, respectivamente, para legumes, raízes e tubérculos).

No que diz respeito aos frutos, para a maioria dos agregados familiares chefiados por mulheres (50,9%) observam-se frequências de consumo de 3 a 4 vezes por semana e a mesma frequência, para 31,8% dos chefiados por homens. É de se observar ainda, que

aproximadamente 20% dos agregados chefiados por homens declararem não consumir frutos. Essa frequência para os agregados de chefia feminina é de 1,9%. Relativamente ao consumo de frutos, esclareça-se que no decorrer dos inquéritos apercebeu-se que muitos dos inquiridos só consideravam frutos, aos frutos temperados importados. Existe uma grande importação de frutos temperados e, em certas épocas, são até mais baratos do que os frutos nacionais.

Referindo-se aos óleos e gorduras, nota-se um consumo diário bastante expressivo de óleo vegetal: 96,2% e 93,9% para os agregados de chefia feminina e masculina, respectivamente. Observa-se que a banha de porco está a ser banida dos hábitos alimentares dos agregados familiares desta comunidade, só 7,5 e 4,5% dos agregados chefiados por mulher e por homem, respectivamente, ainda a usam na alimentação.

Desses dados infere-se que o cardápio da maioria dos agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos é composto sobretudo por arroz, peixe, algum pão, bolachas nacionais e leite. A carne de frango é consumida com alguma regularidade e nota-se um consumo muito fraco de legumes e frutos, produtos que deviam fazer parte do consumo diário dos agregados familiares.

Esta comunidade está inserida numa área de grandes potencialidades agrícolas, onde as culturas de regadio, nomeadamente banana, papaia e hortícolas, ocupam um lugar de grande importância. Como já se fez referência, outra actividade importante para esta comunidade, é a criação de gado. Mas, paradoxalmente, é precisamente nos grupos de hortícolas, frutos e carnes (sobretudo porco, vaca e caprino) que apresentam frequência de consumo mais baixo.

Carvalho (2001) afirma que “ninguém hoje põe em causa que o sistema alimentar mundial suporta, de forma sustentável, um conjunto de contradições dificilmente explicáveis, ou pelo menos dificilmente aceitáveis quando se fala da satisfação de uma necessidade básica do homem”. Afirma ainda, no mesmo trabalho, que é imprescindível caracterizar os sistemas de produção, distribuição e consumo, de forma a melhor entender esta realidade.

6.8.2- Consumo de Alimentos em Quantidade Diária

A informação sobre a quantidade consumida de alimentos foi obtida através de pergunta directa ao chefe do agregado ou à pessoa responsável pela confecção de alimentos. Perguntou-se quanto de cada alimento a família consumiu na última semana. A quantidade consumida fora do agregado (na rua e na escola) não será levada em conta neste levantamento.

Com base no questionário aplicado em que se determina qualitativa e quantitativamente os alimentos mais consumidos por agregados familiares, é possível avaliar o perfil de consumo dos agregados familiares da comunidade em estudo, baseando no conceito de Equivalente Homem, que representa a força de trabalho de um homem adulto ocupado todos os dias do ano.

As quantidades médias consumidas por agregado, bem como o consumo médio diário de produtos alimentares por Equivalente Homem (EH), por sexo do chefe do agregado são apresentadas nos quadros 38 e 39 em anexo. A partir desses dados pode-se observar que o consumo médio diário por EH nos agregados chefiados por mulheres é superior ao dos chefiados por homens, em quase todos os produtos à excepção de milho, pão, banha, carne de porco, carne de vaca e raízes e tubérculos, mas com ligeiras diferenças.

Analisando os quadros citados, observa-se que dos produtos alimentares que constituem o cabaz alimentar escolhido, o arroz é aquele que é consumido em maior quantidade por EH pela totalidade dos agregados inquiridos, apresentando os agregados chefiados por mulheres maiores consumos diários por EH do que os chefiados por homens. Note-se que o consumo de arroz é cerca de 3 vezes mais do que o consumo de milho, tanto num como noutro género de chefia do agregado, e é superior à quantidade consumida de milho e feijão conjuntamente.

A quantidade média de pão consumida por EH diário pelos agregados de chefia feminina é ligeiramente inferior à dos de chefia masculina (34,91 g/dia/EH contra 40,60 g/dia/EH). Mas, em contrapartida a quantidade de massa consumida diariamente pelos elementos dos

agregados de chefia feminina é superior à dos de chefia masculina (33,32 g/dia/EH contra 26,13 g/dia/EH).

O feijão apresenta um consumo médio diário/EH aproximadamente idêntico ao consumo de milho, nos agregados chefiados por mulheres, tendo estes um consumo diário/EH de feijão superior à dos agregados chefiados por homens em pouco menos de 10 g.

O consumo médio total de carnes é de 60,35 g/dia/EH nos agregados chefiados por mulheres e de 57,34 g/dia/EH nos chefiados por homens. Mas analisando separadamente o tipo de carnes verifica-se que o consumo médio de carnes vermelhas é ligeiramente superior nos agregados de chefia masculina (18,63 g/dia/EH contra 16,9 g/dia/EH), enquanto que o consumo médio de carnes brancas é superior nos agregados de chefia feminina (43,45 g/dia/EH contra 38,71 g/dia/EH). É evidente que estes últimos não fizeram a substituição de carne vermelha por carne branca por razões ligadas a uma alimentação saudável. Os preços parecem ser o principal factor explicativo da opção de consumo entre os vários tipos de carne, já que as carnes aves são mais baratas.

Ainda no campo da proteína animal, verifica-se que tanto os agregados chefiados por mulher como por homem consomem em média cerca de 52 g/dia/EH de peixe e cerca de 1 ovo por semana. O peixe encontra-se entre aqueles alimentos fornecedores de proteína animal em que o consumo diário *per capita* apresenta maiores valores.

O leite é outro produto alimentar que apresenta resultados de consumos similares entre os agregados chefiados por mulheres e por homens (25,43 contra 24,49 g/dia/EH para o leite em pó). De salientar que esta quantidade é consumida diariamente por cerca de 69% do total dos agregados inquiridos, sobretudo leite em pó, por ser mais barato do que os leites frescos e os embalados em pacote “tetra pack”, como era expectável, para uma comunidade de baixos rendimentos como esta. Relativamente ao leite embalado em pacote tetra pack, segundo Freitas (2006) já se nota uma certa generalização de consumo nas camadas de maiores rendimentos, levando à substituição do consumo de leite em pó por este tipo de leite.

Relativamente ao grupo de óleos e gorduras, verifica-se que os agregados chefiados por mulheres apresentam consumos médios diários por EH de óleos vegetais, superiores aos dos chefiados por homens (71,94 g/dia/EH contra 62,90 g/dia/EH). Mas, relativamente à banha de porco, embora o consumo seja baixo em ambos os tipos de género de chefia, os agregados chefiados por homens apresentam o dobro do consumo diário comparativamente à chefia feminina (8,40 g/dia/EH contra 4,02 g/dia/EH). Esta forte redução no consumo desse produto está ligada, por um lado, com preocupações de saúde e, por outro lado, com o preço relativamente baixo dos óleos.

Quanto a legumes, raízes e tubérculos vimos que o seu consumo em termos de frequência é realizada por poucos agregados familiares e, igualmente em termos de quantidade verifica-se um pequeno consumo (cerca de 33 e 40 g/dia/EH de legumes e raízes/tubérculos respectivamente, para agregados chefiados por mulheres e 29 e 43 g/dia/EH respectivamente, de legumes e raízes/tubérculos para agregados chefiados por homens).

Constata-se relativamente aos frutos, que os indivíduos dos agregados chefiados por mulheres consomem maiores quantidades de frutos comparados com os chefiados por homens (41,69 g/dia/EH por 31,34 g/dia/EH). Mas, para o conjunto dos agregados familiares o consumo fica muito aquém da quantidade diária recomendada pelos nutricionistas.

6.9- Estado de Nutrição dos Agregados Familiares

A política alimentar utiliza o consumo alimentar do agregado familiar como a variável principal para melhorar o estado nutricional dos indivíduos. Esta perspectiva política, segundo Timmer *et al* (1983), baseia-se na “divisão hierárquica da malnutrição em dois estádios amplos e que se sobrepõem. No primeiro estágio, todo o agregado familiar sofre com a ingestão inadequada de alimentos, embora a distribuição do défice energético entre os indivíduos da família possa ser bastante desigual”. No segundo estágio, o défice calórico ao nível do agregado familiar já não existe, mas os desequilíbrios de nutrientes, tais como deficiências em vitaminas e em minerais, permanecem e os grupos vulneráveis dentro do

agregado familiar (grávidas, idosos e crianças) não recebem alimentos adequados para preencherem as suas necessidades específicas de nutrientes.

Ambos os tipos de agregados familiares podem ser seriamente afectados por doenças endémicas e parasitárias e são mais vulneráveis a ambiente de saúde pública deficientes, principalmente no que diz respeito à água e ao saneamento básico.

Neste ponto do trabalho será analisada a informação relativa à ingestão diária de nutrientes nomeadamente calorias, proteínas e gorduras. A contribuição calórica (ou de energia) é escolhida como referência por ser um forte indicador da suficiência alimentar, ou seja, a deficiência no aporte de calorias indica deficiência de ingestão de alimentos, apontando para um quadro de desnutrição, aguda ou crónica.

Os dados do consumo alimentar referenciados anteriormente são analisados desta feita de acordo com as suas contribuições nutricionais, utilizando para o efeito a tabela de índices nutritivos publicada pela FAO (2003). A análise será feita sempre por sexo do chefe do agregado.

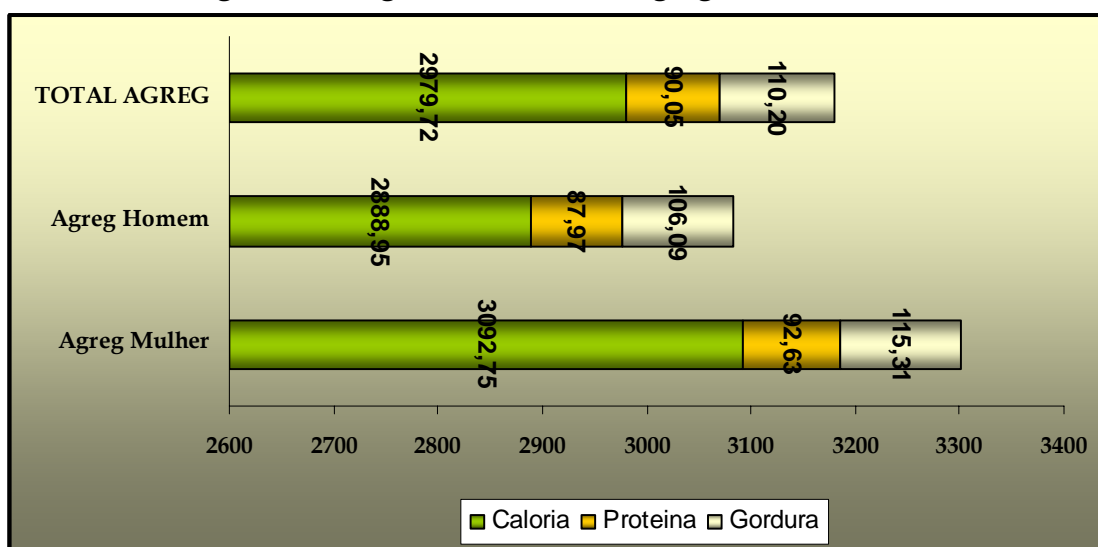
A ingestão energética média estimada para a totalidade dos inquiridos residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos é de 2979,72 quilocaloria/*capita*/dia (kcal/*capita*/dia). Os agregados chefiados por mulheres apresentam uma ingestão energética média superior (3.092,75 kcal/*capita*/dia) a dos agregados chefiados por homens (2.888,95 kcal/*capita*/dia). Constata-se igualmente, uma supremacia dos agregados chefiados por mulheres, no que diz respeito ao consumo de proteínas e gorduras, como nos indica o gráfico 05. Para o total dos agregados a ingestão média de proteínas é de 90,05 g/*capita*/dia e de gordura 110g.

A OMS recomenda uma ingestão de 2800 kcal/*capita*/dia e 70 g de proteínas de várias origens de modo a permitir uma dieta alimentar saudável. Dados da FAO referem valores de consumo calórico para os países em desenvolvimento na ordem dos 2400 kcal/*capita*/dia e consumos proteicos de 50 e 63 g, conforme o sexo.

Dados estatísticos sobre a Segurança Alimentar da FAO (2006) referem que a nível nacional, Cabo Verde teve uma ingestão de calorias de 3 278 kcal/*per capita*/dia e de 75 g/*per capita*/dia de proteínas, no período de 2000-2002.

Pode-se inferir através dos dados obtidos que, tanto os agregados chefiados por mulher como por homem, em termos de adequação calórica e proteica, respondem positivamente aos valores referenciados pelos organismos internacionais na área da alimentação, nutrição e saúde (FAO e OMS), mas os agregados de chefia feminina são aqueles que apresentam valores que mais se aproximam dos valores a nível nacional.

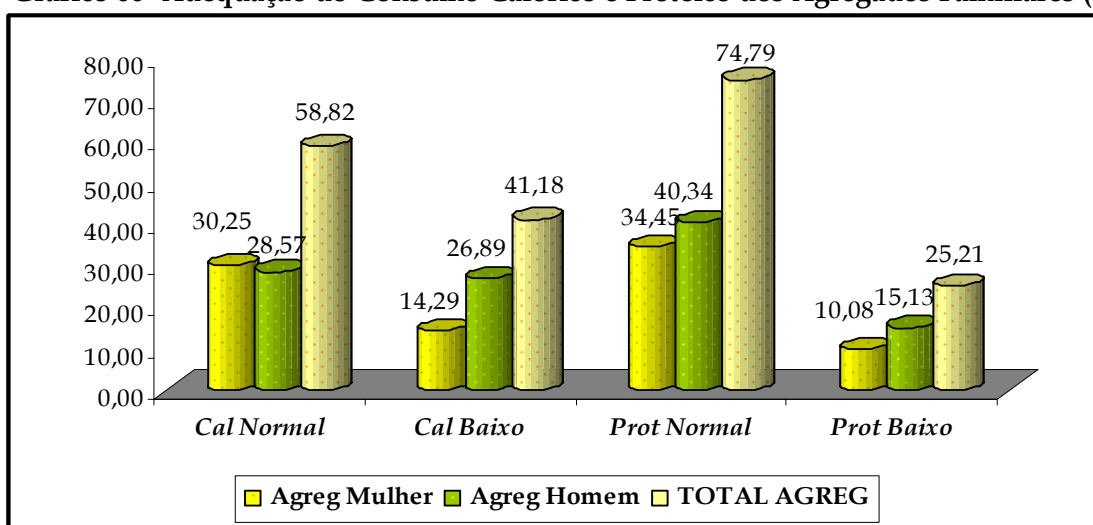
Gráfico 05- Ingestão Energética Média dos Agregados Familiares



Contudo essas cifras ocultam as dificuldades de consumo alimentar de parte importante da população, cujos consumos ficam aquém das suas necessidades básicas, ou seja, o cálculo do consumo médio alimentar da população não traduz a real distribuição dos nutrientes entre as famílias. Por esta razão é importante analisar como se comporta a adequação do consumo de nutrientes entre os agregados familiares da comunidade em estudo.

Como se pode observar do gráfico 06, 41,18% do total dos agregados familiares inquiridos mostrou-se ter inadequação de consumo calórico, ou seja, consumo calórico *per capita* inferior aos valores de referência mencionados⁴⁰, sendo a proporção de agregados chefiados por homens com inadequação calórica superior (26,89%) a dos chefiados por mulheres (14,29%).

Gráfico 06- Adequação do Consumo Calórico e Proteico dos Agregados Familiares (%)



Em relação às proteínas, somente cerca de 25% do total dos agregados inquiridos não têm adequação proteica. A proporção de agregados chefiados por homens com inadequação proteica é mais uma vez superior (cerca de 15%) a dos chefiados por mulheres (cerca de 10%). Mas é de se salientar que os agregados de chefia masculina apresentam maior proporção de adequação proteica do que a chefia feminina.

Considera o Instituto Nacional de Estatísticas que existem sete produtos alimentares considerados essenciais para a dieta dos cabo-verdianos. São eles o arroz, o milho, o feijão, o óleo, o leite em pó, o açúcar e o trigo. Pela análise do quadro 14 pode-se observar que a maior parte das calorias ingeridas (72,67%) provém desses sete produtos alimentares. Se acrescentarmos a carne e o peixe esse valor aumenta para 79,44%.

⁴⁰ Neste trabalho adoptados os valores da OMS (2800 kcaloria/capita/dia e 70 g de proteína/capita /dia)

Quadro 14- % dos Produtos Essenciais no Total de Calorias e Proteínas

Produtos essenciais	Agregado Mulher		Agregado Homem	
	Caloria	Proteína	Caloria	Proteína
Arroz	20,32	14,99	20,35	14,87
Milho	7,87	7,10	9,80	8,86
Feijão	7,78	16,77	7,15	15,23
Óleo Vegetal	21,64	0,00	20,16	0,00
Leite em pó	4,66	8,20	4,55	7,97
Açúcar	6,08	0,00	5,92	0,00
Trigo	4,32	4,37	3,86	3,90
Carnes	4,10	12,80	4,13	12,72
Peixes	2,67	18,81	2,86	19,72
TOTAL	79,44	83,03	78,78	83,27

Fonte: Tabulação própria

Da leitura do quadro 14 pode-se notar ainda, que do conjunto desses produtos, os principais contribuintes para a ingestão calórica total dos indivíduos residentes na Bacia Hidrográfica dos Picos, são os cereais (arroz e milho) que contribuem em aproximadamente 28% para a ingestão energética total diária, seguidos do óleo vegetal (21,64%).

Para a ingestão proteica diária, contribuem em maior proporção os consumos de peixe (18,81%), feijão (16,77%), arroz (14,99%) e carnes (12,80%). Destaca-se ainda a importância do leite em pó como fornecedor de proteína (cerca de 8%) no consumo alimentar da comunidade em estudo.

Fazendo a análise em termos de sexo do chefe de agregado, não se nota diferenças significativas quanto ao contributo dos produtos essenciais referidos no quadro, na ingestão energética e proteica total dos indivíduos. Sendo assim, conclui-se que, o maior aporte de ingestão energética e proteica verificada nos agregados chefiados por mulheres, provêm de produtos considerados não essenciais, ou seja, não básicos para a dieta alimentar cabo-verdiana, mas que são importantes para o enriquecimento nutricional da dieta, como é o

caso dos frutos, dos legumes ou dos ovos, cujos consumos são em maior quantidade nos agregados de chefia feminina na nossa amostra.

6.10- Análise Econométrica e Modelações

De algum tempo a esta parte, foram feitos vários estudos com o objectivo de relacionar o estado nutricional e variáveis socioeconómicas. Nesses estudos procura-se identificar quais as variáveis mais importantes na determinação da diferença do estado nutricional entre indivíduos.

Neste estudo, propomo-nos igualmente, identificar variáveis socioeconómicas com impacto na vulnerabilidade alimentar e nutricional dos agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos, com realce para a variável “género” como factor importante na melhoria de segurança alimentar e nutricional dos agregados familiares.

A análise estatística dos dados resultantes do inquérito foi desenvolvida no programa STATISTICA versão 6, utilizando especificamente a análise de regressão linear múltipla. A regressão é um modelo estatístico usado para prever o comportamento de uma variável quantitativa (variável dependente ou Y) a partir de uma ou mais variáveis explicativas (variáveis independentes ou X's). Construiu-se uma matriz a partir de uma folha de EXCEL, definindo o “número de casos ou linhas” como sendo $n = 119$ (correspondendo ao número de agregados familiares inquiridos) e o “número de colunas ou variáveis” da matriz como sendo $X = 251$, dos quais foram escolhidos 9 para modelação estatística. A sequência dessas variáveis pode ser vista de forma simples e prática no anexo 03.

Seguem-se as especificações do conjunto de variáveis escolhidas para a análise de regressão linear múltipla.

Y- consumo *per capita* (calorias)

X₁- N° Total de Pessoas no Agregado

X₂- Equivalente Homem (Eq. H)

X₃- Género Chefe do Agregado

- X₄- Sabe ler, Chefe do Agregado
- X₅- Instrução Primária, Chefe do Agregado
- X₆- Rendimento Total do Agregado
- X₇- Rendimento *per capita*
- X₈- Variável Compósito (WC, Frigorífico, Telefone)
- X₉- Acesso a microcrédito

Para o planeamento de programas regionais ou locais que visem a melhoria do estado da segurança alimentar e nutricional da população, é importante analisar objectivamente o contexto socioeconómico da nutrição e identificar as variáveis que possam estar a contribuir para a situação alimentar existente na comunidade. Assim, pretendendo determinar quais as variáveis que melhor explicam a variação de consumo *per capita* de calorias, nos agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos, fizemos várias modelações com a colecção de variáveis de que dispomos. Construimos vários modelos de regressão linear múltipla, a fim de se avaliar o efeito conjunto das variáveis no comportamento do consumo de calorias.

No primeiro teste utilizamos o conjunto de variáveis apresentados no quadro 15. Para este caso o conjunto de variáveis independentes que parece melhor explicar as variações da variável dependente (consumo *per capita* de calorias), é dada pela seguinte equação:

Modelo A:

$$Y = a + b_2 \cdot x_2 + b_3 \cdot x_3 + b_4 \cdot x_4 + b_6 \cdot x_6$$

Onde se tem:

- $R^2 = 0,44$
- R^{2*} Ajustado = 0,42

Quadro 15- Sumário de Regressão para a Variável Dependente: Consumo pc (calorias)

N =119	B	Std.Err.of B	t(114)
Intercept	3706,8	141,9855	26,10671
Eq. Hom	-200,176000	22,863700	-8,755190
Gen Chefe	63,130	96,214	0,656150
Sabe ler Chefe	69,607	138,250	0,503490
Rend. Total	0,006	0,002	3,669860

Fonte: Tabulação própria

Da leitura do quadro 15 pode-se inferir, que do conjunto das variáveis independentes utilizadas, o tamanho do agregado e o rendimento total⁴¹ são aquelas que melhor explicam as variações do consumo *per capita* de calorias no agregado, permitindo explicar cerca de 44% da variação do consumo de calorias ($R^2 = 0,44$). Quando se verifica um aumento de 1000 escudos no rendimento das famílias, há um incremento no consumo de 6 calorias *per capita*. Note-se que o tamanho do agregado está relacionado negativamente com o consumo de calorias, como era esperado, ou seja, quanto maior o tamanho do agregado menor o consumo de calorias, o que significa que o tamanho do agregado é uma das variáveis de vulnerabilidade alimentar.

Já para o segundo teste utilizamos as variáveis constantes do quadro 16. De realçar que a variável “género do chefe (X_3)” é uma variável dummy, convertida em código dummy da seguinte forma: 0- para chefe do agregado homem e 1- para chefe do agregado mulher. O respectivo modelo é dado pela seguinte equação:

Modelo B:

$$Y = a + b_3.x_3 + b_5.x_5 + b_7.x_7$$

Onde se tem:

- $R^2 = 0,22$
- R^{2*} Ajustado = 0,20

⁴¹ Note-se que os valores significativos estão representados a vermelho no quadro

Quadro 16- Sumário de Regressão para a Variável Dependente: Consumo pc (calorias)

N =119	B	Std.Err.of B	t(115)
Intercept	2465,0	111,4839	22,11042
Gen. Chefe	281,528	108,8833	2,58559
Prim. Chefe	202,248	107,7153	1,87761
Rend pc	0,051	0,0097	5,21031

Fonte: Tabulação própria

Note-se que retirando do modelo a variável “equivalente homem” (tamanho do agregado), a variável género do chefe do agregado ganha algum poder explicativo no consumo de calorias e com primazia sobre a instrução do chefe do agregado. O facto de ser mulher aumenta o consumo em 281,5 calorias *per capita*. Neste modelo o género do chefe do agregado e o rendimento *per capita* são as variáveis que melhor explicam a variação do consumo de calorias. As variáveis independentes utilizadas permitem explicar cerca de 22% da variação do consumo de calorias ($R^2 = 0,22$).

Porém, com a introdução de outras variáveis no modelo, o género do chefe do agregado perde a sua importância, como se observa no quadro 17 abaixo, cujo modelo é o que se indica a seguir. É de se realçar o comportamento da variável compósita, que é uma variável composta por 3 variáveis “dummies” de qualidade de vida, designadamente WC, frigorífico e telefone.

Modelo C:

$$Y = a + b_2 \cdot X_2 + b_5 \cdot X_5 + b_4 \cdot X_4 + b_7 \cdot X_7 + b_8 \cdot X_8$$

Onde se tem:

- $R^2 = 0,45$
- R^{2*} Ajustado = 0,43

Quadro 17- Sumário de Regressão para a Variável Dependente: Consumo pc (calorias)

N =119	B	Std.Err.of B	t(113)
Intercept	3465,889	174,8057	19,82709
Eq. Hom	-172,125	24,6680	-6,977660
Gen Chefe	91,746	96,8840	0,946970
Prim. Chefe	143,946	93,2488	1,543680
Rend pc	0,021	0,0100	2,051580
Var. Compósita	87,562	47,8252	1,83088

Fonte: Tabulação própria

As cinco variáveis independentes indicadas, são as que melhor explicam as variações de consumo de calorias, sendo que permitem explicar 45% da variação do consumo de calorias ($R^2 = 0,45$), não parecendo que haja relação estatística com o género do chefe do agregado e com a instrução do mesmo, apresentando todas as outras variáveis correlações.

Pretendendo verificar o impacto no mesmo modelo da variável rendimento per capita e género no consumo de calorias *per capita*, construímos o Modelo D.

Modelo D:

$$Y = a + b_3.x_3 + b_7.x_7$$

Onde se tem:

- $R^2 = 0,20$
- R^{2*} Ajustado = 0,19

Quadro 18- Sumário de Regressão para a Variável Dependente: Consumo pc (calorias)

N =119	B	Std.Err.of B	t(116)
Intercept	2573,676	96,2985	26,72602
Gen Chefe	289,643	109,9754	2,63371
Rend.pc	0,048	0,0097	4,97290

Fonte: Tabulação própria

Pode-se notar que as 2 variáveis utilizadas estão estatisticamente relacionadas com o consumo de calorias *per capita*. Mais uma vez, verifica-se que a variável género ganha

significância na ausência do tamanho do agregado. Essas variáveis independentes permitem explicar 20% da variação de consumo de calorias ($R^2 = 0,20$).

6.10.1- Discussão

Alguns estudos indicam que nos países desenvolvidos, a influência do rendimento sobre o consumo de nutrientes é bastante pequena. Já nos países em desenvolvimento tal facto não ocorre. Provavelmente, nestes países, nenhum outro factor isolado tem tanta influência sobre o estado nutricional da população como um todo, como o rendimento. Tivemos a oportunidade de constatar isso, através dos modelos econométricos apresentados anteriormente. Em todos eles observou-se correlação positiva entre o rendimento e o consumo de calorias. Como em outros estudos, este também comprovou que o rendimento exerce uma influência positiva e altamente significativa na probabilidade de consumo de calorias, a ponto de se verificar aumentos de consumos de calorias perante qualquer aumento de rendimento no agregado.

O tamanho do agregado familiar (equivalente homem) é outra variável que apresentou resultados bastante significativos para o estudo. O sinal negativo dessa variável significa que a probabilidade de consumo de calorias é inversamente proporcional ao número de indivíduos no agregado, ou seja, o aumento de indivíduos no agregado diminui a probabilidade de consumo de calorias.

A escolaridade dos chefes de agregado (sobretudo os que possuem instrução primária), embora não apresentando uma correlação muito significativa, afecta positivamente o consumo de calorias. Um aumento na escolaridade dos chefes do agregado aumenta a probabilidade de consumo de calorias.

A análise dos modelos econométricos apresentados, permite-nos afirmar que o rendimento, o tamanho dos agregados familiares e a escolaridade dos chefes do agregado, são as principais variáveis que reflectem a maior ou menor vulnerabilidade alimentar dos

agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos, satisfazendo uma das hipóteses levantadas neste estudo (a hipótese da alínea a) do nosso trabalho)

A análise desses modelos econométricos conferiu maior consistência à análise já feita no ponto 6.9 sobre o estado nutricional dos agregados, confirmando a nossa hipótese da alínea b), de que nos agregados familiares o estatuto da mulher e sua educação são factores determinantes do estado nutricional da família. O resultado dos Modelos B e D permite-nos aferir que, desde que não se considere a variável tamanho do agregado, a variável género do chefe do agregado (variável dummy cujo código é 1 para mulher e 0 para homem) tem sempre correlação positiva com o consumo de calorias. Embora o rendimento seja um factor prioritário na aquisição de alimentos, e apesar de se verificar maiores rendimentos *per capita* nos agregados familiares chefiados por homens, constata-se um maior consumo de calorias *per capita* nos agregados chefiados por mulheres. Este facto, leva-nos a concluir que nos agregados familiares chefiados por homens e onde a mulher possui um rendimento adicional, a compra dos alimentos é feita com os rendimentos da mulher, participando os homens apenas com parte do seu rendimento para a alimentação do agregado. Eles estão de certa forma, mais preocupados em satisfazer outros bens e serviços do agregado, nomeadamente a construção de moradias, como ficou demonstrado no ponto 6.4, quando se tratou da questão do “destino das receitas de produção agrícola e animal”.

Como nesta comunidade, os agregados familiares chefiados por homens têm maior tamanho, a tendência é de serem mais vulneráveis do que os agregados chefiados por mulheres, no que toca à segurança alimentar.

O microcrédito é conhecido como um instrumento que permite melhorar o rendimento do agregado familiar com impactos positivos no consumo alimentar, pois os utentes do microcrédito priorizam investimentos na alimentação. Isto acontece devido à forte relação entre a variável rendimento e a variável microcrédito. Fazendo uma análise do quadro das correlações entre variáveis (Quadro 19), vê-se que a variável microcrédito é directamente proporcional ao rendimento *per capita*, ou seja, incrementa o rendimento, significando que influencia o consume indirectamente (via incremento do rendimento). Tem ainda,

correlação positiva com o tamanho do agregado e negativa com a instrução do chefe do agregado confirmando que o microcrédito é dirigido à camada mais frágil da população: família numerosa, pouca instruída e com baixos rendimentos.

Quadro 19- Sumário das Correlações entre Variáveis

Variáveis	Eq. Homem	Género Chefe	Sabe ler Chefe	Rendimento Per Capita	Consumo Calorias pc	Acesso Mcrédito
Eq. Homem	1,00	-0,25	-0,09	-0,30	-0,61	0,22
Genero Chefe	-0,25	1,00	0,12	-0,16	0,16	-0,15
Sabe ler Chefe	-0,09	0,12	1,00	0,02	0,08	-0,18
Rendimento pc	-0,30	-0,16	0,02	1,00	0,38	0,18
Consumo cal pc	-0,61	0,16	0,08	0,38	1,00	-0,14
Acesso Mcrédito	0,22	-0,15	-0,18	0,18	-0,14	1,00

Fonte: Tabulação própria

Relativamente ao quadro 19, pode-se observar ainda que as correlações que se estabelecem entre as variáveis estão de acordo com os modelos apresentados. Nesta comunidade as variáveis que exercem maior impacto no consumo de calorias *per capita* são o tamanho do agregado e o rendimento.

A variável compósita constituída por 3 variáveis de qualidade de vida (WC, frigorífico e telefone) também apresentou um efeito significativo no consumo de calorias *per capita*. Havendo suficiência de alimentos dentro de um agregado familiar, que vá de encontro às necessidades energéticas diárias (agregados familiares que já não se encontram no estágio “um” de malnutrição, como citado anteriormente), existem um conjunto de variáveis que condicionam simultaneamente o bem-estar nutricional de cada indivíduo. Estas variáveis constituem aquilo que se possa chamar de “pacote das necessidades básicas”: água potável, instalações adequadas de saneamento básico, eliminação do lixo, acesso a energias, espaço habitacional suficiente e com equipamentos domésticos, acesso à informação e comunicação, serviços de saúde, etc.. A relação entre o pacote das necessidades básicas e a melhoria do estado nutricional é óbvia, das quais destacamos aqui a relação entre a dimensão das infeções gastrointestinais e a eficiência com a qual os alimentos são digeridos e disponibilizados ao organismo para trabalho e para crescimento; a ligação entre a água e os padrões sanitários e a dimensão das referidas infeções gastrointestinais. A

importância da acessibilidade a serviços clínicos na manutenção do nível de saúde da comunidade.

Melhorar qualquer um dos factores do pacote das necessidades básicas, dentro de um agregado familiar permitiria um nível nutricional mais elevado para qualquer nível de disponibilidade alimentar. Assim, fornecendo um pacote de serviços deste género, melhoraria sem dúvida a ligação entre a disponibilidade de alimentos e o estado nutricional das famílias, pelo que fica assim confirmada a nossa hipótese da alínea c), de que as estratégias e as políticas implementadas pelo sector público na luta contra a pobreza, são determinantes para a melhoria da qualidade de vida da população, designadamente melhor alimentação.

Capítulo 7- Conclusões e Recomendações

A análise das informações obtidas através do inquérito, permitiu-nos apreender alguns aspectos sobre a dinâmica socioeconómica que rege o comportamento e funcionamento dos agregados familiares da Bacia Hidrográfica dos Picos (BHP) e apontar alguns desafios para o futuro.

Mão-de-obra fundamental em todas as tarefas da casa, a mulher da BHP é o sustentáculo da qualidade de vida, bem-estar e sobrevivência dos seus agregados familiares. Ela representa a maioria da população residente na BHP e chefia quase metade dos agregados familiares, o que significa que a figura do homem como provedor da família está sendo ocupada pela figura da mulher e não é mais possível considerar o homem como ganha-pão da família.

Os dados mostram que apesar da sua inserção débil no mercado de trabalho (possuem baixo nível de instrução e de qualificação, grande parte delas trabalham no sector primário ou no mercado informal com baixos salários) os agregados chefiados por mulheres estão menos expostos a situação de pobreza e de insegurança alimentar, pois elas vão criando e vão adoptando estratégias que lhes permitam ultrapassar situações de carência e de pobreza.

Constatou-se que nesta comunidade há um maior percentual de agregados chefiados por homens a viverem abaixo do limiar da pobreza do que agregados chefiados por mulheres.

A análise dos dados socioeconómicos através dos modelos econométricos, permitiu-nos concluir que há uma estreita relação entre o rendimento, tamanho do agregado familiar e escolaridade do chefe do agregado com o consumo de calorias *per capita*, o que significa que à partida, na BHP os agregados consomem mais, quanto mais rendimento tiverem, quanto menor for o tamanho do agregado e quanto maior for o grau de escolaridade do chefe do agregado. Essas são as variáveis que traduzem a maior ou a menor vulnerabilidade alimentar da comunidade em estudo, ou seja, são os determinantes mais importantes da disponibilidade de calorias a nível dos agregados familiares.

Como dissemos anteriormente, nos Países em Desenvolvimento, nenhum outro factor isolado tem tanta influência sobre o estado nutricional de uma população como o rendimento, afirmação que vem sendo comprovada pelo facto de nesses países, por exemplo, as crianças mais desnutridas são geralmente provenientes de famílias com baixos níveis de rendimentos. Assim, é óbvio então, que políticas dirigidas no sentido de melhorar o estado nutricional, deveriam pelo menos numa primeira fase, orientar-se para políticas que incrementam o poder de aquisição dos indivíduos, seja através de políticas de tabela salarial ou, da promoção de actividades privadas que potenciam o rendimento.

Embora o rendimento de um indivíduo represente o seu poder aquisitivo, possibilitando não somente a aquisição de mais e melhores alimentos como também a busca de melhores condições de saúde e de habitação, o estudo em apreço fez-nos concluir, que melhores rendimentos não resulta necessariamente numa adequação alimentar. Constatamos que o consumo médio de calorias e de proteínas da comunidade no seu todo é satisfatório, ou seja, está dentro dos valores de referência da FAO e da OMS mas, há uma supremacia dos agregados chefiados por mulheres (3092,75 kcal/capita/dia) em relação aos chefiados por homens (2888,95 kcal/capita/dia), apesar dos agregados chefiados por mulheres terem menores rendimentos *per capita*.

A análise econométrica mostrou que o facto de ser mulher, contribui positivamente para a melhoria do estado nutricional dos agregados familiares. Os agregados de chefia feminina apresentaram melhores consumos alimentares, tanto em termos de frequência como em termos de quantidades diárias. As mulheres mais do que os homens, gastam o seu rendimento com a alimentação, melhorando assim a segurança alimentar e nutricional do agregado familiar.

Os dados mostram que a mulher da BHP tem um grande peso no processo de produção local de alimentos e na tomada de decisão sobre a sua utilização, sobretudo quando se trata de produção animal, pois a maioria das decisões de venda de produção animal é tomada pela mulher, e o rendimento resultante é aplicado sempre no consumo alimentar do agregado e na educação dos filhos. A criação de animais é simplesmente uma estratégia adoptada pela mulher, que lhe permita assegurar a segurança alimentar e bem-estar do seu agregado.

Actualmente, outra estratégia adoptada pelas mulheres é serem beneficiárias do microcrédito, como forma de terem um emprego e um rendimento que lhes permita fazer face a situações de carência. Elas buscam no microcrédito alternativa de sobrevivência digna bem como melhoria de qualidade de vida para os seus agregados familiares. De facto, o resultado deste estudo mostra que os agregados com acesso a microcrédito têm melhor qualidade de vida. “A experiência mostra que as mulheres são melhores pagadoras do que os homens e mais responsáveis em investir o rendimento com a família e não em uso pessoal” (YUNUS, 2001).

O resultado do estudo diz-nos que, o facto de ser “mulher” é tão ou mais importante que outras variáveis sócio económicas que determinam a segurança alimentar e o bem-estar dos agregados familiares, nomeadamente o rendimento, e considerando que elas constituem a maioria da população da Bacia Hidrográfica dos Picos, chefiando 44,5% dos agregados, é de extrema importância que qualquer política publica direccionada ao desenvolvimento sócio económico dessa comunidade, considere a mulher como factor chave que contribui para a construção e para a consolidação dessas políticas.

O Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente vem adoptando uma série de medidas que visam a modernização do sector agrícola, intervindo através das diferentes bacias hidrográficas, como unidades de gestão integrada, com o objectivo de combater a pobreza e garantir a segurança alimentar dessas comunidades. Neste contexto vale a pena ressaltar, que pelo facto da alimentação e nutrição estar predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, elas devem ser o foco dessas políticas, ou seja, elas devem ter um papel activo como sujeitos dessas políticas e não devem ser vistas como instrumentos através do qual se atingirá a segurança alimentar. Por isso, é importante que se invista na educação dessas mulheres (seja a educação formal, seja a educação temática na área da alimentação e nutrição) com vista a capacita-las para uma melhor inserção no mercado de trabalho, obtendo melhores remunerações e consequentemente melhor qualidade de vida.

A Bacia Hidrográfica dos Picos é uma zona pobre, mas de grandes potencialidades agrícolas como já foi referido anteriormente. A sua vulnerabilidade deve-se ao facto de ter uma população maioritariamente jovem, com um baixo nível de instrução, ocupada na sua maioria no sector primário, que por sua vez apresenta fragilidades estruturais derivada de condicionalismos agro-climáticos, aliado a um sistema de produção pouco rentável. Apesar desses constrangimentos o sector agrícola é de extrema importância para o desenvolvimento sócio económico desta comunidade.

Com a maioria da sua população a viver na zona rural, quase toda ela ligada ou influenciada fortemente pela agricultura, o desenvolvimento do sector agrícola deverá ser visto como elemento chave para o bem-estar e qualidade de vida da população da BHP. Certamente que, outras áreas e outras actividades deverão também ser desenvolvidas (até porque os condicionalismos climáticos o impõem), de modo a diversificar as actividades económicas dos agregados familiares, permitindo assim uma desconcentração das fontes de rendimento. As famílias rurais, seja esta comunidade seja outra, não poderão fugir à pobreza e atingir o estado de segurança alimentar permanente, por meio unicamente do cultivo das suas terras ou de trabalhos de carácter sazonal como as FAIMO, que são economicamente insustentáveis.

A redução da pobreza implica a adopção de mecanismos que permitam que os pobres possam sair, por si próprios da pobreza, ou seja, mecanismos que permitam o aumento dos seus rendimentos. A solução passa pelo aumento de oportunidade de alternativas geradoras de rendimento.

Uma das medidas importantes é aumentar a produtividade e garantir que os mercados funcionem. Constatase que a estrada que dá acesso à BHP encontra-se frequentemente intransitável. Com o encravamento e o isolamento, o aumento de produção tem pouca saída e os rendimentos não podem aumentar. Sem bons meios de transporte os factores de produção, as novas tecnologias e o crédito dificilmente podem chegar a esta zona, fazendo aumentar riscos para as famílias agrícolas. Com o preço dos transportes altos, devido à precariedade das estradas os consumidores pagam preços altos e os produtores não tirem benefícios do que produzem. Ao fim e o cabo, dificilmente poderá haver aumentos de rendimentos para esta comunidade nestas condições, e a consequente redução da pobreza.

A produção agrícola é simplesmente a base para um sistema integral de produção, de processamento dos produtos agrícolas e da sua distribuição, criando assim empregos e aumentos de rendimentos para as centenas de pessoas ligados a esta cadeia. Assim, é fundamental que os agricultores e produtores desta comunidade estejam organizados adequadamente. As exigências do mercado devem reflectir-se também ao nível da organização dos agricultores e produtores, pelo que a criação de associações viradas para o mercado será, em nosso entender, um dos instrumentos mais eficazes para garantir uma resposta eficaz e eficiente em termos de produção e escoamento dos produtos. Essas organizações poderão agir muito positivamente em comunidades rurais, já que podem intervir tanto ao nível económico como social.

Dentro das medidas a tomar, deve-se seguramente, prestar atenção ao papel da mulher na produção agrícola e animal nesta comunidade. Os resultados deste estudo mostram-nos que as mulheres são a “espinha dorsal” da produção de alimentos, nutrição e rendimento doméstico, pelas razões citadas anteriormente, o que torna os aspectos de género consideração principal em qualquer programa de segurança alimentar e nutricional. A

criação de animais desempenha um papel fundamental na sustentabilidade económica e social dos agregados familiares desta comunidade. Para além de contribuírem para a segurança alimentar (são fonte de proteínas – carne, ovos, leite), são também fonte de rendimento e poupança para os agregados familiares. Vimos que esta actividade está a cargo principalmente das mulheres, pelo que é preciso desenvolver políticas de fomento da produção animal dirigidas às mulheres chefes de agregados familiares, políticas essas que vão desde a concessão de crédito, passando pelo melhoramento de raças e construção de infra-estruturas. “Muitos projectos de desenvolvimento fracassaram porque os papéis das mulheres na produção agrícola e animal não foram levados em consideração ou até mesmo reconhecidos. Recursos foram dirigidos para homens, com o objectivo de melhorar o cultivo, quando na realidade as mulheres eram as responsáveis (FAO, 2007).

Há uma clara relação entre o chamado “pacote das necessidades básicas” (água potável, instalações adequadas de saneamento básico, eliminação do lixo, acesso a energias, espaço habitacional suficiente e com equipamentos domésticos, serviços de saúde, etc.) e o estado nutricional dos indivíduos, e tendo em conta o débil acesso desta comunidade a esses serviços, é preciso fazer o possível para melhorar sobretudo as condições de acesso a água potável e ao saneamento básico de modo a melhorar o nível nutricional dos agregados.

Os determinantes da segurança alimentar e nutricional são obviamente vários. Na verdade, tal como o resultado do estudo sugere, investimentos básicos na educação, na saúde, no saneamento pode contribuir de modo significativo para a redução da falta de segurança alimentar e nutricional, mesmo que os rendimentos não aumentem.

Tendo em conta que cada comunidade tem a sua especificidade própria, deve-se desenvolver programas específicos dentro da vasta estrutura estratégica de segurança alimentar, que tome em consideração os desafios específicos encontrados em cada situação. Esses programas deverão incluir não só os processos que permitem aumentar o rendimento, ultrapassar as deficiências de mercado e distribuição dos bens alimentícios, como também deverão concentrar no ambiente físico que rodeia as famílias, especialmente a educação, as condições sanitárias e o acesso aos cuidados de saúde.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMARAL, I. (1989). *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Ed. Ultramar. Lisboa, 1989.

ANUÁRIO de Segurança Alimentar (2005). Projecto ANSA/ISA (CIAT-CD). Cabo Verde

ARFA, (2006). *Um Parceiro no Desenvolvimento da Qualidade em Cabo Verde*. Apresentação da Agência. Praia, Edição de Julho de 2006

ATKINSON, A.B. (1996). *La Pauvreté et l'Exclusion Sociale en Europe: Pauvreté et Exclusion*. Paris: Conseil d'Analyse Economique, 1996.

ATKINSON, A.B: (1989). *Poverty*. In: Duarte, A. R. (2005). *Pobreza e Condições de Vida em Cabo Verde*. Dissertação do Curso de Pós Graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia, Brasil.

ALTIMIR, O. (1982). *The extent of poverty in Latin America*. Washington, D.C. : World Bank, 1982. World Bank Staff Working Papers, nº 522.

ALVES, M. F. P. (2007). *Dificuldade no Acesso ao Crédito pelas Mulheres Rurais*. Acedido em 19.01.2008 de <http://www.alasru.org/cd alasru2006/01%20GT%20Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Paz%20Alves.pdf>.

BANCO MUNDIAL (2007). *Agricultura para o Desenvolvimento: As Dimensões de Género*. Relatório sobre o Desenvolvimento Rural de 2006. Acedido em 04.01.2008 de www.siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/2795087-1191440805557/4249101-1197046190996/05_Gender_Alex-Portuguese.

BANCO MUNDIAL (1999). *Formulación de estrategias de lucha contra la pobreza en los países en desarrollo*. Washington, D.C. Banco Mundial.

BAPTISTA, J. A. G. (2003). *As Micro-Empresas em Cabo Verde e as suas necessidades de Financiamento – Factores Determinantes*. Dissertação do Mestrado em Gestão de Empresas. Universidade de Évora.

BORGES, D. A. (s/d). *Medindo desigualdade e pobreza: medidas distintas, resultados desiguais*. Brasília, UnB.

BRAGA, M.B. e JUNIOR, T. (1998). *A Economia da Informação e os Mercados de Créditos: Algumas Contribuições Teóricas à Moderna Teoria da Intermediação Financeira*. Tese de Doutoramento em Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo, IPE/USP.

BRAHM, E. (2000). *Can Microfinance Eliminate Poverty – A Literature Review*, PSCI: Continuities and changes. Cit in: BAPTISTA, J. A. G. (2003).

BRITO, P. M. (2003). *Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde 1990-2000 (Prospectiva para o ano 2025)*. Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação. Universidade Nova, Lisboa

CARDOSO, Manuela (2007). *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*. Edições Afrontamento, Porto. Colecção Biblioteca das Ciências Sociais/Plural, 8.

CARVALHO, A. C. P. S. (2006). *Cabo Verde. Agricultura, Mulheres e Acesso à Terra*. Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

CARVALHO, B. P. (1996). *Economia do Desenvolvimento, Agronomia Tropical e Segurança Alimentar*. Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas, 2 (2). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

CARVALHO, B. P. (2000). *Política De Segurança Alimentar Em Cabo Verde*. Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas, 6 (2). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

CARVALHO, B. P. (2002). *A Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural: Africa Sub-Shariana*. Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas 8 (1). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

CARVALHO, B. P. (2003). *A Segurança Alimentar Qualidade de Vida e Desenvolvimento*. Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas, 9 (4). Lisboa: Secção de Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

CARVALHO, A. C. P. S. (2006). *Cabo Verde. Agricultura, Mulheres e Acesso à Terra*. Dissertação de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

CORREIA, A. M. N. G. (1992). A Agricultura Em Cabo Verde 1^{as} Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, *Série de Ciências Agrárias* 8: 155-169. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

CORREIA, H. S. (2005). *Microcrédito: Caracterização. Um Complemento na Luta Contra a Pobreza. Evidências Empíricas Internacionais e a Experiência de Cabo Verde*. Monografia do Curso de Ciências Económicas do Instituto de Ciências Económicas e Gestão (ICEG) da Universidade de Santa Úrsula. Rio de Janeiro.

COSTA, A. F. (1989). *A Pesquisa de Terreno em Sociologia*. Cit in MADUREIRA, M.G.F.B. (2002).

COSTA, M. L. B. (2002). *Qualidade e Segurança Alimentar. Conceitos Idênticos ou Diferenciados?* Seminário Qualidade e Segurança Alimentar Comemorações dos 150 anos do Ensino Superior Agrícola em Portugal. Instituto Superior de Agronomia.

COSTA, L. F. P. J. (2004). *Agricultura, Mulher e Desenvolvimento: O Caso de São Tomé e Príncipe*. Relatório de Trabalho de fim de Curso de Engenharia Agronómica. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

COSTANZI, R. N. (2002). *Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda*. Acedido em 22.01.2008 de www.mte.gov.br/pnmpo/microcredito_ambito_politicas_publicas_renda_pdf

Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde (2002). Ministério de Agricultura e Pescas. Vol I.

Direcção Geral do Planeamento (2002). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005*. I volume, Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional.

DOMINIK, E. e SCHNEIDER, F. (2002). *Increasing Shadow Economies all over the World – Fiction or Reality*. Arbeitspapiere des Institutes für Volkswirtschaftslehre, Johannes Kepler Universität Linz.

DUARTE, A. R. (2005). *Pobreza e Condições de Vida em Cabo Verde*. Dissertação do Curso de Pós Graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia, Brasil.

FAO (2002). *Access to Land and Gender. Land Tenure Studies*. Acedido em 20.01.2008 [www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/DOCREP/005/Y4308E/y4308e06.htm]

FAO (2003). *Land Tenure and Rural Development*, „Sustainable Development Department/FAO, Tenure Studies 3.

FAO (2007). *Compêndio de Estudos de Países sobre Género e Terra*. Acedido em 19.01.2008 de [ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a0297p/a0297p00.pdf](http://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a0297p/a0297p00.pdf)

FARIA, F.X. (1992). *Alguns Aspectos dos Solos de Cabo Verde*. 1^{as} Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 de Outubro, Série de Ciências Agrárias 8: 47-54: Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

FERRÃO, J. E. M. (1993). *A Alimentação, A Protecção de Recursos e a Agricultura Durável*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

GHIGLIONE, R. e MALATON, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. 4^a edição. Celta Editora, Oeiras.

HARDY, D. C.; HOLDE P. e PROKOPENKO, V. (2002). *Microfinance Institutions and Public Policy*, IMF-Working Paper WP/02/159, September 2002, Monetary and Exchange Affairs Department

HODDINOTT, J. e YOHANNES, Y. (2002). *Dietary Diversity as Household Food Security Indicator*. AED & USAID: FANTA Project.

INE (1988). *Inquérito às Despesas das Famílias*. Praia, Cabo Verde

INE (2000). *Recenseamento Geral de Habitação e População*. Gabinete do Censo 2000, Praia, Cabo Verde

INE (2000) *Censo 2000 – Características Económicas da População* – Gabinete do Censo 2000, Praia, Cabo Verde.

INE (2002). *Perfil da Pobreza em Cabo Verde, 2002*. Praia, Cabo Verde

INE (2000) *Censo 2000 – Condições de vida dos agregados familiares* – Gabinete do Censo 2000, Praia, Cabo Verde.

INE (2002) *Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares – Resultados Preliminares* – Praia, Cabo Verde.

Instituto Ethos (2004). *O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher*. São Paulo, 2004. Acedido em 15.02.2007 de www.ethos.org.br/_uniethos/Documentos/Valoriz_mulher.pdf

JACINTO, J. M. A. (2004). *Segurança Alimentar em Cabo Verde: Estudo de Caso da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias de Santa Cruz*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa

JORGE, W. (2002). *A Terra da Mulher (e do Homem)*. Jornal da Universidade Estadual de Campinas -18 a 24 de Novembro de 2002. Brasil. Acedido em 18.01.2008 de http://www.unicamp.br/unicamp/unicap_hoje/jornalPDF/199-pag12.pdf

LOPES, H.; MACEDO, P. e MACHADO, A. (2003). *Indicador de Pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso Brasileiro*. Belo Horizonte: UFMG.

MACIEL, M. C. R. e ARRAZOLA, L. S. D. (2006). *A Economia Solidária e o Acesso ao Crédito: Um Instrumento ao Empoderamento das Mulheres*. Acedido em 19.01.2008 de www.advento.com.br/jepex/cdrom/resumos/R0272-1.pdf

MADUREIRA, M.G.F.B. (2002). *Agriculturas Familiares: Ciclos de Vida e Estratégias*. ISA/UTL. Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica. Lisboa.

MARTINS, M. P. L. (1996). *O Papel da Mulher no Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe*. Relatório do Trabalho de fim de Curso de Engenharia Agronómica. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

MALUF, R; MENEZES, F. e MARQUES, S. (2002). *Caderno Segurança Alimentar*. CPDA/UFRRJ, IBASE. Brasil. Acedido em 07.02.2008 de <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>

MAXWELL, D. e WIEBE, K. (1998). *Land Tenure and Food Security: a Review of Concepts, Evidences and Methods*. Madison: University of Wisconsin: Land Tenure Center. LTC Research Paper 129.

Ministério das Finanças e do Planeamento (2004). Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (*DECRP*). Praia, Cabo Verde

Ministério da Agricultura e Ambiente e FAO (2006). *Estudo de Correlação entre a Segurança Alimentar e as questões de Natureza Fundiária*. Praia, Cabo Verde

MIRANDA, R. S. e SILIPRANDI, E. C. (2006). *As mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional*. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasil. Acedido em 16.04.2007 de www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/artigo_san_mulheres-htm

MKNELLY, B. e DUNFORD, C. (1999). *Impact of Credit with Education on Mothers and Their Young Children's Nutrition*: CRECER Credit with Education Program in Bolivia. Davis, California: Freedom from Hunger. Acedido em 04.01.2008 de http://www.ffhtechical.org/publications/pdfs/CwE_R5_BoliviaImpact_English.pdf.

NETO, M. P. M. (2006). *Impacto em Renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia) no Município de São Paulo*. Tese de Doutoramento em Administração Publica e Governo. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas. Brasil.

NOVELLINO, M. S. F. (2004). *Os Estudos sobre a Feminização da pobreza e Políticas Públicas para as Mulheres*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambú-MG, Setembro de 2004. Brasil.

OTERO, Maria (2001). *Creating permanent Links between Development and Finance*, World Bank Group SME – Development “SME Issues”, June 2001. Acedido em 5.09.2007. de www.worldbank.org.

PASSOS, L. (2003). *Experiência do Comité de Pilotagem de Microcrédito – Cabo Verde*, Comité de Pilotagem de Microcrédito, Praia.

PITT, M.; KHANDKER S.; CHOWDHURY O. H. e MILLIMET D. (2003). *Credit Programs for the Poor and the Health Status of Children in Rural Bangladesh*. International Economic Review. 87-118. Acedido em 11.09.2007 de www.pstc.brown.edu/mp/health.pdf.

PNUD (2001) *iPRSP – Poverty Reduction Strategy Paper*, Praia, Cabo Verde

PNUD (2002), *Cabo Verde – Governação Local na perspectiva de redução da Pobreza*, Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governação em África, Maputo, 23-25 de Maio de 2002.

PNUD (2000). *Análise de Situação: Criança e Mulher em Cabo Verde*, 1998. Programa de Cooperação 2000 – 2004.

ROCHA, S. (2003). *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.

ROCHA, S. (2000). *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

ROMÃO, Maurício Costa (1993). *Pobreza: Conceito e Mensuração*. Rio de Janeiro: IPEA.

SALAMA, P. e DESTREMAU, B. (1999). *O Tamanho da Pobreza – Economia Política da Distribuição de Renda*. Rio de Janeiro. Garamond.

SAMPAIO, M. F. (2001). *Análise Comparativa do Consumo: América Latina e União Europeia*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Desenvolvimento Sustentado. Campinas, Brasil.

SEN, A. K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

- SEN, A. K. (1999). *Pobreza e Fomes: Um ensaio sobre direitos privados*. Ed. Terramar, Lisboa.
- SEN, A. K. (1982). *Choice, welfare and measurement*. Oxford: Basil Blackwell.
- SEN, A. K. (1980). *Levels of poverty: policy and change*. Washington, D.C., World Bank.
- SEN, A.K. (1979). Issues in the measurement of poverty. *Scandinavian Journal of Economics*, 81(2).
- SERRA, J. P. e ALMEIDA, J. (2000). *Diagnóstico da Situação Actual da Micro-Finança em Cabo Verde* – Comité de Pilotagem do Microcrédito, Praia.
- SILVA, M. C. (1998). *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Cit in MADUREIRA, M.G.F.B. (2002).
- SILVA, M. F.F. (2005). *Hábitos de Consumo e Comportamento do Consumidor: Estudo de Caso na Ilha de Santiago*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia. Lisboa
- SILVA e AZARROLA (2003). *Mulher, Política Pública de Segurança Alimentar e Relações de Género in Género, Segurança Alimentar e Meio Ambiente*, ST 37. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.
- SILIPRANDI, E. (s/d). *Políticas de Segurança Alimentar e Relações de Género*. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Brasil. Acedido em 19.01.2008 de <http://www.alasru.org/cdalasru2006/11%20GT%20Emma%20Siliprandi>.
- SOARES, A. (2003). *Estudo Impacto do Micro Crédito na Vida dos Clientes*. Comité de Pilotagem de Micro Crédito. Praia, Cabo Verde.

STAMOULIS, K. e ZEZZA, A. (2003). *A Conceptual Framework for National Agriculture, Rural Development, and Food Security Strategies and Policies*. Rome: FAO: Agricultural and Development Economics Division. ESA Working Paper nr. 03- 17, Novembro.

STEELE, F.; AMIN, S. e RUCHIRA T. N. (1998). *The Impact of an Integrated Microcredit Program on Women's Empowerment and Fertility Behavior in Rural Bangladesh*. Population Council. Acedido em 15.01.2008 de <https://www.popcouncil.org/pdfs/wp/115.pdf>

TAVARES, A.F.G. (2003). *Segurança Alimentar: O Caso de Cabo Verde*. Relatório de Fim de Curso de Engenharia Agronómica. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

TIMMER, C. P.; FALCON, W. P. e PEARÇON, S. R. (1983). *Análise do Consumo Alimentar e da Nutrição*. Banco Mundial. Junho de 1983. Acedido em 07.04.2008 de http://www.ifpri.org/pubs/pubs_menu.asp

TORRES, H. G. et al (2003). *Pobreza e Espaço: Padrões de Segregação em São Paulo*. Cit in Duarte, A. R. (2005).

UCP/PNLP (2001). *Project de promotion socio-économique des groupes défavorisés*. Praia, Cabo Verde

UNCDF (1999). *Working Paper on Microfinance* - February 1999. Acedido em 27.02.2008 de www.worldbank.org.

Organização das Mulheres de Cabo Verde (2006). *Relatório de Actividades 2006 – Microcrédito OMCV*. Praia, Cabo Verde

ANEXOS

Anexo 02- Guião de Entrevista com os Presidentes das MORABI, OMCV, FAMI-PICOS E ADIRV

- 1- A organização que preside foi criada em que ano?
- 2- Com que objectivos?
- 3- Qual é a vossa área geográfica de intervenção?
- 4- Qual é o vosso domínio (áreas temática) de intervenção?
- 5- O MC foi introduzido desde o início?
- 6- Como está enquadrada o sector do MC dentro da organização?
- 7- Qual é a origem dos vossos fundos?
- 8- Quem são os vossos principais parceiros e como se concretizam essas parcerias?
- 9- Neste momento qual é a vossa carteira activa e nº de clientes?
- 10- Acha que o MC chega a todos os pobres?
- 11- Existe algum grau de relacionamento entre a vossa organização e as outras organizações que trabalham na promoção das mulheres e/ou associações?
- 12- Que tipo de relação estabelece com o poder central e local?
- 13- Para si qual é o papel do Governo para a desenvolvimento das micro finanças?
- 14- Quais são os principais constrangimentos e desafios para o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista da oferta do MC e da Organização em si?
- 15- Para si, o que representa uma ONG/Associação?

Anexo 01- Formulário de Inquérito aos Agregados Familiares

A IMPORTANCIA DA MULHER NA SEGURANÇA ALIMENTAR E REDUÇÃO DA POBREZ

Inquérito à Vulnerabilidade Alimentar e à Pobreza das Famílias na BHP- Concelho de Sta Cruz - Cabo Verde

Instituto Superior de Agronomia - Departamento de Agro-industria e Agronomia Tropical (ISA-DAIAT)

1. DADOS DO ENTREVISTADOR

1.1- Nome do entrevistador: -----
 1.2- Data da Entrevista: -----/-----/-----
 1.3- Local:----- Área:----- Hora:-----

2. APRESENTAÇÃO DOS OBJECTIVOS DO INQUÉRITO

2.1- Realização de um estudo de caso sobre a vulnerabilidade alimentar das famílias, de modo a permitir a identificação de novas variáveis de situações de insegurança alimentar e estudar a importância da "mulher" como factor determinante da melhor segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida da família.
2.2- Fazer um estudo comparativo de qualidade de vida entre grupos de família com e sem acesso ao microcrédito, tendo em conta que este é considerado actualmente, como uma das principais estratégias para a redução da pobreza dos grupos mais vulneráveis.

Ficha Nº-----

Local-----

3. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO ECONÓMICO DO AGREGADO FAMILIAR

3.1- Demografia (Dimensão do Agregado) e Escolarização do Chefe do Agregado

3.1.1- Dimensão do Agregado, Estado Civil e Escolarização do Chefe do Agregado

1. N° de pessoas no agregado													H <input type="text"/> <input type="text"/>		M <input type="text"/> <input type="text"/>		Total <input type="text"/> <input type="text"/>							
2. Classe Etária dos elem do agreg													0-14		15-19		20-59		> 60		Escolarização do CA e 1° Complementar			
													H	M	H	M	H	M	H	M				
																					Sabe ler	Primário	Secund	Superior
2.1- Chefe do Agregado																								
2.2- 1° Complementar																								
3. Estado Civil do Chefe													Casado <input type="text"/>		Solteiro <input type="text"/>		Divorciado <input type="text"/>		U.de fact <input type="text"/>					
4. N° de Pessoas do Agreg que migraram													H <input type="text"/> <input type="text"/>		M <input type="text"/> <input type="text"/>		Total <input type="text"/> <input type="text"/>							
5. Destino da migração													MM Concelho <input type="text"/>		Concelho ≠ <input type="text"/>		Estrangeiro <input type="text"/>							

3.2. ACTIVIDADE E OCUPAÇÕES DO CHEFE DO AGREGADO E 1° COMPLEMENTAR

3.2.1- Actividade e Estado de Emprego			3.2.2- Sector de Actividade Económica		
	CA	1° Compl		CA	1° Compl
1. Trabalho Permanente			1. Primário		
2. Trabalho Temporário			2. Industria		
3. Reformado			3. Serviços		
4. Desempregado			4. Transportes		
			5. Outros		

3.3- FONTES DE RENDIMENTO DA FAMÍLIA

3.3.1- Chefe do Agregado e outros Membros da Família (em ECV)

	CA	1° Complementar	2° Complementar
1. Salário			
2. Reforma			
3. Remessa dos Emigrantes			
4. Pequeno Negócio			
5. Produção Própria Vendida			
6. Outro			

3.3.2- Produção Agrícola (últimos 12 meses)

Produtos	Utilização				
	Produção (Kg)	Prop para autocons (%)	Prop para Venda (%)	Preço da Venda (ECV/Unid)	Receita Total da Venda (ECV)
1. Milho					
2. Feijões					
3. Hortícolas					
4. Fruteiras					
5. Mancaarra					
6. Cana de açúcar					
7. Tubérculos					
8. Outros (espec)					
Somatório das Receitas					

3.3.3- Produção Pecuária (últimos 12 meses)

Tipos de Animais	N° e Valor da Existência	"Output" (n°)	Utilização		
			Proporção para autoconsumo (%)	Preço da Venda (ECV/Unid)	Receita Total da Venda (ECV)
1. Boi					
2. Vaca					
3. Bezerro					
4. Porco					
5. Porca					
6. Leitões					
7. Cabras					
8. Bodes					
9. Cabritos					
10. Aves					
11. Outros (espec)					
Somatório das Receitas					

3.3.4- Vendas - Decisão e destino das receitas											
A produção está a cargo de quem?		Quem decide vender?		Qual o destino das receitas?		E o cuidado dos animais?		Quem decide vender		Qual o destino das receitas?	
1. Pai		1. Pai				1. Pai		1. Pai			
2. Mãe		2. Mãe				2. Mãe		2. Mãe			
3. Filho		3. Filho				3. Filho		3. Filho			
4. Filha		4. Filha				4. Filha		4. Filha			
5. Outro		5. Outro				5. Outro		5. Outro			

3.4- DESPESAS DO AGREGADO							
Fontes de Despesas	Despesas Mensais (em ECV)						Total Mensal
	< 5.000	5 -10	10-15	15-20	20-30	>30.000	
1. Alimentação							
2. Habitação							
3. Saúde							
4. Educação							
5. Vestuário							
6. Electricidade							
7. Transporte							
8. Combustíveis							
9. Comunicações							
10. Cerimónias							
11. Água							
Somatório =							

3.4.1- DESPESAS E CONSUMO ALIMENTAR										
Cabaz Alimentar	Frequência de Consumo	Quantidade Consumida						Preço/Kg/Lt/Uni	Valor Mensal	
		Semana			Mês					
PRODUTOS	Semanal*	Kg	Lt	Uni	Kg	Lt	Uni	Em ECV	Em ECV	
Milho										
Arroz										
Feijões										
Pão										
Bolacha										
Massa Alimentícios										
Farinha Trigo										
Açúcar										
Leite em Pó										
Leite Fresco										
Manteiga										
Óleo Vegetal										
Banha										
Carne de Porco										
Carne de Vaca										
Carne de Cabra										
Frango										
Peixes										
Ovos										
Legumes										
Raízes eTubérculos										
Frutas										
Outros										
Somatório das despesas=										

*1= Nunca; 2= Todos os dias; 3= Regularmente (3 a 4 Vezes); 4= Às vezes (2 vezes); 5= Raramente (1 vez)

3.5- CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO, BENS E EQUIPAMENTOS DO AGREGADO

3.5.1- Regime de ocupação dos alojamentos		3.6.2- Tipologia dos alojamentos	
1. Casa Própria	<input type="checkbox"/>	1. Casa Individual	<input type="checkbox"/>
2. Cedida/Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2. Apartamentos	<input type="checkbox"/>
3. Arrendada/sub-arrendada	<input type="checkbox"/>	3. Vivendas	<input type="checkbox"/>
		4. Parte da casa	<input type="checkbox"/>
		5. Barraca	<input type="checkbox"/>

3.5.3- A casa é coberta de:		3.6.4- O pavimento da casa é de:	
1. Betão armado	<input type="checkbox"/>	1. Terra	<input type="checkbox"/>
2. Telha	<input type="checkbox"/>	2. Cimento	<input type="checkbox"/>
3. Palha	<input type="checkbox"/>	3. Mosaico	<input type="checkbox"/>
4. Outro	<input type="checkbox"/>	4. Outro	<input type="checkbox"/>

3.5.5- Divisão e condição da casa:		3.6.6- Tipo de WC	
1. Quantas divisões tem a casa?	<input type="checkbox"/>	1. WC com retrete	<input type="checkbox"/>
2. Quantos quartos exclusivamente para dc	<input type="checkbox"/>	2. WC sem retrete	<input type="checkbox"/>
3. Quantas camas usam no agregado?	<input type="checkbox"/>	3. Retrete/latrina	<input type="checkbox"/>
4. A casa tem cozinha?	Sin Não-----	4. Sem WC sem retrete/latrina	<input type="checkbox"/>
5. A casa tem casa de banho?	Sin Não-----		

3.5.7- Acesso a Energias Domésticas	
a) Qual a principal fonte de energia para iluminação:	b) Qual a principal fonte de energia para preparar alimentos
1. Electricidade	1. Lenha/Madeira
2. Velas	2. Carvão
3. Petróleo	3. Petróleo
4. Outro	4. Gás
	5. Outro

3.5.8- Acesso a Água Potável		
a) Qual a principal origem da água que usam	b) Acesso dos utentes de chafarizes, poços, nascentes	c) Quem o faz?
1. Água de rede publica	1. Menos de 15 minutos	1. Mãe
2. Água de chafariz	2. Menos de 30 minutos	2. Pai
3. Água de autotanque	3. Mais de 30 minutos	3. Filha
4. Outras (Poço, nascente, cisterna...)		4. Filho
1 2 3		5. Outro

d) Costuma fazer tratamento de água para beber? Se sim, como?	e) Quem o faz?	f) Quem prepara os alimentos?
1. Faz tratamento de água	1. Mãe	1. Mãe
a. Lixívia	2. Pai	2. Pai
b. Fervura	3. Filha	3. Filha
c. Filtro (escoar)	4. Filho	4. Filho
d. Outro (especificar)	5. Outro	5. Outro

Anexo 03- Matriz de Tratamento de Dados

X0 Inq nº	X1 Nº Tot	X2 Eq H	X3 Gen-Chefe	X4 Sabe ler CA	X5 CA Prim	X6 Tot Rend-\$	X7 Rend. Per Cap	X8			X9 Recorreu MC
								Wc	Frig	Tel	
1	6	4,6	1	0	1	7.100,00	1.183,33	1	0	0	0
2	4	2,8	1	0	1	16.100,00	4.025,00	1	1	1	0
3	4	3	0	0	1	22.200,00	5.550,00	1	1	1	0
4	9	6,5	1	0	1	6.666,67	740,74	0	0	0	0
5	5	4	1	0	1	36.916,67	7.383,33	1	1	1	0
6	5	4,2	0	0	1	18.000,00	3.600,00	0	0	1	0
7	9	6,1	1	0	1	16.001,58	1.777,95	0	1	1	0
8	4	3,4	1	0	1	15.458,33	3.864,58	0	0	0	0
9	1	0,9	1	1	0	4.891,67	4.891,67	0	0	0	0
10	2	1,4	1	1	0	15.841,67	7.920,83	0	0	0	0
11	8	5,2	1	0	0	9.000,00	1.125,00	0	0	0	0
12	6	3,8	1	0	1	8.350,00	1.391,67	0	0	1	0
13	6	3,8	1	0	1	12.166,67	2.027,78	1	0	1	0
14	2	2	0	0	1	14.816,67	7.408,33	1	0	1	0
15	9	6,1	1	0	1	43.233,33	4.803,70	0	0	0	0
16	2	1,8	1	0	1	12.766,67	6.383,33	0	0	1	0
17	6	3,9	1	0	1	76.700,00	12.783,33	0	1	1	0
18	5	3,1	1	0	1	8.133,33	1.626,67	0	0	0	0
19	8	6,1	0	0	1	11.208,33	1.401,04	0	0	0	0
20	4	2,4	1	0	1	24.100,00	6.025,00	0	0	1	0
21	8	6,3	1	0	1	28.008,33	3.501,04	0	0	0	0
22	8	4,9	0	0	0	51.300,00	6.412,50	0	0	1	1
23	6	4,4	0	0	1	42.000,00	7.000,00	1	1	1	1
24	11	7,8	1	0	1	68.933,33	6.266,67	1	1	1	1
25	3	1,9	1	0	1	20.000,00	6.666,67	0	0	1	1
26	12	8,9	0	0	0	38.666,67	3.222,22	0	0	0	1
27	5	2,9	1	0	1	24.250,00	4.850,00	0	0	1	1
28	4	2,8	1	0	0	17.866,67	4.466,67	0	0	0	1
29	12	8,9	1	0	1	32.875,00	2.739,58	0	0	0	1
30	8	4,8	1	0	1	16.808,33	2.101,04	0	1	0	1
31	3	1,9	1	0	1	28.000,00	9.333,33	0	1	1	1
32	4	3,7	1	0	0	56.933,33	14.233,33	1	1	0	1
33	10	7	0	0	1	27.883,33	2.788,33	1	1	1	0
34	4	2,9	0	0	0	52.000,00	13.000,00	1	1	1	0
35	3	2,6	0	0	1	23.683,33	7.894,44	0	0	0	0
36	5	3,4	0	0	0	10.516,67	2.103,33	0	0	1	0
37	10	8,4	0	0	1	29.633,33	2.963,33	0	0	1	1
38	11	8,2	0	0	1	14.191,67	1.290,15	0	0	0	0
39	9	6,6	0	0	1	28.791,67	3.199,07	0	0	0	0
40	4	3,2	1	0	1	13.400,00	3.350,00	0	0	0	0
41	8	6,6	0	0	0	32.766,67	4.095,83	0	1	1	1
42	9	7	0	1	0	30.000,00	3.333,33	1	1	0	1
43	9	6,2	0	0	1	22.091,67	2.454,63	0	0	1	1
44	4	3,7	0	0	0	39.708,33	9.927,08	0	1	1	0
45	6	4,5	1	0	0	9.033,33	1.505,56	0	0	0	0
46	6	4,3	1	0	0	21.100,00	3.516,67	0	0	0	0
47	7	4,9	0	0	1	17.825,00	2.546,43	0	0	0	0
48	9	6,7	1	0	0	147.158,33	16.350,93	1	1	1	0
49	5	3,4	0	0	0	34.583,33	6.916,67	0	0	0	1
50	7	6,1	0	0	0	19.508,33	2.786,90	0	0	0	1
51	3	1,9	1	1	0	20.000,00	6.666,67	0	0	0	1
52	5	3,4	1	0	0	17.666,67	3.533,33	0	0	0	1
53	7	5,3	1	0	0	15.833,33	2.261,90	0	0	1	1
54	5	4,5	0	0	0	7.333,33	1.466,67	0	0	0	0
55	8	7	0	0	1	31.416,67	3.927,08	0	0	1	0
56	4	3,3	1	0	0	24.875,00	6.218,75	1	0	1	0
57	4	2,8	1	0	1	12.250,00	3.062,50	0	0	0	0
58	5	3,8	1	0	0	4.933,33	986,67	0	0	0	0
59	1	1	0	0	0	14.066,67	14.066,67	0	0	0	0
60	10	8	0	1	0	28.008,33	2.800,83	0	0	1	0
61	9	6,7	0	0	0	25.616,67	2.846,30	0	0	0	0
62	4	3,8	1	0	1	22.850,00	5.712,50	0	0	1	0
63	4	3,3	1	0	0	27.291,67	6.822,92	1	0	1	1
64	9	7,1	0	0	0	36.416,67	4.046,30	1	1	0	1
65	4	3,7	0	0	0	41.196,00	10.299,00	0	0	0	0

X0 Inq nº	X1 Nº Tot	X2 Eq H	X3 Gen-Chefe	X4 Sabe ler CA	X5 CA Prim	X6 Tot Rend-\$	X7 Rend. Per Cap	X8			X9 Recorreu MC
								Wc	Frig	Tel	
66	4	2,9	0	0	0	11.250,00	2.812,50	0	0	0	0
67	7	4,4	0	0	1	13.666,67	1.952,38	1	1	0	0
68	8	6	1	0	0	9.550,00	1.193,75	0	0	0	0
69	12	10,6	0	0	0	27.333,33	2.277,78	0	0	1	0
70	12	4,9	1	0	1	21.541,67	1.795,14	0	1	1	0
71	8	6,1	0	0	1	44.033,33	5.504,17	0	0	0	0
72	4	2,9	0	0	0	51.529,17	12.882,29	0	0	0	0
73	3	2,4	0	0	1	19.291,67	6.430,56	0	0	1	0
74	6	4,7	0	1	0	58.183,33	9.697,22	1	0	1	0
75	5	3,4	0	0	1	21.241,67	4.248,33	0	0	1	0
76	8	7	0	0	1	55.225,00	6.903,13	1	1	1	1
77	7	5,2	0	0	0	31.000,00	4.428,57	0	1	1	1
78	2	1,9	0	0	0	11.417,45	5.708,73	0	0	0	0
79	8	6,5	0	0	1	21.708,33	2.713,54	1	1	1	1
80	9	5,8	0	0	0	31.500,00	3.500,00	1	0	1	1
81	3	2,4	0	0	1	16.558,33	5.519,44	0	1	0	1
82	7	4,4	0	0	0	43.833,33	6.261,90	1	0	1	1
83	4	3,3	0	0	1	52.216,67	13.054,17	1	1	1	1
84	8	6,2	0	0	0	22.333,33	2.791,67	0	0	1	1
85	5	3,4	1	0	1	35.833,33	7.166,67	0	1	1	1
86	12	8,5	1	0	0	15.000,00	1.250,00	0	1	0	1
87	8	6,2	0	0	0	69.550,00	8.693,75	1	1	1	1
88	6	4,4	0	0	0	14.600,00	2.433,33	0	0	0	0
89	14	11	0	0	1	18.850,00	1.346,43	0	0	0	0
90	9	6,6	0	0	1	25.833,33	2.870,37	1	1	1	0
91	4	3,2	0	1	0	70.708,33	17.677,08	1	1	1	0
92	11	8,7	0	1	0	29.958,33	2.723,48	0	0	0	0
93	7	4,5	1	0	0	7.585,00	1.083,57	0	0	0	0
94	7	5,8	0	0	1	10.166,67	1.452,38	0	1	1	0
95	7	4,4	0	0	1	24.626,67	3.518,10	1	0	0	0
96	3	2,4	0	0	0	18.666,67	6.222,22	0	0	0	0
97	6	4,5	1	1	0	47.725,00	7.954,17	0	0	1	0
98	6	5,7	1	1	0	11.566,67	1.927,78	0	0	0	0
99	5	3,7	1	0	1	39.300,00	7.860,00	1	0	1	0
100	4	2,9	0	0	0	179.166,67	44.791,67	1	1	1	1
101	8	6,6	0	0	1	36.016,67	4.502,08	0	1	1	1
102	8	7,1	0	0	0	34.575,00	4.321,88	0	1	1	1
103	7	4,8	1	0	0	36.625,00	5.232,14	0	1	1	1
104	10	7,1	0	0	1	53.008,33	5.300,83	1	0	1	1
105	3	2,4	0	0	1	80.841,67	26.947,22	1	1	1	1
106	10	7,3	0	0	0	63.583,33	6.358,33	1	1	1	1
107	10	7,1	0	0	1	48.066,67	4.806,67	1	0	1	1
108	10	8,2	0	0	0	191.191,67	19.119,17	1	1	1	1
109	8	6,2	0	0	0	66.750,00	8.343,75	1	1	1	1
110	5	3,4	0	0	1	9.616,67	1.923,33	0	0	1	0
111	4	3,4	1	1	0	35.200,00	8.800,00	1	1	0	0
112	3	2,5	1	0	1	45.916,67	15.305,56	0	1	1	0
113	2	1,6	0	1	0	20.550,00	10.275,00	0	0	1	0
114	5	3,9	1	1	0	4.333,33	866,67	0	0	0	0
115	7	3,9	1	0	0	20.000,00	2.857,14	0	0	1	0
116	5	3,8	1	1	0	12.500,00	2.500,00	0	0	0	0
117	8	5,7	1	0	1	12.883,33	1.610,42	0	0	0	0
118	8	5,6	1	1	0	12.383,33	1.547,92	0	0	0	0
119	4	2,9	0	0	1	39.825,00	9.956,25	0	0	0	0

Anexo 04 -Matriz do Cálculo da Nutrição

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Milho					Arroz					Feijão				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	4,6	1,0	1,00	31,06	110,56	2,95	1,34	8,00	248,45	695,65	14,91	3,48	2,00	62,11	211,80	13,73	1,06
2,0	4,0	2,8	1,0	1,00	51,02	181,63	4,85	2,19	4,00	204,08	571,43	12,24	2,86	2,00	102,04	347,96	22,55	1,73
3,0	4,0	3,0	0,0	1,00	47,62	169,52	4,52	2,05	4,00	190,48	533,33	11,43	2,67	2,00	95,24	324,76	21,05	1,62
4,0	9,0	6,5	1,0	8,00	175,82	625,93	16,70	7,56	10,00	219,78	615,38	13,19	3,08	3,00	65,93	224,84	14,57	1,12
5,0	5,0	4,0	1,0	2,00	71,43	254,29	6,79	3,07	7,00	250,00	700,00	15,00	3,50	2,00	71,43	243,57	15,79	1,21
6,0	5,0	4,2	0,0	5,00	170,07	605,44	16,16	7,31	8,00	272,11	761,90	16,33	3,81	1,00	34,01	115,99	7,52	0,58
7,0	9,0	6,1	1,0	3,00	70,26	250,12	6,67	3,02	10,00	234,19	655,74	14,05	3,28	2,00	46,84	159,72	10,35	0,80
8,0	4,0	3,4	1,0	2,00	84,03	299,16	7,98	3,61	8,00	336,13	941,18	20,17	4,71	3,00	126,05	429,83	27,86	2,14
9,0	1,0	0,9	1,0	0,50	79,37	282,54	7,54	3,41	1,00	158,73	444,44	9,52	2,22	0,50	79,37	270,63	17,54	1,35
10,0	2,0	1,4	1,0	0,50	51,02	181,63	4,85	2,19	1,50	153,06	428,57	9,18	2,14	0,75	76,53	260,97	16,91	1,30
11,0	8,0	5,2	1,0	4,00	109,89	391,21	10,44	4,73	8,00	219,78	615,38	13,19	3,08	2,00	54,95	187,36	12,14	0,93
12,0	6,0	3,8	1,0	6,00	225,56	803,01	21,43	9,70	7,00	263,16	736,84	15,79	3,68	2,00	75,19	256,39	16,62	1,28
13,0	6,0	3,8	1,0	1,00	37,59	133,83	3,57	1,62	4,00	150,38	421,05	9,02	2,11	2,00	75,19	256,39	16,62	1,28
14,0	2,0	2,0	0,0	1,00	71,43	254,29	6,79	3,07	2,00	142,86	400,00	8,57	2,00	1,50	107,14	365,36	23,68	1,82
15,0	9,0	6,1	1,0	3,00	70,26	250,12	6,67	3,02	6,00	140,52	393,44	8,43	1,97	3,00	70,26	239,58	15,53	1,19
16,0	2,0	1,8	1,0	1,00	79,37	282,54	7,54	3,41	2,00	158,73	444,44	9,52	2,22	1,50	119,05	405,95	26,31	2,02
17,0	6,0	3,9	1,0	2,00	73,26	260,81	6,96	3,15	10,00	366,30	1025,64	21,98	5,13	4,00	146,52	499,63	32,38	2,49
18,0	5,0	3,1	1,0	1,00	46,08	164,06	4,38	1,98	6,00	276,50	774,19	16,59	3,87	1,00	46,08	157,14	10,18	0,78
19,0	8,0	6,1	0,0	2,00	46,84	166,74	4,45	2,01	10,00	234,19	655,74	14,05	3,28	2,00	46,84	159,72	10,35	0,80
20,0	4,0	2,4	1,0	1,00	59,52	211,90	5,65	2,56	5,00	297,62	833,33	17,86	4,17	1,00	59,52	202,98	13,15	1,01
21,0	8,0	6,3	1,0	3,00	68,03	242,18	6,46	2,93	10,00	226,76	634,92	13,61	3,17	1,00	22,68	77,32	5,01	0,39
22,0	8,0	4,9	0,0	1,00	29,15	103,79	2,77	1,25	10,00	291,55	816,33	17,49	4,08	3,00	87,46	298,25	19,33	1,49
23,0	6,0	4,4	0,0	2,00	64,94	231,17	6,17	2,79	6,00	194,81	545,45	11,69	2,73	1,00	32,47	110,71	7,18	0,55
24,0	11,0	7,8	1,0	1,00	18,32	65,20	1,74	0,79	4,00	73,26	205,13	4,40	1,03	4,00	73,26	249,82	16,19	1,25
25,0	3,0	1,9	1,0	1,00	75,19	267,67	7,14	3,23	3,00	225,56	631,58	13,53	3,16	1,00	75,19	256,39	16,62	1,28
26,0	12,0	8,9	0,0	2,00	32,10	114,29	3,05	1,38	10,00	160,51	449,44	9,63	2,25	3,00	48,15	164,21	10,64	0,82
27,0	5,0	2,9	1,0	3,00	147,78	526,11	14,04	6,35	5,00	246,31	689,66	14,78	3,45	2,00	98,52	335,96	21,77	1,67
28,0	4,0	2,8	1,0	1,00	51,02	181,63	4,85	2,19	8,00	408,16	1142,86	24,49	5,71	2,00	102,04	347,96	22,55	1,73
29,0	12,0	8,9	1,0	6,00	96,31	342,86	9,15	4,14	10,00	160,51	449,44	9,63	2,25	3,00	48,15	164,21	10,64	0,82
30,0	8,0	4,8	1,0	2,00	59,52	211,90	5,65	2,56	9,00	267,86	750,00	16,07	3,75	3,00	89,29	304,46	19,73	1,52
31,0	3,0	1,9	1,0	1,00	75,19	267,67	7,14	3,23	3,00	225,56	631,58	13,53	3,16	1,00	75,19	256,39	16,62	1,28
32,0	4,0	3,7	1,0	4,00	154,44	549,81	14,67	6,64	4,00	154,44	432,43	9,27	2,16	2,00	77,22	263,32	17,07	1,31
33,0	10,0	7,0	0,0	2,00	40,82	145,31	3,88	1,76	9,00	183,67	514,29	11,02	2,57	2,00	40,82	139,18	9,02	0,69
34,0	4,0	2,9	0,0	0,75	36,95	131,53	3,51	1,59	6,00	295,57	827,59	17,73	4,14	1,00	49,26	167,98	10,89	0,84
35,0	3,0	2,6	0,0	0,50	27,47	97,80	2,61	1,18	6,00	329,67	923,08	19,78	4,62	0,75	41,21	140,52	9,11	0,70
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	336,13	941,18	20,17	4,71	2,00	84,03	286,55	18,57	1,43
37,0	10,0	8,4	0,0	8,00	136,05	484,35	12,93	5,85	6,00	102,04	285,71	6,12	1,43	3,00	51,02	173,98	11,28	0,87
38,0	11,0	8,2	0,0	12,00	209,06	744,25	19,86	8,99	8,00	139,37	390,24	8,36	1,95	4,00	69,69	237,63	15,40	1,18
39,0	9,0	6,6	0,0	5,00	108,23	385,28	10,28	4,65	5,00	108,23	303,03	6,49	1,52	1,50	32,47	110,71	7,18	0,55
40,0	4,0	3,2	1,0	2,00	89,29	317,86	8,48	3,84	6,00	267,86	750,00	16,07	3,75	1,00	44,64	152,23	9,87	0,76
41,0	8,0	6,6	0,0	1,00	21,65	77,06	2,06	0,93	6,00	129,87	363,64	7,79	1,82	0,75	16,23	55,36	3,59	0,28
42,0	9,0	7,0	0,0	2,50	51,02	181,63	4,85	2,19	6,25	127,55	357,14	7,65	1,79	2,50	51,02	173,98	11,28	0,87
43,0	9,0	6,2	0,0	1,50	34,56	123,04	3,28	1,49	10,00	230,41	645,16	13,82	3,23	3,00	69,12	235,71	15,28	1,18
44,0	4,0	3,7	0,0	0,75	28,96	103,09	2,75	1,25	6,00	231,66	648,65	13,90	3,24	0,75	28,96	98,75	6,40	0,49
45,0	6,0	4,5	1,0	2,00	63,49	226,03	6,03	2,73	5,00	158,73	444,44	9,52	2,22	2,00	63,49	216,51	14,03	1,08
46,0	6,0	4,3	1,0	2,00	66,45	236,54	6,31	2,86	6,00	199,34	558,14	11,96	2,79	1,00	33,22	113,29	7,34	0,56
47,0	7,0	4,9	0,0	12,00	349,85	1245,48	33,24	15,04	3,75	109,33	306,12	6,56	1,53	0,50	14,58	49,71	3,22	0,25
48,0	9,0	6,7	1,0	0,75	15,99	56,93	1,52	0,69	12,50	266,52	746,27	15,99	3,73	1,50	31,98	109,06	7,07	0,54
49,0	5,0	3,4	0,0	1,50	63,03	224,37	5,99	2,71	3,75	157,56	441,18	9,45	2,21	0,75	31,51	107,46	6,96	0,54
50,0	7,0	6,1	0,0	1,00	23,42	83,37	2,22	1,01	17,50	409,84	1147,54	24,59	5,74	1,50	35,13	119,79	7,76	0,60
51,0	3,0	1,9	1,0	0,75	56,39	200,75	5,36	2,42	3,00	225,56	631,58	13,53	3,16	1,00	75,19	256,39	16,62	1,28
52,0	5,0	3,4	1,0	1,00	42,02	149,58	3,99	1,81	6,00	252,10	705,88	15,13	3,53	1,00	42,02	143,28	9,29	0,71
53,0	7,0	5,3	1,0	1,00	26,95	95,96	2,56	1,16	6,00	161,73	452,83	9,70	2,26	1,00	26,95	91,91	5,96	0,46
54,0	5,0	4,5	0,0	1,00	31,75	113,02	3,02	1,37	4,00	126,98	355,56	7,62	1,78	1,00	31,75	108,25	7,02	0,54
55,0	8,0	7,0	0,0	1,00	20,41	72,65	1,94	0,88	6,00	122,45	342,86	7,35	1,71	1,00	20,41	69,59	4,51	0,35
56,0	4,0	3,3	1,0	1,00	43,29	154,11	4,11	1,86	1,00	43,29	121,21	2,60	0,61	1,00	43,29	147,62	9,57	0,74
57,0	4,0	2,8	1,0	0,50	25,51	90,82	2,42	1,10	5,00	255,10	714,29	15,31	3,57	1,00	51,02	173,98	11,28	0,87
58,0	5,0	3,8	1,0	2,00	75,19	267,67	7,14	3,23	6,00	225,56	631,58	13,53	3,16	3,00	112,78	384,59	24,92	1,92
59,0	1,0	1,0	0,0	0,50	71,43	254,29	6,79	3,07	1,00	142,86	400,00	8,57	2,00	0,50	71,43	243,57	15,79	1,21
60,0	10,0	8,0	0,0	3,00	53,57	190,71	5,09	2,30	10,00	178,57	500,00	10,71	2,50	1,00	17,86	60,89	3,95	0,30
61,0	9,0	6,7	0,0	6,00	127,93	455,44	12,15	5,50	12,00	255,86	716,42	15,35	3,58	0,50	10,66	36,35	2,36	0,18
62,0	4,0	3,8	1,0	1,50	56,39	200,75	5,36	2,42	6,00	225,56	631,58	13,53	3,16	3,00	112,78	384,59	24,92	1,92
63,0	4,0	3,3	1,0	0,75	32,47	115,58	3,08	1,40	4,00	173,16	484,85	10,39	2,42	3,00	129,87	442,86	28,70	2,21
64,0	9,0	7,1	0,0	2,00	40,24	143,26	3,82	1,73	12,50	251,51	704,23	15,09	3,52	2,00	40,24	137,22	8,89	0,68
65,0	4,0	3,7	0,0	1,50	57,92	206,18	5,50	2,49	3,00									

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Milho					Arroz					Feijão				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
79,0	8,0	6,5	0,0	7,00	153,85	547,69	14,62	6,62	12,00	263,74	738,46	15,82	3,69	4,00	87,91	299,78	19,43	1,49
80,0	9,0	5,8	0,0	1,50	36,95	131,53	3,51	1,59	4,00	98,52	275,86	5,91	1,38	2,00	49,26	167,98	10,89	0,84
81,0	3,0	2,4	0,0	1,25	74,40	264,88	7,07	3,20	6,00	357,14	1000,00	21,43	5,00	2,00	119,05	405,95	26,31	2,02
82,0	7,0	4,4	0,0	2,00	64,94	231,17	6,17	2,79	6,00	194,81	545,45	11,69	2,73	3,00	97,40	332,14	21,53	1,66
83,0	4,0	3,3	0,0	2,00	86,58	308,23	8,23	3,72	6,00	259,74	727,27	15,58	3,64	2,00	86,58	295,24	19,13	1,47
84,0	8,0	6,2	0,0	0,75	17,28	61,52	1,64	0,74	15,00	345,62	967,74	20,74	4,84	3,00	69,12	235,71	15,28	1,18
85,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,00	252,10	705,88	15,13	3,53	2,00	84,03	286,55	18,57	1,43
86,0	11,0	8,5	1,0	2,00	33,61	119,66	3,19	1,45	8,00	134,45	376,47	8,07	1,88	3,00	50,42	171,93	11,14	0,86
87,0	8,0	6,2	0,0	6,00	138,25	492,17	13,13	5,94	6,00	138,25	387,10	8,29	1,94	5,00	115,21	392,86	25,46	1,96
88,0	6,0	4,4	0,0	1,00	32,47	115,58	3,08	1,40	6,00	194,81	545,45	11,69	2,73	2,00	64,94	221,43	14,35	1,10
89,0	14,0	11,0	0,0	2,00	25,97	92,47	2,47	1,12	12,00	155,84	436,36	9,35	2,18	3,00	38,96	132,86	8,61	0,66
90,0	9,0	6,6	0,0	10,00	216,45	770,56	20,56	9,31	12,00	259,74	727,27	15,58	3,64	4,00	86,58	295,24	19,13	1,47
91,0	4,0	3,2	0,0	0,50	22,32	79,46	2,12	0,96	6,00	267,86	750,00	16,07	3,75	2,00	89,29	304,46	19,73	1,52
92,0	11,0	8,7	0,0	3,50	57,47	204,60	5,46	2,47	10,00	164,20	459,77	9,85	2,30	2,00	32,84	111,99	7,26	0,56
93,0	7,0	4,5	1,0	2,00	63,49	226,03	6,03	2,73	9,00	285,71	800,00	17,14	4,00	3,00	95,24	324,76	21,05	1,62
94,0	7,0	5,8	0,0	2,00	49,26	175,37	4,68	2,12	7,00	172,41	482,76	10,34	2,41	2,00	49,26	167,98	10,89	0,84
95,0	7,0	4,4	0,0	2,00	64,94	231,17	6,17	2,79	6,25	202,92	568,18	12,18	2,84	2,00	64,94	221,43	14,35	1,10
96,0	3,0	2,4	0,0	1,25	74,40	264,88	7,07	3,20	0,75	44,64	125,00	2,68	0,63	1,50	89,29	304,46	19,73	1,52
97,0	6,0	4,5	1,0	2,00	63,49	226,03	6,03	2,73	6,00	190,48	533,33	11,43	2,67	3,00	95,24	324,76	21,05	1,62
98,0	6,0	5,7	1,0	1,00	25,06	89,22	2,38	1,08	5,00	125,31	350,88	7,52	1,75	3,00	75,19	256,39	16,62	1,28
99,0	5,0	3,7	1,0	4,00	154,44	549,81	14,67	6,64	6,00	231,66	648,65	13,90	3,24	3,00	115,83	394,98	25,60	1,97
100,0	4,0	2,9	0,0	2,00	98,52	350,74	9,36	4,24	5,00	246,31	689,66	14,78	3,45	1,00	49,26	167,98	10,89	0,84
101,0	8,0	6,6	0,0	4,00	86,58	308,23	8,23	3,72	8,00	173,16	484,85	10,39	2,42	3,00	64,94	221,43	14,35	1,10
102,0	8,0	7,1	0,0	2,00	40,24	143,26	3,82	1,73	8,00	160,97	450,70	9,66	2,25	2,00	40,24	137,22	8,89	0,68
103,0	7,0	4,8	1,0	3,00	89,29	317,86	8,48	3,84	3,00	89,29	250,00	5,36	1,25	2,00	59,52	202,98	13,15	1,01
104,0	10,0	7,1	0,0	10,00	201,21	716,30	19,11	8,65	6,00	120,72	338,03	7,24	1,69	2,00	40,24	137,22	8,89	0,68
105,0	3,0	2,4	0,0	1,00	59,52	211,90	5,65	2,56	4,00	238,10	666,67	14,29	3,33	1,00	59,52	202,98	13,15	1,01
106,0	10,0	7,3	0,0	2,00	39,14	139,33	3,72	1,68	10,00	195,69	547,95	11,74	2,74	5,00	97,85	333,66	21,62	1,66
107,0	10,0	7,1	0,0	1,50	30,18	107,44	2,87	1,30	5,00	100,60	281,69	6,04	1,41	3,00	60,36	205,84	13,34	1,03
108,0	10,0	8,2	0,0	3,00	52,26	186,06	4,97	2,25	###	348,43	975,61	20,91	4,88	3,00	52,26	178,22	11,55	0,89
109,0	8,0	6,2	0,0	2,00	46,08	164,06	4,38	1,98	10,00	230,41	645,16	13,82	3,23	3,00	69,12	235,71	15,28	1,18
110,0	5,0	3,4	0,0	2,00	84,03	299,16	7,98	3,61	6,00	252,10	705,88	15,13	3,53	2,00	84,03	286,55	18,57	1,43
111,0	4,0	3,4	1,0	2,00	84,03	299,16	7,98	3,61	7,00	294,12	823,53	17,65	4,12	1,00	42,02	143,28	9,29	0,71
112,0	3,0	2,5	1,0	1,00	57,14	203,43	5,43	2,46	4,00	228,57	640,00	13,71	3,20	1,00	57,14	194,86	12,63	0,97
113,0	2,0	1,6	0,0	1,00	89,29	317,86	8,48	3,84	3,00	267,86	750,00	16,07	3,75	1,00	89,29	304,46	19,73	1,52
114,0	5,0	3,9	1,0	1,00	36,63	130,40	3,48	1,58	5,00	183,15	512,82	10,99	2,56	1,50	54,95	187,36	12,14	0,93
115,0	7,0	3,9	1,0	1,25	45,79	163,00	4,35	1,97	6,00	219,78	615,38	13,19	3,08	2,00	73,26	249,82	16,19	1,25
116,0	5,0	3,8	1,0	1,00	37,59	133,83	3,57	1,62	5,00	187,97	526,32	11,28	2,63	1,00	37,59	128,20	8,31	0,64
117,0	8,0	5,7	1,0	5,00	125,31	446,12	11,90	5,39	8,00	200,50	561,40	12,03	2,81	2,00	50,13	170,93	11,08	0,85
118,0	8,0	5,6	1,0	2,00	51,02	181,63	4,85	2,19	13,00	331,63	928,57	19,90	4,64	2,00	51,02	173,98	11,28	0,87
119,0	4,0	2,9	0,0	2,00	98,52	350,74	9,36	4,24	3,00	147,78	413,79	8,87	2,07	1,00	49,26	167,98	10,89	0,84

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Pão (50 - 100g)					Bolacha					Massa				
				Uni	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	4,6	1,0	8,00	18,63	46,40	1,53	0,22	2,00	62,11	237,89	5,78	1,06	1,00	31,06	113,98	3,39	0,34
2,0	4,0	2,8	1,0	7,00	26,79	66,70	2,20	0,32	2,00	102,04	390,82	9,49	1,73	1,00	51,02	187,24	5,56	0,56
3,0	4,0	3,0	0,0	6,00	21,43	53,36	1,76	0,26	2,00	95,24	364,76	8,86	1,62	1,00	47,62	174,76	5,19	0,52
4,0	9,0	6,5	1,0	6,00	9,89	24,63	0,81	0,12	2,00	43,96	168,35	4,09	0,75	1,00	21,98	80,66	2,40	0,24
5,0	5,0	4,0	1,0	10,00	26,79	66,70	2,20	0,32	2,00	71,43	273,57	6,64	1,21	2,00	71,43	262,14	7,79	0,79
6,0	5,0	4,2	0,0	5,00	12,76	31,76	1,05	0,15	1,00	34,01	130,27	3,16	0,58	1,00	34,01	124,83	3,71	0,37
7,0	9,0	6,1	1,0	10,00	17,56	43,74	1,44	0,21	2,00	46,84	179,39	4,36	0,80	2,00	46,84	171,90	5,11	0,52
8,0	4,0	3,4	1,0	4,00	12,61	31,39	1,03	0,15	2,00	84,03	321,85	7,82	1,43	1,00	42,02	154,20	4,58	0,46
9,0	1,0	0,9	1,0	4,00	47,62	118,57	3,90	0,57	0,50	79,37	303,97	7,38	1,35	0,50	79,37	291,27	8,65	0,87
10,0	2,0	1,4	1,0	6,00	45,92	114,34	3,77	0,55	0,50	51,02	195,41	4,74	0,87	0,50	51,02	187,24	5,56	0,56
11,0	8,0	5,2	1,0	10,00	20,60	51,30	1,69	0,25	2,00	54,95	210,44	5,11	0,93	1,00	27,47	100,82	2,99	0,30
12,0	6,0	3,8	1,0	6,00	16,92	42,12	1,39	0,20	1,50	56,39	215,98	5,24	0,96	1,00	37,59	137,97	4,10	0,41
13,0	6,0	3,8	1,0	4,00	11,28	28,08	0,92	0,14	2,00	75,19	287,97	6,99	1,28	1,00	37,59	137,97	4,10	0,41
14,0	2,0	2,0	0,0	30,00	160,71	400,18	13,18	1,93	0,50	35,71	136,79	3,32	0,61	0,75	53,57	196,61	5,84	0,59
15,0	9,0	6,1	1,0	72,00	126,46	314,89	10,37	1,52	1,00	23,42	89,70	2,18	0,40	1,00	23,42	85,95	2,55	0,26
16,0	2,0	1,8	1,0	4,00	23,81	59,29	1,95	0,29	1,00	79,37	303,97	7,38	1,35	0,75	59,52	218,45	6,49	0,65
17,0	6,0	3,9	1,0	20,00	54,95	136,81	4,51	0,66	1,00	36,63	140,29	3,41	0,62	1,00	36,63	134,43	3,99	0,40
18,0	5,0	3,1	1,0	42,00	145,16	361,45	11,90	1,74	1,00	46,08	176,50	4,29	0,78	1,00	46,08	169,12	5,02	0,51
19,0	8,0	6,1	0,0	8,00	14,05	34,99	1,15	0,17	2,00	46,84	179,39	4,36	0,80	0,50	11,71	42,97	1,28	0,13
20,0	4,0	2,4	1,0	8,00	35,71	88,93	2,93	0,43	1,00	59,52	227,98	5,54	1,01	1,00	59,52	218,45	6,49	0,65
21,0	8,0	6,3	1,0	10,00	17,01	42,35	1,39	0,20	2,00	45,35	173,70	4,22	0,77	1,00	22,68	83,22	2,47	0,25
22,0	8,0	4,9	0,0	8,00	17,49	43,56	1,43	0,21	2,00	58,31	223,32	5,42	0,99	1,00	29,15	107,00	3,18	0,32
23,0	6,0	4,4	0,0	10,00	24,35	60,63	2,00	0,29	2,00	64,94	248,70	6,04	1,10	1,00	32,47	119,16	3,54	0,36
24,0	11,0	7,8	1,0	42,00	57,69	143,65	4,73	0,69	1,00	18,32	70,15	1,70	0,31	1,00	18,32	67,22	2,00	0,20
25,0	3,0	1,9	1,0	6,00	33,83	84,25	2,77	0,41	1,00	75,19	287,97	6,99	1,28	0,50	37,59	137,97	4,10	0,41
26,0	12,0	8,9	0,0	10,00	12,04	29,98	0,99	0,14	2,00	32,10	122,95	2,99	0,55	1,00	16,05	58,91	1,75	0,18
27,0	5,0	2,9	1,0	4,00	14,78	36,80	1,21	0,18	1,00	49,26	188,67	4,58	0,84	0,50	24,63	90,39	2,68	0,27
28,0	4,0	2,8	1,0	4,00	15,31	38,11	1,26	0,18	2,00	102,04	390,82	9,49	1,73	2,00	102,04	374,49	11,12	1,12
29,0	12,0	8,9	1,0	10,00	12,04	29,98	0,99	0,14	2,00	32,10	122,95	2,99	0,55	2,00	32,10	117,82	3,50	0,35
30,0	8,0	4,8	1,0	8,00	17,86	44,46	1,46	0,21	3,00	89,29	341,96	8,30	1,52	1,00	29,76	109,23	3,24	0,33
31,0	3,0	1,9	1,0	4,00	22,56	56,17	1,85	0,27	1,00	75,19	287,97	6,99	1,28	0,75	56,39	206,95	6,15	0,62
32,0	4,0	3,7	1,0	30,00	86,87	216,31	7,12	1,04	0,25	9,65	36,97	0,90	0,16	0,25	9,65	35,42	1,05	0,11
33,0	10,0	7,0	0,0	7,00	10,71	26,68	0,88	0,13	2,00	40,82	156,33	3,80	0,69	1,00	20,41	74,90	2,22	0,22
34,0	4,0	2,9	0,0	12,00	44,33	110,39	3,64	0,53	1,00	49,26	188,67	4,58	0,84	1,00	49,26	180,79	5,37	0,54
35,0	3,0	2,6	0,0	20,00	82,42	205,22	6,76	0,99	1,00	54,95	210,44	5,11	0,93	0,50	27,47	100,82	2,99	0,30
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	84,03	321,85	7,82	1,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37,0	10,0	8,4	0,0	16,00	20,41	50,82	1,67	0,24	2,00	34,01	130,27	3,16	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38,0	11,0	8,2	0,0	42,00	54,88	136,65	4,50	0,66	3,00	52,26	200,17	4,86	0,89	0,50	8,71	31,97	0,95	0,10
39,0	9,0	6,6	0,0	9,00	14,61	36,38	1,20	0,18	2,00	43,29	165,80	4,03	0,74	1,00	21,65	79,44	2,36	0,24
40,0	4,0	3,2	1,0	15,00	50,22	125,06	4,12	0,60	3,00	133,93	512,95	12,46	2,28	1,00	44,64	163,84	4,87	0,49
41,0	8,0	6,6	0,0	15,00	24,35	60,63	2,00	0,29	6,00	129,87	497,40	12,08	2,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42,0	9,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	51,02	195,41	4,74	0,87	2,50	51,02	187,24	5,56	0,56
43,0	9,0	6,2	0,0	60,00	103,69	258,18	8,50	1,24	1,00	23,04	88,25	2,14	0,39	0,75	17,28	63,42	1,88	0,19
44,0	4,0	3,7	0,0	11,00	31,85	79,31	2,61	0,38	3,00	115,83	443,63	10,77	1,97	1,00	38,61	141,70	4,21	0,42
45,0	6,0	4,5	1,0	12,00	28,57	71,14	2,34	0,34	0,75	23,81	91,19	2,21	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46,0	6,0	4,3	1,0	5,00	12,46	31,02	1,02	0,15	3,00	99,67	381,73	9,27	1,69	1,00	33,22	121,93	3,62	0,37
47,0	7,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	43,73	167,49	4,07	0,74	0,50	14,58	53,50	1,59	0,16
48,0	9,0	6,7	1,0	70,00	111,94	278,73	9,18	1,34	3,00	63,97	244,99	5,95	1,09	1,50	31,98	117,38	3,49	0,35
49,0	5,0	3,4	0,0	10,00	31,51	78,47	2,58	0,38	0,50	21,01	80,46	1,95	0,36	0,50	21,01	77,10	2,29	0,23
50,0	7,0	6,1	0,0	12,00	21,08	52,48	1,73	0,25	1,75	40,98	156,97	3,81	0,70	1,00	23,42	85,95	2,55	0,26
51,0	3,0	1,9	1,0	3,00	16,92	42,12	1,39	0,20	0,50	37,59	143,98	3,50	0,64	0,75	56,39	206,95	6,15	0,62
52,0	5,0	3,4	1,0	9,00	28,36	70,62	2,33	0,34	1,00	42,02	160,92	3,91	0,71	1,00	42,02	154,20	4,58	0,46
53,0	7,0	5,3	1,0	7,00	14,15	35,24	1,16	0,17	1,00	26,95	103,23	2,51	0,46	1,00	26,95	98,92	2,94	0,30
54,0	5,0	4,5	0,0	8,00	19,05	47,43	1,56	0,23	1,00	31,75	121,59	2,95	0,54	1,00	31,75	116,51	3,46	0,35
55,0	8,0	7,0	0,0	11,00	16,84	41,92	1,38	0,20	1,00	20,41	78,16	1,90	0,35	1,00	20,41	74,90	2,22	0,22
56,0	4,0	3,3	1,0	6,00	19,48	48,51	1,60	0,23	1,00	43,29	165,80	4,03	0,74	0,50	21,65	79,44	2,36	0,24
57,0	4,0	2,8	1,0	5,00	19,13	47,64	1,57	0,23	0,75	38,27	146,56	3,56	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58,0	5,0	3,8	1,0	15,00	42,29	105,31	3,47	0,51	1,00	37,59	143,98	3,50	0,64	0,50	18,80	68,98	2,05	0,21
59,0	1,0	1,0	0,0	10,00	107,14	266,79	8,79	1,29	0,50	71,43	273,57	6,64	1,21	0,50	71,43	262,14	7,79	0,79
60,0	10,0	8,0	0,0	70,00	93,75	233,44	7,69	1,13	5,00	89,29	341,96	8,30	1,52	3,00	53,57	196,61	5,84	0,59
61,0	9,0	6,7	0,0	42,00	67,16	167,24	5,51	0,81	1,25	26,65	102,08	2,48	0,45	0,50	10,66	39,13	1,16	0,12
62,0	4,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	112,78	431,95	10,49	1,92	2,00	75,19	275,94	8,20	0,83
63,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,65	82,90	2,01	0,37	0,50	21,65	79,44	2,36	0,24
64,0	9,0	7,1	0,0	10,00	15,09	37,58	1,24	0,18	1,00	20,12	77,06	1,87	0,34	1,00	20,12	73,84	2,19	0,22
65,0	4,0	3,7	0,0	13,00	37,64	93,74	3,09	0,45	1,00	38,61	147,88	3,59	0,66	1,00	38,61	141,70	4,21	0,42
66,0	4,0	2,9	0,0	6,00	22,17	55,20	1,82	0,27	1,00	49,26	188,67	4,58	0,84					

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Pão (50 - 100g)					Bolacha					Massa				
				Uni	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
79,0	8,0	6,5	0,0	60,00	98,90	246,26	8,11	1,19	2,00	43,96	168,35	4,09	0,75	1,00	21,98	80,66	2,40	0,24
80,0	9,0	5,8	0,0	42,00	77,59	193,19	6,36	0,93	2,00	49,26	188,67	4,58	0,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81,0	3,0	2,4	0,0	10,00	44,64	111,16	3,66	0,54	2,00	119,05	455,95	11,07	2,02	0,20	11,90	43,69	1,30	0,13
82,0	7,0	4,4	0,0	36,00	87,66	218,28	7,19	1,05	2,00	64,94	248,70	6,04	1,10	1,50	48,70	178,73	5,31	0,54
83,0	4,0	3,3	0,0	10,00	32,47	80,84	2,66	0,39	0,50	21,65	82,90	2,01	0,37	0,50	21,65	79,44	2,36	0,24
84,0	8,0	6,2	0,0	18,00	31,11	77,45	2,55	0,37	1,00	23,04	88,25	2,14	0,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85,0	5,0	3,4	1,0	8,00	25,21	62,77	2,07	0,30	0,50	21,01	80,46	1,95	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86,0	11,0	8,5	1,0	20,00	25,21	62,77	2,07	0,30	3,00	50,42	193,11	4,69	0,86	2,00	33,61	123,36	3,66	0,37
87,0	8,0	6,2	0,0	60,00	103,69	258,18	8,50	1,24	5,00	115,21	441,24	10,71	1,96	3,00	69,12	253,69	7,53	0,76
88,0	6,0	4,4	0,0	15,00	36,53	90,95	3,00	0,44	3,00	97,40	373,05	9,06	1,66	2,00	64,94	238,31	7,08	0,71
89,0	14,0	11,0	0,0	15,00	14,61	36,38	1,20	0,18	4,00	51,95	198,96	4,83	0,88	2,00	25,97	95,32	2,83	0,29
90,0	9,0	6,6	0,0	10,00	16,23	40,42	1,33	0,19	2,00	43,29	165,80	4,03	0,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91,0	4,0	3,2	0,0	10,00	33,48	83,37	2,75	0,40	0,75	33,48	128,24	3,11	0,57	1,00	44,64	163,84	4,87	0,49
92,0	11,0	8,7	0,0	20,00	24,63	61,33	2,02	0,30	1,00	16,42	62,89	1,53	0,28	0,50	8,21	30,13	0,89	0,09
93,0	7,0	4,5	1,0	20,00	47,62	118,57	3,90	0,57	3,00	95,24	364,76	8,86	1,62	1,50	47,62	174,76	5,19	0,52
94,0	7,0	5,8	0,0	18,00	33,25	82,80	2,73	0,40	1,00	24,63	94,33	2,29	0,42	1,00	24,63	90,39	2,68	0,27
95,0	7,0	4,4	0,0	10,00	24,35	60,63	2,00	0,29	2,00	64,94	248,70	6,04	1,10	0,25	8,12	29,79	0,88	0,09
96,0	3,0	2,4	0,0	5,00	22,32	55,58	1,83	0,27	0,75	44,64	170,98	4,15	0,76	0,25	14,88	54,61	1,62	0,16
97,0	6,0	4,5	1,0	20,00	47,62	118,57	3,90	0,57	4,00	126,98	486,35	11,81	2,16	1,50	47,62	174,76	5,19	0,52
98,0	6,0	5,7	1,0	12,00	22,56	56,17	1,85	0,27	2,00	50,13	191,98	4,66	0,85	2,00	50,13	183,96	5,46	0,55
99,0	5,0	3,7	1,0	10,00	28,96	72,10	2,37	0,35	1,00	38,61	147,88	3,59	0,66	0,50	19,31	70,85	2,10	0,21
100,0	4,0	2,9	0,0	30,00	110,84	275,99	9,09	1,33	1,00	49,26	188,67	4,58	0,84	1,00	49,26	180,79	5,37	0,54
101,0	8,0	6,6	0,0	5,00	8,12	20,21	0,67	0,10	1,00	21,65	82,90	2,01	0,37	1,00	21,65	79,44	2,36	0,24
102,0	8,0	7,1	0,0	50,00	75,45	187,88	6,19	0,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103,0	7,0	4,8	1,0	15,00	33,48	83,37	2,75	0,40	1,00	29,76	113,99	2,77	0,51	0,50	14,88	54,61	1,62	0,16
104,0	10,0	7,1	0,0	48,00	72,43	180,36	5,94	0,87	1,00	20,12	77,06	1,87	0,34	0,50	10,06	36,92	1,10	0,11
105,0	3,0	2,4	0,0	10,00	44,64	111,16	3,66	0,54	1,00	59,52	227,98	5,54	1,01	0,50	29,76	109,23	3,24	0,33
106,0	10,0	7,3	0,0	50,00	73,39	182,73	6,02	0,88	2,00	39,14	149,90	3,64	0,67	2,00	39,14	143,64	4,27	0,43
107,0	10,0	7,1	0,0	50,00	75,45	187,88	6,19	0,91	4,00	80,48	308,25	7,48	1,37	3,00	60,36	221,53	6,58	0,66
108,0	10,0	8,2	0,0	70,00	91,46	227,74	7,50	1,10	3,00	52,26	200,17	4,86	0,89	0,75	13,07	47,95	1,42	0,14
109,0	8,0	6,2	0,0	70,00	120,97	301,21	9,92	1,45	4,00	92,17	353,00	8,57	1,57	1,00	23,04	84,56	2,51	0,25
110,0	5,0	3,4	0,0	5,00	15,76	39,23	1,29	0,19	0,50	21,01	80,46	1,95	0,36	0,50	21,01	77,10	2,29	0,23
111,0	4,0	3,4	1,0	10,00	31,51	78,47	2,58	0,38	2,00	84,03	321,85	7,82	1,43	2,00	84,03	308,40	9,16	0,92
112,0	3,0	2,5	1,0	20,00	85,71	213,43	7,03	1,03	1,00	57,14	218,86	5,31	0,97	1,00	57,14	209,71	6,23	0,63
113,0	2,0	1,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	66,96	256,47	6,23	1,14	2,00	178,57	655,36	19,46	1,96
114,0	5,0	3,9	1,0	20,00	54,95	136,81	4,51	0,66	2,00	73,26	280,59	6,81	1,25	1,00	36,63	134,43	3,99	0,40
115,0	7,0	3,9	1,0	35,00	96,15	239,42	7,88	1,15	0,75	27,47	105,22	2,55	0,47	0,50	18,32	67,22	2,00	0,20
116,0	5,0	3,8	1,0	5,00	14,10	35,10	1,16	0,17	0,50	18,80	71,99	1,75	0,32	0,50	18,80	68,98	2,05	0,21
117,0	8,0	5,7	1,0	10,00	18,80	46,80	1,54	0,23	2,00	50,13	191,98	4,66	0,85	1,00	25,06	91,98	2,73	0,28
118,0	8,0	5,6	1,0	10,00	19,13	47,64	1,57	0,23	1,00	25,51	97,70	2,37	0,43	0,50	12,76	46,81	1,39	0,14
119,0	4,0	2,9	0,0	30,00	110,84	275,99	9,09	1,33	0,50	24,63	94,33	2,29	0,42	0,25	12,32	45,20	1,34	0,14

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Farinha					Açúcar					Leite em Pó				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	4,6	1,0	2,00	62,11	226,09	6,77	0,68	2,00	62,11	240,37	0,00	0,00	1,00	31,06	154,04	8,17	8,29
2,0	4,0	2,8	1,0	1,00	51,02	185,71	5,56	0,56	1,50	76,53	296,17	0,00	0,00	1,00	51,02	253,06	13,42	13,62
3,0	4,0	3,0	0,0	1,00	47,62	173,33	5,19	0,52	1,00	47,62	184,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4,0	9,0	6,5	1,0	2,00	43,96	160,00	4,79	0,48	2,00	43,96	170,11	0,00	0,00	1,00	21,98	109,01	5,78	5,87
5,0	5,0	4,0	1,0	2,00	71,43	260,00	7,79	0,79	3,00	107,14	414,64	0,00	0,00	1,00	35,71	177,14	9,39	9,54
6,0	5,0	4,2	0,0	1,00	34,01	123,81	3,71	0,37	3,00	102,04	394,90	0,00	0,00	1,00	34,01	168,71	8,95	9,08
7,0	9,0	6,1	1,0	1,00	23,42	85,25	2,55	0,26	1,50	35,13	135,95	0,00	0,00	1,00	23,42	116,16	6,16	6,25
8,0	4,0	3,4	1,0	2,00	84,03	305,88	9,16	0,92	1,00	42,02	162,61	0,00	0,00	1,00	42,02	208,40	11,05	11,22
9,0	1,0	0,9	1,0	0,25	39,68	144,44	4,33	0,44	0,25	39,68	153,57	0,00	0,00	0,25	39,68	196,83	10,44	10,60
10,0	2,0	1,4	1,0	0,50	51,02	185,71	5,56	0,56	0,50	51,02	197,45	0,00	0,00	0,50	51,02	253,06	13,42	13,62
11,0	8,0	5,2	1,0	0,50	13,74	50,00	1,50	0,15	2,00	54,95	212,64	0,00	0,00	1,00	27,47	136,26	7,23	7,34
12,0	6,0	3,8	1,0	1,50	56,39	205,26	6,15	0,62	2,00	75,19	290,98	0,00	0,00	1,00	37,59	186,47	9,89	10,04
13,0	6,0	3,8	1,0	2,00	75,19	273,68	8,20	0,83	1,00	37,59	145,49	0,00	0,00	1,00	37,59	186,47	9,89	10,04
14,0	2,0	2,0	0,0	1,00	71,43	260,00	7,79	0,79	0,75	53,57	207,32	0,00	0,00	1,00	71,43	354,29	18,79	19,07
15,0	9,0	6,1	1,0	2,00	46,84	170,49	5,11	0,52	2,00	46,84	181,26	0,00	0,00	1,00	23,42	116,16	6,16	6,25
16,0	2,0	1,8	1,0	0,50	39,68	144,44	4,33	0,44	1,00	79,37	307,14	0,00	0,00	0,75	59,52	295,24	15,65	15,89
17,0	6,0	3,9	1,0	2,00	73,26	266,67	7,99	0,81	2,00	73,26	283,52	0,00	0,00	1,00	36,63	181,68	9,63	9,78
18,0	5,0	3,1	1,0	1,00	46,08	167,74	5,02	0,51	1,00	46,08	178,34	0,00	0,00	1,00	46,08	228,57	12,12	12,30
19,0	8,0	6,1	0,0	0,75	17,56	63,93	1,91	0,19	1,25	29,27	113,29	0,00	0,00	1,00	23,42	116,16	6,16	6,25
20,0	4,0	2,4	1,0	0,50	29,76	108,33	3,24	0,33	1,25	74,40	287,95	0,00	0,00	1,00	59,52	295,24	15,65	15,89
21,0	8,0	6,3	1,0	2,00	45,35	165,08	4,94	0,50	1,00	22,68	87,76	0,00	0,00	1,00	22,68	112,47	5,96	6,05
22,0	8,0	4,9	0,0	2,00	58,31	212,24	6,36	0,64	2,00	58,31	225,66	0,00	0,00	1,00	29,15	144,61	7,67	7,78
23,0	6,0	4,4	0,0	1,00	32,47	118,18	3,54	0,36	1,50	48,70	188,47	0,00	0,00	1,00	32,47	161,04	8,54	8,67
24,0	11,0	7,8	1,0	4,00	73,26	266,67	7,99	0,81	2,00	36,63	141,76	0,00	0,00	1,00	18,32	90,84	4,82	4,89
25,0	3,0	1,9	1,0	0,13	9,40	34,21	1,02	0,10	0,50	37,59	145,49	0,00	0,00	0,75	56,39	279,70	14,83	15,06
26,0	12,0	8,9	0,0	2,00	32,10	116,85	3,50	0,35	2,00	32,10	124,24	0,00	0,00	1,00	16,05	79,61	4,22	4,29
27,0	5,0	2,9	1,0	0,50	24,63	89,66	2,68	0,27	1,25	61,58	238,30	0,00	0,00	0,75	36,95	183,25	9,72	9,86
28,0	4,0	2,8	1,0	2,00	102,04	371,43	11,12	1,12	2,00	102,04	394,90	0,00	0,00	1,00	51,02	253,06	13,42	13,62
29,0	12,0	8,9	1,0	3,00	48,15	175,28	5,25	0,53	2,00	32,10	124,24	0,00	0,00	1,00	16,05	79,61	4,22	4,29
30,0	8,0	4,8	1,0	1,00	29,76	108,33	3,24	0,33	1,00	29,76	115,18	0,00	0,00	1,00	29,76	147,62	7,83	7,95
31,0	3,0	1,9	1,0	0,50	37,59	136,84	4,10	0,41	1,00	75,19	290,98	0,00	0,00	1,00	75,19	372,93	19,77	20,08
32,0	4,0	3,7	1,0	0,25	9,65	35,14	1,05	0,11	1,00	38,61	149,42	0,00	0,00	1,00	38,61	191,51	10,15	10,31
33,0	10,0	7,0	0,0	1,00	20,41	74,29	2,22	0,22	1,50	30,61	118,47	0,00	0,00	0,50	10,20	50,61	2,68	2,72
34,0	4,0	2,9	0,0	1,00	49,26	179,31	5,37	0,54	0,50	24,63	95,32	0,00	0,00	0,50	24,63	122,17	6,48	6,58
35,0	3,0	2,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	27,47	106,32	0,00	0,00	1,00	54,95	272,53	14,45	14,67
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	84,03	325,21	0,00	0,00	0,50	21,01	104,20	5,53	5,61
37,0	10,0	8,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	17,01	65,82	0,00	0,00	1,00	17,01	84,35	4,47	4,54
38,0	11,0	8,2	0,0	0,50	8,71	31,71	0,95	0,10	2,00	34,84	134,84	0,00	0,00	2,00	34,84	172,82	9,16	9,30
39,0	9,0	6,6	0,0	3,00	64,94	236,36	7,08	0,71	2,00	43,29	167,53	0,00	0,00	1,00	21,65	107,36	5,69	5,78
40,0	4,0	3,2	1,0	0,50	22,32	81,25	2,43	0,25	1,00	44,64	172,77	0,00	0,00	0,50	22,32	110,71	5,87	5,96
41,0	8,0	6,6	0,0	0,75	16,23	59,09	1,77	0,18	0,75	16,23	62,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42,0	9,0	7,0	0,0	1,25	25,51	92,86	2,78	0,28	1,50	30,61	118,47	0,00	0,00	1,00	20,41	101,22	5,37	5,45
43,0	9,0	6,2	0,0	1,00	23,04	83,87	2,51	0,25	2,00	46,08	178,34	0,00	0,00	1,00	23,04	114,29	6,06	6,15
44,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	48,26	186,78	0,00	0,00	3,00	115,83	574,52	30,46	30,93
45,0	6,0	4,5	1,0	0,50	15,87	57,78	1,73	0,17	0,75	23,81	92,14	0,00	0,00	0,50	15,87	78,73	4,17	4,24
46,0	6,0	4,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	99,67	385,71	0,00	0,00	0,50	16,61	82,39	4,37	4,44
47,0	7,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	43,73	169,24	0,00	0,00	1,00	29,15	144,61	7,67	7,78
48,0	9,0	6,7	1,0	1,00	21,32	77,61	2,32	0,23	1,25	26,65	103,14	0,00	0,00	0,50	10,66	52,88	2,80	2,85
49,0	5,0	3,4	0,0	1,00	42,02	152,94	4,58	0,46	0,75	31,51	121,95	0,00	0,00	0,50	21,01	104,20	5,53	5,61
50,0	7,0	6,1	0,0	0,50	11,71	42,62	1,28	0,13	1,25	29,27	113,29	0,00	0,00	0,50	11,71	58,08	3,08	3,13
51,0	3,0	1,9	1,0	0,50	37,59	136,84	4,10	0,41	1,00	75,19	290,98	0,00	0,00	0,75	56,39	279,70	14,83	15,06
52,0	5,0	3,4	1,0	1,00	42,02	152,94	4,58	0,46	1,00	42,02	162,61	0,00	0,00	1,00	42,02	208,40	11,05	11,22
53,0	7,0	5,3	1,0	0,50	13,48	49,06	1,47	0,15	1,00	26,95	104,31	0,00	0,00	0,50	13,48	66,85	3,54	3,60
54,0	5,0	4,5	0,0	1,00	31,75	115,56	3,46	0,35	1,00	31,75	122,86	0,00	0,00	1,00	31,75	157,46	8,35	8,48
55,0	8,0	7,0	0,0	1,00	20,41	74,29	2,22	0,22	1,50	30,61	118,47	0,00	0,00	0,50	10,20	50,61	2,68	2,72
56,0	4,0	3,3	1,0	0,50	21,65	78,79	2,36	0,24	1,00	43,29	167,53	0,00	0,00	1,00	43,29	214,72	11,39	11,56
57,0	4,0	2,8	1,0	0,75	38,27	139,29	4,17	0,42	0,75	38,27	148,09	0,00	0,00	0,75	38,27	189,80	10,06	10,22
58,0	5,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	37,59	145,49	0,00	0,00	1,00	37,59	186,47	9,89	10,04
59,0	1,0	1,0	0,0	0,25	35,71	130,00	3,89	0,39	0,50	71,43	276,43	0,00	0,00	0,50	71,43	354,29	18,79	19,07
60,0	10,0	8,0	0,0	1,25	22,32	81,25	2,43	0,25	1,00	17,86	69,11	0,00	0,00	3,00	53,57	265,71	14,09	14,30
61,0	9,0	6,7	0,0	1,00	21,32	77,61	2,32	0,23	1,00	21,32	82,52	0,00	0,00	2,00	42,64	211,51	11,22	11,39
62,0	4,0	3,8	1,0	1,00	37,59	136,84	4,10	0,41	1,00	37,59	145,49	0,00	0,00	1,00	37,59	186,47	9,89	10,04
63,0	4,0	3,3	1,0	0,50	21,65	78,79	2,36	0,24	1,00	43,29	167,53	0,00	0,00	0,50	21,65	107,36	5,69	5,78
64,0	9,0	7,1	0,0	1,00	20,12	73,24	2,19	0,22	2,00	40,24	155,73	0,00	0,00	0,75	15,09	74,85	3,97	4,03
65,0	4,0	3,7	0,0	1,00	38,61	140,54	4,21	0,42	1,00	38,61	149,42	0,00	0,00	0,25	9,65	47,88	2,54	2,58
66,0	4,0	2,9	0,0	0,50	24,63	89,66	2,68	0,27	0,75	36,95								

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Farinha					Açúcar					Leite em Pó				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
79,0	8,0	6,5	0,0	2,00	43,96	160,00	4,79	0,48	2,00	43,96	170,11	0,00	0,00	0,50	10,99	54,51	2,89	2,93
80,0	9,0	5,8	0,0	0,25	6,16	22,41	0,67	0,07	2,00	49,26	190,64	0,00	0,00	1,50	36,95	183,25	9,72	9,86
81,0	3,0	2,4	0,0	0,25	14,88	54,17	1,62	0,16	0,50	29,76	115,18	0,00	0,00	1,00	59,52	295,24	15,65	15,89
82,0	7,0	4,4	0,0	1,50	48,70	177,27	5,31	0,54	1,50	48,70	188,47	0,00	0,00	0,75	24,35	120,78	6,40	6,50
83,0	4,0	3,3	0,0	1,00	43,29	157,58	4,72	0,48	0,50	21,65	83,77	0,00	0,00	0,50	21,65	107,36	5,69	5,78
84,0	8,0	6,2	0,0	0,75	17,28	62,90	1,88	0,19	1,50	34,56	133,76	0,00	0,00	1,00	23,04	114,29	6,06	6,15
85,0	5,0	3,4	1,0	0,50	21,01	76,47	2,29	0,23	0,50	21,01	81,30	0,00	0,00	0,50	21,01	104,20	5,53	5,61
86,0	11,0	8,5	1,0	2,00	33,61	122,35	3,66	0,37	2,00	33,61	130,08	0,00	0,00	1,00	16,81	83,36	4,42	4,49
87,0	8,0	6,2	0,0	3,00	69,12	251,61	7,53	0,76	1,00	23,04	89,17	0,00	0,00	1,00	23,04	114,29	6,06	6,15
88,0	6,0	4,4	0,0	2,00	64,94	236,36	7,08	0,71	2,00	64,94	251,30	0,00	0,00	1,00	32,47	161,04	8,54	8,67
89,0	14,0	11,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	38,96	150,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90,0	9,0	6,6	0,0	3,00	64,94	236,36	7,08	0,71	2,00	43,29	167,53	0,00	0,00	1,00	21,65	107,36	5,69	5,78
91,0	4,0	3,2	0,0	0,75	33,48	121,88	3,65	0,37	1,00	44,64	172,77	0,00	0,00	1,00	44,64	221,43	11,74	11,92
92,0	11,0	8,7	0,0	0,50	8,21	29,89	0,89	0,09	3,00	49,26	190,64	0,00	0,00	1,00	16,42	81,44	4,32	4,38
93,0	7,0	4,5	1,0	2,00	63,49	231,11	6,92	0,70	2,00	63,49	245,71	0,00	0,00	0,25	7,94	39,37	2,09	2,12
94,0	7,0	5,8	0,0	0,50	12,32	44,83	1,34	0,14	3,00	73,89	285,96	0,00	0,00	0,25	6,16	30,54	1,62	1,64
95,0	7,0	4,4	0,0	4,00	129,87	472,73	14,16	1,43	1,50	48,70	188,47	0,00	0,00	0,25	8,12	40,26	2,13	2,17
96,0	3,0	2,4	0,0	1,00	59,52	216,67	6,49	0,65	1,00	59,52	230,36	0,00	0,00	0,50	29,76	147,62	7,83	7,95
97,0	6,0	4,5	1,0	2,00	63,49	231,11	6,92	0,70	3,00	95,24	368,57	0,00	0,00	0,75	23,81	118,10	6,26	6,36
98,0	6,0	5,7	1,0	2,00	50,13	182,46	5,46	0,55	2,00	50,13	193,98	0,00	0,00	0,75	18,80	93,23	4,94	5,02
99,0	5,0	3,7	1,0	1,00	38,61	140,54	4,21	0,42	2,00	77,22	298,84	0,00	0,00	0,25	9,65	47,88	2,54	2,58
100,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	49,26	190,64	0,00	0,00	1,00	49,26	244,33	12,96	13,15
101,0	8,0	6,6	0,0	2,00	43,29	157,58	4,72	0,48	3,00	64,94	251,30	0,00	0,00	0,50	10,82	53,68	2,85	2,89
102,0	8,0	7,1	0,0	2,00	40,24	146,48	4,39	0,44	1,50	30,18	116,80	0,00	0,00	2,00	40,24	199,60	10,58	10,74
103,0	7,0	4,8	1,0	2,00	59,52	216,67	6,49	0,65	0,50	14,88	57,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104,0	10,0	7,1	0,0	1,25	25,15	91,55	2,74	0,28	3,00	60,36	233,60	0,00	0,00	1,00	20,12	99,80	5,29	5,37
105,0	3,0	2,4	0,0	0,50	29,76	108,33	3,24	0,33	1,00	59,52	230,36	0,00	0,00	1,00	59,52	295,24	15,65	15,89
106,0	10,0	7,3	0,0	2,00	39,14	142,47	4,27	0,43	3,00	58,71	227,20	0,00	0,00	2,00	39,14	194,13	10,29	10,45
107,0	10,0	7,1	0,0	2,00	40,24	146,48	4,39	0,44	3,00	60,36	233,60	0,00	0,00	2,00	40,24	199,60	10,58	10,74
108,0	10,0	8,2	0,0	4,00	69,69	253,66	7,60	0,77	3,00	52,26	202,26	0,00	0,00	2,00	34,84	172,82	9,16	9,30
109,0	8,0	6,2	0,0	0,25	5,76	20,97	0,63	0,06	2,00	46,08	178,34	0,00	0,00	1,00	23,04	114,29	6,06	6,15
110,0	5,0	3,4	0,0	1,00	42,02	152,94	4,58	0,46	2,00	84,03	325,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111,0	4,0	3,4	1,0	0,25	10,50	38,24	1,14	0,12	1,50	63,03	243,91	0,00	0,00	1,00	42,02	208,40	11,05	11,22
112,0	3,0	2,5	1,0	0,25	14,29	52,00	1,56	0,16	0,75	42,86	165,86	0,00	0,00	0,25	14,29	70,86	3,76	3,81
113,0	2,0	1,6	0,0	0,25	22,32	81,25	2,43	0,25	0,50	44,64	172,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114,0	5,0	3,9	1,0	0,50	18,32	66,67	2,00	0,20	1,50	54,95	212,64	0,00	0,00	0,50	18,32	90,84	4,82	4,89
115,0	7,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	36,63	141,76	0,00	0,00	0,50	18,32	90,84	4,82	4,89
116,0	5,0	3,8	1,0	0,25	9,40	34,21	1,02	0,10	1,00	37,59	145,49	0,00	0,00	0,25	9,40	46,62	2,47	2,51
117,0	8,0	5,7	1,0	1,00	25,06	91,23	2,73	0,28	0,25	6,27	24,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118,0	8,0	5,6	1,0	0,50	12,76	46,43	1,39	0,14	1,00	25,51	98,72	0,00	0,00	0,25	6,38	31,63	1,68	1,70
119,0	4,0	2,9	0,0	0,25	12,32	44,83	1,34	0,14	0,50	24,63	95,32	0,00	0,00	0,50	24,63	122,17	6,48	6,58

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Leite Fresco					Manteiga					Óleo				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal /cap	Prot/cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord /cap
1,0	6,0	4,6	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,76	55,90	0,05	6,29	2,00	62,11	549,07	0,00	62,11
2,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,76	91,84	0,08	10,33	2,00	102,04	902,04	0,00	102,04
3,0	4,0	3,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,90	85,71	0,07	9,64	3,00	142,86	1262,86	0,00	142,86
4,0	9,0	6,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,49	39,56	0,03	4,45	2,00	43,96	388,57	0,00	43,96
5,0	5,0	4,0	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,93	64,29	0,05	7,23	3,00	107,14	947,14	0,00	107,14
6,0	5,0	4,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,50	61,22	0,05	6,89	3,00	102,04	902,04	0,00	102,04
7,0	9,0	6,1	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	42,15	0,04	4,74	5,00	117,10	1035,13	0,00	117,10
8,0	4,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	2,00	84,03	742,86	0,00	84,03
9,0	1,0	0,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	19,84	142,86	0,12	16,07	0,50	79,37	701,59	0,00	79,37
10,0	2,0	1,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	12,76	91,84	0,08	10,33	1,00	102,04	902,04	0,00	102,04
11,0	8,0	5,2	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,87	49,45	0,04	5,56	2,00	54,95	485,71	0,00	54,95
12,0	6,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	67,67	0,06	7,61	2,00	75,19	664,66	0,00	75,19
13,0	6,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	67,67	0,06	7,61	2,00	75,19	664,66	0,00	75,19
14,0	2,0	2,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	17,86	128,57	0,11	14,46	1,00	71,43	631,43	0,00	71,43
15,0	9,0	6,1	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	42,15	0,04	4,74	2,00	46,84	414,05	0,00	46,84
16,0	2,0	1,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	19,84	142,86	0,12	16,07	1,00	79,37	701,59	0,00	79,37
17,0	6,0	3,9	1,0	2,00	73,26	47,62	2,51	2,71	0,25	9,16	65,93	0,05	7,42	2,00	73,26	647,62	0,00	73,26
18,0	5,0	3,1	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,52	82,95	0,07	9,33	1,00	46,08	407,37	0,00	46,08
19,0	8,0	6,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	42,15	0,04	4,74	4,00	93,68	828,10	0,00	93,68
20,0	4,0	2,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	14,88	107,14	0,09	12,05	1,50	89,29	789,29	0,00	89,29
21,0	8,0	6,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,67	40,82	0,03	4,59	3,00	68,03	601,36	0,00	68,03
22,0	8,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,29	52,48	0,04	5,90	3,00	87,46	773,18	0,00	87,46
23,0	6,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,12	58,44	0,05	6,57	5,00	162,34	1435,06	0,00	162,34
24,0	11,0	7,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,58	32,97	0,03	3,71	3,00	54,95	485,71	0,00	54,95
25,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	135,34	0,11	15,23	1,00	75,19	664,66	0,00	75,19
26,0	12,0	8,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,01	28,89	0,02	3,25	3,00	48,15	425,68	0,00	48,15
27,0	5,0	2,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,32	88,67	0,07	9,98	2,00	98,52	870,94	0,00	98,52
28,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,76	91,84	0,08	10,33	2,00	102,04	902,04	0,00	102,04
29,0	12,0	8,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,01	28,89	0,02	3,25	2,00	32,10	283,79	0,00	32,10
30,0	8,0	4,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,44	53,57	0,04	6,03	2,00	59,52	526,19	0,00	59,52
31,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	135,34	0,11	15,23	1,00	75,19	664,66	0,00	75,19
32,0	4,0	3,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	19,31	139,00	0,12	15,64	2,00	77,22	682,63	0,00	77,22
33,0	10,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,10	36,73	0,03	4,13	3,00	61,22	541,22	0,00	61,22
34,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	98,52	870,94	0,00	98,52
35,0	3,0	2,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	54,95	485,71	0,00	54,95
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	5,25	37,82	0,03	4,25	2,00	84,03	742,86	0,00	84,03
37,0	10,0	8,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	8,50	61,22	0,05	6,89	3,00	51,02	451,02	0,00	51,02
38,0	11,0	8,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,36	31,36	0,03	3,53	2,00	34,84	308,01	0,00	34,84
39,0	9,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40,0	4,0	3,2	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,16	80,36	0,07	9,04	2,00	89,29	789,29	0,00	89,29
41,0	8,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	16,23	116,88	0,10	13,15	6,00	129,87	1148,05	0,00	129,87
42,0	9,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,20	73,47	0,06	8,27	2,50	51,02	451,02	0,00	51,02
43,0	9,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,76	41,47	0,03	4,67	2,00	46,08	407,37	0,00	46,08
44,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,65	69,50	0,06	7,82	1,25	48,26	426,64	0,00	48,26
45,0	6,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	3,97	28,57	0,02	3,21	2,00	63,49	561,27	0,00	63,49
46,0	6,0	4,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	16,61	119,60	0,10	13,46	2,00	66,45	587,38	0,00	66,45
47,0	7,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	14,58	104,96	0,09	11,81	1,00	29,15	257,73	0,00	29,15
48,0	9,0	6,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,66	76,76	0,06	8,64	4,00	85,29	753,94	0,00	85,29
49,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	1,25	52,52	464,29	0,00	52,52
50,0	7,0	6,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	42,15	0,04	4,74	2,00	46,84	414,05	0,00	46,84
51,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	135,34	0,11	15,23	1,00	75,19	664,66	0,00	75,19
52,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	2,00	84,03	742,86	0,00	84,03
53,0	7,0	5,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,74	48,52	0,04	5,46	2,50	67,39	595,69	0,00	67,39
54,0	5,0	4,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,94	57,14	0,05	6,43	2,00	63,49	561,27	0,00	63,49
55,0	8,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,10	36,73	0,03	4,13	4,00	81,63	721,63	0,00	81,63
56,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,65	155,84	0,13	17,53	1,00	43,29	382,68	0,00	43,29
57,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	25,51	183,67	0,15	20,66	3,00	153,06	1353,06	0,00	153,06
58,0	5,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	67,67	0,06	7,61	2,00	75,19	664,66	0,00	75,19
59,0	1,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	17,86	128,57	0,11	14,46	0,50	71,43	631,43	0,00	71,43
60,0	10,0	8,0	0,0	3,00	53,57	34,82	1,84	1,98	0,75	13,39	96,43	0,08	10,85	3,00	53,57	473,57	0,00	53,57
61,0	9,0	6,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,66	76,76	0,06	8,64	2,00	42,64	376,97	0,00	42,64
62,0	4,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	18,80	135,34	0,11	15,23	2,00	75,19	664,66	0,00	75,19
63,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,82	77,92	0,06	8,77	2,00	86,58	765,37	0,00	86,58
64,0	9,0	7,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	15,09	108,65	0,09	12,22	3,00	60,36	533,60	0,00	60,36
65,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,65	69,50	0,06	7,82	2,00	77,22	682,63	0,00	77,22
66,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	24,63	177,34	0,15	19,95	1,50	73,89	653,20	0,00	73,89
67,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00											

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Leite Fresco					Manteiga					Óleo				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
79,0	8,0	6,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,99	79,12	0,07	8,90	3,00	65,93	582,86	0,00	65,93
80,0	9,0	5,8	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,16	44,33	0,04	4,99	3,00	73,89	653,20	0,00	73,89
81,0	3,0	2,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	59,52	526,19	0,00	59,52
82,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	4,06	29,22	0,02	3,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83,0	4,0	3,3	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	5,41	38,96	0,03	4,38	1,00	43,29	382,68	0,00	43,29
84,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	34,56	305,53	0,00	34,56
85,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	1,00	42,02	371,43	0,00	42,02
86,0	11,0	8,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	50,42	445,71	0,00	50,42
87,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	11,52	82,95	0,07	9,33	3,00	69,12	611,06	0,00	69,12
88,0	6,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	16,23	116,88	0,10	13,15	2,00	64,94	574,03	0,00	64,94
89,0	14,0	11,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	51,95	459,22	0,00	51,95
90,0	9,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,82	77,92	0,06	8,77	1,00	21,65	191,34	0,00	21,65
91,0	4,0	3,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,16	80,36	0,07	9,04	3,00	133,93	1183,93	0,00	133,93
92,0	11,0	8,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	2,05	14,78	0,01	1,66	4,00	65,68	580,62	0,00	65,68
93,0	7,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,94	57,14	0,05	6,43	3,00	95,24	841,90	0,00	95,24
94,0	7,0	5,8	0,0	0,50	12,32	8,00	0,42	0,46	0,25	6,16	44,33	0,04	4,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95,0	7,0	4,4	0,0	0,25	8,12	5,28	0,28	0,30	0,25	8,12	58,44	0,05	6,57	3,00	97,40	861,04	0,00	97,40
96,0	3,0	2,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	7,44	53,57	0,04	6,03	0,75	44,64	394,64	0,00	44,64
97,0	6,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	15,87	114,29	0,10	12,86	3,00	95,24	841,90	0,00	95,24
98,0	6,0	5,7	1,0	3,00	75,19	48,87	2,58	2,78	0,25	6,27	45,11	0,04	5,08	4,00	100,25	886,22	0,00	100,25
99,0	5,0	3,7	1,0	3,00	115,83	75,29	3,97	4,29	0,13	4,83	34,75	0,03	3,91	1,25	48,26	426,64	0,00	48,26
100,0	4,0	2,9	0,0	2,00	98,52	64,04	3,38	3,65	0,50	24,63	177,34	0,15	19,95	1,00	49,26	435,47	0,00	49,26
101,0	8,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	2,71	19,48	0,02	2,19	3,00	64,94	574,03	0,00	64,94
102,0	8,0	7,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,06	72,43	0,06	8,15	3,00	60,36	533,60	0,00	60,36
103,0	7,0	4,8	1,0	4,00	119,05	77,38	4,08	4,40	0,25	7,44	53,57	0,04	6,03	3,00	89,29	789,29	0,00	89,29
104,0	10,0	7,1	0,0	2,00	40,24	26,16	1,38	1,49	0,25	5,03	36,22	0,03	4,07	2,00	40,24	355,73	0,00	40,24
105,0	3,0	2,4	0,0	1,00	59,52	38,69	2,04	2,20	0,13	7,44	53,57	0,04	6,03	2,00	119,05	1052,38	0,00	119,05
106,0	10,0	7,3	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	9,78	70,45	0,06	7,93	4,00	78,28	691,98	0,00	78,28
107,0	10,0	7,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,03	36,22	0,03	4,07	3,00	60,36	533,60	0,00	60,36
108,0	10,0	8,2	0,0	2,00	34,84	22,65	1,20	1,29	0,50	8,71	62,72	0,05	7,06	4,00	69,69	616,03	0,00	69,69
109,0	8,0	6,2	0,0	5,00	115,21	74,88	3,95	4,26	0,50	11,52	82,95	0,07	9,33	4,00	92,17	814,75	0,00	92,17
110,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	2,00	84,03	742,86	0,00	84,03
111,0	4,0	3,4	1,0	2,00	84,03	54,62	2,88	3,11	0,25	10,50	75,63	0,06	8,51	2,00	84,03	742,86	0,00	84,03
112,0	3,0	2,5	1,0	0,75	42,86	27,86	1,47	1,59	0,25	14,29	102,86	0,09	11,57	1,00	57,14	505,14	0,00	57,14
113,0	2,0	1,6	0,0	1,00	89,29	58,04	3,06	3,30	0,13	11,16	80,36	0,07	9,04	0,75	66,96	591,96	0,00	66,96
114,0	5,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	4,58	32,97	0,03	3,71	2,00	73,26	647,62	0,00	73,26
115,0	7,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	18,32	131,87	0,11	14,84	1,50	54,95	485,71	0,00	54,95
116,0	5,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	4,70	33,83	0,03	3,81	2,00	75,19	664,66	0,00	75,19
117,0	8,0	5,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	3,13	22,56	0,02	2,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118,0	8,0	5,6	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	3,19	22,96	0,02	2,58	5,00	127,55	1127,55	0,00	127,55
119,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,32	88,67	0,07	9,98	3,00	147,78	1306,40	0,00	147,78

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Banha					Carne de Porco					Carne de Vaca				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	4,6	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,76	18,56	1,25	1,46	0,25	7,76	14,83	2,26	0,41
2,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,76	30,48	2,05	2,40	0,25	12,76	24,36	3,71	0,67
3,0	4,0	3,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,90	28,45	1,92	2,24	0,25	11,90	22,74	3,46	0,63
4,0	9,0	6,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,49	13,13	0,88	1,03	0,13	2,75	5,25	0,80	0,14
5,0	5,0	4,0	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,93	21,34	1,44	1,68	0,25	8,93	17,05	2,60	0,47
6,0	5,0	4,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,50	20,32	1,37	1,60	0,25	8,50	16,24	2,47	0,45
7,0	9,0	6,1	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	13,99	0,94	1,10	0,25	5,85	11,18	1,70	0,31
8,0	4,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	25,11	1,69	1,97	0,25	10,50	20,06	3,05	0,55
9,0	1,0	0,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	19,84	47,42	3,19	3,73	0,13	19,84	37,90	5,77	1,04
10,0	2,0	1,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	25,51	60,97	4,11	4,80	0,13	12,76	24,36	3,71	0,67
11,0	8,0	5,2	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,87	16,41	1,11	1,29	0,25	6,87	13,12	2,00	0,36
12,0	6,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	22,46	1,51	1,77	0,13	4,70	8,98	1,37	0,25
13,0	6,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	22,46	1,51	1,77	0,25	9,40	17,95	2,73	0,49
14,0	2,0	2,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	35,71	68,21	10,39	1,88
15,0	9,0	6,1	1,0	1,25	29,27	208,43	1,38	22,45	1,00	23,42	55,97	3,77	4,40	0,25	5,85	11,18	1,70	0,31
16,0	2,0	1,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	19,84	47,42	3,19	3,73	0,25	19,84	37,90	5,77	1,04
17,0	6,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,16	21,89	1,47	1,72	0,25	9,16	17,49	2,66	0,48
18,0	5,0	3,1	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,52	27,53	1,85	2,17	0,25	11,52	22,00	3,35	0,61
19,0	8,0	6,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,85	13,99	0,94	1,10	0,25	5,85	11,18	1,70	0,31
20,0	4,0	2,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	14,88	35,57	2,40	2,80	0,25	14,88	28,42	4,33	0,78
21,0	8,0	6,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,67	13,55	0,91	1,07	0,25	5,67	10,83	1,65	0,30
22,0	8,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,29	17,42	1,17	1,37	0,25	7,29	13,92	2,12	0,38
23,0	6,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	32,47	77,60	5,23	6,10	0,25	8,12	15,50	2,36	0,43
24,0	11,0	7,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,58	10,94	0,74	0,86	0,25	4,58	8,75	1,33	0,24
25,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	44,92	3,03	3,53	0,25	18,80	35,90	5,47	0,99
26,0	12,0	8,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,01	9,59	0,65	0,75	0,25	4,01	7,66	1,17	0,21
27,0	5,0	2,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,32	29,43	1,98	2,32	0,25	12,32	23,52	3,58	0,65
28,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,76	30,48	2,05	2,40	0,25	12,76	24,36	3,71	0,67
29,0	12,0	8,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	4,01	9,59	0,65	0,75	0,13	2,01	3,83	0,58	0,11
30,0	8,0	4,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,44	17,78	1,20	1,40	0,25	7,44	14,21	2,16	0,39
31,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	44,92	3,03	3,53	0,13	9,40	17,95	2,73	0,49
32,0	4,0	3,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,65	23,07	1,55	1,81	0,25	9,65	18,44	2,81	0,51
33,0	10,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,10	12,19	0,82	0,96	0,25	5,10	9,74	1,48	0,27
34,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	24,63	58,87	3,97	4,63	0,25	12,32	23,52	3,58	0,65
35,0	3,0	2,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	13,74	32,83	2,21	2,58	0,25	13,74	26,24	3,99	0,72
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	25,11	1,69	1,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37,0	10,0	8,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	17,01	40,65	2,74	3,20	0,25	4,25	8,12	1,24	0,22
38,0	11,0	8,2	0,0	1,25	21,78	155,05	1,02	16,70	0,25	4,36	10,41	0,70	0,82	0,25	4,36	8,32	1,27	0,23
39,0	9,0	6,6	0,0	5,00	108,23	770,56	5,09	83,01	0,25	5,41	12,93	0,87	1,02	0,25	5,41	10,34	1,57	0,28
40,0	4,0	3,2	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,16	26,67	1,80	2,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41,0	8,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,41	12,93	0,87	1,02	0,25	5,41	10,34	1,57	0,28
42,0	9,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,20	24,39	1,64	1,92	0,50	10,20	19,49	2,97	0,54
43,0	9,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,76	13,77	0,93	1,08	0,25	5,76	11,00	1,68	0,30
44,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	19,31	46,14	3,11	3,63	0,25	9,65	18,44	2,81	0,51
45,0	6,0	4,5	1,0	1,25	39,68	282,54	1,87	30,44	0,25	7,94	18,97	1,28	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46,0	6,0	4,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	33,22	79,40	5,35	6,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47,0	7,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,29	13,92	2,12	0,38
48,0	9,0	6,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	21,32	50,96	3,43	4,01	0,50	10,66	20,36	3,10	0,56
49,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,01	50,21	3,38	3,95	0,50	21,01	40,13	6,11	1,11
50,0	7,0	6,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	11,71	22,37	3,41	0,62
51,0	3,0	1,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	18,80	44,92	3,03	3,53	0,25	18,80	35,90	5,47	0,99
52,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53,0	7,0	5,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54,0	5,0	4,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	15,87	37,94	2,56	2,98	0,25	7,94	15,16	2,31	0,42
55,0	8,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,20	24,39	1,64	1,92	0,25	5,10	9,74	1,48	0,27
56,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,65	51,73	3,48	4,07	0,50	21,65	41,34	6,29	1,14
57,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	25,51	60,97	4,11	4,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58,0	5,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	18,80	44,92	3,03	3,53	0,25	9,40	17,95	2,73	0,49
59,0	1,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	17,86	42,68	2,88	3,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60,0	10,0	8,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	17,86	42,68	2,88	3,36	0,25	4,46	8,53	1,30	0,23
61,0	9,0	6,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,33	10,18	1,55	0,28
62,0	4,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	18,80	44,92	3,03	3,53	0,25	9,40	17,95	2,73	0,49
63,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,65	51,73	3,48	4,07	0,25	10,82	20,67	3,15	0,57
64,0	9,0	7,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,12	48,09	3,24	3,78	1,00	20,12	38,43	5,85	1,06
65,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	28,96	69,21	4,66	5,44	0,25	9,65	18,44	2,81	0,51
66,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,32	29,43	1,98	2,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	16,23	38,80	2,61	3,05	0,25	8,12	15,50	2,36	0,43
68,0	8,0	6,0	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	17,86	42,68	2,88	3,36	0,				

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Banha					Carne de Porco					Carne de Vaca				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
77,0	7,0	5,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78,0	2,0	1,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79,0	8,0	6,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,99	26,26	1,77	2,07	0,25	5,49	10,49	1,60	0,29
80,0	9,0	5,8	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,16	11,76	1,79	0,32
81,0	3,0	2,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	14,88	28,42	4,33	0,78
82,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	8,12	15,50	2,36	0,43
83,0	4,0	3,3	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,65	51,73	3,48	4,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	11,52	27,53	1,85	2,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	20,06	3,05	0,55
86,0	11,0	8,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	46,08	110,14	7,42	8,66	1,00	23,04	44,01	6,70	1,21
88,0	6,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	16,23	38,80	2,61	3,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89,0	14,0	11,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	19,48	46,56	3,14	3,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90,0	9,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,41	10,34	1,57	0,28
91,0	4,0	3,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	11,16	21,32	3,25	0,59
92,0	11,0	8,7	0,0	1,25	20,53	146,14	0,96	15,74	0,25	4,11	9,81	0,66	0,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93,0	7,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,94	18,97	1,28	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94,0	7,0	5,8	0,0	2,50	61,58	438,42	2,89	47,23	0,25	6,16	14,72	0,99	1,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	4,06	9,70	0,65	0,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96,0	3,0	2,4	0,0	1,25	74,40	529,76	3,50	57,07	0,13	7,44	17,78	1,20	1,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97,0	6,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,94	18,97	1,28	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98,0	6,0	5,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,27	14,97	1,01	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99,0	5,0	3,7	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,65	23,07	1,55	1,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	12,32	29,43	1,98	2,32	0,50	24,63	47,04	7,16	1,30
101,0	8,0	6,6	0,0	1,25	27,06	192,64	1,27	20,75	0,25	5,41	12,93	0,87	1,02	0,13	2,71	5,17	0,79	0,14
102,0	8,0	7,1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	2,52	6,01	0,40	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103,0	7,0	4,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	7,44	14,21	2,16	0,39
104,0	10,0	7,1	0,0	1,25	25,15	179,07	1,18	19,29	1,00	20,12	48,09	3,24	3,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105,0	3,0	2,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	44,64	106,70	7,19	8,39	0,50	29,76	56,85	8,65	1,57
106,0	10,0	7,3	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	19,57	46,77	3,15	3,68	1,00	19,57	37,38	5,69	1,03
107,0	10,0	7,1	0,0	1,25	25,15	179,07	1,18	19,29	0,25	5,03	12,02	0,81	0,95	0,25	5,03	9,61	1,46	0,26
108,0	10,0	8,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,50	43,55	104,09	7,01	8,19	2,50	43,55	83,19	12,67	2,29
109,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	5,76	13,77	0,93	1,08	0,25	5,76	11,00	1,68	0,30
110,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111,0	4,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	10,50	25,11	1,69	1,97	0,13	5,25	10,03	1,53	0,28
112,0	3,0	2,5	1,0	1,25	71,43	508,57	3,36	54,79	0,25	14,29	34,14	2,30	2,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113,0	2,0	1,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114,0	5,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	4,58	10,94	0,74	0,86	0,13	4,58	8,75	1,33	0,24
115,0	7,0	3,9	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	36,63	87,55	5,90	6,89	0,25	9,16	17,49	2,66	0,48
116,0	5,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	22,46	1,51	1,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117,0	8,0	5,7	1,0	2,50	62,66	446,12	2,94	48,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118,0	8,0	5,6	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	6,38	15,24	1,03	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119,0	4,0	2,9	0,0	0,75	36,95	263,05	1,74	28,34	0,25	12,32	29,43	1,98	2,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	NºTot	Eq H	Genero	Carne de Cabra					Carne de Frango					Peixe				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/cap	Prot /cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	1,0	0,0	0,25	7,76	9,55	1,09	0,54	2,00	62,11	114,91	10,62	7,70	1,00	31,06	43,17	9,31	0,38
2,0	4,0	0,0	0,0	0,25	12,76	15,69	1,79	0,89	2,00	102,04	188,78	17,45	12,65	1,00	51,02	70,92	15,29	0,62
3,0	4,0	3,0	0,0	0,25	11,90	14,64	1,67	0,83	2,00	95,24	176,19	16,29	11,81	2,00	95,24	132,38	28,54	1,16
4,0	9,0	1,0	0,0	0,13	2,75	3,38	0,38	0,19	2,00	43,96	81,32	7,52	5,45	2,00	43,96	61,10	13,17	0,54
5,0	5,0	0,0	0,0	0,25	8,93	10,98	1,25	0,63	2,00	71,43	132,14	12,21	8,86	1,00	35,71	49,64	10,70	0,44
6,0	5,0	0,0	0,0	0,25	8,50	10,46	1,19	0,60	0,50	17,01	31,46	2,91	2,11	1,00	34,01	47,28	10,19	0,41
7,0	9,0	1,0	0,0	0,25	5,85	7,20	0,82	0,41	1,00	23,42	43,33	4,00	2,90	1,00	23,42	32,55	7,02	0,29
8,0	4,0	1,0	0,0	0,25	10,50	12,92	1,47	0,74	1,00	42,02	77,73	7,18	5,21	1,00	42,02	58,40	12,59	0,51
9,0	1,0	1,0	0,0	0,13	19,84	24,40	2,78	1,39	0,13	19,84	36,71	3,39	2,46	0,50	79,37	110,32	23,79	0,97
10,0	2,0	1,0	0,0	0,13	12,76	15,69	1,79	0,89	0,50	51,02	94,39	8,72	6,33	1,00	102,04	141,84	30,58	1,24
11,0	8,0	0,0	0,0	0,25	6,87	8,45	0,96	0,48	1,00	27,47	50,82	4,70	3,41	2,00	54,95	76,37	16,47	0,67
12,0	6,0	0,0	0,0	0,13	4,70	5,78	0,66	0,33	1,00	37,59	69,55	6,43	4,66	1,00	37,59	52,26	11,27	0,46
13,0	6,0	1,0	0,0	0,25	9,40	11,56	1,32	0,66	1,00	37,59	69,55	6,43	4,66	3,00	112,78	156,77	33,80	1,38
14,0	2,0	0,0	0,0	0,50	35,71	43,93	5,00	2,50	1,00	71,43	132,14	12,21	8,86	1,00	71,43	99,29	21,41	0,87
15,0	9,0	0,0	0,0	0,25	5,85	7,20	0,82	0,41	2,00	46,84	86,65	8,01	5,81	2,00	46,84	65,11	14,04	0,57
16,0	2,0	1,0	0,0	0,25	19,84	24,40	2,78	1,39	1,00	79,37	146,83	13,57	9,84	1,00	79,37	110,32	23,79	0,97
17,0	6,0	0,0	0,0	0,25	9,16	11,26	1,28	0,64	1,00	36,63	67,77	6,26	4,54	2,00	73,26	101,83	21,96	0,89
18,0	5,0	1,0	0,0	0,25	11,52	14,17	1,61	0,81	1,00	46,08	85,25	7,88	5,71	1,00	46,08	64,06	13,81	0,56
19,0	8,0	0,0	0,0	0,25	5,85	7,20	0,82	0,41	1,00	23,42	43,33	4,00	2,90	1,00	23,42	32,55	7,02	0,29
20,0	4,0	1,0	0,0	0,25	14,88	18,30	2,08	1,04	1,00	59,52	110,12	10,18	7,38	1,00	59,52	82,74	17,84	0,73
21,0	8,0	0,0	0,0	0,25	5,67	6,97	0,79	0,40	1,00	22,68	41,95	3,88	2,81	1,00	22,68	31,52	6,80	0,28
22,0	8,0	0,0	0,0	0,25	7,29	8,97	1,02	0,51	1,00	29,15	53,94	4,99	3,62	1,00	29,15	40,52	8,74	0,36
23,0	6,0	0,0	0,0	0,25	8,12	9,98	1,14	0,57	1,00	32,47	60,06	5,55	4,03	1,00	32,47	45,13	9,73	0,40
24,0	11,0	0,0	0,0	2,00	36,63	45,05	5,13	2,56	2,00	36,63	67,77	6,26	4,54	1,00	18,32	25,46	5,49	0,22
25,0	3,0	1,0	0,0	0,25	18,80	23,12	2,63	1,32	0,50	37,59	69,55	6,43	4,66	1,00	75,19	104,51	22,53	0,92
26,0	12,0	0,0	0,0	0,25	4,01	4,94	0,56	0,28	1,00	16,05	29,70	2,74	1,99	1,00	16,05	22,31	4,81	0,20
27,0	5,0	0,0	0,0	0,25	12,32	15,15	1,72	0,86	1,00	49,26	91,13	8,42	6,11	1,00	49,26	68,47	14,76	0,60
28,0	4,0	0,0	0,0	0,25	12,76	15,69	1,79	0,89	1,00	51,02	94,39	8,72	6,33	1,00	51,02	70,92	15,29	0,62
29,0	12,0	0,0	0,0	0,13	2,01	2,47	0,28	0,14	1,00	16,05	29,70	2,74	1,99	1,00	16,05	22,31	4,81	0,20
30,0	8,0	1,0	0,0	0,25	7,44	9,15	1,04	0,52	1,00	29,76	55,06	5,09	3,69	1,00	29,76	41,37	8,92	0,36
31,0	3,0	1,0	0,0	0,25	18,80	23,12	2,63	1,32	1,00	75,19	139,10	12,86	9,32	1,00	75,19	104,51	22,53	0,92
32,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	38,61	71,43	6,60	4,79	2,00	77,22	107,34	23,14	0,94
33,0	10,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,41	37,76	3,49	2,53	3,00	61,22	85,10	18,35	0,75
34,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	49,26	91,13	8,42	6,11	2,00	98,52	136,95	29,53	1,20
35,0	3,0	0,0	0,0	0,25	13,74	16,90	1,92	0,96	2,00	109,89	203,30	18,79	13,63	2,00	109,89	152,75	32,93	1,34
36,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	42,02	77,73	7,18	5,21	2,00	84,03	116,81	25,18	1,03
37,0	10,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	34,01	62,93	5,82	4,22	2,00	34,01	47,28	10,19	0,41
38,0	11,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	34,84	64,46	5,96	4,32	2,00	34,84	48,43	10,44	0,43
39,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	21,65	40,04	3,70	2,68	1,00	21,65	30,09	6,49	0,26
40,0	4,0	0,0	0,0	0,25	11,16	13,73	1,56	0,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	89,29	124,11	26,76	1,09
41,0	8,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	21,65	40,04	3,70	2,68	0,75	16,23	22,56	4,87	0,20
42,0	9,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,41	37,76	3,49	2,53	1,50	30,61	42,55	9,17	0,37
43,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	28,80	53,28	4,93	3,57	1,25	28,80	40,03	8,63	0,35
44,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	28,96	53,57	4,95	3,59	1,00	38,61	53,67	11,57	0,47
45,0	6,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	31,75	58,73	5,43	3,94	1,00	31,75	44,13	9,51	0,39
46,0	6,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	66,45	92,36	19,91	0,81
47,0	7,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	14,58	26,97	2,49	1,81	1,00	29,15	40,52	8,74	0,36
48,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	42,64	78,89	7,29	5,29	1,00	21,32	29,64	6,39	0,26
49,0	5,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	31,51	58,30	5,39	3,91	1,00	42,02	58,40	12,59	0,51
50,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	23,42	43,33	4,00	2,90	1,50	35,13	48,83	10,53	0,43
51,0	3,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	37,59	69,55	6,43	4,66	1,00	75,19	104,51	22,53	0,92
52,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	42,02	77,73	7,18	5,21	3,00	126,05	175,21	37,78	1,54
53,0	7,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	26,95	49,87	4,61	3,34	2,00	53,91	74,93	16,16	0,66
54,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	15,87	29,37	2,71	1,97	1,00	31,75	44,13	9,51	0,39
55,0	8,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	40,82	75,51	6,98	5,06	3,00	61,22	85,10	18,35	0,75
56,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	43,29	80,09	7,40	5,37	1,00	43,29	60,17	12,97	0,53
57,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,50	76,53	141,58	13,09	9,49	0,75	38,27	53,19	11,47	0,47
58,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	37,59	69,55	6,43	4,66	1,00	37,59	52,26	11,27	0,46
59,0	1,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	107,14	198,21	18,32	13,29	0,75	107,14	148,93	32,11	1,31
60,0	10,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	17,86	33,04	3,05	2,21	2,00	35,71	49,64	10,70	0,44
61,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	10,66	19,72	1,82	1,32	0,75	15,99	22,23	4,79	0,20
62,0	4,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	28,20	52,16	4,82	3,50	1,00	37,59	52,26	11,27	0,46
63,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	43,29	80,09	7,40	5,37	0,75	32,47	45,13	9,73	0,40
64,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,12	37,22	3,44	2,49	4,00	80,48	111,87	24,12	0,98
65,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	48,26	89,29	8,25	5,98	3,00	115,83	161,00	34,71	1,41
66,0	4,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	24,63	45,57	4,21	3,05	0,75	36,95	51,35	11,07	0,45
67,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00											

Inq Nº	NºTot	Eq H	Genero	Carne de Cabra					Carne de Frango					Peixe				
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
82,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	32,47	60,06	5,55	4,03	2,00	64,94	90,26	19,46	0,79
83,0	4,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	86,58	160,17	14,81	10,74	2,00	86,58	120,35	25,95	1,06
84,0	8,0	0,0	0,0	0,25	5,76	7,09	0,81	0,40	1,00	23,04	42,63	3,94	2,86	2,00	46,08	64,06	13,81	0,56
85,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	84,03	155,46	14,37	10,42	2,00	84,03	116,81	25,18	1,03
86,0	11,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	33,61	62,18	5,75	4,17	3,00	50,42	70,08	15,11	0,62
87,0	8,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	46,08	85,25	7,88	5,71	2,00	46,08	64,06	13,81	0,56
88,0	6,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	32,47	60,06	5,55	4,03	2,00	64,94	90,26	19,46	0,79
89,0	14,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	38,96	72,08	6,66	4,83	4,00	51,95	72,21	15,57	0,63
90,0	9,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	21,65	40,04	3,70	2,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91,0	4,0	1,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	89,29	165,18	15,27	11,07	2,00	89,29	124,11	26,76	1,09
92,0	11,0	0,0	0,0	0,25	4,11	5,05	0,57	0,29	0,50	8,21	15,19	1,40	1,02	2,00	32,84	45,65	9,84	0,40
93,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	31,75	58,73	5,43	3,94	2,00	63,49	88,25	19,03	0,77
94,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	24,63	45,57	4,21	3,05	2,00	49,26	68,47	14,76	0,60
95,0	7,0	0,0	0,0	0,25	8,12	9,98	1,14	0,57	1,00	32,47	60,06	5,55	4,03	2,00	64,94	90,26	19,46	0,79
96,0	3,0	0,0	0,0	0,13	7,44	9,15	1,04	0,52	0,50	29,76	55,06	5,09	3,69	1,00	59,52	82,74	17,84	0,73
97,0	6,0	0,0	0,0	0,25	7,94	9,76	1,11	0,56	1,00	31,75	58,73	5,43	3,94	2,00	63,49	88,25	19,03	0,77
98,0	6,0	0,0	0,0	0,25	6,27	7,71	0,88	0,44	1,00	25,06	46,37	4,29	3,11	1,00	25,06	34,84	7,51	0,31
99,0	5,0	0,0	0,0	0,25	9,65	11,87	1,35	0,68	1,50	57,92	107,14	9,90	7,18	3,00	115,83	161,00	34,71	1,41
100,0	4,0	0,0	0,0	0,75	36,95	45,44	5,17	2,59	1,00	49,26	91,13	8,42	6,11	4,50	221,67	308,13	66,44	2,70
101,0	8,0	0,0	0,0	0,50	10,82	13,31	1,52	0,76	1,00	21,65	40,04	3,70	2,68	2,00	43,29	60,17	12,97	0,53
102,0	8,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	40,24	74,45	6,88	4,99	3,00	60,36	83,90	18,09	0,74
103,0	7,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	14,88	27,53	2,54	1,85	2,00	59,52	82,74	17,84	0,73
104,0	10,0	0,0	0,0	1,00	20,12	24,75	2,82	1,41	2,00	40,24	74,45	6,88	4,99	4,00	80,48	111,87	24,12	0,98
105,0	3,0	0,0	0,0	0,50	29,76	36,61	4,17	2,08	0,75	44,64	82,59	7,63	5,54	1,25	74,40	103,42	22,30	0,91
106,0	10,0	0,0	0,0	0,50	9,78	12,04	1,37	0,68	2,00	39,14	72,41	6,69	4,85	4,00	78,28	108,81	23,46	0,95
107,0	10,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	40,24	74,45	6,88	4,99	3,00	60,36	83,90	18,09	0,74
108,0	10,0	0,0	0,0	1,50	26,13	32,14	3,66	1,83	5,00	87,11	161,15	14,90	10,80	5,00	87,11	121,08	26,11	1,06
109,0	8,0	0,0	0,0	0,25	5,76	7,09	0,81	0,40	1,50	34,56	63,94	5,91	4,29	3,00	69,12	96,08	20,72	0,84
110,0	5,0	0,0	0,0	0,25	10,50	12,92	1,47	0,74	1,00	42,02	77,73	7,18	5,21	2,00	84,03	116,81	25,18	1,03
111,0	4,0	0,0	0,0	0,25	10,50	12,92	1,47	0,74	1,00	42,02	77,73	7,18	5,21	2,00	84,03	116,81	25,18	1,03
112,0	3,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	57,14	105,71	9,77	7,09	3,00	171,43	238,29	51,38	2,09
113,0	2,0	0,0	0,0	0,50	44,64	54,91	6,25	3,13	1,00	89,29	165,18	15,27	11,07	1,00	89,29	124,11	26,76	1,09
114,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	36,63	67,77	6,26	4,54	2,00	73,26	101,83	21,96	0,89
115,0	7,0	1,0	0,0	0,25	9,16	11,26	1,28	0,64	2,00	73,26	135,53	12,53	9,08	2,00	73,26	101,83	21,96	0,89
116,0	5,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,25	9,40	17,39	1,61	1,17	1,00	37,59	52,26	11,27	0,46
117,0	8,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	12,53	23,18	2,14	1,55	3,00	75,19	104,51	22,53	0,92
118,0	8,0	0,0	0,0	0,25	6,38	7,84	0,89	0,45	2,00	51,02	94,39	8,72	6,33	2,00	51,02	70,92	15,29	0,62
119,0	4,0	0,0	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	49,26	91,13	8,42	6,11	2,00	98,52	136,95	29,53	1,20

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Ovos (50 - 60g)					Legumes					Raízes e Tubérculos				
				Uni	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
1,0	6,0	4,6	1,0	20,00	34,16	47,48	3,66	3,35	1,00	31,06	6,83	0,43	0,06	1,00	31,06	27,33	0,39	0,05
2,0	4,0	2,8	1,0	12,00	33,67	46,81	3,60	3,30	1,00	51,02	11,22	0,71	0,10	1,00	51,02	44,90	0,64	0,08
3,0	4,0	3,0	0,0	10,00	26,19	36,40	2,80	2,57	0,75	35,71	7,86	0,50	0,07	1,00	47,62	41,90	0,60	0,07
4,0	9,0	6,5	1,0	15,00	18,13	25,20	1,94	1,78	1,00	21,98	4,84	0,31	0,04	1,00	21,98	19,34	0,27	0,03
5,0	5,0	4,0	1,0	16,00	31,43	43,69	3,36	3,08	1,00	35,71	7,86	0,50	0,07	1,00	35,71	31,43	0,45	0,05
6,0	5,0	4,2	0,0	10,00	18,71	26,00	2,00	1,83	1,00	34,01	7,48	0,48	0,07	1,00	34,01	29,93	0,43	0,05
7,0	9,0	6,1	1,0	20,00	25,76	35,81	2,76	2,52	0,75	17,56	3,86	0,25	0,04	1,00	23,42	20,61	0,29	0,04
8,0	4,0	3,4	1,0	15,00	34,66	48,18	3,71	3,40	1,00	42,02	9,24	0,59	0,08	1,00	42,02	36,97	0,53	0,06
9,0	1,0	0,9	1,0	3,00	26,19	36,40	2,80	2,57	0,50	79,37	17,46	1,11	0,16	0,50	79,37	69,84	0,99	0,12
10,0	2,0	1,4	1,0	6,00	33,67	46,81	3,60	3,30	0,50	51,02	11,22	0,71	0,10	1,00	102,04	89,80	1,28	0,15
11,0	8,0	5,2	1,0	5,00	7,55	10,50	0,81	0,74	1,00	27,47	6,04	0,38	0,05	1,00	27,47	24,18	0,34	0,04
12,0	6,0	3,8	1,0	7,00	14,47	20,12	1,55	1,42	1,00	37,59	8,27	0,53	0,08	1,00	37,59	33,08	0,47	0,06
13,0	6,0	3,8	1,0	15,00	31,02	43,11	3,32	3,04	1,00	37,59	8,27	0,53	0,08	1,00	37,59	33,08	0,47	0,06
14,0	2,0	2,0	0,0	10,00	39,29	54,61	4,20	3,85	1,00	71,43	15,71	1,00	0,14	1,00	71,43	62,86	0,89	0,11
15,0	9,0	6,1	1,0	15,00	19,32	26,86	2,07	1,89	1,00	23,42	5,15	0,33	0,05	1,00	23,42	20,61	0,29	0,04
16,0	2,0	1,8	1,0	10,00	43,65	60,67	4,67	4,28	1,00	79,37	17,46	1,11	0,16	1,00	79,37	69,84	0,99	0,12
17,0	6,0	3,9	1,0	10,00	20,15	28,00	2,16	1,97	1,00	36,63	8,06	0,51	0,07	1,00	36,63	32,23	0,46	0,05
18,0	5,0	3,1	1,0	10,00	25,35	35,23	2,71	2,48	1,00	46,08	10,14	0,65	0,09	1,00	46,08	40,55	0,58	0,07
19,0	8,0	6,1	0,0	10,00	12,88	17,90	1,38	1,26	1,00	23,42	5,15	0,33	0,05	1,00	23,42	20,61	0,29	0,04
20,0	4,0	2,4	1,0	10,00	32,74	45,51	3,50	3,21	1,00	59,52	13,10	0,83	0,12	1,00	59,52	52,38	0,74	0,09
21,0	8,0	6,3	1,0	5,00	6,24	8,67	0,67	0,61	1,00	22,68	4,99	0,32	0,05	1,00	22,68	19,95	0,28	0,03
22,0	8,0	4,9	0,0	15,00	24,05	33,43	2,57	2,36	1,00	29,15	6,41	0,41	0,06	1,00	29,15	25,66	0,36	0,04
23,0	6,0	4,4	0,0	15,00	26,79	37,23	2,87	2,63	1,00	32,47	7,14	0,45	0,06	1,00	32,47	28,57	0,41	0,05
24,0	11,0	7,8	1,0	15,00	15,11	21,00	1,62	1,48	1,00	18,32	4,03	0,26	0,04	1,00	18,32	16,12	0,23	0,03
25,0	3,0	1,9	1,0	8,00	33,08	45,98	3,54	3,24	0,50	37,59	8,27	0,53	0,08	1,00	75,19	66,17	0,94	0,11
26,0	12,0	8,9	0,0	10,00	8,83	12,27	0,94	0,87	1,00	16,05	3,53	0,22	0,03	1,00	16,05	14,13	0,20	0,02
27,0	5,0	2,9	1,0	15,00	40,64	56,49	4,35	3,98	1,00	49,26	10,84	0,69	0,10	1,00	49,26	43,35	0,62	0,07
28,0	4,0	2,8	1,0	3,00	8,42	11,70	0,90	0,83	1,00	51,02	11,22	0,71	0,10	1,00	51,02	44,90	0,64	0,08
29,0	12,0	8,9	1,0	5,00	4,41	6,14	0,47	0,43	1,00	16,05	3,53	0,22	0,03	1,00	16,05	14,13	0,20	0,02
30,0	8,0	4,8	1,0	7,00	11,46	15,93	1,23	1,12	2,00	59,52	13,10	0,83	0,12	1,00	29,76	26,19	0,37	0,04
31,0	3,0	1,9	1,0	4,00	16,54	22,99	1,77	1,62	1,00	75,19	16,54	1,05	0,15	1,00	75,19	66,17	0,94	0,11
32,0	4,0	3,7	1,0	10,00	21,24	29,52	2,27	2,08	3,00	115,83	25,48	1,62	0,23	2,00	77,22	67,95	0,97	0,12
33,0	10,0	7,0	0,0	3,00	3,37	4,68	0,36	0,33	1,00	20,41	4,49	0,29	0,04	2,00	40,82	35,92	0,51	0,06
34,0	4,0	2,9	0,0	3,00	8,13	11,30	0,87	0,80	1,00	49,26	10,84	0,69	0,10	2,00	98,52	86,70	1,23	0,15
35,0	3,0	2,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	109,89	24,18	1,54	0,22	2,00	109,89	96,70	1,37	0,16
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	21,01	4,62	0,29	0,04	1,00	42,02	36,97	0,53	0,06
37,0	10,0	8,4	0,0	10,00	9,35	13,00	1,00	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	34,01	29,93	0,43	0,05
38,0	11,0	8,2	0,0	5,00	4,79	6,66	0,51	0,47	2,00	34,84	7,67	0,49	0,07	2,00	34,84	30,66	0,44	0,05
39,0	9,0	6,6	0,0	10,00	11,90	16,55	1,27	1,17	1,00	21,65	4,76	0,30	0,04	1,00	21,65	19,05	0,27	0,03
40,0	4,0	3,2	1,0	2,00	4,91	6,83	0,53	0,48	1,00	44,64	9,82	0,63	0,09	1,00	44,64	39,29	0,56	0,07
41,0	8,0	6,6	0,0	6,00	7,14	9,93	0,76	0,70	0,75	16,23	3,57	0,23	0,03	3,00	64,94	57,14	0,81	0,10
42,0	9,0	7,0	0,0	5,00	5,61	7,80	0,60	0,55	1,00	20,41	4,49	0,29	0,04	1,00	20,41	17,96	0,26	0,03
43,0	9,0	6,2	0,0	5,00	6,34	8,81	0,68	0,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	23,04	20,28	0,29	0,03
44,0	4,0	3,7	0,0	7,00	14,86	20,66	1,59	1,46	0,25	9,65	2,12	0,14	0,02	1,00	38,61	33,98	0,48	0,06
45,0	6,0	4,5	1,0	10,00	17,46	24,27	1,87	1,71	1,00	31,75	6,98	0,44	0,06	2,00	63,49	55,87	0,79	0,10
46,0	6,0	4,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47,0	7,0	4,9	0,0	6,00	9,62	13,37	1,03	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	29,15	25,66	0,36	0,04
48,0	9,0	6,7	1,0	5,00	5,86	8,15	0,63	0,57	1,00	21,32	4,69	0,30	0,04	1,00	21,32	18,76	0,27	0,03
49,0	5,0	3,4	0,0	5,00	11,55	16,06	1,24	1,13	2,00	84,03	18,49	1,18	0,17	1,00	42,02	36,97	0,53	0,06
50,0	7,0	6,1	0,0	7,00	9,02	12,53	0,96	0,88	1,00	23,42	5,15	0,33	0,05	1,00	23,42	20,61	0,29	0,04
51,0	3,0	1,9	1,0	3,00	12,41	17,24	1,33	1,22	0,50	37,59	8,27	0,53	0,08	1,00	75,19	66,17	0,94	0,11
52,0	5,0	3,4	1,0	3,00	6,93	9,64	0,74	0,68	1,00	42,02	9,24	0,59	0,08	1,00	42,02	36,97	0,53	0,06
53,0	7,0	5,3	1,0	2,00	2,96	4,12	0,32	0,29	1,00	26,95	5,93	0,38	0,05	1,00	26,95	23,72	0,34	0,04
54,0	5,0	4,5	0,0	5,00	8,73	12,13	0,93	0,86	1,00	31,75	6,98	0,44	0,06	1,00	31,75	27,94	0,40	0,05
55,0	8,0	7,0	0,0	5,00	5,61	7,80	0,60	0,55	1,00	20,41	4,49	0,29	0,04	1,00	20,41	17,96	0,26	0,03
56,0	4,0	3,3	1,0	3,00	7,14	9,93	0,76	0,70	1,00	43,29	9,52	0,61	0,09	1,00	43,29	38,10	0,54	0,06
57,0	4,0	2,8	1,0	3,00	8,42	11,70	0,90	0,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	51,02	44,90	0,64	0,08
58,0	5,0	3,8	1,0	5,00	10,34	14,37	1,11	1,01	1,00	37,59	8,27	0,53	0,08	1,00	37,59	33,08	0,47	0,06
59,0	1,0	1,0	0,0	3,00	23,57	32,76	2,52	2,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	107,14	94,29	1,34	0,16
60,0	10,0	8,0	0,0	5,00	4,91	6,83	0,53	0,48	1,00	17,86	3,93	0,25	0,04	2,00	35,71	31,43	0,45	0,05
61,0	9,0	6,7	0,0	2,00	2,35	3,26	0,25	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62,0	4,0	3,8	1,0	2,00	4,14	5,75	0,44	0,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	37,59	33,08	0,47	0,06
63,0	4,0	3,3	1,0	5,00	11,90	16,55	1,27	1,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,25	54,11	47,62	0,68	0,08
64,0	9,0	7,1	0,0	5,00	5,53	7,69	0,59	0,54	1,00	20,12	4,43	0,28	0,04	2,50	50,30	44,27	0,63	0,08
65,0	4,0	3,7	0,0	3,00	6,37	8,86	0,68	0,62	1,25	48,26	10,62	0,68	0,10	2,00	77,22	67,95	0,97	0,12
66,0	4,0	2,9	0,0	2,00	5,42	7,53	0,58	0,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	24,63	21,67	0,31	0,04
67,0	7,0	4,4	0,0	5,00	8,93	12,41	0,96	0,88	1,00	32,47	7,14	0,45	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Ovos (50 - 60g)					Legumes					Raízes e Tuberculos				
				Uni	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap	Kg	C/EH (g/dia)	Cal/ cap	Prot/ cap	Gord/ cap
79,0	8,0	6,5	0,0	12,00	14,51	20,16	1,55	1,42	0,75	16,48	3,63	0,23	0,03	1,00	21,98	19,34	0,27	0,03
80,0	9,0	5,8	0,0	6,00	8,13	11,30	0,87	0,80	1,00	24,63	5,42	0,34	0,05	1,50	36,95	32,51	0,46	0,06
81,0	3,0	2,4	0,0	5,00	16,37	22,75	1,75	1,60	0,75	44,64	9,82	0,63	0,09	2,00	119,05	104,76	1,49	0,18
82,0	7,0	4,4	0,0	10,00	17,86	24,82	1,91	1,75	2,00	64,94	14,29	0,91	0,13	2,00	64,94	57,14	0,81	0,10
83,0	4,0	3,3	0,0	10,00	23,81	33,10	2,55	2,33	2,00	86,58	19,05	1,21	0,17	2,00	86,58	76,19	1,08	0,13
84,0	8,0	6,2	0,0	2,00	2,53	3,52	0,27	0,25	1,00	23,04	5,07	0,32	0,05	1,00	23,04	20,28	0,29	0,03
85,0	5,0	3,4	1,0	9,00	20,80	28,91	2,23	2,04	1,00	42,02	9,24	0,59	0,08	1,00	42,02	36,97	0,53	0,06
86,0	11,0	8,5	1,0	6,00	5,55	7,71	0,59	0,54	1,00	16,81	3,70	0,24	0,03	2,00	33,61	29,58	0,42	0,05
87,0	8,0	6,2	0,0	12,00	15,21	21,14	1,63	1,49	2,00	46,08	10,14	0,65	0,09	1,00	23,04	20,28	0,29	0,03
88,0	6,0	4,4	0,0	16,00	28,57	39,71	3,06	2,80	1,00	32,47	7,14	0,45	0,06	4,00	129,87	114,29	1,62	0,19
89,0	14,0	11,0	0,0	10,00	7,14	9,93	0,76	0,70	2,00	25,97	5,71	0,36	0,05	2,00	25,97	22,86	0,32	0,04
90,0	9,0	6,6	0,0	20,00	23,81	33,10	2,55	2,33	1,00	21,65	4,76	0,30	0,04	3,00	64,94	57,14	0,81	0,10
91,0	4,0	3,2	0,0	5,00	12,28	17,06	1,31	1,20	2,00	89,29	19,64	1,25	0,18	2,00	89,29	78,57	1,12	0,13
92,0	11,0	8,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	8,21	1,81	0,11	0,02	1,00	16,42	14,45	0,21	0,02
93,0	7,0	4,5	1,0	2,00	3,49	4,85	0,37	0,34	0,25	7,94	1,75	0,11	0,02	1,25	39,68	34,92	0,50	0,06
94,0	7,0	5,8	0,0	4,00	5,42	7,53	0,58	0,53	0,25	6,16	1,35	0,09	0,01	2,00	49,26	43,35	0,62	0,07
95,0	7,0	4,4	0,0	4,00	7,14	9,93	0,76	0,70	0,25	8,12	1,79	0,11	0,02	2,00	64,94	57,14	0,81	0,10
96,0	3,0	2,4	0,0	4,00	13,10	18,20	1,40	1,28	0,25	14,88	3,27	0,21	0,03	1,00	59,52	52,38	0,74	0,09
97,0	6,0	4,5	1,0	10,00	17,46	24,27	1,87	1,71	1,00	31,75	6,98	0,44	0,06	2,00	63,49	55,87	0,79	0,10
98,0	6,0	5,7	1,0	7,00	9,65	13,41	1,03	0,95	0,50	12,53	2,76	0,18	0,03	1,00	25,06	22,06	0,31	0,04
99,0	5,0	3,7	1,0	10,00	21,24	29,52	2,27	2,08	1,00	38,61	8,49	0,54	0,08	2,00	77,22	67,95	0,97	0,12
100,0	4,0	2,9	0,0	10,00	27,09	37,66	2,90	2,66	5,00	246,31	54,19	3,45	0,49	3,00	147,78	130,05	1,85	0,22
101,0	8,0	6,6	0,0	5,00	5,95	8,27	0,64	0,58	0,50	10,82	2,38	0,15	0,02	2,00	43,29	38,10	0,54	0,06
102,0	8,0	7,1	0,0	10,00	11,07	15,38	1,18	1,08	1,00	20,12	4,43	0,28	0,04	3,00	60,36	53,12	0,75	0,09
103,0	7,0	4,8	1,0	10,00	16,37	22,75	1,75	1,60	1,00	29,76	6,55	0,42	0,06	1,00	29,76	26,19	0,37	0,04
104,0	10,0	7,1	0,0	10,00	11,07	15,38	1,18	1,08	0,50	10,06	2,21	0,14	0,02	3,00	60,36	53,12	0,75	0,09
105,0	3,0	2,4	0,0	6,00	19,64	27,30	2,10	1,93	1,00	59,52	13,10	0,83	0,12	2,00	119,05	104,76	1,49	0,18
106,0	10,0	7,3	0,0	10,00	10,76	14,96	1,15	1,05	2,00	39,14	8,61	0,55	0,08	3,00	58,71	51,66	0,73	0,09
107,0	10,0	7,1	0,0	10,00	11,07	15,38	1,18	1,08	3,00	60,36	13,28	0,85	0,12	1,00	20,12	17,71	0,25	0,03
108,0	10,0	8,2	0,0	10,00	9,58	13,32	1,03	0,94	4,00	69,69	15,33	0,98	0,14	5,00	87,11	76,66	1,09	0,13
109,0	8,0	6,2	0,0	5,00	6,34	8,81	0,68	0,62	2,00	46,08	10,14	0,65	0,09	3,00	69,12	60,83	0,86	0,10
110,0	5,0	3,4	0,0	3,00	6,93	9,64	0,74	0,68	0,50	21,01	4,62	0,29	0,04	0,50	21,01	18,49	0,26	0,03
111,0	4,0	3,4	1,0	6,00	13,87	19,27	1,48	1,36	1,00	42,02	9,24	0,59	0,08	1,50	63,03	55,46	0,79	0,09
112,0	3,0	2,5	1,0	8,00	25,14	34,95	2,69	2,46	2,00	114,29	25,14	1,60	0,23	3,00	171,43	150,86	2,14	0,26
113,0	2,0	1,6	0,0	6,00	29,46	40,96	3,15	2,89	0,25	22,32	4,91	0,31	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114,0	5,0	3,9	1,0	5,00	10,07	14,00	1,08	0,99	1,00	36,63	8,06	0,51	0,07	1,00	36,63	32,23	0,46	0,05
115,0	7,0	3,9	1,0	2,00	4,03	5,60	0,43	0,39	1,00	36,63	8,06	0,51	0,07	3,00	109,89	96,70	1,37	0,16
116,0	5,0	3,8	1,0	5,00	10,34	14,37	1,11	1,01	0,50	18,80	4,14	0,26	0,04	0,50	18,80	16,54	0,23	0,03
117,0	8,0	5,7	1,0	8,00	11,03	15,33	1,18	1,08	3,00	75,19	16,54	1,05	0,15	3,00	75,19	66,17	0,94	0,11
118,0	8,0	5,6	1,0	3,00	4,21	5,85	0,45	0,41	2,00	51,02	11,22	0,71	0,10	0,25	6,38	5,61	0,08	0,01
119,0	4,0	2,9	0,0	5,00	13,55	18,83	1,45	1,33	2,00	98,52	21,67	1,38	0,20	2,00	98,52	86,70	1,23	0,15

Matriz do Cálculo da Nutrição (continuação)

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Frutas					TOT	TOT	TOT
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/cap	Prot/cap	Gord/cap	Caloria	Proteína	Gordura
1,0	6,0	4,6	1,0	1,00	31,06	13,35	0,17	0,06	2937,75	86,43	98,88
2,0	4,0	2,8	1,0	1,00	51,02	21,94	0,28	0,10	3929,70	121,47	156,78
3,0	4,0	3,0	0,0	1,00	47,62	20,48	0,26	0,10	3807,74	114,10	181,23
4,0	9,0	6,5	1,0	1,00	21,98	9,45	0,12	0,04	2830,05	87,76	76,88
5,0	5,0	4,0	1,0	1,00	35,71	15,36	0,20	0,07	3992,97	104,14	150,15
6,0	5,0	4,2	0,0	1,00	34,01	14,63	0,19	0,07	3624,69	81,85	138,38
7,0	9,0	6,1	1,0	1,00	23,42	10,07	0,13	0,05	3053,84	68,64	144,62
8,0	4,0	3,4	1,0	1,00	42,02	18,07	0,23	0,08	3979,67	120,76	129,80
9,0	1,0	0,9	1,0	0,50	79,37	34,13	0,44	0,16	3465,29	113,68	128,84
10,0	2,0	1,4	1,0	1,00	102,04	43,88	0,56	0,20	3527,21	119,13	151,86
11,0	8,0	5,2	1,0	1,00	27,47	11,81	0,15	0,05	2708,30	81,24	85,32
12,0	6,0	3,8	1,0	1,00	37,59	16,17	0,21	0,08	3844,01	104,64	118,78
13,0	6,0	3,8	1,0	1,00	37,59	16,17	0,21	0,08	2982,19	109,68	112,70
14,0	2,0	2,0	0,0	2,00	142,86	61,43	0,79	0,29	3873,00	143,94	134,26
15,0	9,0	6,1	1,0	1,00	23,42	10,07	0,13	0,05	2795,03	89,56	102,68
16,0	2,0	1,8	1,0	1,00	79,37	34,13	0,44	0,16	3854,88	135,60	143,40
17,0	6,0	3,9	1,0	1,00	36,63	15,75	0,20	0,07	3994,95	130,38	116,88
18,0	5,0	3,1	1,0	2,00	92,17	39,63	0,51	0,18	3206,01	102,53	90,58
19,0	8,0	6,1	0,0	1,00	23,42	10,07	0,13	0,05	2565,19	60,36	118,45
20,0	4,0	2,4	1,0	1,00	59,52	25,60	0,33	0,12	3783,24	112,84	143,66
21,0	8,0	6,3	1,0	1,00	22,68	9,75	0,12	0,05	2409,35	59,53	92,47
22,0	8,0	4,9	0,0	1,00	29,15	12,54	0,16	0,06	3213,21	85,24	118,89
23,0	6,0	4,4	0,0	1,00	32,47	13,96	0,18	0,06	3572,22	76,65	200,09
24,0	11,0	7,8	1,0	1,00	18,32	7,88	0,10	0,04	2026,10	64,74	78,63
25,0	3,0	1,9	1,0	1,00	75,19	32,33	0,41	0,15	3355,98	112,63	130,34
26,0	12,0	8,9	0,0	1,00	16,05	6,90	0,09	0,03	1826,08	48,18	65,74
27,0	5,0	2,9	1,0	1,00	49,26	21,18	0,27	0,10	3697,97	107,94	146,18
28,0	4,0	2,8	1,0	1,00	51,02	21,94	0,28	0,10	4814,74	132,47	151,82
29,0	12,0	8,9	1,0	1,00	16,05	6,90	0,09	0,03	2017,65	56,44	52,13
30,0	8,0	4,8	1,0	2,00	59,52	25,60	0,33	0,12	2931,30	86,76	91,48
31,0	3,0	1,9	1,0	1,00	75,19	32,33	0,41	0,15	3775,12	124,22	138,36
32,0	4,0	3,7	1,0	2,00	77,22	33,20	0,42	0,15	3108,38	100,79	125,34
33,0	10,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2067,89	61,06	79,31
34,0	4,0	2,9	0,0	2,00	98,52	42,36	0,54	0,20	3336,35	106,39	127,94
35,0	3,0	2,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3095,33	123,58	97,96
36,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3020,90	86,99	109,78
37,0	10,0	8,4	0,0	2,00	34,01	14,63	0,19	0,07	2004,08	61,28	80,51
38,0	11,0	8,2	0,0	1,00	17,42	7,49	0,10	0,03	2758,81	85,00	84,66
39,0	9,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2496,22	63,87	102,86
40,0	4,0	3,2	1,0	1,00	44,64	19,20	0,25	0,09	3495,94	96,30	120,95
41,0	8,0	6,6	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2597,46	42,19	153,74
42,0	9,0	7,0	0,0	1,00	20,41	8,78	0,11	0,04	2095,66	60,82	77,31
43,0	9,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2386,28	70,65	70,83
44,0	4,0	3,7	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3001,14	95,81	104,50
45,0	6,0	4,5	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2359,30	61,27	116,02
46,0	6,0	4,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2789,49	69,26	99,81
47,0	7,0	4,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2619,28	71,17	70,01
48,0	9,0	6,7	1,0	0,50	10,66	4,58	0,06	0,02	2833,74	69,85	115,54
49,0	5,0	3,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2206,61	69,81	84,36
50,0	7,0	6,1	0,0	1,00	23,42	10,07	0,13	0,05	2479,18	66,71	68,35
51,0	3,0	1,9	1,0	0,50	37,59	16,17	0,21	0,08	3352,04	106,03	125,79
52,0	5,0	3,4	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3035,72	101,73	119,36
53,0	7,0	5,3	1,0	2,00	53,91	23,18	0,30	0,11	1924,26	51,97	85,89
54,0	5,0	4,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2050,28	56,35	90,27
55,0	8,0	7,0	0,0	2,00	40,82	17,55	0,22	0,08	1924,37	54,06	101,12
56,0	4,0	3,3	1,0	1,00	43,29	18,61	0,24	0,09	2025,75	70,44	89,07
57,0	4,0	2,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3499,52	78,72	206,43
58,0	5,0	3,8	1,0	1,00	37,59	16,17	0,21	0,08	2922,97	90,32	112,87
59,0	1,0	1,0	0,0	1,00	142,86	61,43	0,79	0,29	3799,37	135,10	135,64
60,0	10,0	8,0	0,0	1,00	17,86	7,68	0,10	0,04	2728,25	79,27	96,14
61,0	9,0	6,7	0,0	2,00	42,64	18,34	0,23	0,09	2415,75	61,26	75,65
62,0	4,0	3,8	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3399,73	99,36	119,55
63,0	4,0	3,3	1,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2664,38	80,38	119,65
64,0	9,0	7,1	0,0	2,00	40,24	17,30	0,22	0,08	2428,57	77,74	92,57
65,0	4,0	3,7	0,0	2,00	77,22	33,20	0,42	0,15	2594,00	91,86	108,68
66,0	4,0	2,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3033,30	72,46	115,94
67,0	7,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2869,51	69,83	119,93
68,0	8,0	6,0	1,0	1,00	23,81	10,24	0,13	0,05	2872,98	71,21	97,94
69,0	12,0	10,6	0,0	1,00	13,48	5,80	0,07	0,03	2341,99	50,31	122,03
70,0	2,0	4,9	1,0	0,75	21,87	9,40	0,12	0,04	3051,49	91,57	112,83
71,0	8,0	6,1	0,0	2,00	46,84	20,14	0,26	0,09	2107,36	77,87	51,53
72,0	4,0	2,9	0,0	1,00	49,26	21,18	0,27	0,10	2304,43	82,39	47,89
73,0	3,0	2,4	0,0	1,00	59,52	25,60	0,33	0,12	3825,01	101,80	182,08
74,0	6,0	4,7	0,0	0,75	22,80	9,80	0,13	0,05	3959,43	101,52	126,17
75,0	5,0	3,4	0,0	1,00	42,02	18,07	0,23	0,08	2253,78	86,20	64,06
76,0	8,0	7,0	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2556,23	82,53	73,38
77,0	7,0	5,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2874,75	90,44	81,39
78,0	2,0	1,9	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3858,03	130,83	133,43

Inq Nº	Nº Tot	Eq H	Genero	Frutas					TOT	TOT	TOT
				Kg	C/EH (g/dia)	Cal/cap	Prot/cap	Gord/cap	Caloria	Proteina	Gordura
79,0	8,0	6,5	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3316,21	95,33	99,72
80,0	9,0	5,8	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2305,90	75,71	102,62
81,0	3,0	2,4	0,0	3,00	178,57	76,79	0,98	0,36	3918,97	155,41	108,76
82,0	7,0	4,4	0,0	1,50	48,70	20,94	0,27	0,10	2553,25	100,93	27,51
83,0	4,0	3,3	0,0	3,00	129,87	55,84	0,71	0,26	2860,69	110,22	82,51
84,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2217,32	71,59	54,74
85,0	5,0	3,4	1,0	0,50	21,01	9,03	0,12	0,04	2221,20	91,66	76,21
86,0	11,0	8,5	1,0	1,00	16,81	7,23	0,09	0,03	2009,31	63,11	66,44
87,0	8,0	6,2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3729,32	125,68	116,94
88,0	6,0	4,4	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3274,66	96,73	106,43
89,0	14,0	11,0	0,0	1,00	12,99	5,58	0,07	0,03	1837,28	56,18	67,20
90,0	9,0	6,6	0,0	1,00	21,65	9,31	0,12	0,04	2934,50	82,53	57,74
91,0	4,0	3,2	0,0	2,00	89,29	38,39	0,49	0,18	3754,01	113,55	177,39
92,0	11,0	8,7	0,0	1,00	16,42	7,06	0,09	0,03	2073,23	46,09	96,11
93,0	7,0	4,5	1,0	3,00	95,24	40,95	0,52	0,19	3672,55	98,47	122,36
94,0	7,0	5,8	0,0	2,00	49,26	21,18	0,27	0,10	2147,90	61,45	66,44
95,0	7,0	4,4	0,0	2,00	64,94	27,92	0,36	0,13	3252,91	87,08	123,19
96,0	3,0	2,4	0,0	0,50	29,76	12,80	0,16	0,06	2799,53	82,63	130,67
97,0	6,0	4,5	1,0	3,00	95,24	40,95	0,52	0,19	3841,57	103,17	134,24
98,0	6,0	5,7	1,0	1,00	25,06	10,78	0,14	0,05	2731,36	66,86	125,55
99,0	5,0	3,7	1,0	2,00	77,22	33,20	0,42	0,15	3350,46	124,71	86,04
100,0	4,0	2,9	0,0	5,00	246,31	105,91	1,35	0,49	3814,63	169,27	116,11
101,0	8,0	6,6	0,0	1,00	21,65	9,31	0,12	0,04	2635,44	68,15	105,04
102,0	8,0	7,1	0,0	1,00	20,12	8,65	0,11	0,04	2233,92	71,30	92,73
103,0	7,0	4,8	1,0	1,00	29,76	12,80	0,16	0,06	2410,07	70,00	112,28
104,0	10,0	7,1	0,0	2,00	40,24	17,30	0,22	0,08	2855,20	94,14	95,53
105,0	3,0	2,4	0,0	1,00	59,52	25,60	0,33	0,12	3865,40	121,21	173,10
106,0	10,0	7,3	0,0	2,00	39,14	16,83	0,22	0,08	3192,90	108,64	117,65
107,0	10,0	7,1	0,0	3,00	60,36	25,96	0,33	0,12	2893,50	88,53	109,88
108,0	10,0	8,2	0,0	5,00	87,11	37,46	0,48	0,17	3790,32	137,12	123,80
109,0	8,0	6,2	0,0	1,00	23,04	9,91	0,13	0,05	3351,43	97,54	129,41
110,0	5,0	3,4	0,0	0,75	31,51	13,55	0,17	0,06	3038,79	87,17	110,14
111,0	4,0	3,4	1,0	2,00	84,03	36,13	0,46	0,17	3701,05	110,00	129,09
112,0	3,0	2,5	1,0	3,00	171,43	73,71	0,94	0,34	3776,23	131,39	153,47
113,0	2,0	1,6	0,0	2,00	178,57	76,79	0,98	0,36	3735,38	128,26	110,34
114,0	5,0	3,9	1,0	1,00	36,63	15,75	0,20	0,07	2692,48	81,30	97,17
115,0	7,0	3,9	1,0	3,00	109,89	47,25	0,60	0,22	2801,53	98,34	101,62
116,0	5,0	3,8	1,0	2,00	75,19	32,33	0,41	0,15	2048,72	48,04	91,81
117,0	8,0	5,7	1,0	3,00	75,19	32,33	0,41	0,15	2351,42	77,91	65,24
118,0	8,0	5,6	1,0	4,00	102,04	43,88	0,56	0,20	3058,59	72,18	149,81
119,0	4,0	2,9	0,0	3,00	147,78	63,55	0,81	0,30	3716,74	96,27	213,43
Média =									2979,72	90,05	110,20

Anexo 05- Lista de quadros com Informação Estatística

1. Demografia, Instrução e Ocupação do Chefe do Agregado

Quadro 01- Dimensão dos Agregados

Indivíduos	Total	Faixa Etária				
		0-14	15-19	20-50	>65	% Total
Feminino	391,0	142,0	81,0	131,0	20,0	51,4
Masculino	370,0	169,0	71,0	122,0	22,0	48,6
TOTAL	761,0	311,0	152,0	253,0	42,0	100,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 02- Dimensão Médio dos Agregados

Agregado	Chefe do Agregado	Nº de pessoas	Tamanho médio
Agreg Mulher	53,0	313,0	5,91
Agreg Homem	66,0	448,0	6,79
TOTAL	119,0	761,0	6,39

Fonte: Tabulação própria

Quadro 03- Instrução dos Chefes de Agregados

Agregado	Total de Agreg.	Analfabetos		Sabe ler		Primário		Secundário		Superior	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	2,0	3,8	9,0	17,0	28,0	52,8	14,0	26,4	0,0	0,0
Homem	66,0	5,0	7,6	6,0	9,1	31,0	47,0	24,0	36,4	0,0	0,0
TOTAL	119,0	7,0	5,9	15,0	12,6	59,0	49,6	38,0	31,9	0,0	0,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 04- Estado Civil dos Chefes de Agregados

Chefe de Agregado	Total de Agregado		Casado		Solteiro		Divorciado		União de Facto		Viuvo	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	10,0	18,9	27,0	50,9	2,0	3,8	9,0	17,0	5,0	9,4
Homem	66,0	55,5	27,0	40,9	5,0	7,6	0,0	0,0	34,0	51,5	0,0	0,0
Total	119,0	100,0	37,0	31,1	32,0	26,9	2,0	1,7	43,0	36,1	5,0	4,2

Fonte: Tabulação própria

Quadro 05- Actividade e Estado de Emprego

Chefe de Agregado	Total de Agregados	Trab. Permanente		Trab. Temporário		Reformado		Desempregado	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53	18,0	34,1	14,0	26,4	11,0	20,8	10,0	18,9
Homem	66	29,0	43,9	19,0	28,8	11,0	16,7	7,0	10,6
TOTAL	119	47,0	39,5	33,0	27,7	22,2	18,5	17,0	14,3

Fonte: Tabulação própria

Quadro 06- Sector de Actividade Económica

Chefe do Agregado	Total de Agregados	Primário		Secundário		Serviços		Transportes		Outros	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53	35,0	66,0	1,0	1,9	7,0	13,2	2,0	3,8	8,0	15,1
Homem	66	40,0	60,6	2,0	3,0	10,0	15,2	6,0	9,1	8,0	12,1
TOTAL	119	75,0	63,0	3,0	2,5	17,0	14,3	8,0	6,7	16,0	13,4

Fonte: Tabulação própria

2. Estrutura das Despesas e dos Rendimentos, Limiar de Pobreza dos Agregados Familiares

Quadro 07- Estrutura das Despesas dos Agregados Familiares

Áreas de Despesas	Agreg chefe Mulher		Agreg chefe Homem		Total	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Alimentação	683.657,33	58,1	950.824,00	56,1	1.634.481,33	56,9
Habitação	6.000,00	0,5	6.000,00	0,4	12.000,00	0,4
Saúde	115.300,00	9,8	112.420,00	6,6	227.720,00	7,9
Educação	127.100,00	10,8	270.100,00	15,9	397.200,00	13,8
Vestuário	86.100,00	7,3	90.100,00	5,3	176.200,00	6,1
Electricidade	35.950,00	3,1	72.890,00	4,3	108.840,00	3,8
Transporte	23.440,00	2,0	74.270,00	4,4	97.710,00	3,4
Comunicação	37.090,00	3,2	69.855,00	4,1	106.945,00	3,7
Água	62.745,00	5,3	49.250,00	2,9	111.995,00	3,9
Total de Despesas	1.177.382,33	100,0	1.695.709,00	100,0	2.873.091,33	100,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 08- Rendimento Per Capita dos Agregados

Chefe de Agr	Rend. Med./Genero (ECV)			Rend per cápita (ECV)	
	Total de Agreg.	Valor	Valor Méd.	Valor	Valor Méd
Agreg M	53	1.311.436,6	24.744,1	251.051,56	4.736,82
Agreg H	66	2.403.902,6	36.422,8	429.616,19	6.509,34
Total	119	3.715.339,20	31.221,34	680.667,75	5.719,90

Fonte: Tabulação própria

Quadro 09- Limiar de Pobreza dos Agregados

Chefe de Agregado	Total de Agregado		Agregado Pobre		Agregado Mto Pobre	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	11,0	20,8	2,0	3,8
Homem	66,0	55,5	20,0	30,3	2,0	3,0
Total	119,0	100,0	31,0	26,1	4,0	2,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 10- Proporção de Agregados não Pobres

Chefe de Agregado	Total de Agregado		Agregado Pobre		Agregado Não Pobre	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	11,0	20,8	42,0	79,2
Homem	66,0	55,5	20,0	30,3	46,0	69,7
Total	119,0	100,0	31,0	26,1	88,0	73,9

Fonte: Tabulação própria

3. Decisões sobre o Destino das Receitas provenientes da Venda de Produtos Agrícolas e Animais

Quadro 11- Decisões o Destino das Receitas provenientes da Venda de Produtos Agrícolas

Total de Decisões	Nº Decisão do Homem	Destino Receitas	Nº (%)	Nº Decisão da Mulher	Destino Receitas	Nº (%)	Nº Decisão H e M	Destino Receitas	Nº (%)		
95	51	Consumo	30 58,8	39	Consumos	23 59,0	5	Consumos	4 80,0		
		Estudos	4 7,8		Estudos	6 15,4		Estudos	0 0,0		
		Poupança	0 0,0		Poupança	1 2,6		Poupança	0 0,0		
		Construção	6 11,8		Construção	0 0,0		Construção	0 0,0		
		Est e Cons	8 15,7		Est e Cons	6 15,4		Est e Cons	1 20,0		
		Poup e Cons	3 5,9		Poup e Cons	3 7,7		Poup e Cons	0 0,0		
Total -----			51 100,0	Total-----			39 100,0	Total-----			5 100,0

H – Homem; M – Mulher; Cons – Consumo; Est – Estudos; Poup – Poupança

Quadro 12- Decisões o Destino das Receitas provenientes da Venda de Produção Animal

Total de Decisões	Nº Decisão do Homem	Destino Receitas	Nº	(%)	Nº Decisão da Mulher	Destino Receitas	Nº	(%)	Nº Decisão H e M	Destino Receitas	Nº	(%)		
104	29	Consumo	14	48,3	62	Consumos	34	54,8	13	Consumos	10	76,9		
		Estudos	3	10,3		Estudos	1	1,6		Estudos	0	0,0		
		Poupança	2	6,9		Poupança	2	3,2		Poupança	0	0,0		
		Construção	3	10,3		Construção	1	1,6		Construção	1	7,7		
		Est e Cons	5	17,2		Est e Cons	10	16,1		Est e Cons	2	15,4		
		Poup e Cons	2	6,9		Poup e Cons	14	22,6		Poup e Cons	0	0,0		
Total -----			29	100,0	Total-----			62	100,0	Total-----			13	100,0

Fonte: Tabulação própria

4. Caracterização da Qualidade de Vida dos Agregados Familiares

Quadro 13- Regime de Ocupação dos Alojamentos

Chefe de Agr	Total de Agregados		Casa Própria		Cedida		Arrendamento	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	50,0	94,3	2,0	3,8	1,0	1,9
Homem	66,0	55,5	62,0	93,9	2,0	3,0	2,0	3,0
TOTAL	119,0	100,0	112,0	94,1	4,0	3,4	3,0	2,5

Fonte: Tabulação própria

Quadro 14- Tipologia de Habitação

	Total de Agregado		Barraca		Parte de casa		Vivenda		Apartamento		Casa Individual	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	0,0	0,0	1,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	52,0	98,1
Homem	66,0	55,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,0	100,0
TOTAL	119,0	100,0	0,0	0,0	1,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	118,0	99,2

Fonte: Tabulação própria

Quadro 15- Tipo de Telhado

Chefe	Total de Agregado		Betão		Telha		Palha		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	35,0	66,0	17,0	32,1	1,0	1,9	1,0	1,9
Homem	66,0	55,5	49,0	74,2	16,0	24,2	0,0	0,0	1,0	1,5
TOTAL	119,0	100,0	84,0	70,6	33,0	27,7	1,0	0,8	2,0	1,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 16- Energias para Iluminação

Chefe	Total de Agregado		Electricidade		Velas		Petróleo		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	31,0	58,5	17,0	32,1	5,0	9,4	1,0	1,9
Homem	66,0	55,5	41,0	62,1	22,0	33,3	2,0	3,0	1,0	1,5
TOTAL	119,0	100,0	72,0	60,5	39,0	32,8	7,0	5,9	2,0	1,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 17- Energias para Preparação dos Alimentos

Chefe	Total de Agregado		Gás		Petróleo		Carvão		Lenha		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	8,0	15,1	0,0	0,0	0,0	0,0	45,0	84,9	0,0	0,0
Homem	66,0	55,5	25,0	37,9	0,0	0,0	0,0	0,0	41,0	62,1	0,0	0,0
TOTAL	119,0	100,0	33,0	27,7	0,0	0,0	0,0	0,0	86,0	72,3	0,0	0,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 18- Fonte de Abastecimento de Água Potável

Chefe	Total de Agregado		Rede Pública		Chafariz		Autotanque		Poço e Nascente	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	17,0	32,1	7,0	13,2	1,0	1,9	28,0	52,8
Homem	66,0	55,5	26,0	39,4	6,0	9,1	1,0	1,5	33,0	50,0
TOTAL	119,0	100,0	43,0	36,1	13,0	10,9	2,0	1,7	61,0	51,3

Fonte: Tabulação própria

Quadro 19- Tratamento de Água

Chefe	Total de Agregado		Sim		Não	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	36,0	67,9	17,0	32,1
Homem	66,0	55,5	46,0	69,7	20,0	30,3
TOTAL	119,0	100,0	82,0	68,9	37,0	31,1

Fonte: Tabulação própria

Quadro 20- Posse de Casa de Banho

Chefe	Total de Agregado		Sim		Não	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	11,0	20,8	42,0	79,2
Homem	66,0	55,5	25,0	37,9	41,0	62,1
TOTAL	119,0	100,0	36,0	30,3	83,0	69,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 21- Forma de Evacuação de Águas Residuais

Chefe	Total de Agregado		Fossa Séptica		Rede de Esgoto		Redor da Casa		Natureza	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	0,0	0,0	0,0	0,0	37,0	69,8	16,0	30,2
Homem	66,0	55,5	2,0	3,0	2,0	3,0	39,0	59,1	23,0	34,8
TOTAL	119,0	100,0	2,0	1,7	2,0	1,7	76,0	63,9	39,0	32,8

Fonte: Tabulação própria

Quadro 22- Evacuação de Resíduos Sólidos

Chefe	Total de Agregado		Carro de Lixo		Contentor		Redor da Casa		Queima/Enterrados		Natureza	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	0,0	0,0	9,0	17,0	5,0	9,4	21,0	39,6	18,0	34,0
Homem	66,0	55,5	0,0	0,0	12,0	18,2	16,0	24,2	20,0	30,3	18,0	27,3
TOTAL	119,0	100,0	0,0	0,0	21,0	17,6	21,0	17,6	41,0	34,5	36,0	30,3

Fonte: Tabulação própria

Quadro 23- Electrodomésticos

Chefe do Agreg	Chefe de Agregado		Frigorífico		Fogão gás/eléctrico		Micro-Onda		Arca Congeladora		Máq. de lavar Roupa	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	15,0	28,3	30,0	56,6	4,0	7,5	8,0	15,1	1,0	1,9
Homem	66,0	55,5	25,0	37,9	51,0	77,3	7,0	10,6	6,0	9,1	1,0	1,5
TOTAL	119,0	100,0	40,0	33,6	81,0	68,1	11,0	9,2	14,0	11,8	2,0	1,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 24- Acesso à Comunicação e Informação

Chefe do Agreg	Total de Agregado		Telefone		Televisão		Rádio		Aparelho		Vídeo		Computador	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	27,0	50,9	25,0	47,2	10,0	18,9	10,0	18,9	5,0	9,4	2,0	3,8
Homem	66,0	55,5	33,0	50,0	41,0	62,1	4,0	6,1	14,0	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	119,0	100,0	60,0	50,4	66,0	55,5	14,0	11,8	24,0	20,2	5,0	4,2	2,0	1,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 25- Mobilidade

Chefe do Agreg	Total de Agregado		Automóvel		Moto		Bicicleta		Burro/Cavalo	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	43,0	81,1	43,0	81,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Homem	66,0	55,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	119,0	100,0	43,0	36,1	43,0	36,1	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Tabulação própria

5. A Mulher e as Actividades Domésticas

Quadro 26- Género e Apanha da Água

Chefe do Agreg	Agregado sem Rede Pública		Mãe		Pai		Filha		Filho		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	36,0	30,3	20,0	55,6	0,0	0,0	15,0	41,7	0,0	0,0	1,0	2,8
Homem	40,0	33,6	13,0	32,5	1,0	2,5	25,0	62,5	0,0	0,0	1,0	2,5
TOTAL	76,0	100,0	33,0	43,4	1,0	1,3	40,0	52,6	0,0	0,0	2,0	2,6

Fonte: Tabulação própria

Quadro 27- Género e Tratamento da Água

Chefe do Agreg	Agregado com tratº de água		Mãe		Pai		Filha		Filho		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	36,0	30,3	32,0	88,9	0,0	0,0	4,0	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Homem	46,0	38,7	39,0	84,8	2,0	4,3	5,0	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	82,0	68,9	71,0	86,6	2,0	2,4	9,0	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Tabulação própria

Quadro 28- Género e Preparação dos Alimentos

Chefe do Agreg	Total de Agregado		Mãe		Pai		Filha		Filho		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	47,0	88,7	0,0	0,0	6,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Homem	66,0	55,5	60,0	90,9	2,0	3,0	3,0	4,5	0,0	0,0	1,0	1,5
TOTAL	119,0	100,0	107,0	89,9	2,0	1,7	9,0	7,6	0,0	0,0	1,0	0,8

Fonte: Tabulação própria

Quadro 29- Gênero e Evacuação de Águas Residuais

Chefe do Agreg	Total de Agregado		Mãe		Pai		Filha		Filho		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	32,0	60,4	0,0	0,0	21,0	39,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Homem	66,0	55,5	32,0	48,5	2,0	3,2	27,0	40,9	0,0	0,0	5,0	7,6
TOTAL	119,0	100,0	64,0	32,2	2,0	1,7	48,0	40,3	0,0	0,0	5,0	4,2

Fonte: Tabulação própria

Quadro 30- Gênero e Evacuação de Resíduos Sólidos

Chefe do Agreg	Total de Agregado		Mãe		Pai		Filha		Filho		Outro	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	53,0	44,5	21,0	39,6	0,0	0,0	31,0	58,5	1,0	1,9	0,0	0,0
Homem	66,0	55,5	31,0	47,0	1,0	1,5	24,0	36,4	8,0	12,1	2,0	3,0
TOTAL	119,0	100,0	52,0	43,7	1,0	0,8	55,0	46,2	9,0	7,6	2,0	1,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 31- Tempo de Acesso a Água

Chefe do Agreg	Agregado sem Rede Pública		(-) 15 min		(-) 30 min		(+) 30 min	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Mulher	36,0	30,3	22,0	61,1	11,0	30,6	3,0	8,3
Homem	40,0	33,6	18,0	45,0	15,0	37,5	7,0	17,5
TOTAL	76,0	63,9	40,0	52,6	26,0	34,2	10,0	13,2

Fonte: Tabulação própria

6. Microcrédito, Rendimento e Qualidade e Vida

Quadro 32- Agregado com Microcrédito

Agregado	Mulher Chef Agreg		Homem Chef Agreg	
	n ^o	(%)	n ^o	(%)
Total	53	100	66	100
Com MC	15	28,3	28	42,4
Sem MC	38	71,7	38	57,6

Fonte: Tabulação própria

Quadro 33- Rendimento Médio Mensal dos Agregados (ECV)

Agregado	Mulher Chefe do Agreg	Homem Chefe do Agreg
Com Microcrédito	28.927,8	51.217,6
Sem Microcrédito	23.092,6	25.521,3

Fonte: Tabulação própria

Quadro 34- Instituição e Actividade Financiada

	Agreg. com microcrédito	Instituição Financiadora					Actividade Financiada				Melhor Rendimto com microcrédito
		OMCV	MORABI	ADIRV	FAMI-P	Outro	AGR	Agr/Pec	Pesca	Outro	
N ^o	43,0	6,0	15,0	0,0	7,0	15,0	25,0	18,0	0,0	0,0	42,0
(%)	36,1	14,0	34,9	0,0	16,3	34,9	58,1	41,9	0,0	0,0	97,7

Fonte: Tabulação própria

Quadro 35- Agregado chefiado por mulher

Agregado		Electrodomésticos					Acesso à Informação						Mobilidade			
		Frig	Fog Gáz	M-Onda	Arca	Maq lv rp	Tel	TV	Rádio	Aparelg	Vídeo	Comptd	Autom	Moto	Bicicl	Bur/Cav
Com MC	Nº	7,0	11,0	3,0	3,0	1,0	8,0	6,0	5,0	3,0	4,0	1,0	2,0	1,0	2,0	1,0
	(%)	46,7	73,3	20,0	20,0	6,7	53,3	40,0	33,3	20,0	26,7	6,7	13,3	6,7	13,3	6,7
Sem MC	Nº	8,0	19,0	1,0	5,0	0,0	16,0	21,0	20,0	5,0	4,0	0,0	0,0	1,0	0,0	2,0
	(%)	21,1	50,0	2,6	13,2	0,0	42,1	55,3	52,6	13,2	10,5	0,0	0,0	2,6	0,0	5,3

Fonte: Tabulação própria

Quadro 36- Agregado chefiado por homem

Agregado		Electrodomésticos					Acesso à Informação						Mobilidade			
		Frig	Fog Gáz	M-Onda	Arca	Maq lv rp	Tel	TV	Rádio	Aparelg	Vídeo	Comptd	Autom	Moto	Bicicl	Bur/Cav
Com MC	Nº	17,0	25,0	6,0	5,0	1,0	22,0	22,0	23,0	8,0	17,0	4,0	2,0	0,0	3,0	0,0
	(%)	60,7	89,3	21,4	17,9	3,6	78,6	78,6	82,1	28,6	60,7	14,3	7,1	0,0	10,7	0,0
Sem MC	Nº	8,0	26,0	1,0	1,0	0,0	18,0	21,0	28,0	6,0	7,0	1,0	0,0	0,0	0,0	2,0
	(%)	21,1	68,4	2,6	2,6	0,0	47,4	55,3	73,7	15,8	18,4	2,6	0,0	0,0	0,0	5,3

Fonte: Tabulação própria

7. Frequência de Consumo dos Alimentos

Quadro 37- Tipo de Alimento e Frequência com que são consumidos pelos Agregados Chefiados por Mulher

Cabaz Alimentar	Frequência de Consumo									
	Todos os dias	(%)	3 - 4x	(%)	2x	(%)	1x	(%)	0	(%)
Milho	1,0	1,9	13,0	24,5	5,0	9,4	33,0	62,3	1,0	1,9
Arroz	50,0	94,3	3,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Feijões	0,0	0,0	42,0	79,2	4,0	7,5	7,0	13,2	0,0	0,0
Pão	36,0	67,9	7,0	13,2	7,0	13,2	1,0	1,9	2,0	3,8
Bolacha	16,0	30,2	33,0	62,3	3,0	5,7	3,0	5,7	0,0	0,0
Massa	3,0	5,7	34,0	64,2	10,0	18,9	2,0	3,8	3,0	5,7
Farinha Trigo	3,0	5,7	29,0	54,7	11,0	20,8	7,0	13,2	3,0	5,7
Açucar	53,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Leite em pó	37,0	69,8	6,0	11,3	5,0	9,4	1,0	1,9	2,0	3,8
Leite Fresco	2,0	3,8	3,0	5,7	2,0	3,8	1,0	1,9	45,0	84,9
Manteiga	22,0	41,5	20,0	37,7	7,0	13,2	3,0	5,7	1,0	1,9
Óleo vegetal	51,0	96,2	1,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,9
Banha	4,0	7,5	1,0	1,9	0,0	0,0	1,0	1,9	47,0	88,7
Carne de Porco	0,0	0,0	25,0	47,2	8,0	15,1	10,0	18,9	9,0	17,0
Carne de Vaca	0,0	0,0	23,0	43,4	2,0	3,8	14,0	26,4	13,0	24,5
Carne de Cabra	0,0	0,0	8,0	15,1	8,0	15,1	14,0	26,4	23,0	43,4
Frango	0,0	0,0	41,0	77,4	7,0	13,2	3,0	5,7	2,0	3,8
Peixes	38,0	71,7	13,0	24,5	2,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Ovos	0,0	0,0	6,0	11,3	19,0	35,8	27,0	50,9	1,0	1,9
Legumes	1,0	1,9	16,0	30,2	20,0	37,7	11,0	20,8	5,0	9,4
Raízes e Tubérculos	1,0	1,9	23,0	43,4	20,0	37,7	8,0	15,1	1,0	1,9
Frutas	8,0	15,1	27,0	50,9	11,0	20,8	17,0	32,1	1,0	1,9

Fonte: Tabulação própria

Quadro 38- Tipo de Alimento e Frequência com que são consumidos pelos Agregados Chefiados por Homem

Cabaz Alimentar	Frequência de Consumo									
	Todos os dias	(%)	3 - 4x	(%)	2x	(%)	1x	(%)	0	(%)
Milho	3,0	4,5	27,0	40,9	6,0	9,1	30,0	45,5	0,0	0,0
Arroz	57,0	86,4	9,0	13,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Feijões	7,0	10,6	42,0	63,6	17,0	25,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Pão	26,0	39,4	17,0	25,8	9,0	13,6	6,0	9,1	8,0	12,1
Bolacha	25,0	37,9	25,0	37,9	11,0	16,7	5,0	7,6	0,0	0,0
Massa	3,0	4,5	31,0	47,0	13,0	19,7	12,0	18,2	7,0	10,6
Farinha Trigo	3,0	4,5	18,0	27,3	21,0	31,8	14,0	21,2	10,0	15,2
Açucar	64,0	97,0	1,0	1,5	0,0	0,0	1,0	1,5	0,0	0,0
Leite em pó	45,0	68,2	6,0	9,1	4,0	6,1	2,0	3,0	9,0	13,6
Leite Fresco	4,0	6,1	2,0	3,0	4,0	6,1	2,0	3,0	54,0	81,8
Manteiga	29,0	43,9	9,0	13,6	12,0	18,2	3,0	4,5	13,0	19,7
Óleo vegetal	62,0	93,9	1,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	4,5
Banha	3,0	4,5	7,0	10,6	1,0	1,5	2,0	3,0	53,0	80,3
Carne de Porco	0,0	0,0	13,0	19,7	18,0	27,3	20,0	30,3	15,0	22,7
Carne de vaca	0,0	0,0	7,0	10,6	13,0	19,7	21,0	31,8	25,0	37,9
Carne de cabra	0,0	0,0	4,0	6,1	4,0	6,1	20,0	30,3	38,0	57,6
Frango	0,0	0,0	44,0	66,7	17,0	25,8	4,0	6,1	1,0	1,5
Peixes	44,0	66,7	19,0	28,8	3,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Ovos	0,0	0,0	9,0	13,6	25,0	37,9	27,0	40,9	5,0	7,6
Legumes	3,0	4,5	14,0	21,2	23,0	34,8	16,0	24,2	10,0	15,2
Raízes e Tubérculos	1,0	1,5	25,0	37,9	26,0	39,4	11,0	16,7	3,0	4,5
Frutas	4,0	6,1	21,0	31,8	15,0	22,7	13,0	19,7	13,0	19,7

Fonte: Tabulação própria

8. Quantidade de Alimentos Consumidos

Quadro 39- Quantidade Consumida nos Agregados Chefiados por Mulheres

Cabaz Alimentar	Quantidade média/ Agreg (Semanal) Kg	Consumo/EH (Semanal) Kg	Consumo/EH (g/diario)
Milho	1,97	0,47	67,12
Arroz	6,43	1,54	219,53
Feijão	1,94	0,46	66,15
Pão	13,64	3,26	34,91
Bolacha	1,54	0,37	52,47
Massa	0,98	0,23	33,32
Farinha	1,08	0,26	36,94
Açúcar	1,35	0,32	46,03
Leite Pó	0,75	0,18	25,43
Leite Fresco	0,28	0,07	9,50
Manteiga	0,27	0,06	9,17
Óleo	2,11	0,50	71,94
Banha	0,12	0,03	4,02
C. Porco	0,32	0,08	10,78
C. Vaca	0,18	0,04	6,12
C. Cabra	0,17	0,04	5,71
C. Frango	1,11	0,26	37,74
Peixes	1,54	0,37	52,63
Ovos	7,72	1,84	14,48
Legumes	0,97	0,23	32,99
Raízes/Tubérculo	1,18	0,28	40,40
Frutas	1,22	0,29	41,69

Fonte: Tabulação própria

Quadro 40- Quantidade Consumida nos Agregados Chefiados por Homens

Cabaz Alimentar	Quantidade média/ Agreg (Semanal) Kg	Consumo/EH (Semanal) Kg	Consumo/EH (g/diario)
Milho	2,77	0,53	75,97
Arroz	7,29	1,40	199,80
Feijão	2,07	0,40	56,77
Pão	19,76	3,79	40,60
Bolacha	1,78	0,34	48,78
Massa	0,95	0,18	26,13
Farinha	1,07	0,20	29,27
Açúcar	1,53	0,29	41,93
Leite Pó	0,89	0,17	24,49
Leite Fresco	0,25	0,05	6,95
Manteiga	0,28	0,05	7,73
Óleo	2,30	0,44	62,90
Banha	0,30	0,06	8,20
C. Porco	0,41	0,08	11,31
C. Vaca	0,27	0,05	7,32
C. Cabra	0,16	0,03	4,36
C. Frango	1,25	0,24	34,35
Peixes	1,90	0,36	52,10
Ovos	6,56	1,26	9,89
Legumes	1,06	0,20	29,17
Raízes/Tubérculo	1,58	0,30	43,38
Frutas	1,14	0,22	31,34

Fonte: Tabulação própria

9. Diversos

Quadro 41- Repartição da População por Concelho segundo Meio de Residência

	Urbano			Rural			Cabo Verde		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Cabo Verde	231650	112910	118740	203162	97659	105503	434812	210569	224243
Santo Antão	11363	5730	5633	35761	18666	17095	47124	24396	22728
▪ <i>Ribeira Grande</i>	4029	1993	2036	17531	9091	8440	21560	11084	10476
▪ <i>Paúl</i>	1802	955	847	6523	3530	2993	8325	4485	3840
▪ <i>Porto Novo</i>	5532	2782	2750	11707	6045	5662	17239	8827	8412
São Vicente	62970	31062	31908	4874	2594	2280	67844	33656	34188
São Nicolau	5456	2669	2787	8080	4052	4028	13536	6721	6815
Sal	13220	7014	6206	1572	853	719	14792	7867	6925
Boavista	1995	1049	946	2198	1157	1041	4193	2206	1987
Maio	2673	1213	1460	4069	1930	2139	6742	3143	3599
Santiago	123684	59167	64517	112668	51973	60695	236352	111140	125212
▪ <i>Tarrafal</i>	5785	2673	3112	12274	5374	6900	18059	8047	10012
▪ <i>Santa Catarina</i>	7095	3294	3801	42875	19520	23355	49970	22814	27156
▪ <i>Santa Cruz</i>	8492	4044	4448	24330	11458	12872	32822	15502	17320
▪ <i>Praia</i>	94757	45601	49156	11295	5557	5738	106052	51158	54894
▪ <i>São Domingos</i>	2671	1294	1377	10625	5124	5501	13296	6418	6878
▪ <i>São Miguel</i>	4884	2261	2623	11269	4940	6329	16153	7201	8952
Fogo	8359	4035	4324	29050	13985	15065	37409	18020	19389
▪ <i>Mosteiros</i>	465	220	245	9014	4311	4703	9479	4531	4948
▪ <i>São Filipe</i>	7894	3815	4079	20036	9674	10362	27930	13489	14441
Brava	1930	971	959	4890	2449	2441	6820	3420	3400

Fonte: INE, 2000

Quadro 42- Calculo de Número Equivalente Homem

Idade	Mulheres	Homens
< 1	0,3	0,3
1 - 6	0,5	0,5
7 - 13	0,7	0,7
14 - 19	0,9	0,9
20 - 59	0,9	1
> 59	0,7	0,9

Fonte: FAO, 1990

Anexo 06- Alguns Conceitos Utilizados

Agregado Familiar - um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo teto e autoridade de um chefe, mantendo em comum um mesmo orçamento para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

Membro do agregado - Será todo o indivíduo cuja residência principal é a do agregado inquirido, dependendo economicamente do mesmo, ou seja, as despesas para as suas necessidades essenciais são comuns as do agregado.

Chefe do Agregado Familiar - Trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família. Cada agregado familiar possui um chefe e é sempre uma pessoa ali residente, podendo estar ou não no momento do inquérito, desde que a sua ausência seja inferior a 6 meses.

Meio Rural – considera-se meio rural em Cabo Verde, toda a parte do território situado fora do perímetro urbano, ou seja são zonas não classificados como zona urbana ou zona de expansão urbana, cuja actividade económica principal é a agricultura e pecuária.

Meio Urbano – é constituído pelo conjunto de cidades e vilas do País, caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais destinados às funções urbanas básicas.

Exploração Agrícola – é uma unidade económica de produção agrícola submetida a uma direcção única, compreendendo toda a terra utilizada na totalidade ou em parte para a produção agrícola e todos os animais que aí se encontram, independentemente do título de posse, do modo jurídico ou do tamanho.

Parcela – toda a porção de terra pertencente à exploração agrícola, podendo comportar uma ou mais cultura. Essas parcelas são muitas vezes cercadas de muretas em pedra ou

de plantas, marcando as delimitações. A superfície da parcela é expressa em litros (1 litro corresponde a 1000 m²) tanto em regime de regadio como de sequeiro.

Agricultura de Sequeiro – As parcelas destinadas à agricultura de sequeiro são geralmente cultivadas durante o período das chuvas a partir de Julho. As culturas praticadas são muitas vezes constituídas pelo milho, feijões e por vezes tubérculos.

Agricultura de regadio – É praticada nas parcelas que dispõem de água. Estas parcelas estão geralmente, situadas nos vales. Cultivam-se nestas parcelas cana sacarina, banana, tubérculos, legumes, etc.

População activa - conjunto de indivíduos com o mínimo de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

População inactiva - conjunto de indivíduos de menos de 15 anos e de mais de 65 anos que, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

Estado de Emprego – Refere-se à condição na actividade actual. Assim, considera o INE que um indivíduo:

Com trabalho - todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que trabalharam pelo menos 1 hora nos últimos sete dias (período de referencia do inquérito) mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Empregados – todos os indivíduos que se encontravam a trabalhar (no período do inquérito) mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Desempregados – todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que não tinham emprego mesmo estando disponíveis para trabalhar.

Casa Individual – é uma unidade de habitação (rés do chão ou duplex) cercada por muros do tipo clássico e cuja entrada principal dá geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício.

Apartamento – é um alojamento familiar no edifício de construção permanente com mais de um fogo cuja entrada principal dá geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio. Cada fogo beneficia dos serviços da electricidade e da água de forma independente

Vivenda – é uma unidade habitacional unifamiliar, com um numero de quartos não inferior a três, com duas ou mais casas de banho, sala e cozinha, um bom nível de acabamento, e que tenha muro e jardim à frente de um pátio.

Parte de Casa – partes de uma casa, individual, apartamento ou vivenda, ocupado por um agregado. Os elementos desse agregado não desfrutam de todos os compartimentos.

Barraca – é uma unidade de alojamento construído com restos de material velho, tais como cartões, latas, madeiras, bidões e outros.

Anexos de Figuras

FIG. 1: Mapa do Arquipélago de Cabo Verde

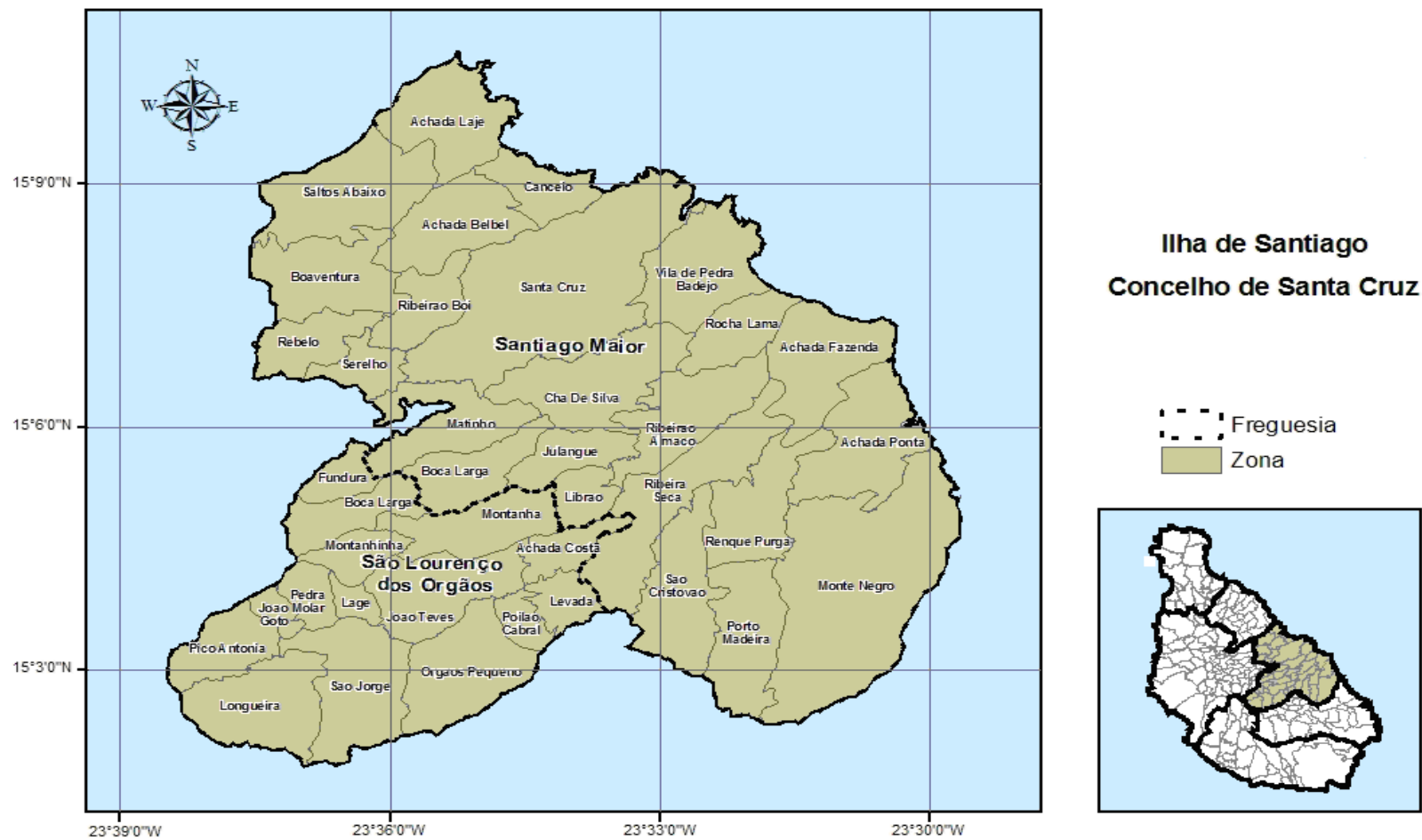


FIG. 2- Incidência da Pobreza no Concelho de Santa Cruz

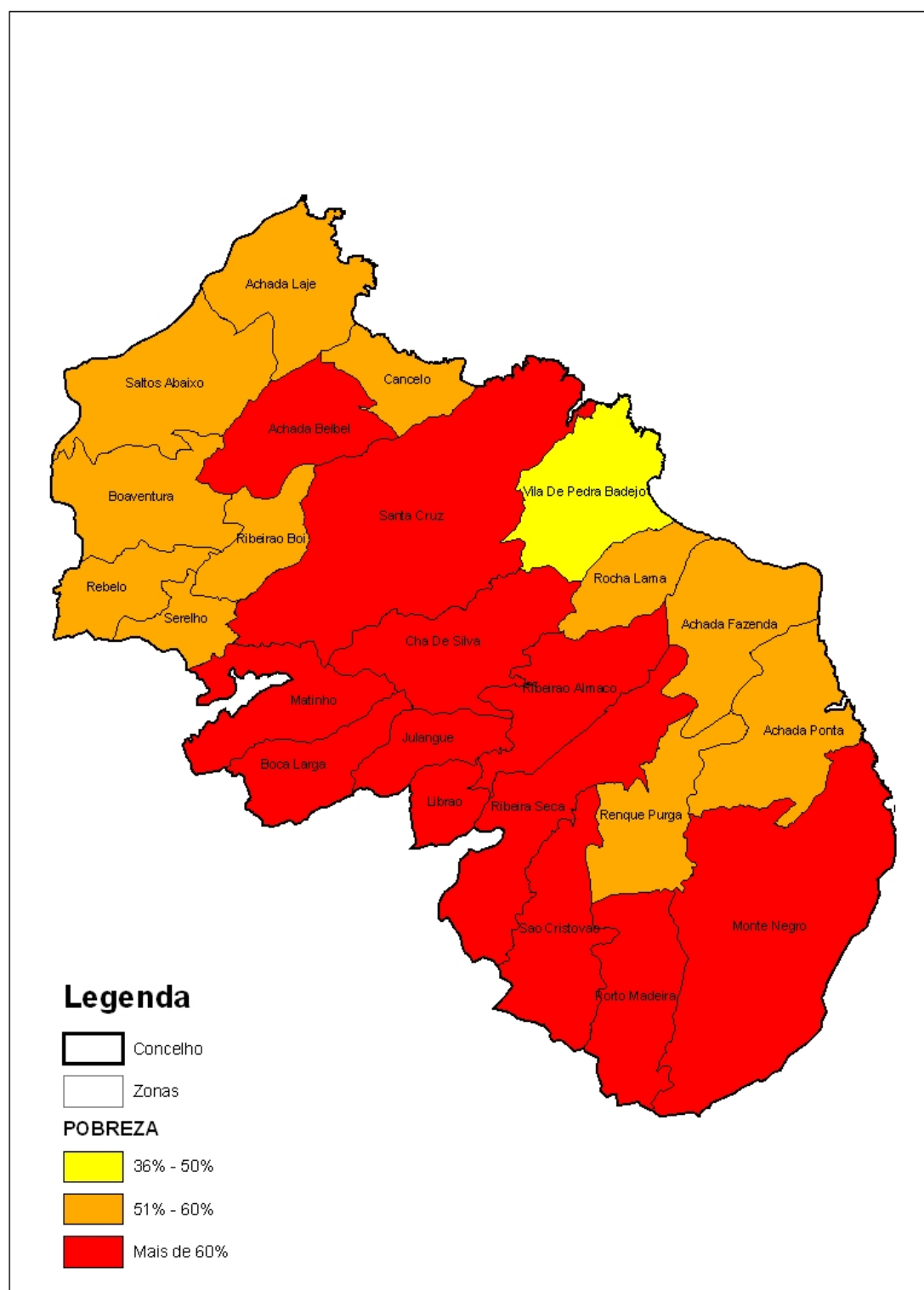


FIG. 3- Mapa Geográfica da Evolução da População por Zonas

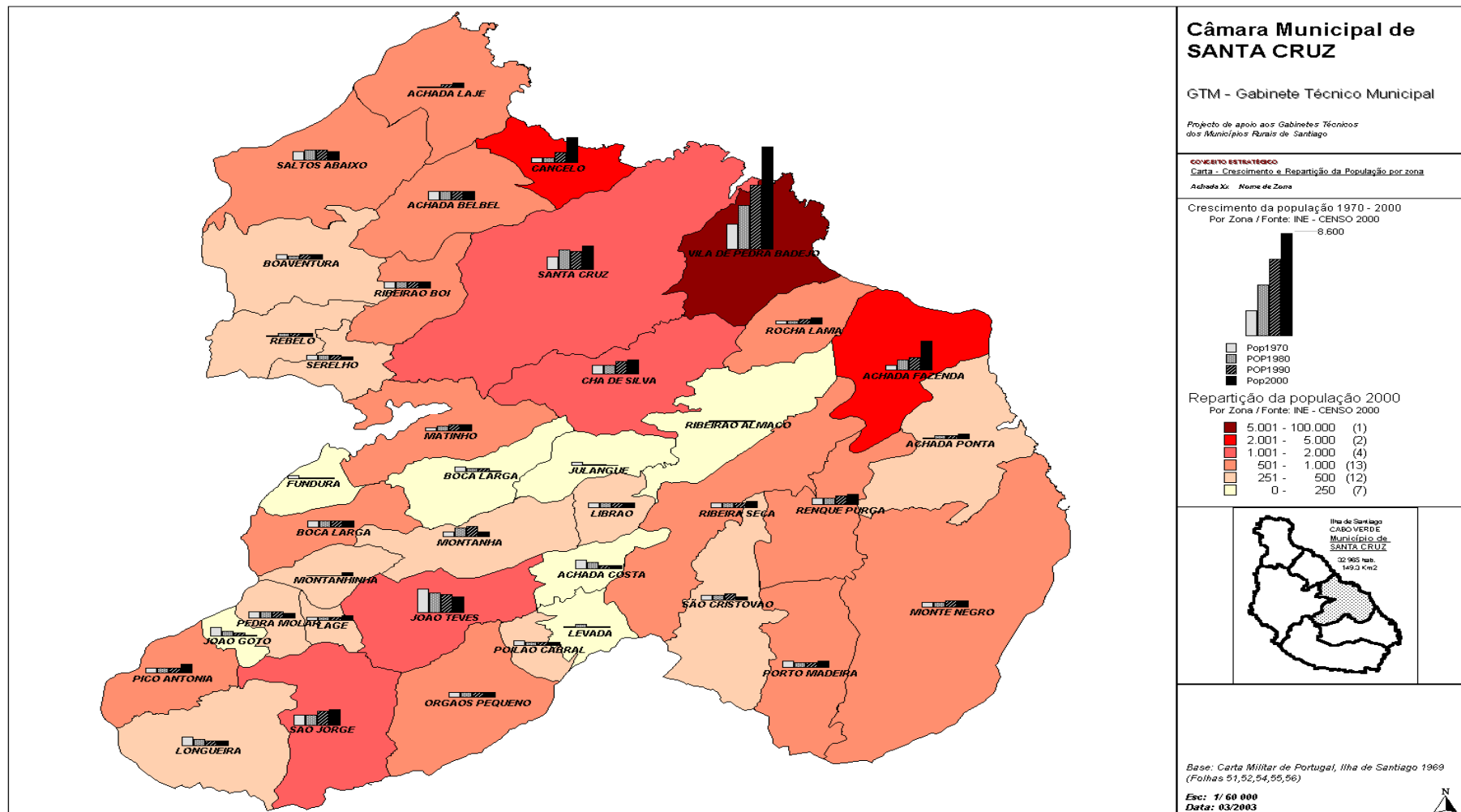


FIG. 4- Mapa Geográfica da População Activa por Localidades

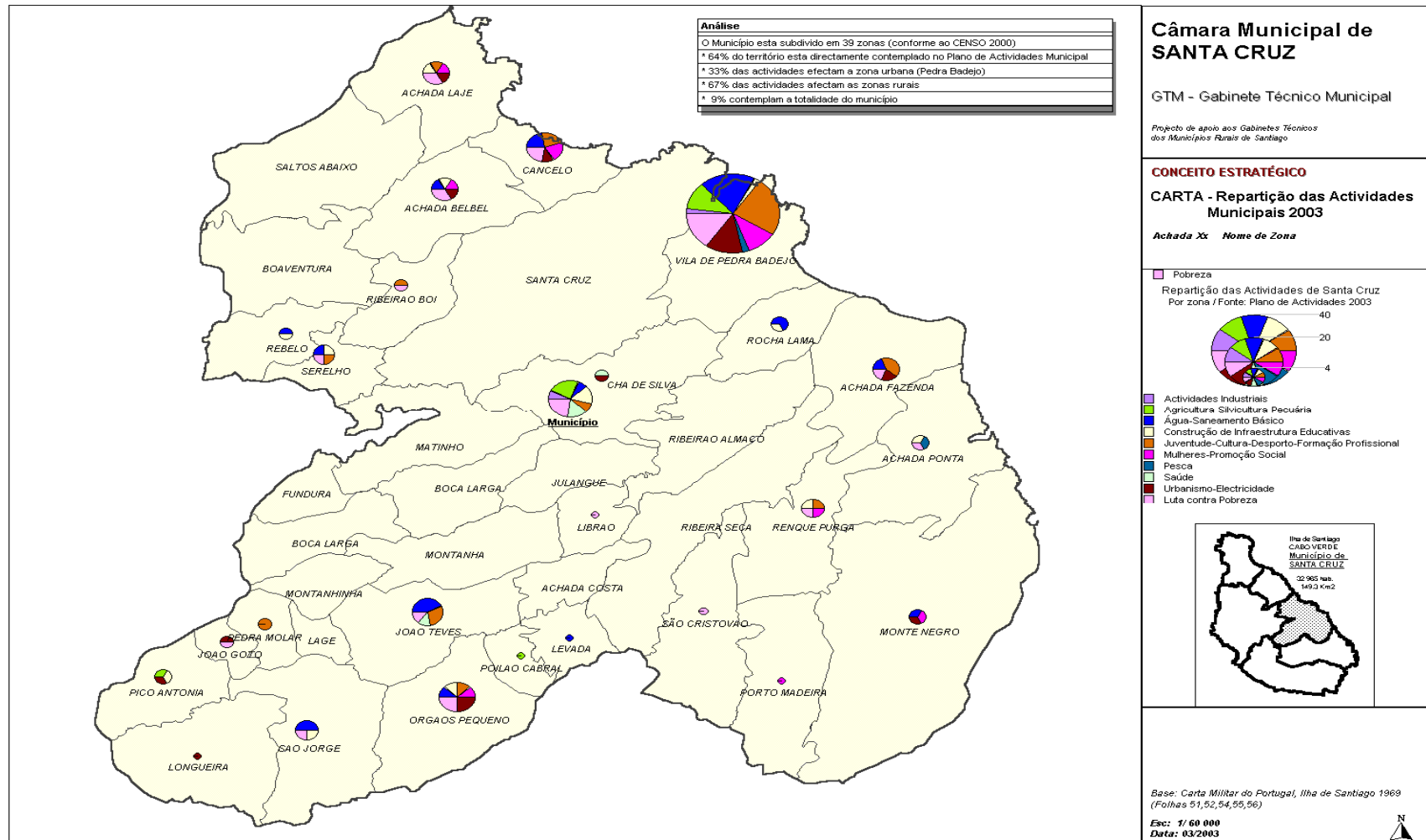


FIG. 5- Carta Geográfica de Abastecimento de Água

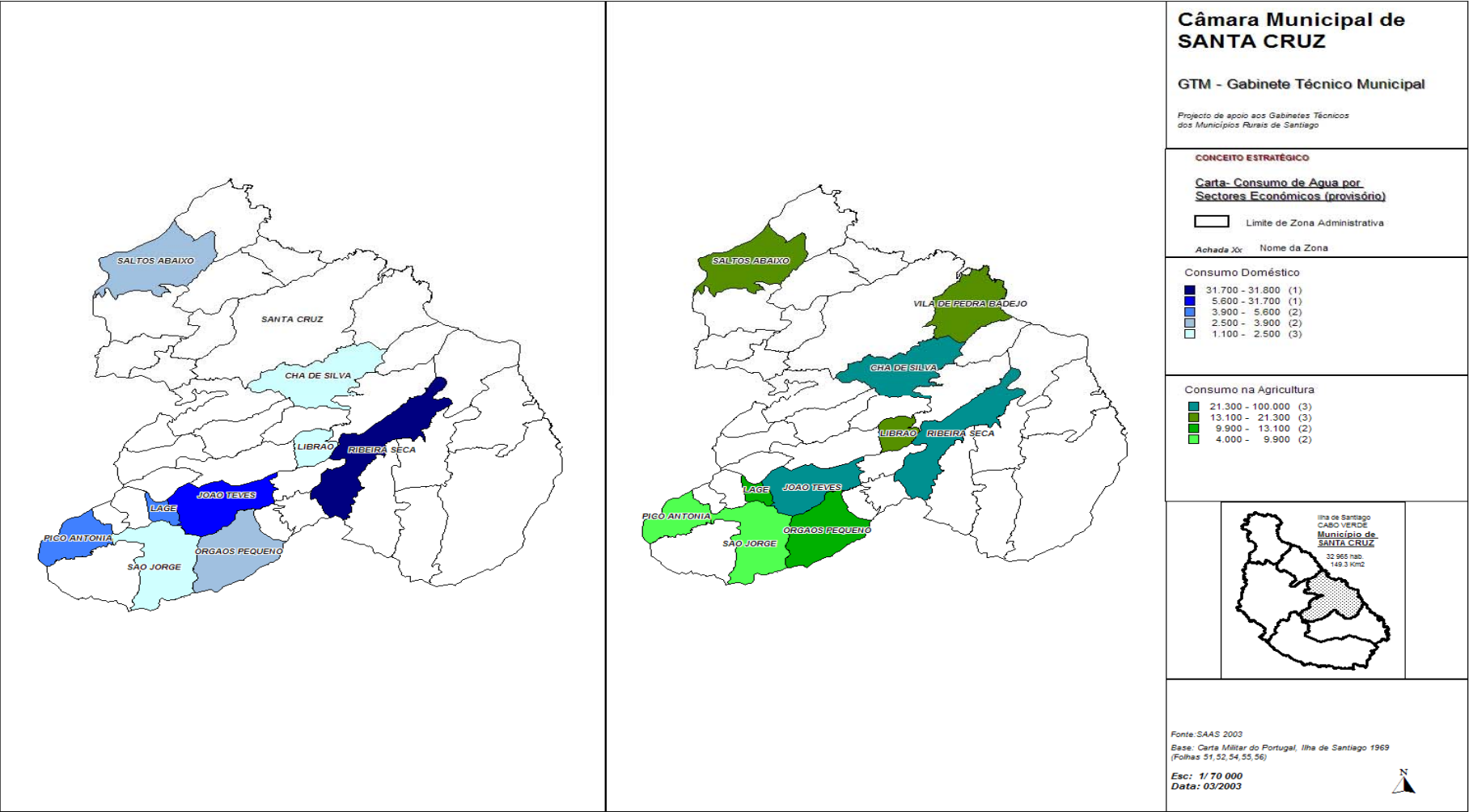


FIG. 6- INFRAESTRUTURAS SOCIAIS EXISTENTES NO CONCELHO DE SANTA CRUZ

